

TEXTOS ESCOLHIDOS

José Maria da Silva Paranhos
VISCONDE DO RIO BRANCO



TEXTOS ESCOLHIDOS
José Maria da Silva Paranhos
VISCONDE DO RIO BRANCO

Prefácio: João Carlos Escosteguy Filho





Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

Correios



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.



SUMÁRIO

Apresentação	xi
Prefácio – João Carlos Escosteguy Filho	xiii
Primeira carta	3
Segunda carta	10
Terceira carta	22
Sétima carta	33
Oitava carta	45
Décima quarta carta	52
Décima quinta carta	66
Décima sexta carta	78
Décima oitava carta	91
Vigésima carta	103
Vigésima primeira carta	115
Vigésima segunda carta	128
Vigésima terceira carta	138
Vigésima quarta carta	155
Vigésima quinta carta	167
Vigésima sexta carta	181
Vigésima nona carta	198
Trigésima carta	212
Trigésima quinta carta	224
Quadragésima quinta carta	236
Quadragésima sexta carta	244
Quadragésima sétima carta	255



A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

Paulo de F. Ribeiro
Presidente
Fundação Darcy Ribeiro

Ao Amigo Ausente, Visconde do Rio Branco.

O primeiro passo para adentrar a vida de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco (1819-1880), é não o confundir com seu filho, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912). A confusão não apenas é possível, como tem razão de ser: ambos os personagens tiveram trajetórias marcantes na História do Brasil. O primeiro, pai, teve papel de destaque em momentos fundamentais do Império Brasileiro. O segundo, filho, teve atuação destacada na diplomacia, especialmente na definição das fronteiras brasileiras no início da República, tornando-se patrono da diplomacia nacional e inspirando o nome do Instituto criado 100 anos após seu nascimento, o Instituto Rio Branco, espaço destinado à formação dos diplomatas brasileiros.

Resolver a confusão, portanto, é crucial para não subsumirmos o pai, o visconde, que teve importante atuação na política durante o período imperial brasileiro (1822-1889), no filho, o barão, personagem ímpar especialmente na história republicana.

Vamos ao pai. Nascido na Bahia, filho de portugueses, José Maria da Silva Paranhos foi ainda jovem para o Rio de Janeiro, onde fez seus estudos na Escola da Marinha e, posteriormente, diferentemente do caminho seguido por boa parte da elite política imperial, não cursou Direito, mas sim Engenharia pela Escola Militar.

Começou sua vida pública na década de 1840, uma década bastante conturbada na história brasileira. O Segundo Reinado havia acabado de começar com o Golpe da Maioridade que, em 1840,



entronizara o jovem Pedro II no espaço que permanecia vago desde a abdicação de seu pai, Pedro I, em 1831. Esse período de tempo entre o fim do Primeiro Reinado e o início do governo de Pedro II, conhecido como Regência, foi de grandes transtornos para a elite política da capital do país, principalmente devido à série de revoltas que sacudiu o Brasil ao longo da década. Paranhos, que chegara ao Rio de Janeiro em 1836, vislumbrara todos esses acontecimentos como pano de fundo de seus anos de formação, contribuindo, assim, para a postura que manteve em relação à política imperial durante toda sua vida.

Ao longo da década de 1840, os conflitos que haviam sacudido o Império foram esmorecendo e as disputas passaram a se dar, cada vez mais, entre os dois grandes partidos que organizavam a vida política parlamentar no Império desde então: o Partido Liberal e o Partido Conservador. Ambos, embora não fossem partidos políticos do modelo que hoje temos no país (com filiados, organização eleitoral, programas de governo bem-definidos, propaganda em larga escala etc.), eram grupos que disputavam o poder junto aos gabinetes ministeriais nomeados pelo Imperador, à Câmara dos Deputados e ao Senado, sempre procurando fortalecer seus projetos de nação e suas concepções de mundo. Liberais e conservadores foram as grandes forças que deram a tônica da política durante a maior parte do Segundo Reinado.

Foi nesse turbilhão que se deu o início da vida pública do visconde. Como era comum entre os jovens do período, a atividade jornalística, escrevendo textos para os periódicos, foi o caminho escolhido para ganhar projeção social. Era uma forma de tornar-se conhecido e angariar apoio de amigos influentes, que poderiam favorecer uma trajetória política sólida.

Assim, escreveu para alguns dos principais periódicos da época, como *O Novo Tempo*, o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Commercio*. Neste último, publicou sob pseudônimo uma série de textos

conhecidos como “Ao Amigo Ausente”, nos quais abordava os mais diversos assuntos que tomavam conta dos debates públicos no país, como a situação instável na região do Prata, ao sul do Império, a questão do tráfico negreiro, as disputas parlamentares etc. Abordou, também, temáticas do cotidiano do Rio de Janeiro, suas festas, teatro, escritores, arquitetura etc., de forma que Paranhos já foi considerado por alguns autores um dos precursores da crônica jornalística no Brasil.

A atuação nos jornais e as amizades que cultivou entre alguns dos principais nomes de destaque na política da Corte levaram Paranhos ao mundo parlamentar. Foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro pelo Partido Liberal em 1845, ascendendo rapidamente nas nomeações do Imperador, chegando a ministro em 1855. Ao longo dessa trajetória, trocou o Partido Liberal pelo Conservador, do qual foi um dos principais líderes. Atuou nos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Fazenda e Marinha. Foi ainda eleito senador pelo Mato Grosso, em 1863 (ficando no cargo, que à época era vitalício, até sua morte, em 1880), e escolhido Conselheiro de Estado, cargo do topo para elite política da época. Como se não bastasse, ainda foi ministro-chefe do mais longo gabinete ministerial do Império, o de 07 de março de 1871, que permaneceu até 1875, e foi responsável, entre outras medidas, pela aprovação da Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, que tornava livres os filhos de mãe escrava no Império a partir dessa data. A lei também ficou conhecida como “Lei Rio Branco”.

A trajetória política de Paranhos, assim, o coloca como um dos mais destacados políticos do Segundo Reinado. Suas ideias, que jamais foram expressas em obras doutrinárias, mas, sim, nos discursos e artigos que escreveu, atravessam os mais polêmicos temas da época. As cartas intituladas *Ao Amigo Ausente*, escolhidas para esta coletânea, são uma mostra de sua concepção de mundo.

Ao Amigo Ausente

Como já dito, a série *Ao Amigo Ausente* foi publicada originalmente no *Jornal do Commercio* entre 23 de dezembro de 1850 e 28 de dezembro de 1851.¹ Assinadas por pseudônimo, as cartas são uma mostra da mudança de Paranhos do Partido Liberal para o Conservador, à época fortalecido junto ao Imperador.

Essa mudança de Paranhos é refletida nas opiniões expressas nas cartas. É muito forte, por exemplo, a defesa que faz do fim das disputas partidárias, vistas como conflitos que emperravam o desenvolvimento da nação, em nome de uma política que supere as divergências e leve ao desenvolvimento do Império. Essa perspectiva, que era a tônica do chamado “Ministério da Conciliação”, pode ser vista, por exemplo, na passagem seguinte da vigésima terceira carta, publicada em 17 de maio de 1851:

Almejo pelo dia em que os que na imprensa representarem as opiniões divergentes troquem os títulos – *Constitucional, Liberal, etc.* –, por estes muito menos deslumbrantes, mas muito mais significativos – *indústria, agricultura, comércio, colonização* –; almejo pelo dia em que sob estas bandeiras, com suas variantes ampliações ou restrições, se deem os combates pacíficos e legais entre as individualidades políticas. Faço votos para que os nossos estadistas, em vez de se disputarem o poder para ampliar ou restringir, conservar ou deitar abaixo certas leis, porque nelas acham

1 Existe uma discussão sobre quem seria o autor das cartas entre a 48ª e a última, a 57ª. Essa discussão acontece porque Paranhos partiu para o Uruguai como secretário de missão especial em 23 de outubro de 1851, continuando as cartas a serem publicadas até dezembro de 1851. José Honório Rodrigues, historiador brasileiro clássico, as atribuiu a F. A. Picot, responsável principal pelo *Jornal do Commercio*, ressaltando que tal atribuição de autoria não é certa. Não poderemos aqui resolver a questão, mas fica a nota.

mais ou menos bem combinadas a influência da autoridade e a do povo, se distingam e se combatam por princípios tão reais, e de resultados tão positivos e estimáveis como os que separam um *tory* de um *whig*, ou um Lord Stanley de um Lord John Russell.

Quando pensamos em política, hoje, o quanto desse pensamento não ecoa o texto de Rio Branco? É bastante comum, no Brasil, que política seja vista como o espaço das “brigas inúteis”, das disputas egoístas que, ao invés de pensarem no bem da nação, visam apenas às próprias vontades dos políticos. Essa perspectiva é bastante problemática, pois afasta a população da política e a transforma no palco de atuação de profissionais muitas vezes distantes dos cidadãos. Mas essa visão pessimista sobre a política tem uma longa tradição em nosso país, e Rio Branco dela fez parte.

O “Ministério da Conciliação”, que mencionamos, tinha como principal bandeira exatamente o fim dessas brigas entre os partidos em nome do progresso do Império. Em outras palavras, esse Ministério, que chega ao poder em 1853, sob a liderança de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, apresentava-se como um novo momento do Império do Brasil, em que o bem comum seria visado, e não os interesses individuais desse ou daquele partido.

Em teoria, essa superação das brigas políticas em nome da nação é o sonho de todo cidadão que gostaria de ver seus problemas atendidos pelos parlamentares. A realidade, porém, é mais complicada. Quem define o que é o “bem comum”? Quando falamos em “progresso do país”, o que isso significa? Quem decide o caminho a ser tomado? O Ministério da Conciliação, ao se apresentar como superior às disputas partidárias, fez, na verdade, a jogada de mestre da política: transformou seus próprios interesses, sua própria visão de mundo e seus projetos de Brasil em política

nacional, ao invés de mera política partidária. Os políticos da conciliação – que nada mais eram do que os membros mais fortes do Partido Conservador – apresentaram suas ideias específicas como bandeira de todos. “Convenceram” os grupos dominantes e dominados do Império de que sua política era a melhor, a verdadeira. Assim, esvaziaram os projetos dos Liberais e dirigiram o governo nas décadas seguintes, tornando os Liberais incapazes de impor suas ideias mesmo quando ocupavam cargos no governo. Podemos chamar esse processo de “construção de hegemonia”.

Um dos principais pilares da construção de hegemonia, em política, é a propaganda das ideias. Quando pensamos nos anos 1850 e 1851, especialmente no Rio de Janeiro, vemos que um propagandista poderoso dos Conservadores foi Paranhos. A seção Ao Amigo Ausente divulgava algumas das principais bandeiras conservadoras como necessidades da nação. Como podemos ver na citação acima, Paranhos defendia que se falasse menos no título dos Partidos – e ele menciona, não à toa, o Partido Liberal – e mais nos temas nacionais: “*indústria, agricultura, comércio, colonização*”. Outros temas centrais de meados do século XIX apareceriam nas cartas, como podemos ver na vigésima quinta, de 31 de maio de 1851:

A questão do Prata, a repressão do tráfico, e os desagui-
sados com o ex-cônsul francês de Pernambuco, foram o
objeto principal dos discursos do Ministro dos Negócios
Estrangeiros e do seu defensor o Sr. Carneiro Leão. Como
brasileiro, como americano, não posso deixar de recomen-
dar a leitura desses dois discursos. A dignidade nacional, os
interesses do Império, não podiam ser melhor compre-
endidos e mais bem elucidados do que o foram por esses dois
oradores. A questão do Rio da Prata em relação ao Brasil
acha-se clara e precisamente resumida nesses dois discurs-
sos, que devem ser lidos e meditados por todos os nossos
compatriotas.



Numa só tacada, Paranhos fala da questão do Prata (região ao sul do Império, historicamente marcada por disputas entre o Brasil e os países vizinhos) e do tráfico de escravos (então sob fortíssima pressão da Inglaterra, que visava seu fim). Ao mencionar esses dois temas, Paranhos aponta para o discurso de Carneiro Leão – líder do Ministério da Conciliação – e, “como brasileiro, como americano”, recomenda sua leitura por todos. Paranhos associava com maestria os posicionamentos conservadores ao que considerava os interesses do país.

E, tal como hoje, essa associação entre política conservadora e interesses do país era difundida, também, pelos chamados “progressos materiais e morais” que se presenciavam no Rio de Janeiro. A década de 1850 foi um momento de grandes transformações na Corte imperial, com a entrada de diversos produtos estrangeiros, a presença de artistas, cantores, bailes, enfim, de tudo que a “boa sociedade” considerava marcas da civilização. O Rio de Janeiro, apesar de ser uma das maiores “cidades africanas” das Américas (assim percebida devido ao grande número de escravos), era visto por sua elite como um pedaço da Europa nos trópicos. E as novidades europeias mudavam os costumes da cidade americana.

As associações entre Brasil e Europa, para essa elite, eram um sinal de civilização. Não admira que surjam comparações no texto de Paranhos tais como: “Neste último baile presenciou-se uma cena divertidíssima, semelhante a alguma dessas mais cômicas que se contam das últimas barricadas de Paris” (vigésima quinta carta). Não admira, também, que as festividades no Brasil sigam uma tônica à Europa, como se lê na quadragésima quinta carta:

A noite de segunda-feira passada mostrou que o baile é como a música, que agrada sempre que é boa, que extasia sempre que é sublime: Rossini, Bellini, Donizetti, Meyerbeer, Auber, Verdi tangem cada um por seu modo a lira d’alma, têm méritos especiais, partidistas devotados; mas Verdi,

Auber, Meyerbeer, Donizetti, Bellini e Rossini acham sempre todos os corações sensíveis, todas as almas apaixonadas para suas harmonias, para seus arpejos melódiosos.

Sob a direção conservadora, o Rio de Janeiro, como metonímia do Brasil, começava a segunda década do século XIX aspirando a ser metrópole europeia. Uma visão do passado que nos remete ao Brasil de hoje. Seja nos costumes europeizados, seja na política americana, as cartas *Ao Amigo Ausente* têm muito a contribuir para nossa reflexão sobre o tipo de Brasil que buscamos construir.

JOÃO CARLOS ESCOSTEGUY FILHO É PROFESSOR DE HISTÓRIA DA FAETEC-RJ – FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROFESSOR SUBSTITUTO DA UERJ – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

Referências bibliográficas:

- BESOUCHET, Lídia. *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco – Ensaio histórico-biográfico*, Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1985.
- FONSECA, Brenda Coelho. *Trajatória e ascensão social de Jose Maria da Silva Paranhos: o jornalismo como estratégia (1850-1851)*. Trabalho apresentado no IV Simpósio Nacional Estado e Poder: intelectuais, na Universidade Estadual do Maranhão. 2007.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- PARANHOS, José Maria da Silva. *Cartas ao Amigo Ausente*. Rio de Janeiro: ABL, 2008. (Coleção Afrânio Peixoto; nº 81).



TEXTOS ESCOLHIDOS
José Maria da Silva Paranhos
VISCONDE DO RIO BRANCO





Corte, 22 de dezembro de 1850.

Prezado amigo e sr. – A falta de letras suas me tem sobre- modo inquietado, e, não podendo atribuí-la à moléstia, só encontro a causa de mal tão sensível a esta mísera criatura na inconstância com que V. M., qual *Judeu Errante*, não toma pé em terra alguma deste brasíleo Império. Devo ao *Jornal do Commercio* este meio, que de hoje em diante seguirei para transmitir-lhe a salvo notícias desta Corte, que tão vivamente lhe interessam. Li em um artigo do *Jornal dos Debates*, cuja tradução aqui se publicou, que alguns britânicos espertos, para escaparem à finta do correio, em vez de cartear-se, correspondem-se por meio dos jornais em anúncios de tal sorte redigidos, que são para os profanos verdadeiros enigmas. Aproveitei da ideia o que ela tem de mais simples e inocente, sujeitando-me a maior porte, o da impressão, mas segurando por este modo as minhas cartas, que lhe chegarão às mãos sem que levem sobrescrito, e onde quer que V. M. esteja, graças à ubiquidade de que também goza este gigante da nossa imprensa. Se até aqui, na mais íntima confiança da amizade, eu não entregava ao papel meus sentimentos e ideias acerca dos homens e das coisas políticas desta terra, em que aliás vimos ambos a luz, devassada como fica a nossa correspondência doravante, só como historiador de fatos tocarei em matéria que se refira à bifaceira política do belo, fértil, mas infeliz Brasil. A crônica do que nesta pequena babel se passar de mais notável e divertido,

e que puder ser tirada à luz sem ofensa da moral e da decência pública, e sem perigo para o incógnito cronista, é o assunto sobre que versarão, as minhas missivas a datar desta, que, nem por ser a primeira, escapou aos meus inveterados hábitos de escrever tarde, e, portanto, muito de afogadilho.

Um fato, que profundamente comoveu-me, e ainda aperta o coração de muitos amigos e conhecidos, que são numerosos, é a morte prematura do Dr. Francisco Júlio Xavier, lente da Cadeira de partos da Escola de Medicina desta Corte, um dos seus primeiros clínicos, incontestavelmente o mais hábil parteiro do Império. Simpático, dotado de espírito agudo, de uma expressão clara e elegante, de temperamento o mais fleumático, indiferente às grandezas transitórias deste mundo, o Dr. Júlio captou a estima e consideração de todos os que tiveram ocasião de com ele praticar. Como criatura humana, tinha seu lado fraco, que é de esperar mereça de Deus a indulgência que os próprios homens lhe não recusavam. Sua clínica era das mais rendosas, mas viveu sempre precisado, o mais modestamente possível, e deixou sua família na indigência, de que só a gratidão e a generosidade dos amigos a poderão resgatar. No momento em que a vida se lhe mostrava mais segura, bem-disposto, vigoroso e alegre, de volta da casa de um amigo em cuja festividade doméstica havia tomado parte, a morte acometeu-o com uma congestão cerebral, e em pouco mais de uma hora triunfou de existência tão preciosa, ou fosse porque assim estivesse escrito no livro dos destinos, ou fosse por erro de alguém que primeiro lhe acudira em caminho e o conduziu até ao seio da família, entre a qual expirou, sem outro lenitivo que um mudo e expressivo adeus aos cinco filhinhos, que iam ficar em mísera orfandade.

A morte do Dr. Júlio veio dar-nos mais uma prova do que valem neste mundo as qualidades que em tão subido grau ele possuía. Ninguém lhe recusou uma expressão de dor, uma lágrima de

saudade. O mais puro e odorífero incenso tem sido queimado em torno de seu túmulo, por inúmeros poetas cujas produções correm impressas neste e nos demais jornais e periódicos desta cidade. Mas não era este o único e mais valioso serviço que a memória do ilustre finado devia esperar dos amigos e da generosidade pública, cinco inocentes órfãos aí estavam entregues à indigência, e estéréis seriam a compaixão e a saudade que ante quadro tão tocante se limitassem a lágrimas e elogios póstumos. Uma subscrição está sendo agenciada por alguns amigos do célebre parteiro, entre os quais se distinguem como principais coletores o Sr. Francisco de Paula Brito, bem conhecido como tipógrafo e poeta, e o Sr. Dr. José Maurício Nunes Garcia, colega do finado por mais de um título, como professor da Escola de Medicina, e como acreditado parteiro. Além deste auxílio, promoveu-se um benefício para os cinco órfãos no Teatro de São Pedro de Alcântara, o qual teve lugar na noite de 20 do corrente. O concurso excedeu do ordinário, e sendo de esperar que as joias dos camarotes e cadeiras se elevem acima do preço fixo, o produto do benefício provavelmente corresponderá aos esforços dos seus filantrópicos diretores e à religião do fim para que é destinado.

Bem poucos, e pela maior parte fracos negociantes, são os franceses que aqui existem no Rio de Janeiro, e, todavia, feridos nos mesmos afetos, sua filantropia e patriotismo se manifestaram de uma maneira assaz recomendável. Tributaram todas as homenagens de consideração moral às virtudes e serviços do muito conhecido Dr. Sénechal, mas não pararam aí; valeram a sua filha, que ficará sem recursos, com o produto de uma coleta, para a qual contribuíram também brasileiros, e que subiu à não pequena soma de dez contos de réis. No cemitério da Gamboa foi inaugurado, segunda-feira próxima passada, um simples e tocante túmulo de mármore, assentado sobre uma lápide, e cercado por quatro cadeias que se prendem a outras tantas colunas de pedra. Sobre

a lápide desse túmulo lê-se a seguinte inscrição, que recorda os louváveis sentimentos dos amigos daquele distinto médico, que, como o Dr. Júlio, gozava de numerosas simpatias:

AU DOCTEUR SÉNECHAL
MEMBRE DE LA LÉGION D'HONNEUR
SES AMIS RECONNAISSANTS.

Nós esperamos que os fluminenses que sem esse edificante exemplo outrora procederam tão cavalheira e generosamente para com a família do Dr. Otaviano da Rosa agora não ficarão aquém da fraternidade e gratidão dos franceses.

Estamos presentemente em tempo de férias, e, portanto, na quadra característica da zona tórrida que habitamos. As escolas já se fecharam; e nas duas academias militares, na de Medicina, e no Colégio de Pedro II até os exames e consequentes bacalaureatos e doutoramentos estão concluídos. Temos mais 37 médicos investidos do direito de curar ou matar, oito engenheiros militares e um poder de bacharéis, com os quais todos bem se poderia criar uma povoação no interior de nossas províncias. Mas, a julgar pelos precedentes, uns e outros por aqui se deixarão ficar, prejudicando-se mutuamente, e engrossando as fileiras do corpo de aspirantes aos empregos públicos. Felizmente, se devo crer no que por aí dizem, daqui em diante o gênero bacharel obterá mais consumo nos empregos de fazenda, e mesmo nos das secretarias de Estado em geral.

Os alunos do templo de Hipócrates deram uma sentimental demonstração pela perda do seu ilustre Mestre o Dr. Júlio, a quem alguns haviam tomado por paraninfo de suas teses. Não só, segundo me referiu alguém que o podia saber ao certo, se não prestaram para tornar a solenidade do doutoramento igual em brilho às destes últimos anos, como, depois de terem recebido a investidura

hipocrática, dirigiram-se para o cemitério de Catumbi, onde repousam os restos mortais daquele insigne médico, e sobre sua humilde campa depositaram uma capela de jasmims e saudades. Alguns dos membros da faculdade acompanharam os novos doutores nessa efusão de tão nobres e patéticos sentimentos.

Disse-lhe que estávamos em férias, mas não pense que só me refiro ao mundo escolar. A política também parece estar de *verão*. O *Brasil* cessou de publicar-se por tempo indefinido, e por circunstâncias imprevistas; as outras folhas políticas não se mostram muito fecundas. Mas isto é nada; o que me convence de que a política cairá em completa pasmaceira é o receio que os calores de dezembro vão incutindo, e a presença da febre amarela, ou coisa que o valha, na cidade de Campos. Até alguns ministros vão tomar ar, o que, não só confirma aquele meu prognóstico, senão ainda revela que os temores de guerra externa se esvaeceram, bem que continuem as medidas preventivas. O Ministro da Fazenda, J. J. Rodrigues Torres, retira-se com licença para sua fazenda; o da Guerra vai gozar a branda temperatura das Paineiras; o da Justiça já lá está no Engenho Velho; o do Império passa-se para o Jardim Botânico, e o de Estrangeiros para o Macaco. Se a nau do Estado não corresse por mares calmos e conhecidos, os timoneiros estariam mais próximos ao leme, e mais atentos ao tempo e à agulha.

A família imperial vai passar o verão em Petrópolis.

Sinto dizer-lhe que a Comissão de Higiene Pública, cuja criação tantos discursos parlamentares e antiparlamentares custou ao Tesouro, ainda se não constituiu. Ontem é que se espalhou, não sei com que dados, a nomeação do Dr. Francisco de Paula Cândido para presidente da *cuja*. O Dr. Paula Cândido foi um dos campeões do projeto de lei de salubridade pública, e passa por um dos nossos mais hábeis químicos. Seja quem for o nomeado, Deus queira que alguma coisa se faça para aquele fim, que interessa a todos. É altamente notável que nenhum passo mais se desse desde que cessou



o terrível flagelo, cujos efeitos, aliás, ainda sofre o comércio. Essa inação somente se explica pelas dificuldades que em nosso país o individualismo a tudo opõe.

A polêmica Ferraz-Leopoldo-Ferreira, etc. ainda continua, e, a falar a verdade, com fastio geral. Os serviços e os erros do inspetor da Alfândega estão mais que muito discutidos; a discussão nada mais de sério pode apresentar, e vai degenerando em chufas e doestos que nem acreditam aos que socorrem-se a tais meios, nem podem ofender o alvo a que são atirados. Ultimamente ocorreu um novo incidente entre os Ferreiras, proprietários do trapiche da Saúde, e o guarda-mor da Alfândega; foi um dos temas da conversação da semana passada. Eis o caso:

Os Ferreiras publicaram no *Correio Mercantil* uma correspondência de queixa contra o Leopoldo, porque este, a despeito de despachos do inspetor da Alfândega, lhes não queria dar guarda para um navio que devia descarregar carvão de pedra em um dos seus depósitos. O guarda-mor sai a campo em sua defesa; e apelida de *trêfego intrigante* ao Sr. José Rodrigues Ferreira, um dos três queixosos. Este, não satisfeito da réplica que fez pela imprensa, chama o Leopoldo à responsabilidade, e obtém que o réu fosse pronunciado, em primeira instância, a dois meses de prisão e multa correspondente à metade do tempo. O réu tem apelação para alguma das Varas Crimes, e funda a sua defesa em agressões que lhe foram dirigidas, e nas acepções que se podem dar à palavra *intrigante*, alegando que dela serviu-se no sentido de *inimizar* ou *malquistar*, desígnio que atribui ao dito Ferreira, em relação ao inspetor da Alfândega. A curiosidade pública aguarda a decisão final deste pleito.

O comércio desta praça há muito pouco tempo que se acha sob a ação dos novos regulamentos e decretos. A bondade destes ainda não pode ser sentida, nem se tornaram visíveis os seus senões. Mas a opinião dos negociantes bem-intencionados e probos é que

a nova legislação comercial há de trazer-nos benefícios muito reais, sendo de esperar que o governo se mostre dócil em matéria de tanta gravidade e que só as indicações da experiência podem tornar completa. A Junta dos Corretores, que, como sabe, é composta de cinco membros eleitos por todos os que legitimamente pertencem a essa classe, representou há algum tempo contra certo corretor, que, segundo essa, lhe faltara com o devido respeito. Qualquer que tenha sido o motivo, provavelmente a longa fieira de informantes por que passam tais negócios, o certo é que a representação não foi ainda decidida pelo governo. Em consequência deste fato, os membros que compõem a junta atual recusaram a reeleição; e o motivo da escusa sendo conhecido, os que se lhe seguiram foram sucessivamente esquivando-se, de sorte que a nova Junta de Corretores que deve servir no ano próximo ainda se não pôde organizar.

A Comissão da Praça do Comércio esteve ameaçada de sofrer igual contratempo. Não tendo aceitado o encargo os membros brasileiros que primeiro foram eleitos, nem os seus imediatos em votos, força foi proceder a uma nova eleição, e obtiveram maioria de votos os negociantes Teófilo Benedito Otoni e Antônio Gomes Neto.

Por hoje aqui ponho o ponto final, adotando por assinatura o sinal dos cristãos, com que afugento as tentações, e que, demais, é também aquela de que se valem os analfabetos, que pouco menos são do que este seu ingênuo amigo e muito humilde criado.

Jornal do Commercio de 23/12/1850

Corte, 29 de dezembro de 1850.

Deus lhe desse melhores festas do que as minhas, que não podiam ser mais prosaicas. Não pus o pé fora do meu tugúrio, e não houve vivente que de mim se lembrasse com um figo podre: o tempo de minhas glórias já lá foi, agora

*Desejos sempre vão, reais só dores!...*¹

Mas o tempo vingou-me, com a peça que pregou à turba dos pintalegretes e loureiras. Choveu naqueles dias que parecia um dilúvio; se dura mais vinte e quatro horas, tínhamos o mar no campo de Honra. Enquanto os alfaiates e modistas riam-se dos fregueses que ficaram *mamados* e os confeitheiros e cabeleireiros arrepelavam-se, os donos das cocheiras de São Francisco de Paula esfregavam as mãos, davam pulos de contentes e acabavam os seus ímpetos, refrigerando as goelas com o britânico ponche. Assim é tudo nesta terra de transição: o riso de uns coincide com as lágrimas de outros; a chuva, que deve ter sido de ouro para a *califórnia* de São Francisco de Paula, só trouxe lama àqueles infelizes: sobretudo sinto o desapontamento do Desmarais e do Silvain Jugand, cujas lojas estão que é mesmo um brinco. Mas quem lhes manda tratarem com tanto desprezo a astrologia! Se consultassem as

¹ Trecho do poema “Ciúme do bardo” de Castilho.

efemérides que aí se encontram em cada qual das mil e uma espécies de folhinha que vêm à luz neste Rio de Janeiro, ou se tivessem recorrido ao distinto astrônomo José Vitorino, saberiam que no dia 22 fez o Sol a sua entrada em Capricórnio e que o santo dia 25 foi de *minguante*. Ora, solstício e minguante (di-lo o *Major*, que é autoridade na matéria) quase sempre trazem *enchente* para os que alugam carros, e *vazante* para os que enfeitam cabelos, e vendem bugiarias. Ouviram, Srs. Parisienses da Rua do Ouvidor? Para o ano seguinte sejam mais avisados, e, quanto aos lucros cessantes deste Natal, resignem-se, ou chorem na cama, que é lugar quente. Aconteceu-lhes quase o mesmo que todos os meses acontece aos encarregados da iluminação – *desencontrarem-se da lua*.

Se até aqui tenho jovializado a respeito da logração dos casquilhos e dos mercadores de *frangipanes* e *bonbons*, outro tanto não posso fazer com o temporal que houve na véspera do aniversário do Homem-Deus. A coisa esteve séria, como dizem os espanhóis. Minha avó tremeu como varas verdes, e ainda não pode conceber como as árvores não voltaram as raízes para o céu e as casas se não converteram em montes de lama.

*Não foi mais o pasmo e o gosto
Na face lisa e vermelha
De Noé, findo o dilúvio,
Ao ver o arco da velha.²*

O furacão desencabrestou-se do sudoeste pelas três horas da tarde, dando berros tão atroadores, e com tal violência impelindo a chuva que ao mesmo tempo se desencadeara, que a boa da velha em menos de quinze minutos tinha passado 30 rosários, e engrolado uma meia dúzia de vezes o *magnificat*. A falar a verdade,

2 Versos de Castilho. “A João Jorge de Oliveira e Lima”. “Cartas”.



o caso não era para tanto; mas sempre pensei que não ficasse em pé um só dos centos de pardieiros que aí estão ameaçando o vulto dos viandantes, e contra os quais são impotentes as leis dos homens. Nos domínios de Netuno o alvoroço e susto foram maiores; houve voltas, cambalhotas e encontrões de toda a laia.

O paquete de vapor *Imperador*, que nessa tarde devia sair para o sul, achava-se sobre uma boia entre o Arsenal de Marinha e a Ilha das Cobras quando sobreveio o furacão. Portando, pela espia, bateu com as costas no cais da ilha, e por um triz não entalou o escaler que o demandava desse lado, conduzindo o marechal Seara e sua família. Um rápido movimento das rodas para avante evitou tão feia catástrofe. Se o general acredita em agouros, deve tirar desse lance, a que felizmente escapou, muito bom presságio sobre o êxito da honrosa comissão que lhe está confiada.

As *Duas Irmãs* (sumaca) fundeadas em frente ao Arsenal de Guerra, sob o peso da muita água que beberam, deitaram-se, mas não puderam conciliar o sono, porque os escaleres e lanchas do Arsenal, da fragata *Constituição*, da barca de socorro, da fortaleza de Villegaignon e de vários navios mercantes, não descansaram enquanto as não puseram de pé e livres da hidropisia, o que conseguiram pelas 9 horas da manhã seguinte. As lesões que sofreram não inspiram cuidado; partiram-se-lhes a verga do velacho e o vau do joanete.

A polaca espanhola *Ardilla* seguiu o exemplo das *Duas Irmãs*; mas, por ser mais corpulenta, e pelo lugar em que estava, custou muito a levantar-se, e foi preciso ir à toa de um vapor, e suspensa por quatro barcas, para ser alijada na Gamboa, operação que só terminou no dia 26, à noite. O casco ficou incólume; partiram-se-lhe o mastaréu do joanete grande, os vaus dos joanetes de proa e grande.

A galera norte-americana *Brazil*, por estar perto da *Saúde*, não deixou inteiramente de sofrer. Caindo muito de um lado, meteu





uma borda debaixo d'água, e assim escapou à tormenta. Levantou-se sem que tivesse a mais leve moça.

O brigue escuna *Vitória*, que tem por missão socorrer aos aflitos, donde lhe vem o nome de barca de socorro, esteve em termos de pedir misericórdia, passando de agente a paciente. Caiu-lhe o raio em casa; mas não lhe causou outro dano que rachar-lhe o mastro grande, e arrebentar-lhe os amantelhos que seguravam os escaleres içados nos turcos.

O vento emborcou um saveiro da carreira de Iguazu, mas salvou-se sem ferida no casco.

O camarim donde SS. MM. Ilmo. assistem aos desposórios do mar com as embarcações fabricadas no estaleiro do Arsenal ficou sem a cabeleira de zinco, parte da qual foi-se pelos ares, e o restante pendeu do casco.

O meu alvissareiro nada mais me conta a este respeito e por isso viro a folha.

Há males que vêm para bem, diz o antigo adágio popular. As compensações são efeitos necessários das leis do mundo físico e moral, dizem os moralistas. A invernoada dos dias de festa, que iludiu os cálculos de muitos e aguou o prazer de outros, tem sido recebida como anúncio de salubridade. O clima do Rio de Janeiro parece voltar às condições meteorológicas de que há anos aberrara. Com o verão principiaram este ano as trovoadas, que purificam a atmosfera, e as chuvas, que moderam os rigores da estação. Se o reaparecimento do fenômeno não for passageiro, digo-lhe muito concho que não temo a bicha que tantas vítimas devorou nos fins do ano passado e primeiros meses deste que está a findar-se. As derrubadas e novas construções, que têm destruído uma boa parte da nossa extensa vegetação, explicavam satisfatoriamente a degeneração do clima; se, porém, ele volta às suas leis antigas,

*Digam os sábios da escritura
Que segredos são estes da natura.*



O Teatro de *São Pedro de Alcântara* vai entrar em uma nova fase de sua anômala e enredada existência. A decadência sempre crescente dos espetáculos, suas interrupções e embaraços, a continuada, e escandalosa luta entre os atores e a diretoria, que não podia pagar-lhes sem grande atraso os vencimentos; todos estes fatos eram sintomas assaz visíveis da moléstia mortal que lavrava naquele estabelecimento, o melhor que no seu gênero possuímos. Tão graves e raras suas circunstâncias que, apesar do terrível aspecto da febre amarela, as Câmaras tiveram ânimo de ocupar-se com um projeto, cujas vistas, ao menos aparentes, eram garantir ao público distrações cômodas e regulares, e a par de nossa civilização, dando ao governo eficaz intervenção nos destinos de um estabelecimento que era auxiliado, e até aqui sem proveito, pelos cofres nacionais. Esse projeto foi prudentemente embargado na Câmara vitalícia por meio de um requerimento em que o Senador José Clemente Pereira pediu ao governo informações que exigiriam muito tempo, se de antemão se não soubesse que dependiam de documentos que, ou não existiam, ou não era da vontade de alguém apresentá-los. O governo nomeou uma comissão para colher os esclarecimentos que exigira o Senado, e que nada menos importava do que um pleno e inteiro conhecimento do ativo e passivo da sociedade e da moralidade de sua gestão. A comissão, de que fizeram parte o Dr. José Florindo de Figueiredo Rocha, Bernardo Ribeiro de Carvalho e Joaquim Pereira Viana de Lima, achou-se completamente às escuras, sem a mais fraca luz que a guiasse no labirinto de uma administração de muitos anos e de muitos indivíduos. Limitou-se ao que era possível, a computar o alcance da sociedade, que pelos próprios documentos da diretoria era de cerca de duzentos contos de réis. Deste dado, e do que era público e notório, concluíram os inquiredores que a sociedade estava irremissivelmente arruinada, que não a salvariam todas as loterias por extrair, ainda quando de chofre fossem todas

realizadas. Companhia falida, completamente destituída de força moral, às cristas com todos os seus credores, não havia que hesitar, ou tirar-lhe a direção daquele estabelecimento, ou inutilizá-lo para o público, malbaratando ao mesmo tempo recursos que lhe eram subministrados pelo Tesouro. Logo que expirou o prazo do arrendamento do teatro, que, como sabe, é propriedade de dois particulares, Manuel Maria Bregaro e Joaquim Valério Tavares, o governo embarçou a renovação do contrato, e começou a cogitar algum meio de regular o futuro.

Apresentaram-se-lhe diferentes pretendentes e diversas pretensões. Dizem que a este respeito ocorreram coisas lindas; mas nem as sei ao certo, nem quando as soubesse poderia entrar no programa destas missivas. O fato é que uma comissão, composta de João Pereira Darrigue Faro, Joaquim José dos Santos Junior e João Pedro da Veiga, está incumbida pelo Ministério de ensaiar a administração do teatro, mediante certa subvenção mensal, cujo algarismo ignoro se já está fixado. Deste ensaio se colherá ao menos uma base segura para qualquer arbítrio que o governo venha a abraçar, e creio que são estas as suas vistas, e as únicas a que anuíra, senão toda, a maioria da comissão.

Em presença de tão grave emergência, vendo de um lado uma comissão que aos embaraços de seu novatismo reúne as dificuldades de um estado provisório, do outro uma companhia destroçada e decadente, receei que por muito tempo ficássemos privados dos divertimentos de Euterpe, Melpomene e Talia. Mas o Triunvirato acaba de tomar medidas que me restabeleceram um pouco o perdido ânimo.

Já lá vai barra fora o paquete francês *D. Pedro*, que se fez à vela para o Havre no dia de Natal, e é portador de uma credencial que dá amplos poderes ao nosso encarregado de negócios em Nápoles para contratar uma prima-dona absoluta, uma comprimária, um primeiro tenor, um barítono e um primeiro baixo. O negociador



Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães é amador, e conhece bem a nossa crônica teatral,

... *quae que ipse miserrima vidi,*
Et quorum pars magna fui...

é, pois, provável que faça uma feliz escolha dentre as inúmeras vozes que abundam na nova Partênopo. E mais ainda agouro um bom êxito à sua missão, porque os triúnviros larguearam-lhe meios, autorizando-o para ajustar a *Fresolini* e o *Tamberlick*, ou outros de igual força, pela não pequena soma anual de 150.000 francos, que no câmbio corrente dão mais de quarenta e sete contos, e que, divididos pelas duas gargantas na razão de seu merecimento, as deixam bem aquinhoadas. Mas, até que se realize este lisonjeiro prospecto, ficarão os *dilettanti* sem gozarem as delícias de Euterpe, porque a velha companhia lírica pouco a pouco foi caindo aos pedaços e o restante está em debandada.

Os *Tati*, pai e filho, e o *Capurri* vão para Pernambuco. E a Ida Edelvira foi-se para Buenos Aires, de onde lhe asseguraram 1:200\$000 por três meses, passagem franca e um benefício. Ida parece pertencer à escola *liberal*, não se prende por muito tempo, gosta de dispor de si segundo os caprichos do momento. A nova diretoria fez diligências para renovar o seu contrato, mas de balde, porque, além da condição de 1:600\$000 mensais, que afinal foi aceita, a dona queria a liberdade de dar por acabado o contrato quando lhe aprouvesse, ou, quando muito, não queria prender-se por mais de quatro meses! Foi-se, e os seus frenéticos entusiastas, que tanto abusavam do direito de palmejar, cá ficaram, não sei se algum tanto corridos.

No longo entreato em que temos de esperar pelos novos filhos de Partênopo, teremos cenas de soco ou de coturno, e as ligeirezas de Terpsícore? A companhia de baile que ora existe resume-se em



duas figuras – *Baderna e De-Vecchi*: poderemos ainda ver algumas repetições da *Sílfide* e do *Lago das Fadas*. Quanto à companhia dramática, o distinto ator brasileiro João Caetano dos Santos foi convidado pelo triunvirato para apresentar as condições com que dela se encarregaria como *empresário*. Levantou-se a excomunhão, se a havia, de que tanto se queixavam o ator e seus amigos. Ele deve, portanto, fazer de sua parte todo o sacrifício possível para reaparecer no palco do primeiro teatro nacional. João Caetano percebe por mês dos cofres gerais 2:000\$, e da tesouraria provincial do Rio de Janeiro, 1:800\$. A subvenção da província impõe-lhe o ônus de dar uma representação por semana no Teatro de Santa Teresa, em Niterói. O auxílio do Tesouro é de mão beijada. Recebe, pois, João Caetano 46:600\$ anualmente para sustentar a companhia de que é diretor, e dizem, e eu acredito, que lhe não chegam. Mas não lhe acho razão, se é verdade que ele exige mais 1:000\$ mensal para sair do Teatro de São Januário e vir para o de *São Pedro de Alcântara*, estando reconhecido que as representações dramáticas deste último se têm sustentado sem dispêndio do Tesouro.

As caprichosas pinturas do teto do teatro a que me tenho referido, pela ação do tempo e eflúvios do magno lustre, tornaram-se invisíveis; e tendo a extinta sociedade, por um respeito pouco discreto, conservado-as no *statu quo*, ao passo que forrara de papel paredes e camarotes, ofereciam o mais ridículo contraste, e abafavam a luz que lhes caía acima. Os novos diretores vão reparar essa falta de catóptrica, cobrindo a cabeça à semelhança do corpo.

Mme. Gudin, cujo infortúnio tem sido largamente discutido neste *Jornal*, essa vítima do sobredito malfadado teatro, escapará com vida, mas em estado lamentável. Os franceses aqui residentes dirigiram ao St. Georges, encarregado de negócios de sua nação, um “nós abaixo assinados” acerca da iniquidade que sofrera sua compatriota, St. Georges, que já tinha espontânea e energicamente reclamado do gabinete de São Cristóvão uma reparação

satisfatória, enfiou com os patrícios, e, quanto a mim, sem razão. O procedimento dos franceses seria louvável ainda no tempo do antigo regime quanto mais sob uma Constituição que tantas vezes lhes recomenda – *FRATERNITÉ*.

O Conselheiro Montezuma, candidato a uma das vagas que a epidemia abriera no seio da Câmara vitalícia, acha-se nesta Corte de volta da Bahia, sua província natal, onde foi, segundo os usos ingleses que ele tem procurado introduzir nesta terra cabalística, pleitear a sua eleição, que está seguríssima. Esteve lá enquanto as urnas conceberam, e retirou-se pouco depois do parto, a que assiste na capital.

No dia 24 do corrente, prestou a dita personagem juramento de conselheiro de Estado no Paço da Boa Vista.

Os apóstolos do deus Baco gostam de festejá-lo todos os dias, e principalmente nos de chuva. Um desses baquistas deu lugar à seguinte história, cuja publicação estou certo há de descontentar ao nosso amigo Polidoro Quintanilha Jordão. Mas ele que tenha paciência que nós, e todos os seus conhecidos, fazemos justiça ao seu zelo e talento disciplinador.

Era noite de Natal, e vinha um municipal permanente de cavalaria correndo a toda brida pelo Catete, com proa para a cidade. Na altura do Pocinho da Glória esbarra o outro em que vinha montado, e investe para dois carros que seguiam em sentido oposto. Param os carros e o assaltante lança as manoplas sobre as rédeas da parelha de um deles, no qual iam o Marechal *** e sua família. O general, saltando fora, perguntou-lhe o que queria, acrescentando: está bêbado ou doido? Custou-lhe o dito uma *forte pranchada*. Acode um dos filhos, e o crapuloso soldado desfecha-lhe *uma cutilada*, que felizmente deu no chapéu e, por isso, *apenas produziu uma forte contusão*. Neste entretanto acode alguém, e auxiliado pelo mancebo ofendido em si e na respeitável pessoa de seu pai, pôde conseguir que o furioso baquista se apeasse. Estava



neste ponto a deplorável cena, a que em noite de Natal se viu exposto o General ***, quando chegaram um cabo e um soldado do mesmo uniforme, os quais contaram que o ébrio pertencia a uma patrulha rondante da Lagoa, da qual fugira por lhe ter o comandante dado a voz de preso em consequência do fogo que lhe ardia na cabeça. Não quis ser conduzido para o quartel senão amarrado, vontade que não foi possível recusar-lhe, e lá se acha em talas respondendo a conselho de guerra. Sinto o desacato de que foi vítima o marechal, mas não posso resistir ao comichão que neste momento sofro para recordar-lhe o velho provérbio: “Boa romaria faz quem em sua casa se deixa ficar em paz.”

A sentença a que foi condenado o Leopoldo pelo Juiz Municipal D. Luiz de Assis Mascarenhas pende, em virtude de apelação por ele interposta, do Juiz Municipal Madureira Queiroz, substituto do juiz de direito da 1ª Vara Crime, Manoel Elisiário, que averbouse de suspeito.

Foi preso em Goiás, e remetido para esta Corte à disposição do Ministro da Justiça, um Frei João do Lado de Cristo, conventual da Bahia, e missionário apostólico. Este frade, esquecido de que o seu lado é o de Cristo, como até lhe ensina o seu próprio nome, olvidando-se dos seus deveres de missionário apostólico, declarou-se *liberal*, e converteu-se em missionário *político*. O seu novo apostolado começou em Minas, donde se passou para Goiás. A ser o fato como acabo de referir, e ouvi a pessoa sisuda, V. M. que é doutor dirá se o frade pecou ou não contra os cânones e as leis temporais. Quando o Sr. Frei João do *Lado Liberal* chegou a esta Corte, que foi a 24 do corrente, o Ministro Eusébio achava-se em despacho e por isso o oficial que acompanhava o preso não lhe pôde logo falar, e de seu próprio arbítrio conduziu-o para o quartel dos Permanentes, onde o deixou a bom recado. Seguiram-se dois dias santos, e daqui proveio o fato, que tanto scandalizou aos sentimentos religiosos de uma folha da oposição, de ficar o



Frei João numa prisão militar até ao dia 27, em que foi transferido para o convento de Santo Antônio. É de esperar, à vista do que levo exposto, e creio ser verdade, que a prisão do Sr. Frei João do Lado de Cristo nos não suscite as mesmas dificuldades que ao Piemonte causou a deportação dos arcebispos de Turim e de Cagliari, que suponho não ter escandalizado às crenças religiosas dos defensores daquele missionário.

No dia 26 do corrente, pelas 10 horas da noite, deu sua alma a Deus o primeiro construtor do Arsenal de Marinha, Joaquim José de Souza, primeiro tenente graduado da Armada, e cavaleiro da Legião-de-Honra. Cerca de 40 anos de não interrompidos e ótimos serviços contava esse benemérito cidadão. Sem teoria, era entretanto habilíssimo prático, e a seu talento e desvelo se deve à conservação de um grande número de nossos vasos de guerra, que foram por ele construídos ou consertados, no espaço de vinte anos que teve a seu cargo esse ramo do serviço naval. Um fato, bem digno de notar-se, ultimamente ocorrido, acelerou o progresso da hidropisia que o levou à sepultura; por ele, quem o não conhecia apreciará quanto era puro e fervoroso o zelo que aquele cidadão punha no desempenho de seus deveres.

A corveta *Baiana*, de coberta lavada, foi posta no estaleiro e construída até certo ponto segundo o risco que de suas habilísimas mãos saíra. Quando se achava já em estado de não admitir alterações sensíveis, surge neste porto a corveta norte-americana *Plymouth*, que é de bateria coberta. Agradou o modelo a alguém que, sem atender, como atenderia qualquer, à impossibilidade de levantar um segundo sobrado sobre tão frágeis alicerces, fez com que se transformasse a *Baiana* em uma nova *Plymouth*. Souza reconheceu logo que a coisa era impossível, mas habituado a obedecer cegamente, não sabia retorquir a seus superiores; cumpriu com o coração apertado a ordem que lhe fora dada, e esforçou-se por operar o milagre. O resultado foi que aí está a *Baiana*, que tão



bem ia conforme o risco do seu experiente construtor, sem poder sustentar-se em pé, porque, com a forçada alteração que sofrera, perdeu as condições de estabilidade. Tem-se mostrado renitente a quantas experiências a submeteram. Alastraram-na ultimamente com obra de trezentas toneladas de ferro, e ainda assim aderna, inutilizando a bateria de sotavento! Trata-se de dar-lhe mais estabilidade; mas, ou me engano muito, ou todo o trabalho e despesas serão perdidos. Nada se conseguirá enquanto a não arrasarem, restituindo-a aquilo para que desde o seu princípio foi destinada. O mal já não tem remédio; mas sirva isto de exemplo, e para o futuro não consinta nenhum governo que os sapateiros toquem rabeção.

As últimas palavras do pobre Souza foram: “E não vejo navegar a *Baiana!*” Deus se condoa de sua alma, e o governo imperial lance piedosas vistas para a pobre família de tão honrado e dedicado servidor.

Um dos meus Argos, que neste momento aparece-me, diz-me com muito mistério (e me pede que lhe recomende todo o segredo) que houve, nos primeiros dias deste mês, *lá no empíreo*, algum estremecimento, mas que foi tão fraco e passageiro que não transpirou. Como ele o soube é coisa que nem eu mesmo posso alcançar. Limito-me, portanto, a notar-lhe que o fenômeno ministerial a que aludo precedeu muito a revolução atmosférica da tarde de 24.

Saúde e patacos, como diz o *citoyen* Braz Tizana.

Jornal do Commercio de 30/12/1850

Corte, 5 de janeiro de 1851.

C heguei ao ano de 1851, e tenha Deus querido que outro tanto lhe acontecesse, além de todos os outros motivos, porque não quero relações, nem para o reino de Plutão, nem para os Campos Elíseos. Foi-se o execrável 1850 e não serei eu quem lhe há de fazer a necrologia; que a faça algum herdeiro pródigo, a quem a febre amarela protegesse; eu contento-me compor-lhe este epitáfio, que foi escrito para o de 1849:

*No teu manto ensanguentado
Some-te, ó ano sem par;
Que atrás de ti espantado
Cá fica o mundo a chorar.*

A semana que findou ontem foi das mais estéreis; mas, ao despedir-se, sempre deu-nos alguma coisa com que o vou entreter. O *Jornal do Commercio* publicou duas peças importantíssimas, que trouxeram logo à discussão os negócios do Rio da Prata, matéria velha e já adiada em todos os *cafés causants*: são duas notas, uma do ex-representante de Rosas nesta Corte, e outra do Ministro Arana, porta-voz e amanuense do déspota; foram ambas extraídas das folhas de Buenos Aires; a primeira se diz datada desta Corte em 28 de setembro, pouco antes da partida da legação argentina; a segunda é um mês mais atrasada. Só uma sede insaciável de



escândalo, e a impostura de que Rosas tem feito o principal agente de sua política exterior, poderiam autorizar a publicação daqueles documentos, sejam ou não verdadeiros quanto à época e lugar.

Se eu não soubesse do ciúme que o General Guido, o único restante dos patriarcas da independência da sua pátria, causa ao feroz ditador, teria como a mais refinada hipocrisia o tom sério e grave da nota, a unção de que o ex-ministro nela se mostra possuído. Só o desejo de humilhar a um rival, e um inveterado hábito de cinismo e escândalo, aconselhariam a Rosas que obrigasse o ex-representante de seu governo a escrever em vida, para ser pública, a história íntima do seu procedimento em uma missão diplomática tão importante para Buenos Aires, como é, e será em todo o tempo, a do Brasil. O escândalo está encarnado nesse homem sem alma e sem coração, por isso quis dar aos povos civilizados exemplo sem igual nos fastos da diplomacia. Era também preciso descobrir-nos em toda a claridade as íntimas e afetuosas relações que ora existem entre o governo inglês e o de Buenos Aires, para que respeitemos a dupla aliança; as declarações de Guido satisfazem completamente a este fim e as que lhes servem de resposta apertam ainda mais os laços de tão natural e distinta união – a do implacável mazorqueiro com o governo de uma nação que quer à força libertar e civilizar as outras. – O cinismo da diplomacia em Buenos Aires teve, quanto a mim, outro fim que já deixei entrever: inutilizar o Guido para qualquer missão no Rio de Janeiro. A estima que este argentino aqui adquiriu entre as classes mais gradas, a particular consideração que soube merecer de S. M. o Imperador, são as melhores recomendações para o ódio e desconfiança do tredo e despótico Átila das povoações do Prata. Guido foi obrigado a revelar que *procurou*, na última fase da sua missão, *fomentar pela imprensa desta Corte e por suas relações, uma opinião favorável à causa do ditador argentino*; que por um *fanatismo imprudente* não cessava de ter em movimento ministros, senadores, conselheiros,



altos funcionários, gente de palácio, e toda aquela que pôde fazer servir à causa de seu governo!!! Que a diplomacia de Rosas é a mais aliantineira, e a de mais papelada que se conhece, todos o sabem; que a legação argentina nesta corte trazia em um contínuo rodopio todos os membros do gabinete imperial, que se metia por toda a parte como piolho por costura, também era notório; que, porém, viesse ela a confessar em público que influiu em certas defesas que na imprensa do Rio de Janeiro se lhe fizeram, é o que ninguém esperaria ver; como ela pôde fazer servir à causa do seu governo altos funcionários e gente do palácio, é o que me não é dado apreciar.

A fanfarronada com que Rosas reprova a demora do seu agente em pedir o passaporte e a ridícula bazófia de ter logo mandado pagar a quantia de 110 libras por que aquele ajustara a sua passagem e a de sua família no vapor *Rifleman* são meios desprezíveis a que se socorre o selvagem ditador para ostentar recursos que lhe faltam, e disfarçar o susto que lhe incute a atitude respeitável que vai tomando o Império. Creio, porém, que não conseguirá mais iludir-nos quanto aos seus estratagemas e projetos, e que o gabinete imperial ter-lhe-á os envites, se, mais avisado, não abrir mão das suas insólitas exigências, e não puser cobro às suas grandes iniquidades.

Vem agora a pelo falar-lhe da exoneração do Joaquim Marques Lisboa, de que alguns quiseram fazer um *autem genuit*, e que não passou do caso o mais simples e ordinário. Havia tempos que esse insigne oficial, em consequência de seu precário estado de saúde e de conveniências de família, solicitara a sua reforma militar. Não obstante, foi nomeado para comandar a fragata *Constituição*, e aceitou este encargo por lhe não ser atendida a razão de escusa que apresentou, a mesma com que fundamentara a petição de reforma. Pouco depois o governo exigiu dele maior sacrifício, confiando-lhe o comando da divisão naval estacionada no Rio da

Prata, e ordenando-lhe que partisse para ali com a maior brevidade possível. Lisboa ponderou que seus incômodos se agravavam no mar, mas que, como militar e brasileiro, obedeceria, atentas as circunstâncias do Império e a natureza da comissão. Declarou que antes de seguir viagem desejava experimentar o estado dos navios que levava para reforçar a sobredita divisão, e exercitar as guarnições, e que não era este serviço compatível com a ordem que recebera para fazer-se à vela no dia 3 de dezembro último. Como era razoável, concedeu-se-lhe o adiamento pedido; mas nas vésperas de sair com a esquadilha para cruzar por alguns dias fora da barra, piorou de saúde, e força foi anuir às suas primeiras instâncias, dispensando-o da comissão, que passou interinamente para o Capitão de Mar e Guerra Parker, que comandava a corveta *D. Francisca*, e é o oficial mais graduado dos que se acham naquela estação. O demissionário seguramente não leu o que a seu respeito e contra o Ministério se engendrou por ocasião desse sucesso; senão, teria retificado um erro em que venialmente ou de má-fé caíram seus officiosos defensores. Disse-se que o atual Ministro da Marinha, quando no exercício de juiz de direito da cidade da Cachoeira, na Bahia, tivera com o Lisboa certo conflito, pelo qual lhe tomara eterna ojeriza: se deu-se o fato, outro era o juiz, segundo tradição digna de crédito.

No nosso país, os argumentos pessoais são a lógica predileta de quase todos os publicistas e parlamentares. Quando nos curaremos desta safada lepra?

Aos negócios do Rio da Prata prende-se o seguinte fato, que não pode deixar de causar-lhe a mesma agradável impressão que eu experimentei. São dois caciques que chegaram a esta corte para ver o monarca, e oferecer-lhe os serviços de sua numerosa tribo. O maioral chama-se Antônio Prudente, é homem de boa estatura, talhe proporcionado e airoso, de semblante prazenteiro e maneiras muito brandas. Fala o português quanto é preciso para se fazer

entender. Sua tribo é uma das mais populosas que vagueiam pelo sertão entre o Rio Grande e São Paulo, e acha-se aldeada no lugar da primeira província denominado Nonoaí. A esforços do cacique deve-se este importante aldeamento, atualmente composto de 1.400 indivíduos, e que promete crescer com os recrutados que lhe afluem das tribos vizinhas. Atendendo ao estado das relações do Império com o famoso restaurador das leis de Buenos Aires, teve o diretor da aldeia a feliz ideia de enviar Antônio Prudente para o brigadeiro diretor geral, José Joaquim de Andrade Neves, no intuito de que este lhe proporcionasse uma entrevista com o presidente da província. Desta entrevista resultou a vinda do cacique e do seu imediato e parente do mesmo nome, em satisfação do intenso desejo que ele manifestara de ver e cumprimentar o Imperador. O indígena conseguiu o seu *desideratum*, porque já foi apresentado a SS. MM., e acha-se metamorfoseado em capitão-mor das Maurícias, com farda vermelha e durindana à cinta. Não cabe em si de contente ao contemplar a maravilha do seu uniforme e armamento. Todos os dias, e um sem-número de vezes, orna-se com as suas vestes cortesãs e exercita-se no manejo de sua nova arma. Recebeu mais alguns outros brindes, como sejam fazendas para sua família, uma onça de ouro e uma espingarda de dois canos, coisas que também muito o penhoraram, e foram por ele cobiçadas. O companheiro de Antônio Prudente é menos interessante do que ele e menos civilizado, mas exprimiu os mesmos sentimentos e desejos, que foram igualmente correspondidos: a espingarda de dois canos foi o que mais o entusiasmou.

Estes indígenas, cuja nação se ignora, não têm ideia alguma de nacionalidade, e são completamente alheios aos ódios que reinam entre os rio-grandenses e orientais; mas o sentimento de lealdade e gratidão parece dominá-los e, bem dirigidos, poderão servir-nos de ótimos auxiliares, se der-se o caso de uma guerra com o gaúcho de Buenos Aires. Antônio Prudente e seu companheiro Antônio regressam no primeiro vapor que seguir para o sul.

Neste bom Rio de Janeiro, as questões de bastidores são as que mais cativam a atenção pública, a julgar pela atividade e calor da imensa turba de prosadores e poetaços que delas se ocupam; e como sobre esta razão assenta a de ser V. M. um dos tais *pasmados*, não posso deixar de aditar à minha última epístola o que posteriormente me chegou aos olhos e aos ouvidos.

Apesar da experiência que tem o Dr. Magalhães de todos os mistérios do Teatro de São Pedro de Alcântara, *quorum pars magna fuit*, e posto que a sua lira seja uma das mais sonoras, a nova trindade diretora entendeu que devia dar-lhe um Cireneu, e para esse fim lá vai no próximo pacote inglês o Dionísio Vega, mestre da companhia de canto tão iniciado como o poeta nos segredos de Eleusina, porém mais competente do que ele para medir o volume, extensão, timbre, e cadência das vozes, e para classificar as gargantas, segundo os preceitos de Euterpe. Além das cinco primeiras partes de que reza a minha anterior, virão também quatro coristas e algumas segundas bailarinas.

A nova diretoria alugou o teatro pela não modesta quantia de 12:000\$000 anuais, com o contrapeso de pagar o aluguel desde o dia 1º de novembro de 1850. Quando a defunta sociedade, que Deus haja por lá *ad perpetuum*, principiou os seus infaustos dias, obteve o teatro por 8:000\$000; mas como se foi tornando muito morosa nos pagamentos os proprietários entenderam que se deviam indenizar da mora elevando o aluguel, que sucessivamente foi subindo até parar naquela quantia. O triunvirato Pedro da Veiga, Faro e Santos Júnior é credor do mais ilimitado conceito; mas os donos da casa habituaram-se a calcular com a parcela de 12:000\$ nos seus estirados orçamentos e não se podem dar agora ao penoso trabalho de substituí-la por outra menor, ainda que não nominal como era aquela. Os triúnviros curvaram o colo à lei da necessidade, e por tudo estiveram até mesmo pela condição de correr o aluguel de 1º de novembro conquanto só Deus saiba quando lhes serão entregues as chaves do templo.



La esquecendo-me dizer-lhe que têm eles uma grande garantia contra qualquer abuso que a este respeito possa haver da parte dos inventariantes e herdeiros da defunta; e vem a ser embargar-lhe os trapos para indenização do prejuízo da demora.

Quando a alma sofre, o físico é também afetado, e vice-versa, ponto este em que os doutores de todas as seitas estão concordes. O estado moral e espiritual do Teatro de São Pedro de Alcântara foi-lhe minuciosamente descrito; agora saiba que o corpo acha-se também assaz doente, conforme o parecer de um perito. A parede do lado de São Francisco de Paula perdeu o *aplomb*, ou criou barriga, intumescendo para o lado exterior cerca de 27 polegadas contadas como o devem ser e V. M. o compreende; a protuberância do lado da Lampadosa é apenas coisa de 21 das ditas. As paredes do centro estão rachadas. À vista do exposto e do mais que, por inútil, deixo de considerar, conjecture quando ali teremos espetáculos. Largos dias têm cem anos.

Um *Idista*, que se presume muito informado dos atos e intenções do seu ídolo, contestou a exatidão das notícias que dei acerca da cantora viajante. Assegurou que não pedira 1:600\$, e que não recusara escriturar-se por quatro meses. Quanto à pecúnia, à fé de quem sou, afirmo-lhe que o vi escrito por letra muito conhecida, em certas condições que, por parte da dona, apresentou pessoa legitimamente autorizada. Agora, pelo que diz respeito ao tempo, é verdade que a dita senhora sujeitava-se a uma prisão de quatro meses, ficando à empresa a obrigação de aturá-la por doze, quer quisesse ou não, se seus inconstantes devaneios assim o exigissem. Mas esta proposta de quatro meses para si, e doze para a empresa, fora o seu *ultimatum*, e não primeira e única proposta. E basta.

A Baderna e o *Maestro* Gianini também vão mostrar-se às margens do Capiberibe, e aí passar uma parte do tempo que tem de durar o eclipse do *São Pedro de Alcântara*.





A iluminação desta cidade ainda é a mesma do seu tempo, sem tirar nem pôr: de azeite, e muito limitada, de luz fátua, e ainda assim em extremo sensível à influência lunar. As suas luzes continuam a ser como aquelas de Milton, que apenas davam a clari-
dade necessária para fazer as trevas visíveis. Temos progredido a muitos respeitos, mas no tocante a este artigo paramos como se tivéssemos feito um grande esforço: nem ao me-nos se tem queri-
do passar para a luz do chamado gás hidrogênio líquido, dez vezes melhor e pouco mais caro. Entretanto, se há ruas, becos e esquinas que devam ser alumia-
dos, são os do Rio de Janeiro, onde o menor e mais asseado dos perigos é o de uma queda de quebrar queixo, ou de uma topada de arrancar unhas. Outrora houve veleidades de aplicar a esta terra de macacos o uso da iluminação por gás, geralmente adotado na Europa desde 1822; mas os trabalhos que então se fizeram, aliás bem esclarecidos e convincentes, ficaram à margem até hoje. Presentemente, que a química se ostenta galharda, repete-se a tentativa, e até ouvi que já existe privilégio e empresárioio.

Os primeiros pretendentes a essa empresa foram Mr. Milliet e Comp; seguiram-se-lhes pouco depois dois outros, Mr. Charollais e os Srs. Ireneu e Comp., proprietários da fábrica de fundição da Ponta d'Areia; todos, ao que parece, bem habilitados, e alguns com recomendações especiais. No vapor inglês *Esk*, recém-chegado, veio um outro candidato, Mr. Camille Frédéric Adolphe Schweppe, diretor da fábrica de gás da cidade de Angers, em França, que se propõe ao mesmo fim como procurador de um dos diretores das oficinas de gás em Lisboa. Não faltam pois empresários, e talvez, haja demais: teremos, porém, iluminação de gás? *Dicant Paduani*.

A química tem andado por aqui muito na ordem do dia. Um Dr. Abreu, médico, natural da província do Rio Grande do Sul, e há pouco recém-chegado da Europa, onde foi estudar a expensas dos cofres provinciais, obteve do Ministro do Império dar

gratuitamente algumas lições de Medicina Legal em uma das salas do Museu Nacional. Saiu-se otimamente, e seu maior elogio está no numeroso e ilustrado auditório que o não abandonou até o fim do curso. Findas estas lições, o mesmo talentoso e aproveitado doutor convidou o respeitável público para ou vir-lhe algumas ideias sobre o gás de iluminação. Posteriormente ouvi que esse assunto ocupava a atenção do governo, que S. M. o Imperador assistira às lições do esperançoso químico, e que este tivera também em vista a indústria de iluminação da cidade por meio de gás, para a qual um pretendente, Mr. Milliet, o convidara. Mais tarde, dizem-me que houve uma iluminação de gás no edifício da Escola Militar, dirigida pelo Dr. Capanema, lente da mesma Escola, e que na Alemanha se aplicara especialmente às ciências físicas. O gás foi extraído da mamona e, atravessando delgados tubos de chumbo colocados ao longo das paredes de uma sala, inflamava-se ao sair de bicos verticais de latão regularmente espaçados.

Tudo isto, assim a exposição oral e demonstrações experimentais do Dr. Abreu, como a iluminação do Dr. Capanema, pode agradar, como um público testemunho de que, com efeito, aventava-se o melhoramento da iluminação da cidade; sob outro ponto de vista, tais fatos em nada interessam, porque deles não se colhe nenhuma novidade. A questão é saber se o governo está disposto a realizar essa empresa, por toda a parte assaz conhecida, e se há pretendente que mereça confiança e ofereça condições aceitáveis. Se há receios dos acidentes a que é sujeita a iluminação do gás, esses receios são indignos de um país já tão civilizado como o nosso; e nesse caso nem as lições do Dr. Abreu, por mais instrutivas que fossem, nem a iluminação do Dr. Capanema, por mais brilhante que saísse, poderiam desvanecer o pânico geral. Acredito que não será por tão pueril motivo que deixaremos de proscrever para sempre os lampiões de azeite; mas, se fosse esta a causa, haveria um meio seguro de removê-la, que, com toda a

sinceridade de que tenho dado provas, vou propor-lhe, e aos sábios que me lerem: iluminar as eminências que cercam a cidade, tirando dentre nós os explosivos depósitos que assim, se viessem a rebentar, não nos ofenderia cá embaixo; uma tal iluminação poderia até ser feita com todo o capricho da arte, para reunir o útil com o belo; e com o tempo viria descendo para este vale de lágrimas no sentido inverso da civilização, que parte dos centros das povoações para as matas e as montanhas. Confesso-lhe que estou enamorado deste projeto, que pelo menos daria mais glória em sua refutação aos nossos químicos, do que o trabalho que eles há pouco tiveram de mostrar-nos a possibilidade da iluminação por meio de gás, se tais foram as suas sinceras vistas.

Não sei o que mais pretende de nós a nossa sincera aliada. Pôs-nos a faca aos peitos e exigiu de chofre todas essas medidas de repressão do tráfego de africanos, que, se fossem tomadas mais de espaço, e sem a ameaça de uma guerra externa, seriam mais bem aceitas, mais bem entendidas e mais discretamente executadas. O Brasil, para acalmar as iras do *acer* e *iracundus Palmerston*, impôs-se o maior dos sacrifícios sem ter prévia e prudentemente prevenido o desenvolvimento de seus necessários efeitos. E dizem que ainda não está contente o seu representante nesta Corte! A esquadra do Almirante Parker virá da Grécia para o Rio depois de se ter refrescado em Lisboa?!

O *bon vivant* Merolla, como lhe chamou certo periódico desta corte em outro tempo, e que aqui esteve como encarregado de negócios de Nápoles, volta para o Rio com o caráter de ministro residente. Custa a crê-lo, porque é sabido que S. S. não vivia nesta corte em muita harmonia com as pessoas que mais respeito e dedicação lhe deviam merecer.

Cheio do mais profundo pesar lhe comunico que morreu ontem a *negrinha monstro*; sim, a *negrinha monstro!* Mas não morreu monstruosamente; acabou como as *negrinhas ordinárias*, de uma

invasão de bexigas, e a esse acontecimento nenhum outro notável precedeu. O senhor, o *empresário*, está, dizem-me, inconsolável... coitado! tem nas suas contas o documento mais comprobatório do grande número de parvoalhos que habitam nesta cidade; mas tais eram as contas que fazia que está qual outro Pedro Sem. Se eu tivesse a dita de o conhecer, lhe aconselharia que convidasse os tais parvoeirões, e por duplicado preço, para verem o estado ainda mais disforme em que a erupção variolosa deverá ter posto o seu monstrozinho.

Há dias que cessaram a trovoadas e a chuva com que éramos todas as tardes obsequiados. O calor de 86 graus de Fahrenheit vai incutindo algum pânico, e, no estado em que se acham os espíritos, os boatos falsos e aterradores circulam livremente. Eis a informação que recebi de pessoa competente:

Tem havido um ou outro fato isolado de febres graves, revestidas de alguns caracteres da epidemia do ano passado, mas não posso por ora acreditar que a constituição médica atual se caracterize por esses casos, que não parecem ser mais do que febres perniciosas, próprias desta quadra no Rio de Janeiro, oferecendo somente alguma diversidade em suas manifestações. É a lembrança ainda muito fresca da epidemia fatal de que fomos vítimas, que tanto tem assustado, e feito crer a muitos que estamos de novo de braços com o flagelo.

Sou da opinião do doutor cujas palavras acima transcrevi, mas não cessarei de gritar: cuidado, Sr. Paula Cândido! olha que toda esta cidade está com os olhos em cima do presidente da Comissão de Higiene Pública!

Jornal do Commercio de 06/01/1851

Corte, 2 de fevereiro de 1851.

Em Paris, Londres, e outros empórios da riqueza universal, os inventores de novidades, que são habilíssimos quando levantam as suas antífonas, não o fazem por mero gracejo, simplesmente pela força do hábito, ou para sustentarem o crédito de grandes descobridores. Suas balelas têm por fim fazer baixar ou subir o barômetro das bolsas dos capitalistas e onzeneiros para se proporcionarem alguma vantajosa especulação mercantil. E os ingleses, como em tudo o mais positivos e previdentes, têm a este respeito legislação bastante severa, em virtude da qual foi outrora o Capitão Cochrane condenado ao pelourinho por ter espalhado na praça uma notícia de sua invenção, que lhe surtiu ótimo efeito à custa dos agiotas. Entre nós os noveleiros, bem que possam dar largas impunemente a seu talento inventivo, não passam de frioleiras, ou, se concebem algum maranhão de grosso calibre, contentam-se com as honras que lhes prestam seus crédulos ouvintes, e seu principal fim é por algumas horas animar e dar tema aos politicões que lhes frequentam a casa, botica ou loja. Os nossos noveleiros não são mercantis, são exclusivamente peteiros políticos, que raríssimas vezes mostram algum talento no seu gênero. Se não estão de todo desacreditados, é porque há nesta terra um esperto por cada mil inocentes, desses para quem está sempre aberto o reino celeste, e também pela irresistível força *do quod volumus facile credimus*.

Contei-lhe o que alguns desses inventores espalharam, há duas semanas, acerca do cruzeiro inglês no porto da Bahia, e para logo desmascarei-os com a lógica dos próprios fatos sobre que levantaram o seu grosseiro castelo de papelão, e com as revelações que me foram feitas. Hoje estão dissipadas todas as nuvens a cuja sombra se abrigavam, pois corre impressa neste e em outros jornais a história oficial das novas proezas dos capitães do liberalíssimo Sr. Lord Palmerston. A Fortaleza do Mar está no seu lugar, são como dantes; o presidente da província e o chefe de polícia cada um em seu posto e na sede de sua jurisdição. Os ingleses exigiram, carregaram o sobrolho, falaram muito no Almirantado e em suas santíssimas ordens, mas contiveram-se, ao menos, *si et quantum*.

Achará estampadas no *Jornal do Commercio* as notas que o mês passado se trocaram entre o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Sr. James Hudson, plenipotenciário da Grã-Bretanha. É o assunto que neste momento domina a atenção pública. Revolta a seus próprios compatriotas aqui residentes a insólita violência do atual gabinete inglês. Não se pode levar mais longe o despotismo da força, não se pode atacar mais de frente a soberania de uma nação. Nenhum brasileiro, que não esteja ou completamente degenerado, ou completamente obcecado pelas paixões de partido, deixará de encher-se de nobre indignação contra a audácia e a iniquidade britânicas. A febre amarela, em compensação dos grandes males que causou, despertou-nos algum zelo pela saúde pública, deu-nos alguns melhoramentos sanitários. Quem sabe se os insultos de Lord Palmerston e do nefário Rosas à nossa independência, suas afrontas à nossa nacionalidade, não estão destinados pela providência para reconciliar todos os brasileiros, acabando com as animosidades pessoais que nos inquietam e minguem no interior, e nos apresentam fracos e divididos perante o estrangeiro audaz e ambicioso?!

Não entrarei na análise das recriminações que mutuamente se lançam os dois partidos que contendem sobre a administração do

país relativamente à gravíssima questão do tráfico; é incontestável que a este respeito o silêncio e a mútua tolerância foram o conselho mais prudente; era o caso de dizer-se como Napoleão: *il faut laver notre linge sale en famille*. Há um fato que não pode ser contestado, qualquer que seja a moralidade que dele queiram tirar, o Ministério comprometeu-se de maneira a mais solene para com o Brasil e para com o governo inglês a organizar um sistema eficaz de repressão, e a pô-lo em prática com toda a sinceridade e com todos os esforços que a prudência e os recursos do país comportarem. Que ele até este momento o tem feito com um escrúpulo, já por alguns acoimado de humilhação ao estrangeiro, é público e notório, porque em nenhuma época o governo brasileiro se mostrou tão empenhado em satisfazer essa obrigação internacional, nem tão compenetrado de sua grande necessidade em relação aos interesses morais e econômicos do Império. Apreciem como quiserem o ato, mas ele aí está à vista de todos os que não forem cegos. O que, pois, se deveria esperar do governo inglês, se suas violências somente fossem aconselhadas pelo espantoso desenvolvimento que entre nós tomara esse infando comércio, e pela impassibilidade ou fraqueza com que o governo brasileiro o observava? Desde que este, por atos bem significativos, mudando de sentimentos, ou vencendo pela força da necessidade os obstáculos que o peavam, se declarou muito refletida e seriamente resolvido a dar garrote no tráfego e punir os que nele se mostrassem obstinados, o que todos deviam esperar é que o gabinete de St. James se retraísse ao círculo do direito das gentes, e, suspendendo suas hostilidades insultantes, aguardasse os efeitos da ação do governo imperial, auxiliando-o nessa dispendiosa e difícil tarefa dentro dos limites que por aquele lhe fossem traçados, que seriam os de uma cooperação inofensiva à independência e dignidade do Brasil.

É, porém, o contrário disso que o liberalismo e filantropia de Lord Palmerston houve por bem ordenar ao seu representante

nesta Corte, e ao chefe de suas forças navais estacionadas em nossos portos. A extinção do tráfego não é obra de um dia; a prova está nos inquéritos britânicos sobre os feitos do cruzeiro da costa d'África, a prova está no bom senso universal e na constituição física e geográfica do Império. Enquanto durar essa renhida luta da moralidade contra a especulação, da lei contra os seus infratores, pretende Lord Palmerston conservar-nos debaixo do mais humilhante protetorado, fazendo a polícia dos nossos portos, visitando e capturando navios com a bandeira brasileira nos mares territoriais do Império, violentando e prejudicando a nossa lícita navegação de cabotagem!

Tanta humilhação não haverá brasileiro que suporte sem pensar e indignação, quaisquer que sejam seus sentimentos e afeições políticas; nenhum tão ingênuo que acredite que só o amor de Lord Palmerston aos africanos o dirija nessa prepotência que contra os brasileiros tem decretado. Um vantajoso tratado de comércio não aplacaria as iras do ilustre romano?

O Ministro James Hudson é geralmente conceituado pelos que com ele têm praticado como cavalheiro muito urbano, razoável e ilustrado; dizem-me mesmo que S. Exa. é *torista*, e, portanto, adversário político do atrabiliário Palmerston. Ele compreendeu a modificação que a política britânica devia sofrer em suas relações com o Brasil em presença das novas emergências, e por isso não duvidou, de acordo com o Contra-Almirante Reynolds, em suspender, sob sua responsabilidade, as ordens arbitrárias e provocadoras do Almirantado. Mas esse seu procedimento não foi aprovado, e força lhe foi escrever a nota de 11 de janeiro, na qual translumbra a dificuldade em que se achou o diplomata para argumentar contra seus sentimentos e convicções, sustentando o desvario e iniquidade do seu governo para com uma nação amiga, cujos interesses comerciais são tão intimamente ligados aos interesses dos negociantes e manufactureiros ingleses. Os sentimentos

de Mr. Hudson são compartilhados por quase todos os ingleses aqui residentes; eles deploram que seu governo os torne odiosos aos olhos de uma nação em que gozam a mais generosa hospitalidade, e a que estão ligados por avultados interesses, por afeições e hábitos. Eles veem bem que, se o Brasil não pode com vantagem empenhar-se numa luta material com a Grã-Bretanha, pode usar de represálias, e estreitar suas alianças com outras nações, em grave prejuízo do comércio britânico. Descansem, porém, esses pacíficos e honestos estrangeiros, que a nossa boa hospitalidade jamais lhes há de faltar, qualquer que seja o exaltamento a que as violências de Lord Palmerston possam levar o sentimento nacional.

A nota com que o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Paulino José Soares de Souza, respondeu à intimação dos novos insultos com que nos ameaça Lord Palmerston é um trabalho que faz honra ao seu talento, e ao país cujos interesses e dignidade defendeu. Não era possível ser nem mais fértil e lógico, nem mais conciso e lúcido na argumentação, nem mais refletido e enérgico nos sentimentos de dignidade e patriotismo, nem mais moderado e correto na linguagem. É para mim a melhor produção que tem saído da pena deste estadista como Ministro das Relações Exteriores. Também só o patriotismo sincera e justamente excitado é capaz de tão felizes inspirações. Se para compor a primeira nota grandes deviam de ser os esforços de Mr. Hudson, em que apuros se não verá para replicar à valente resposta de seu adversário! A prova a que Lord Palmerston o sujeita no princípio de sua missão é das mais espinhosas e desagradáveis, se S. Ex. não está autorizado a usar do argumento peremptório e irresponsável que lhe sugeriu o nosso ministro: “A Inglaterra assim procede, porque o quer e tem força para levá-lo a efeito.” A nota do ministro inglês tem a data de 11 do mês passado, véspera da partida do paquete *Peterel* para Falmouth. É a meu ver mais um indício da

contrariedade que a S. Exa. causaram as ordens palmerstinas, e de que obrou em cumprimento do mais duro dos deveres.

Ainda em bem pouca conta são tidas entre nós as artes em geral; nem mesmo as liberais gozam lá de muita consideração. Temos academias de ciências; mas escolas de artistas, – uma ou outra mal-organizada, e sem mestres idôneos. – E como não há de ser assim, se a política tudo absorve, e se os nossos governos não gostam muito de profissões independentes, fora do alcance do temível “Hei por bem”. As mesmas ciências, que mais se cultivam entre nós, poucas vezes aproveitam aos que as possuem, se estes não reúnem algum préstimo político. Quem há aí que unicamente por sua dedicação a algum ramo científico ou literário possa contar seguros os meios de uma subsistência decente? No meio desta indiferença ou desprezo em que a custo se alimentam as artes e as letras no Império, é digno de notar-se algum ato do governo que tenda a contribuir para o progresso das profissões artísticas ou científicas. A Academia das Belas-Artes, se sofre do mesmo mal que todas as outras, tem ao menos recebido de SS. MM. Ilmo. não poucas provas de particular estima e consideração; as augustas personagens compreendem que sem estímulo, sem animação, não se desenvolvem os talentos, senão difícil e raramente; tem decerto presente o dito de Voltaire em sua obra intitulada *O Século de Luís XIV*: “Não basta que haja Vitruvíos, é de mister que haja Augustos que os animem e protejam.” As necessidades de uma monarquia são em tudo mui diversas das de uma democracia, a cremos na seguinte resposta que Coffinhal, presidente do tribunal revolucionário da França, deu ao condenado Lavoisier, quando este lhe pediu uma dilação de dois dias para concluir certo trabalho importante: “*La République n’a besoin ni de savants ni de chimistes.*”

O pintor Le Chevreil, autor do quadro da rainha Elizabeth, que esteve à vista na última exposição da sobredita academia,

além do favor já recebido de S. M. a Imperatriz, que lhe comprou aquela produção por 600\$000, acaba de ser condecorado por S. M. o Imperador com o Hábito de Cristo. Esta mesma honra obteve Léon Moreau, pintor de Paris, que mandou para a nossa exposição diversos e belos quadros, que foram todos comprados. Estes favores não serão sementes lançadas em terra estéril. A exemplo de Moreau outros artistas da Europa procuraram saída a seus produtos em nossa exposição, e suas obras, ao passo que excitaram a emulação dos nossos artistas, contribuirão para desenvolver o gosto pelos encantos das belas-artes. Há decerto no Rio de Janeiro casas majestosas ou elegantes, com gosto e riqueza mobiliadas; mas raro é encontrar, ainda nas decoradas com mais capricho, lindas paisagens e belos quadros, objetos que na Europa são assaz apreciados pelo mundo elegante e pela alta sociedade.

Celebraram-se hoje na Igreja do Mosteiro de São Bento três missas pelo repouso eterno da alma do desventurado Desembargador Joaquim Nunes Machado, e outras estão anunciadas para amanhã. Compareceram, a convite que pelos jornais dirigiu o mais íntimo dos amigos do finado, o Dr. Urbano Sabino Pessoa de Melo, coisa de 80 a 90 pessoas, entre as quais se distinguem o dito doutor, o Tenente-Coronel Frederico Carneiro de Campos, o Senador Alencar, o ex-Deputado Coelho Bastos, os Desembargadores Chichorro e Ernesto F. França, etc. Ouvei notar ou censurar a falta do Teófilo Benedito Otoni, mas sem razão; Otoni devia estar, àquela hora, junto ao leito do irmão Honório, que está a expirar. Que um ou outro dos mais proeminentes aliados do infeliz e estimável Nunes faltasse, nada mais natural; o que, porém, eu não esperava, e surpreendeu-me, foi não aparecerem muitas das notabilidades que pelo menos deviam a tão ilustre vítima um ato de saudade e de religião.

No pavimento da igreja, em meio do sagrado recinto, achava-se um ataúde com a seguinte inscrição, que precedia a dois versos

que não pude ler: “À memória do patriota liberal o Desembargador Joaquim Nunes Machado.” A cerimônia religiosa terminou pelas 11 horas, e antes de retirarem-se foram os assistentes cumprimentar a inconsolável viúva, que lá estava debulhada em lágrimas, magra, quase acabada.

Porque os amigos do infeliz Nunes, que tantas simpatias gozava, não imitaram os amigos do Dr. F. Júlio Xavier, cujos filhos é de esperar obtenham para sua educação soma não menor de 10:000\$?

Ao começar a primeira missa, distribuiu-se na igreja o nº 17 do *Radical*, que consta de duas páginas em branco, e de outras duas com um extenso artigo sobre os acontecimentos de Pernambuco, e várias invocações ou expansões patrióticas, guarnecidas de tarjas pretas e de emblemas da morte.

O estado sanitário do Rio de Janeiro continua sem novidade. Temos tido quase todas as tardes aguaceiro e revolução elétrica na atmosfera. Os casos de febre amarela são raros, benignos, e não têm passado de bordo de quatro ou cinco navios. No período correspondente do ano passado já excediam de 40 os navios atacados, e com esta particularidade, que não ficava incólume um só dos indivíduos que estivessem a bordo. A mortalidade da última semana foi de 187 pessoas, das quais apenas sete morreram de febre amarela. Eis em detalhe a estatística mortuária dos sete dias:

26 de janeiro – 26, dos quais um de febre amarela;
27 de janeiro – 33, dos quais três de febre amarela;
28 de janeiro – 25;
29 de janeiro – 29, dos quais um de febre amarela;
30 de janeiro – 24, dos quais um de febre amarela.
31 de janeiro – 17;
01 de fevereiro – 33, dos quais um de febre amarela.

Em Campos cessou completamente o flagelo.



A notícia que deu o *Jornal do Commercio* desta manhã, de ter sido ontem recolhido à fortaleza de Santa Cruz o General D. Frutuoso Rivera, causou alguma sensação. Aqueles que gostam de idear largamente sobre qualquer circunstância que surge do *mare magnum* dos possíveis entenderam (e ofereciam o pescoço em prova de seu profundo atilamento) que o fato nada menos era do que cumprimentos a Rosas, à *cause* das caramunhas britânicas. Que vasta compreensão! Que infalíveis adivinhos!

Frutuoso Rivera ainda é o mesmo ambicioso e imprudente que ia perdendo de uma vez o seu país com mil desvarios e dissipações, e quase sepulta a independência de sua pátria em Arroio Grande, em India Muerta, em Mercedes, nos horrores de Paissandu, e com a debandada às portas de Maldonado. Não querendo desenganar-se de que sua infausta época já passou, que jamais poderá influir nos destinos do seu país, que é olhado com desconfiança por cartagineses e romanos, esforça-se por exercer tal ou qual influência nos ânimos dos emigrados do Rio Grande do Sul, empregando para esse fim mistificações que põem em agitação aqueles orientais e contrariam a política prudente do governo imperial. Ultimamente acresceram suspeitas de querer ele safar-se para o Rio Grande ou Uruguai, onde sua presença tornar-se-ia sumamente perigosa nas circunstâncias melindrosas em que se acham nossas relações com Buenos Aires. Por todos estes motivos, e principalmente pelo último, ordenou-se a sua prisão, à qual foi conduzido pelo oficial-maior da Secretaria da Polícia (por não aparecer na ocasião um oficial superior), e onde estará com todas as comodidades possíveis, em virtude de recomendações muito expressas do governo.

Na data das últimas notícias a questão do tratado *Le Prédour* estava no mesmo pé. O Ministro de Estrangeiros La Hitte assegurara que só em fevereiro se trataria desse assunto. Lord Palmerston não poupava esforços para conseguir a ratificação do governo francês,

e contava com o voto do sobredito Ministro de Estrangeiros. Baring, agente financeiro de Rosas, e negociador do empréstimo argentino, fazia da sua parte quanto era possível para o mesmo fim, seduzindo a imprensa, e pondo em jogo grossas somas. Não obstante, os amigos de Montevideú nutrem esperanças de que pelo menos conseguirão a conservação do *statu quo*. Tenho, porém, receio de que os últimos estejam enganados, de que a ratificação se realize.

O *Jornal dos Debates* anunciou que o Dreyfus, negociante desta corte, fora recebido em audiência pelo Ministro francês La Hitte, na qualidade de comissário especial do governo do Brasil. Um “oficioso amigo” deu-se pressa em publicar aqui aquela notícia, perguntando que qualidade de comissão seria que o governo imperial confiara ao Sr. Dreyfus, estrangeiro e mercador de panos. O irmão do *soi-disant* diplomata saiu imediatamente à espora, dizendo que a notícia do *Jornal dos Debates* não podia deixar de ser feita sem conhecimento de seu mano, e que este não tardaria a desmenti-la, ou pelo menos retificá-la. São, porém, chegados dois paquetes, e por nenhum deles veio a predita retificação, ocorrendo mais que a nossa legação em Paris não escreveu uma só palavra a tal respeito. Assegura-se-me que era ali crença geral estar o dito Dreyfus comissionado pelo governo brasileiro tanto mais quanto à notícia de que falei e ao silêncio da legação acrescia a circunstância de visitar ele frequentemente o Ministro La Hitte.

O que há de verdadeiro nessa misteriosa missão, ignoro; mas o que lhe posso assegurar é que, segundo as informações que dali me vieram, Dreyfus apresentava-se a todos os homens políticos da França como depositário das intenções e da política do governo imperial, e dizia que o Brasil, na questão do Rio da Prata, não tinha vontade sua, que obedeceria ao impulso da França, sem a qual nada podia fazer; que, se esta o auxiliasse, faria a guerra a Rosas, mas que, a faltar-lhe o seu apoio, a tudo se resignaria! Dizem mais que estas mesmas ideias tem ele pregado ao Ministro La Hitte!

A comissão nomeada pelos acionistas da sociedade do Teatro de São Pedro de Alcântara para liquidar o seu ativo e passivo foi de parecer que a associação oferecesse ao governo uma nova proposta para continuar com a empresa daquele estabelecimento. Comprometem-se a contratar as três companhias, dramática, lírica italiana e de baile, a pagar os atrasados dos artistas, a conciliar-se com os seus credores, e a aceitar os contratos já feitos ou iniciados pela comissão do governo. Exigem como auxílio dos cofres públicos seis contos de réis mensais, além das loterias já vencidas. Já procuram Cireneus que os ajudem a levar a cruz ao Calvário, se o governo lha confiar, do que duvido.

No *Diário do Rio*, de 27 do mês passado, lê-se o seguinte, que me diz respeito:

Vimos hoje no *Jornal do Commercio* uma censura à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha por atraso na publicação do seu expediente. Devemos declarar que a censura é imerecida, porque nesta tipografia tínhamos expediente da Secretaria da Marinha para publicar até 21 de dezembro, e hoje recebemos até 31.

Já que o *Diário* quis cobrir com sua generosa responsabilidade o Sr. oficial-maior da Secretaria da Marinha, deve-lhe mais uma fineza, e é dizer-nos por que ao expediente redigido por S. S. prefere o das outras repartições, cuja publicação anda quase em dia. Estimei muito ter despertado o contemporâneo para daqui em diante reparar uma falta que deve de ter sido muito sensível.

Concluíram-se os exames de fraudes a que se estava procedendo na Alfândega. O extravio anda por 30:000\$000.

Segundo um saudoso *Idista*, a dona Ida Edelvira estreou em Buenos Aires, na noite de 12 do mês passado, sem colher os aplausos que esperava, porque os argentinos não têm ainda o gosto

bastante apurado para ouvir a hábil cantora: têm os ouvidos pervertidos com os morras dos mazorqueiros. A idolatrada dos *diletanti* do Rio de Janeiro foi igualada, senão julgada inferior a Meréa e a Nina Barbieri! Mais feliz foi o Ribas, regente da orquestra, pois, segundo a mesma tradição que li em uma folha portenha, foi alvo dos mais espanholados elogios, dizendo-se-lhe que nos poucos dias de sua direção a orquestra fazia tal diferença que o acompanhamento da *Norma* lhes parecia inteiramente outro, no efeito e na precisão.

Basta por hoje.

Jornal do Commercio de 03/02/1851

Corte, 9 de fevereiro de 1851.

Não sei como há ainda *sólido* na cidade do Rio de Janeiro. Dir-se-ia que nesta quadra em que andam à roda as cabeças coroadas, e as de *bonnet rouge*, operou-se também alguma revolução física, que nos colocou nas condições termométricas da Líbia ardente. “Que calor!”, tal é o safado, seco e desenxabido exórdio de todos os diálogos. Os *fashionables* dão-se aos diabos por terem de uma vez abolido o uso das gravatas sem colarinho, que tão útil lhes fora nesta ocasião; e as belas também se mazelam pelos rigores de Apolo, e adotando uma *toilette* menos constitucional escondem, quanto lhes é possível, o colo e os seios que, em épocas menos cálidas, gozam de publicidade verdadeiramente democrática. O consumo de recendentes perfumes tem sido qual o desejam sempre os cabeleireiros, estes principais comissários do mundo elegante: é que há exalações naturais tão enérgicas que condenariam a perpétuo celibato certas beldades e Narcisos, se não fosse o poder inebriante daqueles elixires. Há uma classe de criaturas que não é tida na conta que vale, e a quem são confiados esses segredos dos quais dependem o crédito e o futuro de inúmeros pretendentes de um e outro sexo. Ah! lavadeira, se conheceras toda a importância do teu mister, se não fosse teu critério tradicional, que recursos não terias para neste ingrato mês de fevereiro bater moeda sobre a desgraça de tantas damas e cavalheiros! Assim como há apaixonados que se informam das

notas testamentárias, dos assentos das recebedorias de rendas, ou dos registros da Caixa de Amortização, para depois se entregarem ao fogo de seus amores por alguma dama, assim também virá tempo, quando a moralidade daquelas industriosas criaturas for corrompida, em que ninguém se prenda pelos laços do himeneu sem antes ter consultado as Sibilas dos rios e das fontes sobre o odor específico do seu bem-amado. Se eu pudesse expor-lhe com franqueza todas as ideias que ora me ocorrem sobre a humilde profissão das lavadeiras, juro-lhe pelos meus penates que com elas encheria esta carta, e então veria que se os montes parem, às vezes, ratos, de um ratinho pode também em certos casos sair uma montanha. Mas não o faço, porque, sobretudo, desagradaria o belo sexo, para quem neste momento o apelo do juízo decerto esturrado que me rendeu a fineza de dizer que só lê as minhas *epístolas* quando, a não serem elas, teria de empregar-se em apanhar moscas, se não se desse a pior entretenimento.

Apesar do calor de 92 graus dos de Fahrenheit, e da falta de chuva que se sofre vai para sete dias, o estado sanitário desta cidade é satisfatório, como melhor do que ninguém o demonstram os seguintes algarismos:

- 2 de fevereiro – 10 óbitos;
- 3 de fevereiro – 21 óbitos (dos quais dois de febre amarela);
- 4 de fevereiro – 31 óbitos;
- 5 de fevereiro – 28 óbitos (dos quais dois de febre amarela);
- 6 de fevereiro – 23 óbitos;
- 7 de fevereiro – 18 óbitos (dos quais um de febre amarela);
- 8 de fevereiro – 25 óbitos.

A Comissão de Higiene Pública já montou o seu *bureau* que é na sala do Instituto Vacínico, e está em correspondência ativa e franca com o Ministro do Império. Mas além dos atos de que já

lhe dei estreitas contas, não tem produzido outros, ao menos que eu saiba. Tem havido briga feia pelo local do lazareto da Jurujuba entre alguns que se querem desfazer de suas propriedades: já há pretendentes aos lugares de administrador, mas ainda não se fez público e solene que a coisa se tenha levado a efeito. Os aguadores das ruas da cidade o estão quase *sicut erat in principio*, e ainda não passaram da Rua Direita, Rua do Ouvidor, Largo do Rocio e seus *alentours*. Acresceram somente umas duas ou três bombas, constantemente empregadas em aguardar alguns dos lugares já indicados, que, em verdade, sendo aqueles onde durante o dia a população mais se condensa, reclamam mais assíduos cuidados. Depois do logro que a ilustríssima lhe pregou, a população caiu em indiferença, e nenhum caso fez do convite para regar as suas testadas. Também não houve senão o convite; se os fiscais se dirigissem aos moradores dos seus distritos e com boas maneiras lhes aplacassem o natural despeito de que todos se possuíram ao ver como a Câmara foi a primeira a dar o exemplo da infração de suas ordenanças, acredito que gozaríamos todos desse benefício. Eles poderiam obter uma espécie de convênio entre os abastados de cada rua para fazerem-se esse bem, e aos pobres que não podem obtê-lo à sua custa. Mas o diabo do *laissez faire* é o princípio regulador de todos os nossos governadores, grandes e pequenos.

Se passo a considerar outra classe de medidas sanitárias, de que muito carecemos, nada vejo nem ouço que possa servir de tema às odes pindáricas que desejo dedicar à Comissão de Saúde, cujos membros tantas simpatias me devem. Não há notícia de que alguns desses muitos que por aí especulam à custa da vida humana, cada um à sua guisa e no seu gênero, tenha sofrido o mais ligeiro incômodo. Pode-se ainda envenenar como dantes. Mas enfim, esperemos, tenhamos fé em Deus e em suas escrituras: o primeiro passo nesta via de progresso está dado.

O dia 7 de fevereiro parece ser o princípio de uma nova era para o Brasil, embora poucos o percebam, e fosse ele igualado



aos mais ordinários da nossa vida social. Nesse dia, pelas duas horas da tarde, entrou a barra deste porto, veloz e risonho como um mensageiro de paz, o primeiro postilhão da linha de vapores estabelecida entre a Inglaterra e a América Meridional. A chegada do *Teviot*, no momento em que a população desta cidade ainda se achava sob a viva impressão das últimas insultantes notas do ministro britânico, dir-se-ia que foi calculada pela real companhia empresária dessa navegação para açaimar o ressentimento nacional, e provar a grande diferença que existe entre Lord Palmerston e a nação britânica. Honra ao gênio ativo e empreendedor desse povo, rei da indústria e da civilização prática; maldição ao ministro que por seus devaneios e egoísmos lhe aliena as simpatias das nações aliadas. A viagem do *Teviot* tinha sido prescrita dia por dia, hora por hora, tendo-se no maior desprezo os elementos que se lhe poderiam opor. Sua chegada a este porto era objeto de apostas, feitas com entusiasmo por uns, e com mofa por outros, que tudo regulam pela nossa proverbial pontualidade. Ganharam os primeiros, perderam os segundos, corridos da sua incredulidade, que não podia ser com mais nobre altivez escarnecida pela pátria de Watt. Ainda uma vez – honra à nação inglesa, cujo caráter, cujo destino são tão mal compreendidos pelo atrabiliário Palmerston.

Este primeiro enviado da real companhia britânica de pacotes é de força de 500 cavalos, tem a capacidade de 1.800 toneladas, e em asseio e comodidade mais do que era de mister para o serviço a que se destina. Entretanto é o menos possante e volumoso de todos os seus companheiros. Trouxe-nos em barras e moedas 45.000 libras esterlinas. Agora sei a razão desta afluência dos preciosos metais: é a inundação que há deles na Europa, que lá está preocupando todos os economistas e estabelecimentos monetários.

Em França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, o aparecimento do primeiro vapor transatlântico foi acolhido com o mais estrondoso entusiasmo. Aqui recebeu-se o soberbo *Teviot* com a mais fria



surpresa, alguns sem isso, como se porventura se tratasse da chegada de algum sambuco! Ontem ainda servia de episódio à conversação de alguns, amanhã estará completamente esquecido um acontecimento de tanta importância política e comercial para o Brasil. Em vez de discutir o futuro que nos pressagia o *Teviot*, entraremos na fertilíssima, sublime e proveitosíssima discussão de santas-luzias, saquaremas, lisos, cabeludos, cristãos, judeus, guabirus, praieiros, caranguejos, equilibristas, e por aí além, *sine fine*.

Vieram no *Teviot* o Barão de Mascarenas e o major inglês White. O primeiro é espanhol, apresenta-se coberto de condecorações, e dá-se por parente dos três irmãos D. José, D. Manoel e D. Luís. É representante de uma companhia inglesa que pretende a navegação do nosso portentoso Amazonas. Chegaram também o Visconde e a Viscondessa de Santo Amaro.

Ora, agora prepare-se para ler duas notícias que muito oferecem pelo lado divertido e sério. São ambas extraídas da imprensa britânica, sem contestação a mais bem-informada do mundo, e que por isso e pelo muito que instruem merecem uma verba constante no *budget* do meu tempo, posto que eu não seja forte no *English*. Diz-no o *Morning Herald* de 9 de janeiro último:

Atendendo à mui especial recomendação do valente contra-almirante *comodoro* da esquadra estacionada na costa oriental da América, o Almirantado acaba de promover o comandante do vapor *Cormorant*, Herbert Schomberg, ao posto de capitão de mar e guerra, visto ter ele, no conceito do Contra-Almirante Reynolds, tornado-se benemérito dessa promoção *pelo muito bem-sucedido que ali tem sido* no seu cruzeiro contra os negreiros, e *especialmente* por ter há pouco *arrasado* uma fortaleza que fez fogo ao *Cormorant*, e matou e feriu algumas praças da sua guarnição, na ocasião em que aquele se ocupava com a captura de alguns barcos notoriamente negreiros.

E então! Pode haver governo mais respeitador dos princípios internacionais, mais atencioso e circunspecto com as nações aliadas que o atual gabinete de St. James, advogado e braço forte do judeu D. David Pacífico?! Não tem razão Mr. Hudson, não lhe devemos milhares de satisfações pela infinita bondade com que o seu cruzeiro e o seu governo nos tem tratado, e pelo enormíssimo crime cometido em Paranaguá contra os direitos absolutos da Grã-Bretanha sobre todas as águas salgadas?! Felizmente o Ministro dos Negócios Estrangeiros colocou-se na posição de honra que cabe ao Brasil em presença de tantas e tão revoltantes afrontas, preferindo todas as calamidades a fazer-nos passar pela ignomínia que nos quer impor um governo que com o maior desfaçamento desmente por atos de assombrosa iniquidade as palavras de justiça e liberalismo que há pouco proferiu à face da Europa. Felizmente há na Inglaterra escritores como do acreditado *Economist*, que julga das violências de Lord Palmerston como o fiz eu em minha carta anterior. A dignidade e a justiça nos darão forças para repelir a insolência desse prepotente e tresloucado ministro.

Voltando aos fundamentos do acesso dado ao comandante do *Cormorant*, perguntarei: há dois anos que aquele vapor por aqui anda na sua missão vandálica; quantos africanos tem apreendido, para que se possa dizer muito bem sucedido? O que somente sabemos ter ele feito é incendiar em nossos mares territoriais alguns barcos que declarou suspeitos de se aplicarem ao tráfico ilícito. E que fortaleza foi essa que o comandante do *Cormorant* arrasou? Que desprezível bazófia a par de tanta iniquidade! Vejam-se no entretanto os numerosos e importantes apresamentos que têm feito os oficiais brasileiros, em muito menos tempo, e com meios muito mais escassos.

Disse-lhe em outra ocasião que o Merolla, ex-encarregado de negócios de Nápoles nesta Corte, procurava contratar ali

expedição por conta e para o serviço de Rosas. Leia agora o que vai transcrito do *Morning Chronicle* de 9 do mês passado:

O General Guido, durante a sua residência no Rio de Janeiro, chegou a um acordo com o encarregado de negócios de Nápoles e contratou uma expedição de 5.000 sicilianos para Buenos Aires. Não se sabe exatamente quais as condições deste contrato; sabe-se apenas que os voluntários devem ser moços robustos, habituados à vida militar, e que, terminada a guerra, receberão certa extensão de terras. As despesas de viagem serão feitas pelo governo napolitano. Em julho de 1850 mandou Guido o contrato para Buenos Aires, e Rosas o aprovou. Voltou ao Rio, e apenas ali chegou partiu para a Europa o encarregado de negócios napolitanos. Estes alistamentos europeus não estão muito em harmonia com o tal sistema americano proclamado pelo ditador.

Ora, atine lá como estas coisas se fazem no reino de Nápoles, isto é, em uma Corte parenta da do Brasil, com consentimento d'El-Rei Fernando, que tão severo se tem mostrado com os democratas do seu país, e a favor de um perverso e desmoralizado ditador!...

Jornal do Commercio de 10/02/1851

DÉCIMA QUARTA CARTA

Corte, 22 de março de 1851.

O estado em que se acha o meu espírito leva-me a tratar, primeiro que tudo, do que de mais triste deve conter esta carta. Dir-me-ia, em sua linguagem de romancista, que estou atacado de *spleen*, ou que me perseguem os diabos azuis de Stello. Não é exatamente isso, mas é coisa que muito se lhe aproxima.

Tenho pressentimento de que meus dias estão contados. Nem a luz do sol me preserva de duas figuras, que de contínuo me ocupam a imaginação, ambas horríveis; uma parece-me o gigante Golias; a outra, pela sua cubatura, se não fosse a cor, tomaria pelo espectro da negrinha monstro de quem falei em uma das minhas anteriores. A segunda é como um diabrete que acompanha a primeira, e a um simples aceno seu avança com a ligeireza e furor dos de sua espécie.

Tem havido ocasiões em que, cobrando algum ânimo, resolvo-me a combater com o gigante e seu diabrete, porque, à força de vê-los, já lhes descobri alguns lados fracos por que poderia feri-los, mas

*Je crains plus de mon coeur le sanglant témoignage
Que la severité de tout l'Aréopage.*

São dois versos de Racine, filho, que não sei se vem *apposite*, mas que neste intervalo lúcido em que ora me encontro pude



achar nuns dos meus valhacoutos, e fiz tenção de impingir-lhe, fosse como fosse, para lhe mostrar que, se morro indefeso, não é porque ignore os meios de improvisar erudição.

Também me lembro (neste intervalo lúcido) do que Joab, sumo sacerdote dos judeus, disse a Abner, um dos principais oficiais do rei de Judeia:

*Celui que met un frein à la fureur des flots
Sait aussi des méchants arrêter les complots
Soumis avec respect à sa volonté sainte,
Je crains Dieu, cher Abner, et n'ai point d'autre crainte.*

Ainda mais, recordo-me da seguinte passagem de um dos salmos de Davi, do próprio que matou o antigo gigante Golias: – *Vidi impium super exaltatum et elevatum sicut cedros Libani, et transivi, et ecce non erat, et qua sivi eum, et non est inventus locus ejus.*

Todos estes pensamentos e verdades são decerto muito edificantes e consoladores, mas tenho pressentimento de que morro, e por isso cuidei de informar-se como andam as coisas a respeito de cemitérios e enterros. Posso-lhe dizer que dentro em pouco tempo fará gosto morrer no Rio de Janeiro, pela boa ordem, decência e simplicidade, e sobretudo pela barateza do funeral.

A questão dos cemitérios é uma das que mais tem feito gemer os prelos, e posto em ação todo o mecanismo dos interesses individuais, associados ou opostos aos interesses gerais. Mas a luta não exorbitou dos meios legais e pacíficos, ainda que, alguns destes, clandestinos.

A ex-Comissão Central de Salubridade Pública, a quem Deus tenha por lá muitos anos, decidiu por grande maioria (que seria unanimidade se lhe ajuntassem mais dois votos) que a cidade do Rio de Janeiro carecia de dois cemitérios extramuros, um ao norte, no terreno do Morundu, outro ao sul, no Pasmado. Os cemitérios

centrais não tiveram mais do que dois votos em seu favor, os dos Drs. Cândido Borges e De-Simoni.

À vista de um parecer tão decisivo, e de pessoas tão competentes, ninguém esperava que o governo escolhesse o sítio de Catumbi, onde está situado o cemitério da Ordem de São Francisco de Paula, para local do cemitério geral. Foi, porém, isso o que ia acontecendo, graças à preponderância que têm as considerações individuais em nossa terra, sobretudo se as individualidades vestem saia.

Houve rebate geral em Catumbi, e com tanta habilidade e perseverança souberam os seus proprietários prevenir-se contra a invasão de cadáveres de que se viam ameaçados que o governo recuou, honra lhe seja feita, e há toda a probabilidade de que essa bela localidade se não converta em um foco de peste para toda a cidade.

Já estavam ajustadas três chácaras de Catumbi, e tudo concertado e disposto para nelas se estabelecer a vasta necrópole. A opinião pública, esta rainha do mundo, que no Rio de Janeiro também goza de algum império, tudo desfez, e a questão do cemitério voltou ao seu estado anterior. O chefe dessa cruzada foi um desconhecido Z (*homônimo* de saudosa recordação), que pelo *Jornal do Commercio* mostrou como se pode fazer uma revolução contra o governo sem dar lugar a que se suspendam as garantias.

Os meios de defesa por ele propostos e cuja ameaça bastou para lhe dar a vitória foram os seguintes: ação de *opere demoliendo*; ação de *dano infecto*; finalmente, emigração para outro ponto, de todos os moradores de Catumbi, que ficaria como os campos de Troia destruída. Não pensei que o digesto ou as pandectas possuíssem armas tão poderosas para uma insurreição civil tão eficaz quanto pacífica.

Qual dos três meios indicados mais assustou, ou se todos contribuíram igualmente para o triunfo, não se sabe; mas o que

é verdade, e seja este egoísmo relevado a um pobre ente que já declarou estar disposto a fugir para sempre do gigante Golias e do seu diabrete; mas o que é verdade é que eu desejava ver em prática o terceiro recurso, para ir logo meter-me no melhor dos prédios abandonados, e, pelo que ouvi a alguns, não ficaria solitário.

O negócio acha-se atualmente nestes termos. Os intrépidos moradores de Catumbi, que têm mais medo dos mortos do que dos vivos, para tirar todo o pretexto à agressão, embrulharam-se todos em uma folha de papel de Holanda, e foram à irmandade de São Francisco de Paula, para convencê-la de que a caridade própria e alheia reclamava que ela cedesse do privilégio que lhe havia sido concedido para pestear aquele lugar, e, mediante alguma indenização, anuísse a estabelecer-se um novo cemitério fora dos muros da cidade, ou a ter, como as outras, uma parte no cemitério geral para jazigo dos restos mortais de seus irmãos. A mesa da irmandade quis saber quem era o garante da aludida indenização, os peticionários tangeram os pauzinhos como era conveniente, e o resultado foi ser o Sr. provedor da Santa Casa da Misericórdia autorizado pelo Sr. Ministro do Império para assegurar à Ordem Terceira de São Francisco de Paula uma equitativa reparação do seu prejuízo, que será marcada pelo corpo legislativo.

Onde será, pois, estabelecido o novo cemitério geral? Ignora-se. Mas creio indubitável que não o será em Catumbi, à vista do exposto, das opiniões manifestadas na tribuna pelo sobredito provedor, e pela parte que ele teve nas últimas fases desse negócio.

A lei funerária não providenciou somente sobre a aposentadoria dos mortos, cuidou também do seu último trânsito por este mundo. Eis o estado das coisas a este respeito.

Consta o privilégio da condução dos corpos será concedido ao Major Suckow, cujo feio nome não corresponde ao arreganho militar da pessoa. E com efeito, passando por ali há dias, isto é, pela Rua da Lampadosa, vi já disposições de privilegiado.



Lá estão patentes, senão a todos, aos que como eu não são linguarudos, três categorias de coches evidentemente fúnebres, em que a decência, a comodidade (que também se deve aos mortos) o bom gosto (que também o há em matéria de enterros), estão perfeitamente conciliados com a seriedade que deve presidir a um ato religioso.

Os cocheiros, que até hoje apresentavam-se de dragonas (até aos cocheiros dos defuntos se têm liberalizado as divisas militares!), sem processo nem sentença vão ser rebaixados; os penachos, os famigerados urubus, que convertiam um saimento em perfeita mascarada, vão desaparecer, *scilicet*, se o Major Suckow for, como acredito, e ele também, o privilegiado.

O que sobretudo encanta é o trem destinado para os anjinhos. São quatro ou cinco *coupés*, ligeiros e bonitos como os inocentes que têm de transportar. Mas quanto custará o transporte de um defunto, pecador ou virgem? Eis a questão financeira cuja resposta me parece será exigida por todos os que, ainda que não previdentes como eu a este respeito, sabem todavia que hão de morrer. Pelo que me consta vai dar-se um fato que mais justificará o aforismo, que em economia política nem sempre dois com dois fazem quatro.

A concorrência como a abundância evitam a carestia; *quantité tue cherté* – É este o princípio geral, mas sofre exceções, e uma delas se verá entre nós com o privilégio funerário. O lucro que era dividido por muitos, sendo só recolhido por um empresário, permitirá que a contribuição individual seja muito menor.

A condução em um dos coches da primeira classe não passará de 30\$000 a 40\$000. É barato se atender-se ao ótimo serviço, de que é garantia o crédito do empresário, às distâncias em que deverão ficar os cemitérios e ao estado de nossas ruas. A barateza tornar-se-á ainda mais sensível se nos lembrarmos que o ano passado a condução de um corpo para alguma das igrejas do centro da cidade chegou a custar duzentos e tantos mil-réis.

Estava provado de modo incontestável que no Brasil, ou antes em sua terra, ninguém pode ser profeta. Quanto eu me enganei, até certo ponto, sobre a salubridade da atual atmosfera do Rio de Janeiro! eu que sei de cor e salteado todo o sistema planetário do ilustre astrônomo o Sr. José Vitorino dos Santos, quem é que poderá ter aí a presunção de ser infalível no mesmo ou em outros assuntos?

O reaparecimento de alguns casos de febre amarela, quase todos no mar, não foi considerado como acontecimento extraordinário, e há meses que teve lugar. A população, já avisada pela lição do passado, do quanto é fatal o terror no caso de uma epidemia, prevenida pelos homens da ciência de que tais flagelos não desaparecem de uma vez e subitamente, recebeu a notícia sem emoção e mostrou-se resignada.

O belo azul que apresentava o nosso firmamento, as alternativas de sol e chuva, que abrandavam a temperatura própria da estação, as trovoadas da tarde, que apesar do susto que a muitos incutem, e dos males que às vezes causam, recordavam tempos em que não era conhecida a febre amarela no Rio de Janeiro, todas estas circunstâncias, acompanhadas de mostras de solicitude da parte da autoridade pública, inspiravam uma confiança geral acerca do nosso estado sanitário presente, e me levaram a profetizar a sua continuação.

O estado moral da população ainda é o mesmo, e não há motivo para que assim não seja, bem que o haja para maiores precauções da parte dos vedores da salubridade pública. Esse estado moral há de conservar-se, porque, além de tudo, a população sabe, por dolorosa experiência, que o pânico seria o seu maior flagelo. Mas é necessário que a Comissão de Higiene corresponda ao fim de sua instituição, e à confiança que geralmente se deposita em suas luzes, em seu zelo e em seu patriotismo.

Os casos de febre amarela têm aumentado, ninguém o nega, e os registros que semanalmente lhe mando o atestam. No



entretanto, desde que as chuvas, graças a Deus, tornaram inútil o trabalho de duas ou três bombas, e de algumas carroças que a nobre Comissão mandou empregar na irrigação de algumas ruas; desde que a ilustríssima, de um modo bem pouco sério, logrou a população, mandando-lhe que varresse as testadas de suas casas, e ajuntasse ao meio da rua o lixo para ser transportado por suas carroças, de que ainda hoje não há notícia; depois destas medidas, que ninguém dirá são o último esforço da ilustração, do zelo e do patriotismo da Comissão, que mais tem ela feito?

Ia-me esquecendo o lazareto. Sim, foi esta mais uma medida da Comissão; mas é ela bastante, e não era o que de mais fácil podia fazer-se?

E ainda assim correm, a respeito desse hospital de quarentena, boatos que podem ser espalhados por indiscretos mal-informados, ou por terroristas, mas que convém sejam desmentidos. Ei-los:

Diz-se que do lazareto têm saído mortos todos os doentes para lá mandados, e entre outras causas assinalam-se as seguintes: as baldeações que sofrem os enfermos, que primeiro vêm ao hospital da Misericórdia para se verificar se a moléstia é ou não febre amarela; a deficiência da botica do lazareto, e a falta de facultativos, cujo número não é suficiente.

É muito provável, não duvido mesmo asseverar, atenta a confiança que me merecem os membros da Comissão, que estes boatos são infundados. Mas eles correm, hão de ter chegado aos estrangeiros, e cumpre desvanecê-los.

A febre está no mar; mas no mar há vidas tão preciosas como em terra, qualquer que seja a nação a que pertença a maior parte desses indivíduos.

Não haja alguma negligência ou abuso que, além de refletir para terra em seus efeitos, autorize entre os estrangeiros a persuasão de que não foi uma simples indiscrição o modo por que alguém se exprimiu em 1850: “Não nos assustemos, a febre não é fatal senão aos estrangeiros.”

Logo que a Comissão instalou-se, houve um tal ou qual cuidado na limpeza da cidade, e eu que tenho tido a prioridade, e quase que o exclusivo nos elogios à Comissão, o anunciei em linguagem altissonante, como meu minguado estro permitiu. Mas esse fogo foi de palha; a esse calor sucedeu imediatamente a remissão, que ainda dura, do que são testemunhas as ruas do Ouvidor, do Lavradio e da Relação, e a Praia dos Mineiros.

Basta a Rua do Lavradio para comprovar quão passageiro é entre nós o estímulo da previdência. Formou-se ali uma lagoa fétida, onde presentemente se fazem despejos como se fora uma praia. De sorte que, quando nenhum melhoramento se empreende para tornar menos nocivas as valas da cidade, consente-se que se formem novos focos de insalubridade.

Há febre amarela no mar, todos o sabem, e ainda há dias entrou um navio arribado por esse motivo; no entretanto, no dia 20 do corrente ainda se passavam cartas de saúde limpas. Sem ocultar a verdade, que por outra via há de chegar ao conhecimento do estrangeiro, não sofremos com esse procedimento em nosso crédito moral?

A galera francesa *Nouvelle Pauline* é um dos navios que a febre não tem poupado.

E a este respeito há uma fatalidade cuja notícia terá algum interesse para os amigos do falecido Hebert, capitão do *Ville de Rio*. O moço de câmara daquele navio, que servira o seu capitão com admirável amizade durante a sua enfermidade, acaba de succumbir à mesma moléstia a bordo da galera *Nouvelle Pauline*, para onde passara, e quase pela mesma época.

Eis a mortalidade havida nestes últimos dias:

15 de Março – 32 óbitos, sendo 10 de febre amarela;

16 de Março – 40 óbitos, sendo seis de febre amarela;

17 de Março – 37 óbitos, sendo oito de febre amarela;

18 de Março – 38 óbitos, sendo 10 de febre amarela;
19 de Março – 35 óbitos, sendo oito de febre amarela;
20 de Março – 31 óbitos, sendo cinco de febre amarela;
21 de Março – 45 óbitos, sendo 13 de febre amarela.

Vários lojistas, botequins e casas de pasto anunciaram por este *Jornal* que recolhiam os seus vales, e convidaram os que os possuísem a que os fossem resgatar, sob a pena que costumam sofrer os revéis. O que haveria, qual seria a causa desta medida monetária? Foi a pergunta que todos dirigiram primeiro a si depois aos outros. Uns, que têm fumaça de financeiros, disseram logo: “é a abundância dos metais nobres que exclui essa moeda fiduciária e de circulação limitada”; outros menos teóricos, porém mais positivos, disseram: “os emitidores de vales descobriram que a sua moeda-papel estava sendo falsificada”. Houve, finalmente, quem supusesse que a medida fora exigida pelos acionistas do novo e do velho banco, que temeram a concorrência desses sutis banqueiros. Segundo estes havia na circulação em vales a não pequena soma de 50:000\$!

Todos se enganaram, doutos e ignorantes. O fenômeno teve causa muito diversa. A retirada dos vales nem foi forçada pela afluência de prata e ouro, nem também foi espontânea. O subdelegado da Candelária, por motivos que ele lá sabe, mandou vir à sua presença os responsáveis de vales, e aí, *autoritate qua fungitur*, intimou-lhes:

Que dessem fiadores idôneos e brasileiros para a emissão de vales ou os recolhessem, declarando publicamente que os não meteriam outra vez em circulação, assinando, além disso, um termo pelo qual se obrigariam, no caso de infração, à bagatela de oito dias de cadeia.

Os intimados costumavam ter em circulação, termo médio, a enorme quantia de 8\$ a 10\$ cada um. Por tão pouco entenderam

que não valia a pena procurar fiador, e pôr-se em relações com a polícia. Daí os anúncios que apareceram, e provavelmente continuarão a aparecer.

Assim, pois, os amigos do bom sorvete, os apaixonados do vaporoso havana, ou das iguarias do Hotel da Praça, os consumidores de pomadas e sabonetes de MM. Silvam, Desmarais, Hauteville, Hellot, etc., ficam privados dessa cômoda moeda de câmbio, que os livrava do peso e do azinhavre do cobre.

Excitou alguma curiosidade a notícia que deram todas as folhas diárias de haverem saído para o norte, por ordem superior, Antônio Joaquim Guedes Alcanforado, Agostinho Raposo e Francisco Mendes Rodrigues. Tomou-se o primeiro destes indivíduos por outro muito conhecido nesta Corte pelo mesmo apelido, e para logo correram variadas versões. Sabidas as contas, o Alcanforado cuja deportação surpreendera estava em sua casa muito descansado: os quatro “viajantes por ordem superior” são condenados que vão cumprir sentença na Ilha de Fernando Noronha.

O Major Suckow, de que acima falei, acaba de assinar um contrato com a companhia do Prado Fluminense ou Clube de Corridas, que nos assegura o *utile dulce* que reúne esse divertimento. É um meio de ir se cuidando no país do melhoramento da raça cavalariça e de formar destros e intrépidos cavaleiros, do que tudo carecemos.

O novo empresário desses exercícios tomou o Prado por oito anos. Obrigou-se a levantar um edifício de dois andares para bem-estar dos espectadores e tenciona dar quatro corridas por ano. A primeira provavelmente terá lugar pelo Espírito Santo, embora não haja para esse tempo mais do que uma arquibancada provisória. Consta-me que nos domingos à tarde será o Prado franqueado gratuitamente a cavaleiros, ou como ponto de reunião, ou para corridas particulares. Esta utilíssima instituição, que produziu

tão bons resultados na Europa, é de esperar que traga alguma animação aos nossos criadores.

O negócio da roupa suja do vapor inglês *Tay* não se passou tal qual referi; já custou uma suspensão por 15 dias do ajudante do guarda-mor, e pode ainda dar de si alguma coisa. O comandante do vapor esqueceu-se, ou não teve tempo de mandar para a Alfândega uma porção de roupa em folha, que se achava enfiada em caixões, e era destinada para uso dos vapores, que nos quatro dias de demora neste porto não podem esperar que se lave a roupa suja que trouxeram. O gasto de roupa lavada a bordo destes vapores é considerável, porque só de toalhas de rosto sujam-se diariamente duas para cada passageiro.

O ajudante do guarda-mor, achando-se junto do vapor, soube do fato, e providenciou sobre ele, incumbindo a um guarda da Alfândega de levar os volumes para a Ilha das Enxadas, onde há um trapiche alfandegado, e de lá conservar-se até segunda ordem, que ele pretendia solicitar do inspetor, depois que o informasse do ocorrido. Este procedimento do ajudante do guarda-mor não agradou ao inspetor, que o puniu com a pena acima mencionada.

Louvo ao digno chefe daquela repartição o zelo que mostra no desempenho de seus deveres; conheço que houve notável negligência da parte do comandante do vapor, e que o procedimento do ajudante do guarda-mor, no rigor dos regulamentos fiscais, é censurável. Mas estou persuadido de que o caso não podia deixar de ser resolvido fora das regras ordinárias do fisco, sob pena de retardar-se a saída do vapor. Ora este inconveniente devia ser evitado, a não dar-se, como se não deu, um motivo de suma importância. O governo assim o garantiu no contrato que subscreveu, e a companhia tem nesta Corte um agente para responder por omissões ou faltas dessa natureza.

Poderei estar em erro, mas este é o meu juízo acerca do fato como o compreendi, e não tenho por fim, nem de leve, acusar a inspetoria da Alfândega.



Já que falei nos paquetes de vapor britânicos, devo comunicar-lhe a seguinte resolução que os diretores da respectiva companhia tomaram, e acaba de ser comunicada ao governo imperial:

Que o cônsul de S. M. Britânica seja autorizado a pôr à disposição das autoridades competentes passagens para a Inglaterra, e de volta para o Brasil, *por duas terças partes* do preço geral da passagem, para quais quer passageiros, não excedendo o número de 25 em cada vapor, que até julho p.f. o governo imperial quiser mandar à Inglaterra para verem a exposição industrial de 1851, uma vez que tais passageiros regressem ao Brasil antes do dia 9 de novembro p.f.

Praza a Deus que tão louvável convite tenha chegado a tempo de ser aproveitado pelo governo do Brasil. Alguns contos de réis que a este respeito se despendessem com observadores bem escolhidos não seriam dinheiro deitado fora.

Fervet opus a respeito da eleição dos diretores do novo banco. O negócio é de suma gravidade para que seja tratado com abandono; mais queira Deus que a cabala acerte. Uns querem excluir o Ireneu, porque, dizem eles, pretendeu excluir o Faro; outros trabalham a favor do Otoni, Faro etc. Já têm aparecido várias chapas nos jornais, que não me parecem muito acertadas, porque, entre os propostos, poucos vejo com as necessárias habilitações, mormente quando se trata de fundar e organizar um estabelecimento de tanta magnitude.

Dei-lhe notícia da reforma por que passou o teto do Teatro de São Pedro de Alcântara, e senti não poder louvar a mudança. Pede a justiça que não deixe em silêncio o bom gosto com que a diretoria mandou pintar o camarote pequeno de SS. MM., e as duas salas do primeiro andar, contíguas ao terraço. O camarote, especialmente, guarnecido de papel prateado com ornatos azuis,



fingindo quadros, faz esquecer o erro que houve na decoração do teto do salão.

O Senador Paula Souza vai muito melhor dos seus sofrimentos. A moléstia deste ilustre cidadão tem sido geralmente sentida, mesmo pelos seus adversários políticos. E assim deve ser; a divergência em opiniões, por mais profunda que seja, não é incompatível com os atos de cortesia, e com os sentimentos de fraternidade nacional. Só os homens que substituem os princípios pelos ódios pessoais podem não ser deste meu parecer.

Ontem saiu para o norte o nosso patrício o Dr. Antônio Gonçalves Dias, um dos mais fiéis intérpretes da bela natureza do Brasil, talvez o poeta que melhor sabe tanger a corda mais delicada do coração brasileiro. O autor dos *Últimos Cantos* não mostra aquele mesmo ardor, aquela mesma fé que lhe inspirou os *Primeiros Cantos*. Ele próprio o confessa em termos que pungem no íntimo d'alma, mas é ainda o cantor das palmeiras da sua terra.

O governo incumbiu uma comissão importante a esse esperançoso mancebo, que já tanto tem feito para brilho de nossa literatura, a quem parece que a fortuna tem sido adversa. Vai encarregado de examinar o estado da instrução primária e secundária nas províncias do Norte, e de coligir nas bibliotecas e arquivos públicos documentos concernentes à História do Brasil.

A divisão naval, de que é comandante o chefe de esquadra Grenfell, deve partir para o Rio da Prata no dia 26 do corrente, impreterivelmente. Os navios que não estiverem prontos para esse tempo irão ao depois. O grosso da divisão faz-se a vela no dia prefixado. Saiu adiante o *Golfinho* para levar ofícios.

Chamo a sua atenção para o artigo do *Daily News*, que se lê no *Jornal do Commercio* de hoje. Pondo de parte os erros materiais que cometeu o seu autor acerca do nosso país, quero que lhe não passe despercebido o juízo do jornalista inglês contra os excessos que o cruzeiro de sua nação tem praticado em nossos mares territoriais,

e a opinião em que ele está, e talvez muitos, de que o governo do Brasil não pode entrar em guerra com Oribe sem que o declare com antecipação de seis meses não só ao seu beligerante, mas ainda à Inglaterra, como potência mediadora no tratado preliminar de paz de 30 de agosto de 1828.

Este errado pressuposto do redator do *Daily News* vem de não distinguir a entidade Oribe da entidade Rosas, e, confundindo-as, fazer aplicação da cláusula do art. 18 do mencionado tratado ao caso de uma guerra com Oribe, quando ali se trata de hostilidades que possam sobrevir entre o Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Jornal do Commercio de 02/03/1851

DÉCIMA QUINTA CARTA

Corte, 29 de março de 1851.

A semana que há de findar hoje, depois que esta humilde missiva tiver passado por todos os maus-tratos e apertos da elaboração tipográfica, foi um pouco trêfega e calorosa, e fértil em notícias que caberiam em um ovo de galinha muito mais comodamente do que novíssimo Código Comercial escrito em letras microscópicas, e a olhos nus, pelo habilíssimo míope o Sr. Francisco José de Freitas, de cuja admirável produção é hoje possuidor o Conde de Caxias.

Escusado é dizer que se tratou de teatro e de eleições, objetos estes quais o primeiro é o estímulo mais poderoso de certas sensibilidades e inteligências, e o mais deslumbrante atrativo de certos gênios e caracteres, dos quais o segundo é o licor miraculoso que penetra por todos os poros e anima certos corpos que, sem ele, vivem misantropos, enjoados deste mundo, que com ele remoçam e adquirem uma atividade delirante que só tem igual nos devaneios de um desabusado valsista.

Juro pela religião de meus país, que ao falar em eleições vieram-lhe logo ao pensamento as duas vacaturas senatoriais das províncias do Rio Negro e do Piauí! Não são essas a que aludo, porque de política sei muito menos que de lagar de azeite, e gosto tanto como do cheiro de assa-fétida, específico de certo mal feminino.

Da primeira apenas sei que o *Planeta* de papel que aparece em certos dias na cidade de Belém apresentou como digno das



primícias da “caboclinha”, que ainda está com as faixas da infância, ao Sr. Desembargador João Antônio de Miranda, que o dito astro afirma ser dos progenitores da recém-nascida.

A respeito da segunda, o que apenas sei por ter ouvido a gente da vizinhança, é que há muitos cavalheiros, uns ainda mocetões, outros já avelhantados, que desejam desposar-se com a viuvinha do Barão do Monte Santo (a quem Deus haja), porque dizem que é de bom gênio, e possuidora do Rio Parnaíba e suas preciosas margens. Acrescentam mais os tais sujeitos, que são finos como azougue, e capazes de ver um mosquito em cima do Corcovado, que a viúva recomendou aos seis procuradores que tem nesta corte que não quer homem do Piauí, porque se deu muito bem com o finado que não era de lá.

A eleição de que falei, bem que partilhe da natureza das outras, não é idêntica, porque não é política, e sim comercial. É a eleição dos nove diretores do novo Banco, que tem posto em convulsões a gente do positivismo, todos os barões, comendadores e cavalheiros da Bolsa. Chovem as chapas, fervem os manejos, gaseificam-se e detonam todas as suscetibilidades e caprichos.

De um lado, a chapa do Ireneu, a quem se deve a ideia criadora do Banco; do outro lado, a chapa do Faro, Pereira da Silva e Otoni, que tem por si o serem membros da comissão encarregada da revisão do projeto de estatuto, e julgam-se ofendidos da exclusão pelo primeiro. A discussão tem estado azeda e pessoal, mas é de esperar que os contendores não usem de outra arma que não seja a pena e a língua, porque são todos homens já barbados e sérios e têm filhos que educar.

Alguns espíritos timoratos, ou que em extremo apreciam as vantagens que trará o projetado estabelecimento, estão receosos de que venha a morrer ainda no berço, ou do mal de sete dias. Mas posso assegurar-lhe que esse medo é pânico; qualquer que seja o lado vencedor, não ficaremos sem uma instituição cuja

necessidade e interesse foram geralmente proclamados e reconhecidos. Quem tem por si mais probabilidade de triunfo não lhe direi, porque apostei, e não sou tão néscio que vá despertar ainda mais o zelo dos meus adversários.

O negócio do teatro foi menos tempestuoso, mas estive muito divertido.

Há de lembrar-se de que lhe anunciei com umas poucas de exclamações o reaparecimento dos “judeus” do Teatro de São Pedro de Alcântara, que não acham outro meio de vida mais honesto e lucrativo que a usura dos bilhetes; privando assim uma grande parte da população desse único divertimento nas noites de mais influência, e sangrando horrivelmente as algibeiras dos que se atrevem a transpor as suas barreiras.

No dia 25 do corrente devia festejar-se naquele teatro o aniversário do juramento da Constituição política do Império, e para esse fim convidou-se pelos jornais a população que tivesse de *l'argent comptant*, dizendo-se-lhe que às dez horas da manhã começaria a venda dos bilhetes. A concorrência foi grande; pode-se dizer, em linguagem de carioca, que houve tamina, acompanhada de todos os seus acidentes – empurrões, rasgões, encapelações, entalações, pisadelas, alguns socos e muitos dictérios.

Começavam este *pêlle-mêlee* disputa, quando surgiu o respeitável juiz do teatro, o subdelegado interino da freguesia do Sacramento, o Manoel Teodoro Xavier, cuja bonomia é geralmente conhecida.

Dizem que S. S., depois de verificar que já se davam como vendidos grande número de bilhetes, entretanto que poucos minutos tinham decorrido da hora aprazada, prendera o administrador do teatro, encarregado desse serviço, e, revestindo-se do mais puro democratismo, se pusera a substituir aquele empregado nas suas modestas funções, visto que a multidão estava impaciente.

Obrou mal o juiz do teatro, violou a Constituição, que naquele dia fez 27 anos, e era o objeto dos públicos festejos?

Se não há crime quando se não dá a intenção, o Manoel Teodoro está livre de pena e culpa, porque ele é a bondade encarnada em figura de homem.

Se é certo que a Constituição (pobre Constituição!) não permite que a autoridade reprima a vadiação e o insólito tráfico dos cambistas do teatro, poderá dizer o honrado subdelegado que dentro daquela casa tudo é ficção, inclusive a lei fundamental, que só em ocasiões semelhantes é tão invocada. Poderá dizer que para cambistas não há Constituição, como outrora certo intendente geral de polícia do Rio de Janeiro disse, em despacho de um requerimento que em cada linha falava três vezes em Constituição, que esta nem sempre é aplicável a ladrões.

E não seria eu quem censurasse o juiz do teatro por proceder um pouco inconstitucionalmente contra os implacáveis cambistas e seus cúmplices, assim como o patriota Evaristo Ferreira da Veiga recusou escrever na sua *Aurora* a favor dos tais salteadores, que pediam imediata formação da culpa, isso não obstante a guerra política que movia contra o sobredito intendente, e apesar do exaltamento liberal da época.

O empresário das representações dramáticas, que sinceramente acredito desejará livrar a população dessas sórdidas sanguessugas, representou ao chefe de polícia contra a prisão do seu empregado. Não me consta que já tivesse despacho definitivo. Creio, porém, firmemente que esta querela não tragará um subdelegado, como a de Mme. Gudin.

O malcombinado duelo do Ferreira com o Leopoldo não ficará sem as honras judiciárias de um processo; quem o está organizando, *ex officio*, é o subdelegado do distrito. É astuta e espirituosa a resposta que, segundo me consta, dera o Ferreira quando interrogado pelo juiz processante: “No estado de alucinação em que subitamente me achei, não pude ver o que pratiquei; peço a V. Sa. que acredite no que a esse respeito depuser o meu adversário.” Só

esta feliz resposta lhe devia valer a absolvição, se os subdelegados do Brasil tivessem o mesmo poder “constitucional” que tinham os juízes do tribunal revolucionário da França com os quais se deu o seguinte caso:

M. Martainville, talentoso jornalista, contava 17 anos de idade quando foi levado à barra daquele tremendo tribunal como suspeito de sentimentos poucos simpáticos à ordem de coisas que então ensanguentava a desventurada França. O réu estava certo de sua condenação, graças à justiça dos revolucionários, e todavia apresentou-se com muito sangue-frio.

Quando o escrivão proferiu o nome do acusado, que se achava defronte dos juízes, ou antes dos algozes: “É *de Martainville* sem dúvida, e não Martainville”, disse Coffinhal, presidente do tribunal, franzindo a testa. “Cidadão presidente”, interrompeu o acusado, “estais aqui *pour me raccourcir*, e não *pour me rallonger*.” Os juízes ditaram sufocados pelo riso a sentença da absolvição. O próprio Coffinhal se não pôde conter.

O dia 25 de março foi saudado e festejado com toda a pompa e estrepitosa alegria de que é digno: luzida parada, cortejo, teatro, vivas e salvas. Ocorreu de novo uma circunstância muito notável, que por sua gravidade reservo para depois desta miscelânea.

Foi muito intenso o calor durante toda a manhã, presságio do temporal que caiu à tarde.

O imperador, conhecendo quanto a tropa devia estar incomodada, dispensou-a de marchar em continência, e ordenou que dispersasse logo depois do fogo de alegria. Dizem que alguns guardas nacionais caíram de extenuados; e daí tiraram alguns malignos motivos para seus epigramas mais ou menos picantes.

Certos indivíduos que acham patriotismo em desconceituar o Império, sem fundamento, e até sem bom senso, disseram logo, como o faria qualquer criatura de Rosas: “Eis aí os soldados com que pretendemos combater!” Ora, pode dar-se maior destampatório, e despeito mais desprezível, do que chasquear-se do valor de nossos compatriotas, valor tantas vezes demonstrado, do que concluir-se que somos fracos e incapazes de defender o país contra os inimigos externos, só porque dois ou três guardas, talvez bisonhos, não resistiram ao sol abrasador do dia 25 de março? Outros, porventura com algum espírito, disseram que o acidente desses guardas simbolizava alguns aleijões que tem sofrido a Constituição. Houve, finalmente, quem dissesse, e com esses concordo eu, que o fato podia significar que, assim como o demasiado calor solar queima e fatiga, assim também o fogo da liberdade excessiva tonteia e faz cair. A realidade do fato, porém, está na alta temperatura que experimentamos nesse dia, na bisonhice de muitos guardas, que não puderam escapar à qualificação pela nova lei, e no inveterado hábito de se obrigar os guardas, com toques de corneta por todas as ruas, a saírem de suas casas muito antes da hora precisa.

A Ordem Terceira de São Francisco de Paula é cabeçuda, não quer ceder por coisa nenhuma desta vida.

Os irmãos que a representam protestam que em último caso se reunirão no Campo Santo, e daí, com a simples invocação dos manes de tantos cidadãos ilustres que ali estão sepultados, farão recuar as falanges dos bárbaros que os acometerem.

Ofereceu-se-lhe para indenização, que se pode contar como certa, ainda que dependente do corpo legislativo, 40 apólices da dívida pública, que serviriam de patrimônio ao seu hospital, hoje custeado por contribuições extraordinárias de alguns irmãos, a quem já pesa a caridade. “Nada”, responde a mesa da irmandade; “querem destruir esse cemitério que é um brasão da nossa

confraria; querem profanar a terra que tantas famílias têm regado com seus prantos, e à qual se prendem recordações de pessoas que nos são caras.”

Tudo que há de mais patético e religioso se tem invocado para desatender o voto de inúmeros proprietários, e estorvar uma medida de interesse geral.

Se a Confraria dos Mínimos de São Francisco de Paula tiver cemitério no centro da cidade, as outras, e principalmente as do Carmo e de Santo Antônio, que prestam grandes serviços à pobreza, necessariamente obterão a mesma graça, do contrário, a primeira monopolizará toda a receita dos defuntos, que é o positivo do negócio.

Nestes termos, a que tem chegado a campanha dos cemitérios, é muito natural que o governo imperial aceda à suspensão de armas que pedem os moradores de Catumbi até que a assembleia geral, a quem pretendem por último recorrer, resolva a contenda como entender mais acertado.

A semana foi muito chuvosa, mas a febre (visto que parece gostar do frio) não reinou tanto lá pelo mar como na anterior. A prova está no que segue:

22 de março – 47 óbitos, dos quais cinco de febre amarel;
23 de março – 29 óbitos, dos quais nove de febre amarela;
24 de março – 30 óbitos, dos quais seis de febre amarela;
25 de março – 35 óbitos, dos quais três de febre amarela;
26 de março – 30 óbitos, dos quais quatro de febre amarela;
27 de março – 43 óbitos, dos quais seis de febre amarela;
28 de março – 36 óbitos, dos quais quatro de febre amarela.

O moço de câmara que serviu o Capitão Hebert até à sua morte, e do qual falei na minha anterior, não faleceu; disse-o o Dr. Peixoto por este *Jornal*. Sem querer imitar o capricho do jornalista inglês



de quem se conta a anedota de um “enforcado que não morreu”, dir-lhe-ei que o sobredito indivíduo foi considerado morto por muitos, de sorte que o fato equivale a uma ressurreição.

Declarou-se a febre amarela a bordo da corveta *União*, dizem que por causa da imundície do porão, que se não limpava há anos!

A linha de vapores que navegam entre a Corte e Niterói foi reforçada com mais um vapor que entrou hoje pela segunda vez em serviço. O *Niterói* (assim se chama o novo vapor) tem um duplo engenho, sendo a força nominal, de cada um, de 12 cavalos. Gasta da ponte da praia de D. Manoel à de São Domingos 16 minutos, desta à de Niterói 4, e vem em direitura à Corte em 18 minutos. As outras barcas não fazem toda a viagem, tocando no ponto intermédio, em menos de 35 a 40 minutos. Os assentos dos passageiros são dispostos como os bancos de plateia de teatro. Dos barcos pequenos construídos no estaleiro da Ponta d’Areia é este incontestavelmente o melhor, sob qualquer ponto de vista que seja encarado.

Tenho notícias de um viajante do *Tay* que me diz coisas sedutoras sobre os cômodos e tratamento que se gozam nesses belos transportes. Almoça-se às 9 horas da manhã, há um bom *luncheon*, ou segundo almoço, ao meio-dia, janta-se às 4 horas da tarde, e ceia-se chá ou café às 8 horas da noite. A cozinha é excelente, e a mesa, muito abundante. Os pratos ordinários são os seguintes: sopa, assados, aves, massas, doces e frutas.

Em uma palavra, diz o meu noticiador, que é entendedor e valente oficial de copo e prato, um bom jantar dos que aí se comem não é mais profuso ou mais asseado, nem tão prontamente servido. Assim fosse a água potável melhor, que não sei por que não é também guardada em talhas no convés para ficar mais fresca.





O viajante esquece-se de que está em navio inglês, e que, portanto, deve recorrer ao bom vinho e à boa cerveja, sempre que tiver sede, ou que a água lhe souber mal.

Segundo a mesma carta, o *Tay* resiste com sobrançeria à fúria dos elementos, e, quando o tempo é calmo e o mar sereno, não se está mais comodamente, nem se sente mais firmeza em terra que em cima do seu convés, medindo com a vista e a imaginação a imensidade do universo.

O Senador Visconde de Abrantes partiu no *Tay* da Bahia para Pernambuco.

Já que estou em descrição de vapores, devo noticiar que se prepara nos Estados Unidos um vapor colossal, que tomou o nome de um rio da Pensilvânia, *Susquehanna*, e começará a sua carreira marítima por uma viagem à roda do mundo. É da força de 1.400 cavalos, e da capacidade de 2.500 toneladas. Deus queira que não tenha ele a sorte do *President*, que há coisa de sete anos saiu de New York para Liverpool, e até hoje se ignora como acabou.

Talvez prejudicasse o efeito da interessante notícia que vou dar aos verdadeiros cristãos, reservando-a para remate desta crônica semanal; quem sabe mesmo se não cometi uma profanação merecedora de severa censura?

O assunto é muito grave para que eu me dispense de dizer duas palavras em justificação do meu procedimento:

Entendi que, tendo de falar de coisas muito mundanas, algumas das quais podiam desafiar-me a mordacidade e o ridículo, não o devia, nem o poderia fazer com algum jeito depois de ter elevado meu pensamento até a morada de Deus. Entendi que depois do sagrado, depois do religioso, tudo o mais, que aliás constitui o objeto favorito de minhas epístolas, era uma grande profanação. Finalmente, temi que muitos libertinos para quem também estou escrevendo por causa de um amigo errante, ao lerem as primeiras linhas, me achessem muito beato. Dadas estas explicações, vou satisfazer a curiosidade que terei excitado.

O aniversário do juramento da Constituição teve este ano mais uma solenidade além das que se reproduzem constante e invariavelmente. A capela imperial, a catedral do Império, o primeiro templo do Rio de Janeiro, apresentou-se completamente restabelecido, como o pediam o bom gosto, a civilização e a religiosidade dos brasileiros. Foi uma grata e tocante surpresa que experimentaram todos os que ali concorreram no dia 25 para assistir ao te-déum que se cantou em ação de graças pelo segundo dos mais importantes fatos de nossa existência política.

O dourado da catedral do Rio de Janeiro data de 1817; em 1823 limpou-se apenas o ouro e branquearam-se as paredes; desde então, no espaço de 27 anos, nada se fez a bem de sua conservação e asseio, esteve abandonada à ação do tempo, que lhe fez grandes estragos. Para poder aparecer nos dias das grandes solenidades nacionais era preciso abafá-la completamente com estofos de seda, lã e até de algodão, oferecendo o mais pungente espetáculo ao nacional, e dando uma ideia falsa de nossa devoção ao estrangeiro.

Graças ao atual Ministro da Justiça, e ao esclarecido e fervoroso zelo do Monsenhor Inspetor e fabricante Manoel Joaquim da Silveira, a Catedral do Rio de Janeiro acha-se restaurada de todas as suas ruínas, saiu do abatimento em que ia até aniquilar-se. As armações que por diversas vezes no ano se preparavam para ter-se uma decoração artificial, efêmera, e dispendiosíssima, essas armações muito contribuíram para a destruição do que de mais belo tinha a catedral.

A capela imperial merece ser vista pelos homens entendidos, hoje que sobressaem as delicadas obras de talha e de escultura que ornam todo o seu interior; obras que atestam quanto entre nós já estavam adiantadas as artes no século passado.

Reapareceram os belos ornatos da boca do trono da capela-mor que estavam em muitas partes arruinados, alguns dos quais tinham sido mesmo arrancados, como os dois anjos que se assentam nos capitéis das duas grandes colunas capeladas que

sustentam o baldaquino pela parte posterior. A tribuna imperial foi também renovada com gosto e riqueza.

A Capela de São Pedro de Alcântara, que antes foi consagrada ao Senhor dos Passos, sofreu grandes e belas alterações. Tendo S. M. a Imperatriz determinado que o corpo do mártir São Julianeto, que em riquíssimo caixilho lhe mandara de Roma o Santo Padre Pio IX, se colocasse na capela imperial, aí se lhe preparou um pouso, fazendo recuar os ornatos do pedestal em que está colocada a imagem de São Pedro de Alcântara, que é de belo mármore de Carrara.

Esta relíquia tem de ser exposta à veneração dos fiéis, pela primeira vez, no domingo de Páscoa.

Todos os quadros da igreja (15 ao todo) foram restaurados. Sobre todos prende a atenção o da boca do trono, que representa a Santíssima Virgem com a invocação do Carmo, cobrindo com seu manto a real família de Bragança, que a seus pés de joelhos implorava o seu auxílio, com deprecações que dois anjos têm escrito em seus escudos. Destes um fica à direita da Senhora, e apresenta as seguintes palavras: “*Sub tuum praesidium confugimus Sancta Dei Genitrix*”; o outro fica à esquerda no fundo do quadro, e mostra estoutras palavras, que são a continuação daquelas: “*Nostras deprecationes ne despicias.*”

Este quadro, que recorda uma época mui distinta da nossa história, reapareceu contra toda a expectativa. É obra do distinto brasileiro José Leandro, que se viu condenado a ocultá-lo, pintando-lhe em cima, com as suas próprias mãos, um grande monte verde negro. Mas ainda aí o artista mostrou-se previdente e entusiasta da sua produção, não empregando o óleo na pintura, que teria inutilizado para sempre o que hoje será venerado.

O coro alto da igreja sofreu uma renovação completa, foi corrigido em todos os defeitos de sua construção e apresenta a mais linda perspectiva.

É preciso ver e admirar a igreja restabelecida. Descrever toda a riqueza e bom gosto das obras que se lhe fizeram seria por demais

alongar-me, e afinal não daria senão ideia muito imperfeita da beleza e majestade com que a Catedral do Rio de Janeiro se recomenda à veneração dos fiéis, e ao apreço dos amadores das belas-artes.

O reverendíssimo bispo entendeu que, depois da restauração por que acabava de passar este templo, era necessária uma nova bênção.

Às 9 horas da manhã do dia 25, estando a igreja fechada e vazia, na forma do ritual, saiu o venerável prelado em vestes pontificais, acompanhado de todo o cabido e clero da catedral, pela portaria do claustro. Foi uma cena bem tocante; o povo correu a apreciá-la, o Largo do Paço ficou apinhado de homens e senhoras.

A grade do adro estava aberta; o venerando pontífice aí penetrou, e, dita a oração *Actiones nostras*, entoou a antífona *Asperges*, que o coro continuou. Daí saiu a procissão, cantando o salmo *Miserere*, e, chegando ao corredor da Ordem 3.^a do Carmo, o sumo sacerdote fluminense aspergiu as paredes de sua catedral, primeiro na parte superior, depois ao rés do chão, cerimônia que em seguida reproduziu-se do lado esquerdo, dentro do claustro da mesma capela imperial. Voltando ao adro, com a frente para a igreja, entoou a oração *Domine Deus*, finda a qual abriram-se as portas, e entrou a procissão cantando as Litanias. A igreja foi logo invadida por essa onda de crentes e fiéis católicos que de fora aguardavam o momento de penetrar no santuário.

O venerando pontífice continuou a bênção do templo, e em seguida benzeu igualmente todas as imagens. Seguiu-se a missa cantada pelo cônego hebdomadário, depois da qual teve lugar o te-déum, a que assistiram SS. MM., o ministério, conselheiros de Estado, grandes do Império, etc., e um numerosíssimo concurso de povo.

Jornal do Commercio de 30/03/1851

Corte, 5 de abril de 1851.

Eis-nos chegados ao mês de abril, o quarto do calendário gregoriano, o mesmo que Numa consagrou à deusa da formosura. É o mês em que se celebram as mais caras tradições, os mais sublimes mistérios da nossa religião, mas é também o mês que mais “glosado” tem sido, aquele do qual se contam mil anedotas, do qual se tiram vários horóscopos. O caráter juvenil dos franceses tomou-o à sua conta, e dedicou-lhe os mais interessantes provérbios.

Quem perde o seu abril vem a senti-lo em outubro: “*Quandon-perdson avril, en octobre on s’en plaint.*” Março ventoso, abril chuvoso, fazem o maio delicioso: “*mars venteux, avril pluvieux, font mai joyeux*”. Perdoem-nos os senhores inexoráveis tradutores a liberdade do – delicioso –, em atenção ao consoante, dos quais já houve quem antes de mim se queixasse, e mais era poetarrão?

Abril chuvoso, maio alegre e ventoso anunciam um ano fecundo e mesmo gracioso: “*avril pluvieux, mai gai et venteux, anoncent un an fécond et même gracieux*”.

Que reverendíssima maçada, terão já dito os que sabem encher varas quadradas de papel semeando rosas e boninas em cada linha, sempre com graça e conceito! Tenham porém paciência esses “espíritos de ambrosia, esses cérebros eminentemente racionais”, que já agora, em que lhes pese, estou resolvido a entreter-me com o mês de abril, e lá vai mais um.



“*Avril pleut aux hommes, mai pleut aux bêtes*”: o abril é favorável aos homens, e maio, aos campos. Esta tradução é um pouco livre e o fiz muito de propósito e caso pensado. Maio é entre nós o primeiro mês parlamentar, e não sou tão atrevido que fizesse uma tradução muito servil, de que logo se aproveitaria algum liberal desatinado para aplicá-la a alguns dos augustos e digníssimos regeneradores da pátria. É verdade que no mês de maio começa a chover dinheiro aos seiscentos para eles; mas também é, pelo menos para mim, ponto de fé constitucional, que de cada um desses seiscentos mil reais manam rios de ventura para a pátria que os paga como dos dentes de Cadmo nasciam homens.

A crônica quase universal do mês de abril não se limita a esses provérbios mais ou menos arbitrários, mais ou menos apropriados à latitude em que ora vive taciturno M. Guizot, em que há pouco desferia coriscos M. Ledru-Rollin, os quais (coisas da Gália republicana!) fizeram um *chassez-croisez* regressando o primeiro a Paris e escafedendo-se o segundo para Londres.

O mais engraçado do mês de abril é a tradição algum tanto herética que os cristãos não esquecem e praticam no dia primeiro. O mais engraçado, digo eu, que entre libertinos não posso escapar de o ser uma ou outra vez. O mais grave e indecente, dirá algum dos nossos sacerdotes que se tenha convertido às regras do seu sagrado ministério, depois da leitura da eloquente pastoral do arcebispo de Paris, ontem publicada no *Jornal do Commercio*.

As peças ou lograções, como dizemos nós, *les poissons d'avril*, como dizem os franceses, são de uso imemorial; e este ano, se me não engana o meu novatismo como cronista, e um velho muito sabido da vizinhança a quem consultei, houve no Rio de Janeiro como nunca. Começarei por contar a peça que me pregaram, ou *le poisson d'avril qu'on m'a donné*.

“Ao ilustríssimo e excelentíssimo amigo presente do amigo ausente.” Era o sobrescrito de uma carta fechada com toda a ciência,



escrita em papel do mais precioso que possa ser visto no Palácio de Cristal, e com tal letra e retidão que o Mestre Ventura suaria o topete (se o tinha) para igualar.

“Excelentíssimo!” Dar-se-á caso que me conheçam! Terei sido, sem o saber, eleito senador do Império, coisa que tanto ambiciono, lugar em que me tornaria conservador até no silêncio, que a prudência me preserve em sala de oradores! Depois deste curto e, como se vê, eloquente monólogo, abri a carta com o credo na boca, porque (não tenho vergonha de confessá-lo) o medo foi maior que a impressão favorável.

Imagine agora o meu leitor qual foi o desconcerto em que fiquei ao ler um famoso logro do 1º de abril, que tão forte emoção me causara. Ó!

Da terra caí no chão

E iria imediatamente queixar-me ao Chefe de Polícia, se me não tivessem dito que em Minas se gosta do brinquedo, e que S. Exa. (perdoem-me por quem são, esta excelência) é matão de bom gosto.

Mas o que continha a carta, de que qualidade ou tamanho foi o peixe que lhe mandaram? A carta, meu invisível interlocutor, começava com as expressões as mais adocicadas, com finezas que cheiravam a essência de rosa, e era (no momento do despeito não me lembra o que dela fiz), e era porque, como fica dito entre parênteses, deixou de existir, e era mais comprida do que este período, muito e muito mais, era de extensão superficial maior que a do papel; sim, maior que a do papel, porque tinha suplemento de papel grosseiro e escrito com letra que em pessimismo levava as lampas à mais ordinária que apareceu no concurso da companhia de candidatos do Tesouro.

A curiosidade, habilmente graduada, foi-se-me acendendo de mais em mais, de sorte que se dura mais dois minutos voava-me à





cabeça e extravasava-se-me o coração. Aproximava-se este trágico desfecho quando, felizmente, cheguei à última linha, que apenas servia de limite ao papel, e onde se me declarava que junto acharia uma interessante notícia para encher a minha seguinte carta hebdomadária!

Tomei fôlego (e tome-o também agora o leitor), deixei que a alma se acomodasse no seu aposento habitual, esperei que a circulação se restabelecesse em suas condições normais, para então ler a interessantíssima notícia que me chegaria de sobra para encher esta carta.

Ó! que não sei de raiva como o conte!

A notícia tinha por título: “Relação dos estabelecimentos públicos e particulares que se pode visitar grátis, para recreio ou para instrução.” Vinha *in capite rolis* a Biblioteca Pública Nacional, franca todos os dias úteis; em seguida o Museu Nacional aberto nos domingos, das 10 horas da manhã até 1 da tarde, e também em todos os dias úteis e às mesmas horas, para os que quiserem consultar os objetos; a galeria de quadros de M. Ruqué, na Rua do Ouvidor, visível sempre e a qualquer hora; o Passeio Público, o Cais Pharoux, a barca de banhos, etc., etc. No fim destas notícias extraídas do almanaque do Sr. Eduardo Laemmert, vinha uma série de petas, que se eu as engolisse, e desse-lhe a comer, não sei como ficaria com os ossos o pobre a quem atribuissem a paternidade destas missivas. Por exemplo dizia-se que no domingo de Páscoa o Sr. Major Suckow daria um lindo divertimento no Prado Fluminense, e condução gratuita aos que primeiro chegassem, e a tantos quantos coubessem em 10 carros, 20 cabriolés, 30 andorinhas, 60 tálburis e 120 cavalos de sela. Que na primeira oitava o Sr. Pharoux daria opíparo jantar com sopa de tartaruga a todos os que se apresentassem decentemente vestidos e apresentassem o bilhete da desobriga com a firma do confessor reconhecida pelo Sr. Tabelião Fialho; que nesse mesmo dia, das 5 horas da tarde por



diante, o Sr. Francioni daria também sorvetes de meia-cara, e sem outra condição que a imposta pela capacidade de suas catimplo-
ras. E como estas muitas outras, que se todas aqui reproduzisse
venceria o primeiro farmacêutico que preparou o cozimento de
dormideiras.

O meu primeiro impulso, digo, o meu segundo impulso (por-
que o primeiro já disse qual foi) creio que me traria aplausos, e se-
guramente comodidade, se o levasse a efeito. Era, como peça do 1º
de abril, não dar este debique aos que em cima do nosso trabalho,
que desfrutam de amor em graça, nos cobrem de vitupérios. V.
M. ficaria servido com uma cartinha pelo correio, que me dizem
vai andando muito melhor; e os tais meliantes, quando amanhã
pegassem no *Jornal*, de que muitos nem são assinantes, ficariam
mamados.

Não o fiz, porque consolei-me com as lograções que os outros
sofreram, e que me é lícito contar, visto que não me impuseram
segredo, e sou para isso autorizado pela franqueza com que falei
a meu respeito.

O *poisson d'avril* que se dava na praça a todos os que lá entra-
vam pela primeira vez era a ressurreição de um defunto que,
seguindo viagem da Casa da Misericórdia para a ponta do Caju,
saltou da tumba como uma castanha, e declarou que não queria a
casa para onde o mudavam. Isto contava-se com certo ar de hipó-
crita compaixão, alguns mais românticos até com horror, e no fim
acrescentava-se: “a autoridade está procedendo às averiguações
do costume”.

Esta engoliu-a um grande espertalhão, que estava à espera das
últimas informações para escrever um estirado artigo contra o
provedor da Santa Casa da Misericórdia, contra os Drs. Jobim, De-
Simoni e Bompani, contra o Chefe de Polícia, seus oficiais superio-
res, subalternos e inferiores, e até contra o Ministério. “Muito farei
eu”, dizia-me o tal vivório, “se puder concluir o artigo sem atacar a

inviolabilidade e impecabilidade de que fala a Constituição, que, com 27 anos de idade, já é senhora caduca para o gosto francês.” Ora, veja que mortandade ia havendo, só por causa de um homem, que não chegara a morrer!

Quase me esquece dizer-lhe que o publicista, além de muitas outras considerações, fundava-se para a catilinária, nas circunstâncias que se contam a respeito do falecido negociante Lourenço Martins Ferreira.

Outra logração que chegou ao meu conhecimento deu-se com certo homeopata muito e muito seu conhecido, tão conhecido que é escusado dizer o nome, porque há de ser o primeiro que lhe venha à lembrança. Um seu cunhado ou concunhado, em represália a uma viagem de caçoadas que ele lhe fizera dar para ver um parente que chegara de Lisboa, mandou-o convidar para ver um fiel retrato do patriarca da homeopatia, o grande Hahnemann, mimo que lhe preparara pelas suas próprias mãos, e que naquele mesmo dia lhe queria oferecer em pagada logração. O Sr. Reis... quase sou mais franco do que pretendia. O cunhado do homeopata é homem de uma seriedade tão severa, que não admira pudesse iludir em tais circunstâncias ao atiladíssimo homeopata. Foi, pois, este com alguns amigos da mesma crença médica vero retrato do grande homem.

Levantado o lindo véu que encobria o quadro, esbarraram as vistas dos homeopatas numa esquelética figura, de que apenas se viam um respeitável nariz e uma disforme boca a cachimbar. Os homeopatas deram-se todos por cachimbados, e o parente do hábil pintor pediu-lhe o quadro para ir cachimbar a mais alguém.

Lembrando-me do antigo provérbio – mal de muitos consolo é –, e de que estas peças do 1º de abril são uma alusão indecente aos insultos e irrisões que nos primeiros dias deste mês sofrera o Salvador dos judeus, que o enviavam de um para outro tribunal; recordando-me destes exemplos, consolei-me, e até por fim também ri-me à custa de outros.



Esta semana foi quase toda de devoção, se excetuarmos as brincadeiras ou bufonarias do 1º do mês. Além dos atos religiosos que diariamente se celebram nesta quadra de penitência, duas procissões do Senhor dos Passos e a festa do patriarca da Ordem Terceira de São Francisco de Paula trouxeram os fiéis de um e outro sexo em moto-contínuo. A sagrada imagem do Senhor que pertence à capela imperial demorou-se na Igreja da Santa Casa da Misericórdia mais tempo do que marca a tradição dessa solenidade religiosa, em consequência da chuva que não permitiu saísse de lá a procissão no dia seguinte àquele em que foi depositada a imagem. Falhou ou faltou-se nesta parte à tradição, mas houve a garantia do termo de recepção assinado pelo provedor.

Os batalhões que acompanharam as procissões, tanto na ida como na volta, traziam na sua vanguarda e retaguarda uma boa porção de moleques, que tinham ido uns à botica, outros à venda, estes à casa do médico, aqueles à da parteira, etc., etc. São amadores da música, que remédio senão sofrê-los; é um abuso como muitos outros, é uma das pragas do país que só o tempo há de extinguir.

A festa de São Francisco de Paula fez-se com todo o zelo dos seus devotos, e com mais fervor, se é possível, em consequência da “questão de Catumbi”. A igreja foi armada com majestade e riqueza, diferenciando-se a armação da dos anos anteriores pelas elegantes coroas de que pendiam os ricos cortinados dos altares. O hospital da Ordem esteve franco à inspeção do público, e grande número de fiéis ali concorreram. Não é para admirar o asseio que apresentavam os quartos e camas dos enfermos, porque todo o hospital assim aparece em dias de visita. Mas é digna de ver-se a boa disposição das enfermarias, que formam três linhas de quartos, separados por outros tantos corredores, que se comunicam entre si no centro e nas extremidades, as quais deitam: as do fundo, para a Capela de Nossa Senhora, ricamente decorada, e as de frente para a sala da entrada, que olha para o largo em que está situada a igreja.



O brilho das luzes, o aroma das flores, que em bonitos vasos embalsamavam a fresca brisa da noite, que soltas ou desfolhadas juncavam todo o edifício, o contínuo movimento dos fiéis, as feições graciosas, os corpos gentis dos anjos da terra que ora aqui ora ali apareciam, tudo concorria para ali entreter horas inteiras o espectador menos devoto, ou mais antipático ao contato e ruído da multidão.

Reparei nessa noite, não no vestuário pouco decente com que certas damas, e até matronas, comparecem no templo de Deus, mas numa moda que me dizem não ser muito recente no Rio de Janeiro, entretanto que só naquela ocasião pude notar, posto que todo meu pensamento estivesse em Deus. A moda chama-se – penteado à Maria Stuart. Não saberei descrevê-la classicamente, porque de *toilette*, máxime *toilette* de senhoras, muito pouco entendo; na minha humilde choupana ainda não entrou modista, nem de pente, nem de agulha.

O penteado que vi consistia num famoso rego ao meio da cabeça, e numa rodilha de cabelos descobrindo toda a testa e orelhas.

Admito que essa moda caprichosamente executada dê realce a um belo rosto, a uma testa elevada e a umas orelhas *irréprochables*. Mas a fé de cristão é uma moda aziaga para certas cabeças e fisionomias. Perdoe-me o belo sexo, em honra sua faço votos para que haja uma rainha Isabel que decapite esta moda à Stuart, como a outra à sua rival.

A aristocracia da beleza é talvez a mais tolerável, mas quando o mundo parece caminhar para a democracia, como o disse um dos homens mais consistentes que se conhecem, M. Thiers, não a desejo eu cá no Brasil. Os cabelos à Maria Stuart só podem convir àquelas belas em quem assentar esta definição de Fontenelle: “Uma mulher bela”, disse ele, “é o paraíso dos olhos, o inferno da alma e o purgatório da bolsa.”

Avante! avante! é a divisa do século XIX. Depois de ter esgotado o arsenal do possível, é preciso que o homem entre pelos domínios

do impossível até aonde o levar sua imaginação. A aplicação do vapor já é muito conhecida. Os *Presidents* e os *Susquehannas* já não causam espanto. É tempo de uma nova maravilha, e essa maravilha, uma folha dos Estados Unidos anuncia nos seguintes termos:

Está para ser dada à luz a descoberta de um novo motor que há de invalidar inteiramente a potência do vapor. Este anúncio deve causar espanto a alguns, mas a descoberta, quando for divulgada, há de espantá-los mil vezes mais.

O autor, que é um homem residente na parte oriental deste país, tem completado seus modelos, dos quais um há de ser depositado em Washington, logo que esteja garantido por cartas de privilégio exclusivo em todos os Estados da Europa. A máquina está completamente acabada, o motor é um único, e em nada depende do vapor. Tão simples e econômicos são o princípio e a aplicação que duas toneladas de carvão bastarão para levar o maior navio de guerra à roda do mundo.

Não estamos autorizados neste momento para dizer mais desta maravilhosa descoberta; mas predizemos, com a maior confiança, que pouco tardará que se opere por toda a parte uma completa revolução no sistema atual de forças mecânicas. Asseveramos com a mesma confiança que o ano de 1850 acabou com a soberania do vapor!

Não é uma quimera. Dizemos aquilo de que temos conhecimento; e dentro em pouco tempo esta maravilha, presentemente escondida aos olhos do público, há de produzir em toda a cristandade maior espanto do que o que produziu a descoberta do vapor, ou a dos telégrafos magnéticos.

Apareceu um chistoso anônimo neste mesmo jornal, com embargos de terceiro às novas núpcias da “viúva” do Barão de Monte



Santo. Parece pessoa da intimidade da respeitável senhora, e, pelo que ele diz, ou existe a procuração de que falei, ou não foi ainda registada nas notas. Desde logo declarei que ouvi a notícia à gente da vizinhança; que não foi, segundo a expressão que o uso tem sancionado, inventada à meia-noite, nessa hora misteriosa e encantadora, célebre nos faustos de todas as luas de mel. Fico à espera de ver quem são os matões propostos pela bela piauiense. Duvido que haja por lá dois que alcancem essa honraria. Tome nota do que lhe digo.

A divisão do Rio da Prata, de que é comandante o chefe de esquadra Grenfell, não saiu ainda, apesar das ordens que eu tinha todo o fundamento para acreditar fossem impreteríveis. Além de outras circunstâncias, ocorreu a moléstia do próprio Grenfell, que muito tem sofrido de um panarício que lhe apareceu no dedo médio da única mão que lhe resta.

Dizem que Grenfell queria seguir para o seu destino, não obstante a moléstia, mas o ministro não julgou preciso esse sacrifício, conciliando este ato de justiça e de consideração para com o distinto general, com a regularidade e economia dos preparativos para a expedição da força naval confiada a seu comando.

Chegou ontem a este porto o Almirante Montagnes de la Roque a bordo da fragata francesa *Physe*, acompanhado de uma corveta, *La Prudente*, e de um brigue, *Faune*. É o chefe de uma divisão cuja partida estava anunciada, e que, segundo o anúncio reproduzido nesta folha, se esperava tocasse em Pernambuco.

Diz-se que esta força naval francesa se destina ao Pacífico, e que sua vinda ao Brasil não tem por motivo a questão pendente a respeito do Cônsul Sentis. Seja porém assim ou não, se, o que é improvável, não houver muita prudência da parte do ministro francês, aquela desinteligência que pode e estava para ter um desfecho pacífico e digno de ambas as partes será procrastinada, e porventura tomará um caráter grave que não tinha. Se as coisas

tomarem a atitude de uma ameaça, é evidente que o governo imperial, sem que cesse essa ameaça, não poderá realizar suas intenções de justiça e boa harmonia.

O procedimento das autoridades subalternas de Pernambuco foi manifestamente irregular e imprudente. Ninguém o contesta, e menos o governo imperial, que já ordenou a sua repressão legal. A questão entre o governo francês e o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros versava, ao que me consta, sobre dever-se ou não salvar em Pernambuco à bandeira francesa, em reparação da ofensa que, se diz, fora feita à dita bandeira.

Os cônsules não gozam de imunidades, e nem mesmo, além de um uso entre nós tolerado, têm direito a içar em suas casas a bandeira de sua nação. M. Sentis não tinha pavilhão arvorado na casa do consulado francês; foi na ocasião do conflito que pretendeu içar uma bandeira, que pela janela fora lançada para dentro.

O cônsul, no seu desejo de arvorar a bandeira, não podia ter em vista senão complicar o negócio. A bandeira não cobria nenhuma imunidade, porque os cônsules a não têm. Que significação tinha, pois, na casa do cônsul? Se se quisesse dizer que o simples fato de despregar uma bandeira francesa dava imunidades à casa onde se içasse, seguir-se-ia o absurdo de que, arvorada em qualquer lugar, daria imunidades a esse lugar, porquanto os cônsules e os consulados não têm mais imunidades do que tais lugares. Dir-se-ia: *onde* eu içar a bandeira francesa, aí é a França.

Não houve, pois, o insulto que se alega, ou se considere a questão pelo lado do direito das gentes, ou pelo do fato material em si mesmo. Entretanto, entre o já concedido e o que demais se exige, não há tão grande diferença que, com boa-fé e discrição de ambas as partes, se não possa chegar a um meio-termo conciliador. É, porém, para isso necessário que o procedimento do governo brasileiro se não possa atribuir a medo.

Um fato de suma importância ocorreu no mundo comercial no dia 2 do corrente. A casa Hobkirk Weetman & Comp., que

gozava de muito crédito, principalmente pelo primeiro nome de sua firma, faliu com surpresa geral e comprometimento de muitos. Segundo o balanço apresentado aos credores, o seu ativo é de 414:000\$000 e o passivo, de 482:000\$000. Mas cumpre notar que o segundo algarismo é real, e que o primeiro provém de avaliações que costumam falhar, e de dívidas que nem sempre se realizam.

O corretor Souto obteve ontem mandado de prisão contra Hobkirk e seus sócios, sem que o mandado distinguisse se era o pai ou o filho, que têm o mesmo nome, e era o sócio da firma comercial Hobkirk Weetman & Comp.

O fundamento com que o Souto conseguiu essa ordem de prisão foi o ter emprestado ao Hobkirk na véspera do seu falimento, e sem que o pudesse prever, a quantia de 20:000\$. Mas há aí que notar a circunstância muito importante de ter sido esse dinheiro dado sob a garantia de um recibo passado em nome de Hobkirk Weetman & Comp., firma distinta da de Hobkirk, ao corretor. Seja como for, em bom direito comercial, o que é certo é que a prisão se não efetuou porque houve pouco depois contramandado.

A contenda do novo banco creio que terá maior adiamento, porque sobreveio a morte do pai do Otoni, e este não pôde por isso reunir-se outro dia à comissão, e nem o poderá ainda durante o nojo.

O Pereira da Silva e o João Pedro da Veiga recusam ser candidatos à diretoria, o que reduzirá a questão ao Faro e Otoni, de um lado, e ao Ireneu, do outro. Mas a luta ou vai de todo cessar, ou mudar-se para terreno um pouco diverso, em consequência de uma proposta que o Ireneu, anunciou a comissão, pretendia apresentar, e já tem redigida para ler na primeira sessão. A proposta diz só respeito à diretoria.

O José Rodrigues Ferreira, que teve o conflito com o Leopoldo, foi pronunciado e prestou fiança. O interrogatório do Leopoldo teve lugar ontem.

Por decreto de 28 do mês passado ordenou-se que do 1º de julho em diante ficasse sem efeito o decreto de 7 de julho de 1849, que sujeitava a despacho por fatura o calçado estrangeiro. Esta medida é consequência necessária de ter de cessar no 1º de julho próximo o efeito do art. 9º, § 1º, da lei de 28 de outubro de 1848, que elevou a 80% a taxa sobre a roupa, calçado e obras de marcenaria importados do estrangeiro. Voltam estes artigos à classe daqueles que têm avaliação fixa na pauta.

Entrou hoje para a Misericórdia um pobre homem atacado de hidrofobia. A notícia me parece digna de publicação, para que certos esquentados açaimem suas iras e não se exponham a tão terrível mal.

Termino esta com o resumo da estatística dos óbitos que tiveram lugar nestes últimos dias:

29 de Março – 39, dos quais cinco de febre amarela;
30 de Março – 38, dos quais quatro de febre amarela;
31 de Março – 30, dos quais quatro de febre amarela;
01 de Abril – 63, dos quais 14 de febre amarela;
02 de Abril – 40, dos quais quatro de febre amarela;
03 de Abril – 31, dos quais cinco de febre amarela;
04 de Abril – 36, dos quais seis de febre amarela.

Jornal do Commercio de 07/04/1851

Corte, 12 de abril de 1851.

Li em um dos jornais da pretensa república democrático-social uma anedota cujo valor só eu e mais alguns pobres coitados poderão apreciar. Certo publicista vermelho, tendo sido preso no último imprevisto revolucionário de Ledru-Rollin, que, como sabe, teve lugar em junho de 1849, exclamou de contente, vendo-se na sua nova habitação: “Felizmente não terei tão cedo de escrever para jornais!” Este entusiasmo do publicista encarcerado nada tem de estranho para os homens do mesmo ofício, para os que vivem como eu, que, por causa desta pieguice, perdi o belo divertimento de uma caçada de pacas com o nosso velho e simpático João Tomás Coelho, o inimigo declarado dos inocentes animais quadrúpedes que habitam os bosques desta cidade. Mas, enfim, prometi e hei de cumprir esta nem sempre fácil e agradável tarefa. Sou homem de mais palavras que aquele que, tendo uma vez dito que tinha a idade propecta de um senador, daí a alguns anos declarou em novo depoimento judiciário que tinha quarenta anos; isto porque, como foi obrigado a confessar, apesar de toda a sua modéstia, era homem de uma só palavra.

A semana que hoje tenho de historiar nada oferece de mais importante do que a inesperada chegada do vapor *Medway*, ao menos para um espírito apoucado como o meu, que não vê senão

³ Esta carta deveria ser a 17ª, tendo havido, da parte do autor, engano na numeração.



o que é tão visível e positivo como o Pão de Açúcar. Até a gente do *Jornal do Commercio* não gostou muito da surpresa no domingo quase à noite, porque sem deixar de mostrar seu amor a este novo e poderoso meio de comunicação disse “que há certas graças que nem sempre agradam”. Os patuscos parece que nessa noite pretendiam *s’abandonner aux plaisirs*.

Fui anteontem visitar o terceiro postilhão da real companhia. É um palácio volante. A tolda é um vasto salão, de mediana largura, e de um comprimento que não tem igual na mais espaçosa sala que haja sobre o solo fluminense. Não há luxo, mas encontra-se asseio e comodidade em todas as divisões do edifício, apropriadas aos diferentes fins e categorias de viventes. *Une place pour chaque chose et chaque chose à sa place*: este aproveitável preceito que o velho reitor do colégio em que me eduquei nos repetia, umas dez vezes no dia, é ali severamente observado. A vitela e o carneiro, a galinha e o pato, nas condições de seu bem-estar, nada têm que invejar aos outros animais sem pena, como definiu Platão, se bem me recorde, que habitam os saudáveis e confortantes aposentos de ré.

Ao entrar num desses camarotes, por exemplo no destinado à Marquesa de ***, que se ausenta para Lisboa, tive vontade de natural e suavemente deitar este corpinho, de fio a comprido, em cima do macio colchão e alvíssimos lençóis, e dizer “daqui não saio mais!” Pude, porém, refletir que os ingleses já não “fiam com facilidade”, e que só possuía na algibeira o custo da passagem do bote que ali me levou; que usurpava *la place d’une dame* e de uma senhora tão digna de respeito; finalmente, que podia ir dar com os ossos na exposição de Londres, com revoltante preterição de muitas raridades da minha espécie que por aqui andam, correm e tripudiam.

Mesmo no grande salão da segunda coberta, onde se aprecia o peregrino Johannisberg, o excelente Reno, o aromático Bordeaux,





o bom Madeira *de lei*, o restaurador Porto e o estrepitoso champagne; mesmo nesse salão onde se sorve o saudável café, se fuma o consolador havana e saboreiam-se os melhores assados e guisados que algum fidalgo tenha em seu palácio imóvel; mesmo ali se sente uma tal satisfação que se torna dolorosíssima a retirada. De mim o digo, não passei lá o dia porque não pude; mas demorei-me uma boa hora sobre o sofá da câmara especial dos passageiros do sexo masculino, empregando todo esse tempo no único livro que levei por necessidade, o meu diálogo de perguntas e respostas em inglês. É decerto uma das leituras mais insípidas que pode haver, mas que fazer se não puder ir em companhia do Sr. João Pinto Ferraz, que tão bem conhece o inglês!

Apesar do detestável prosaísmo dos tais diálogos, pude com eles entreter-me, graças ao bom sofá, ao ar embalsamado de flores que ali se respirava, e à liberdade franqueada aos visitantes: por aí julgue-se das delícias de uma viagem no *Medway*.

Se não fossem os indispensáveis pretinhos, assevero que nenhum deputado, nem mesmo os esdrúxulos ou “achacados”, deixaria de embarcar nesses vapores para vir nos da nossa companhia, que aliás são também merecedores de animação, por muitas razões que agora omitirei.

As comodidades, segurança e rapidez que os carreteiros da “real companhia” oferecem, o maravilhoso espetáculo do grande jubileu industrial, são decerto mais que suficiente estímulo para muitos dos que podem atravessar o Atlântico sem que se lhes entisique a bolsa, ou lhes caiam em cima os meninos e a mulher com um concerto de lágrimas e suspiros. Mas há certos entes para quem o mais poderoso argumento que se lhes pode apresentar é uma notícia exata do que se come durante a viagem. Ora, como o preço dos gêneros alimentares muito desceria se esses entusiastas de Brillat-Savarin nos obsequiassem com a sua ausência, e por outro lado convém proteger por todos os meios lícitos a sustentação





dos novos paquetes britânicos, aí vai a lista do jantar de 17 de março a bordo do *Tay*. Leia, e depois atire-lhe um bom copo de vinho em cima, que é só o que lhe falta:

Mocotó de vitela, galinha com arroz, galinhas ensopadas com molho de cogumelos, pato com azeitonas, peito de vitela com ervilhas, língua acebolada, picadinho de vitela, quarto de vitela, sopa de carneiro, sopa de aletria, perna de carneiro assada, lombo de vitela, peru assado, presunto de fiambre, galinhas assadas, marrecos assados, peito de carneiro cozido, cabeça de vitela, pastel de pombos, vitela à *bourgeoise*, pastéis de vitela e presunto, pastelinhos, tortas de passas de Corinto, tortas de ameixas, fritadas de frutas, tortas de passas encarnadas, pudim de arroz, tortas de pêsegos, folhados de massas.

Sempre que sinto necessidade de falar-lhe em política, como que ouço uma voz dizer-me: “Sentido, *qu’il y a là des pièges!*” É, porém, isso às vezes uma necessidade indeclinável, a que procurarei sempre satisfazer, sem cair nas tais armadilhas, ou sem meter a mão na cumbuca.

Apesar da obscuridade em que vivo, e a que me condena a minha absoluta deficiência de todos os dotes que podem constituir um homem político, dos quais, ao que parece, não são decerto os mais necessários o talento, o estudo e a moralidade; apesar do meu retiro a Diógenes, não deixo de ler alguns jornais, em que, se há calúnia e doestos, estes não se revestem das formas as mais cínicas e brutais. Neles procuro estudar a atmosfera política, procedendo na minha grosseira crítica com mais alguns dados que eles não subministram, e que se colhem nos círculos e conversações particulares.

Se minha inópia não é maior do que a que eu próprio confesso, estamos em vésperas de transfigurações a respeito dos tais

partidos políticos. O calor que, ou revela grande irritação nos espíritos, ou entusiasmos por ideias políticas que se julgam salvadoras e com possibilidade de triunfo, é coisa que se não encontra nos jornais oposicionistas. Entretanto, que vejo em todos os homens mais prudentes e menos eivados do espirito de partido, quer ministeriais quer não, quer luzias quer saquaremas, etc., etc., além de uma mais ou menos inalterável moderação, uma manifesta tendência para mudar o terreno da luta, deixando as idealidades de um otimismo que só a mão lenta da civilização há de ir realizando, para cuidar dos interesses reais do país.

Se com efeito os nossos políticos, em vez de questionarem sobre metafísica social, discutirem as necessidades da agricultura e da indústria do país, se, em vez da educação política exclusivamente, ocuparem-se da educação moral do nosso povo, se, em vez de andarem à cata de um progresso de legislação, que é muito contestável, empenharem-se no progresso material do Brasil, ó! quanto não ganhará nossa pátria em paz, riqueza, ilustração e força!

De todas as partes do Império ouço vozes que gritam:

Deixemos de regular a administração pública pelos conselhos das paixões e pelas exigências dos interesses pessoais; vamos promover a colonização, fomentar a indústria, explorar as imensas riquezas naturais com que a providência nos dotou, facilitar a exportação dos produtos do interior e as relações das províncias entre si!

Esta boa tendência dos espíritos, este voto da maioria do país serão desprezados? Não, porque ninguém o quererá tentar, e nem o poderia conseguir.

Coisa notável e bem digna de ser atendida! Nas matérias da natureza daquelas por que os ingleses se dividem, nós parecemos todos de um só acordo!

A sociedade instalada nesta corte contra o tráfico, e que parecia pretender pôr-se à testa da revolução socioeconômica que começou eficazmente o ano passado, é composta, em grande parte, de pessoas pertencentes à oposição. Aliados do governo atual conceberam a ideia, e estão prestes a realizar, de um poderoso banco comercial que trará novas forças ao comércio e indústria nacionais.

O governo mais diretamente, como que esperando neste terreno o ataque de seus antagonistas, cuida de dar desenvolvimento aos progressos materiais do país e de regular a nova ordem de coisas que a supressão do tráfico da escravatura há de ir sucessivamente produzindo em nossa economia agrícola. A falta de braços, que em minha opinião não se tornará tão cedo sensível se os fazendeiros souberem aproveitar os que ora possuem, supre-se diretamente pela colonização, e indiretamente pelo aperfeiçoamento da indústria agrícola e pela multiplicação e melhoramento das vias de comunicação.

Compenetrado destes princípios, e partilhando da disposição geral dos espíritos, não posso deixar de felicitar o país pelos projetos que me constam terem aparecido para a navegação do rio Amazonas.

Um futuro que até se nos figura com riquezas fabulosas está reservado para as províncias do Pará, do Rio Negro, de Mato Grosso e Goiás, se a civilização tomar posse das águas do Amazonas e de seus inúmeros feudatários: os rios Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, etc. Que tesouros, que belezas ali estão abandonadas aos selvagens!

Ó! quem me dera poder apreciar a riqueza daqueles sertões, o pitoresco das margens desse labirinto de rios, ribeiros, lagos e arroios, ver as árvores da borapenima, que depois de lavrada em obra polida quase se equivoca com tartaruga; ver as águas do Xingu pretas na sua superfície, e depois fingirem finíssimos cristais, que

se quebram logo que são agitadas; admirar a sua diafaneidade, que é tal que nas margens em uma braça de fundo se percebe o que está nele; assistir a uma colheita de tartarugas quando estas, em miríades, saem das águas para desovar nas praias ou coroa do soberbo Amazonas! Ó! quem dera, ao mesmo tempo, que o espírito se dilatasse nesses inocentes prazeres, ver os produtos do homem e da natureza, a civilização e a riqueza deslizarem em rápidos batéis por todos esses canais que a providência nos deu generosamente, muitos inteiramente acabados, alguns com obstáculos, todos superáveis!

A imaginação se me perde em um turbilhão de ideias grandes quando penso que as duas províncias mais centrais do Império poderão ter uma dupla saída para o oceano, ao norte pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, ou pelos Arinos e Tapajós, concluindo-se ambas pelo Amazonas; ao sul, pelos rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai, Paraná e Prata; quando calculo as vantagens que resultarão do comércio interno com as repúblicas do Prata, e, pelo Amazonas, com Venezuela, Nova Granada e Equador, e portanto com todas as que lhe são limítrofes. E quem se não extasiará ao considerar por esse modo o continente da América Meridional quase que dividido em duas penínsulas distintas!

Deus de misericórdia! porque os brasileiros, em vez de questionarem sobre estes projetos de prosperidade e grandeza nacional, andam por aí jogando as cristas, porque uns querem mais uma oitava de liberdade, outros menos uma oitava, porque uns querem que a autoridade se chame juiz de paz, e outros que tenha o nome de subdelegados, porque estes a querem nomeada pelo governo, e aqueles querem que haja sempre um simulacro de eleição!

Passo agora a contar-lhe uma anedota do mundo diplomático.

Tinha chegado inesperadamente o vapor *Medway* e, na falta de Mr. Reeves, estava um outro empregado do *Packet Office* atrapalhado com os bojudos sacos de cartas e jornais da Europa e América



Meridional. No momento em que dava meia-noite em todos os relógios bem-regulados, chega o infeliz substituto de Mr. Reeves à janela, e quase ao mesmo tempo aparece no da casa contígua o Sr. ***, secretário de uma das legações estrangeiras que existem nesta corte.

“Que há de novo?” foi a primeira pergunta que o subdiplomata dirigiu ao depositário de quase todas as notícias que trouxe o *Medway*. “M. Saint Georges foi nomeado ministro residente nesta Corte”, respondeu o segundo; e retirando-se para dentro, voltou logo com o *Times* que trazia a notícia, e passou-o ao vizinho.

Daí a 15 minutos, se tanto, o Sr.*** corria a cavalo para o lado do Catete. Ao chegar ao Pocinho da Glória, perguntou-lhe uma patrulha (a ordem do General Antero entende-se só com as sentinelas) – “Quem vem lá?!” “É o *Courrier de France!*” E o improvisado Correio de França foi para diante a toda brida. Parou na casa do novo ministro residente.

Ouvindo bater com força em sua porta depois da meia-noite, M. Saint Georges chega meio sobressaltado à janela e pergunta: “Quem é?” – “O Sr. ***.” Nada mais natural a um ministro da atual república francesa que andar sempre sonhando com revoluções: “*C'est la revolution?*” “Não”, respondeu o interlocutor, “trago-vos o *Times* que dá notícia da vossa nomeação de ministro residente, e da do Saint Robert, que passou a secretário.”

Pronunciar estas palavras, correr para dentro M. Saint Georges, abrir-se a porta, e subir o amigo alvissareiro, foi tudo um só tempo.

Poucos minutos depois o hotel da ponte ou aterrado do Catete, onde mora M. Saint Robert, estava brilhantemente iluminado, e os agraciados de Luís Napoleão festejaram, como bons cavalheiros que são, os seus despachos e o louvável *empressement* do Sr. ***.

O ensejo é favorável para dizer-lhe que certo factótum da alta sociedade, o atiladíssimo M. ***, levou um tremendo logro no 1º de abril, pregado pelo Buchental, que o pôs desde aquela manhã

até à noite em procura do Ministro do Império, que queria falar-lhe, e parecia que sobre negócio urgente. A inquietação do M. *** foi tal que no dia seguinte, pela manhã, recebendo do mesmo Buchental a explicação da pílula, que, apesar de muito solerte, engolira com a maior facilidade do mundo, continuou a viagem em que ia para casa do ministro, e teve de desculpar-se para com este da importunação com que na véspera debalde o procurara em sua casa. Seguiu-se a essa seráfica confissão uma bateria de risadas do ministro e mais ouvintes, e o M. *** saiu alegre sim, mas muito doído em seu amor-próprio por se ter deixado cachimbar tão atrozmente.

O processo do Ferreira não está tão adiantado como por equívoco se me fez noticiar-lhe a semana passada. Aquele requereu com antecipação prestar fiança, mas não está ainda afiançado, e os autos foram com vista ao promotor. O juiz processante é o delegado de polícia Dr. Pereira Rego.

A escuna portuguesa *Angelinha*, despachada para Buenos Aires no dia 4, está impedida pela polícia por suspeitar-se que se destinava ao tráfico de escravos.

Quando outras considerações me não levassem a animar os teatros particulares que ora existem nesta Corte, bastava a *ratzia* que se pratica com os bilhetes do Teatro de São Pedro de Alcântara. Se em França criou-se um novo direito político, *le droit au travail*, ser-me-á tolerado, ao menos pelos liberais, a instituição do *droit au théâtre*. Com muito prazer, pois, anuncio-lhe que a sociedade *Melpomene*, de que já em outra ocasião lhe falei, tenciona convidar SS. MM. Ilmo. para assistirem à sua próxima representação do mês de maio, e que nessa levará à cena um drama original, concepção de um nosso patrício de muito talento. Esta sociedade é digna de estima e consideração pela habilidade que em cena têm mostrado alguns de seus sócios, e pelos grandes esforços que faz a diretoria para melhorar esse útil e agradável divertimento.

A comissão nomeada pelos acionistas do Banco do Brasil para organizar os estatutos foi encarregada, como sabe, de receber todas as emendas que os acionistas lhe apresentassem dentro do prazo de oito dias depois da reunião geral do dia 26, para sobre elas interpor o seu parecer.

O Ireneu, o principal fundador do Banco, apresentou há dias um projeto substitutivo, e hoje se reuniu a comissão para o tomar em consideração. O Otoni, Faro e Pereira da Silva rejeitaram o projeto substitutivo e ficaram de apresentar terça-feira um voto em separado. O Levi votou com o Ireneu.

God save the Queen! Houve banquete esplêndido a bordo do vapor *Medway* na tarde do dia 10 do corrente. Os convites foram feitos em nome do comandante e pelo vice-cônsul de S. M. Britânica, Mr. Westwood, acompanhado do comissário do *Medway* para aquele dia, às 5 horas da tarde.

Compareceram, além de outras pessoas, os seguintes convidados: os ministros dos Negócios Estrangeiros, Justiça e Fazenda; o chefe de esquadra Alvim, encarregado do quartel-general da Marinha; o chefe de divisão Carvalho, intendente da Marinha; o Capitão de Mar e Guerra J. J. Inácio, inspetor do Arsenal da Marinha; o oficial-maior da secretaria; o guarda-mor da Alfândega; o tesoureiro da Alfândega; o inspetor geral dos Correios; o agente da real companhia dos pacotes britânicos, Mr. Macaulay; o comandante da fragata inglesa *Thetis*; o comandante da corveta *Tweed*; vários oficiais dos navios de guerra ingleses surtos neste porto e no da guarnição do vapor.

O comandante do *Medway* recebeu seus hóspedes com suma urbanidade, e mostrou-lhes com a mesma afabilidade todas as acomodações do navio e seu soberbo maquinismo. O jantar começou às 5 horas da tarde.

O comandante propôs três saúdes sucessivas e na seguinte ordem: “A S. M. a Rainha da Inglaterra! A S. M. o Imperador do

Brasil! A S. M. a Rainha de Portugal!” Em seguida propôs o chefe de esquadra Taylor um brinde à Marinha de Guerra britânica, e outro à Marinha de Guerra brasileira. Houve mais alguns *toasts* e terminou o opíparo jantar.

Tem havido grande trovoada lá pelas regiões da Sociedade de Recreação Campestre, cujos bailes se dão no pavilhão do antigo Tivoly. No dia 9 deste mês houve numerosa reunião para decidir-se uma viva querela que se travou entre o presidente reeleito e o secretário também reeleito, que andam de cadeias às avessas um com o outro. E decidiu-se que naquela eleição houve intervenções indébitas, que se não respeitou em toda a extensão a liberdade de voto, que, portanto, eram nulas de pleno direito, e por elas se não devia fazer obra. O Comendador Cardoso foi o advogado da causa perdida, e o Dr. João de Siqueira Queiroz foi quem arcou com ele. Ambos são de reconhecido talento, e muito traquejados na chicana eleitoral, de sorte que o combate foi renhido e durou horas perdidas. Como é natural quando se trata de interesses eleitorais, mormente de uma ordem tão elevada, ocorreram seus incidentes graves, mas não degeneraram em vias de fato, que decerto não são lá das mais agradáveis recreações campestres. A nova eleição deu a seguinte diretoria, que é conciliadora e promete governar segundo os estilos e princípios constitucionais:

Presidente e Diretor: Desembargador João Antônio de Miranda.

Secretário: Tabelião Francisco José Fialho.

Secretário-Adjunto: José Antônio de Calazans Rodrigues.

Tesoureiro: Dr. José Florindo de Figueiredo Rocha.

Procurador: Francisco Inácio Tavares.

Fiscais: Guilherme Augusto Machado Pereira; Antônio Joaquim Ferreira Junior; Sebastião Pires Ferreira; Francisco José da Silva Machado.

O Tenente-Coronel Polidoro deixou de ser reeleito por ter menos seis votos que o outro candidato, que obteve 52. O tenente-coronel tinha declarado a alguns amigos que não desejava continuar a servir. Posto que ele, como bem publicamente se queixava certo correspondente anônimo, deixou de dar-nos sorvete por algum tempo, não posso recusar-lhe louvores pela sua boa governação campestre. Tinha concebido um plano de fortificação contra os tais meninos, piratas dos bolinhos, para oferecer ao tenente-coronel, mas não cometerei a mesquinheza de ocultar a minha luminosa ideia ao novo diretor, que aliás também me inspira confiança e simpatia. Fica para outra vez.

Agora é tempo de dar-lhe notícia dos mortos:

05 de Abril – 29, sendo três de febre amarela;
06 de Abril – 38, sendo quatro de febre amarela;
07 de Abril – 43, sendo seis de febre amarela;
08 de Abril – 32, sendo quatro de febre amarela;
09 de Abril – 44, sendo nove de febre amarela;
10 de Abril – 39, sendo seis de febre amarela;
11 de Abril – 35, sendo cinco de febre amarela.

Jornal do Commercio de 13/04/1851

Corte, 26 de abril de 1851.

Vai-se aqui reunindo o numeroso estado-maior general do exército político; e, como é natural, excita sua curiosidade, e desperta algumas preocupações de futuro, que se reduzem a esperanças de uns e receios de outros, enquanto se não convertem em malogros para estes e desenganos para aqueles.

Saudemos os nossos augustos e digníssimos representantes, e em nome da pátria, que está sofrendo dos ouvidos, peçamos a Deus que lhes dê um ligeiro incômodo na laringe, quanto seja preciso para que não falem por favor.

A quadra parlamentar coincide com a estação própria dos bailes nesta boa cidade. Dança-se e folga-se todo o ano; mas agora é que se aprecia toda a graça de uma polca, todo o sublime de uma valsa, toda a ingenuidade de uma contradança. Graças à presença do Capricórnio, e dos inesgotáveis provimentos do Francioni, até o bom sorvete não falta e sabe bem nesta estação semienuada.

O mundo elegante, ou antes aquele que assim se tem convencionalmente chamado, está em movimento, senão contínuo, muito apolcado. Felizes cabeleireiros, alfaiates, lojistas, modistas, e o restante da legião de industriais suíços a serviço dos *fashionables* e das elegantes de todas as idades. O preço das luvas de pelica vai subir acima das posses medíocres de um janota como eu. Valham-nos os precedentes de certas filosóficas figuras, que não julgam um par de luvas ornato indispensável para ir a um baile, conversar



ao som de uma galopada, estudar o espírito humano engolindo um canudo e sorvendo uma pirâmide de neve, e preparar a solução das grandes questões de Estado com o auxílio do encanto das belas, a fascinação das luzes, e as inspirações de uma orquestra. Valha-nos o atraso financeiro de alguns *dandys*, que não julgam contrário às regras do bom-tom, nem admitem que seja perigoso o contato natural de duas mãos de gêneros diversos.

A sociedade Recreação Campestre, onde se deram as lutas eleitorais de que falei na minha anterior, dá hoje o seu baile de abril; a Lizia escolheu o mesmo dia; a Fil'Euterpe vai rever a sua constituição; e o aristocrático Cassino, que conta em seu seio todas as glórias parlamentares presentes e passadas, todas as sumidades políticas e cortesãos, já anunciou que no último do corrente se abrem as portas do seu paraíso.

Se a diplomacia considera os jantares como habilíssimos agentes internacionais, os ministérios e os pretendentes dizem que as *soirées* e os bailes são de uma grande força persuasiva para certos parlamentares. Só as moças que aspiram ao ministério doméstico e desejam contribuir para o aumento legal da humanidade é que vão perdendo de todo a fé nos tais bailes.

A flor dos elegantes parlamentares, os leões, como dizem os ingleses, ainda não chegaram; vêm no vapor da real companhia. Com sobeja razão, os gerentes e comandantes da linha de paquetes brasileiros se queixam de que os tais patriotas aristocratas e comodistas mandassem adiante a sua “esquisita bagagem”, para virem muito lépidos e escoteiros a bordo dos transportes transatlânticos. Os queixosos estariam dentro das raias do seu direito, até obrariam com graça e galhardia se lhes expusessem os tarecos no aterro do cais do Largo do Paço. Então ver-se-ia se os que não podem passar sem a gamela, a cuja *et coetera* devem viajar em vapores ingleses, tratando com ingratidão os do país, a cujo bordo se admitem todos os usos e necessidades de um clima intertropical.



Que outros o fizessem, *transeat*; mas que o Deputado R.***, legítimo representante dos costumes patriarcais dos nossos camponios, que o homem que o ano passado andava por estas ruas de “olhos fechados para evitar alguma explosão do seu inflamável patriotismo”, também arranchasse para essa tafularia, para esse “inglesismo”, é o que mais admira e faz desesperar da regeneração da nossa sociedade.

Os digníssimos que nos trouxe o *Paraense*, e um ou outro que à sorrelfa já tinha chegado, são pela maior parte do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Com isto tenho dito tudo quanto é preciso para concluir-se, que, posto sejam todos de excelente moral, não são figuras acadêmicas, corpos dos mais bem modelados, fisionomias das mais atrativas, e sobretudo dos de mais *épurée toilette*. Mas é notável a influência que têm os hábitos provincianos.

Depois de alguns dias de passeio pelas ruas do Ouvidor e da Quitanda, e com a experiência de dois bailes, os nossos digníssimos, que chegam lá da terra, das cabaças, dos abacaxis, dos cocos, dos dendês, das jacas, das mangas ou das mangabas, ficam inteiramente outros, e até alguns podem rivalizar com os casquilhos da Corte. Voltam para suas províncias, passam lá uns seis meses, adeus *toilette*, adeus casaca à *Pritchard*, adeus *pantalón a française*. Vai-se tudo quanto Marta fiou, e os bons dos nortistas chegam no primitivo estado, necessitados de uma nova elaboração.

E não é só no físico, no moral também alguma degeneração se opera. Saem daqui uns Metternichs e quando regressam discorrem sobre diplomacia pouco mais do que um china.

Já se vê que falo do geral, e serei dócil em admitir tantas quantas exceções se me possam apresentar. Não digo mal de ninguém, porque reconheço em todos suma aptidão física para se ajeitarem aos usos da Corte, e não vulgar talento para emparelharem com os Metternichs depois de poucos dias de exercício parlamentar.

Não saio fora da Constituição, nem essas transmutações implicam com os sentimentos conservadores dos augustos e digníssimos. Falo, ou antes se o quiserem, escrevo sem malícia, seguindo os impulsos deste coração que Deus me deu, que é tão ingênuo como o de um ilustre deputado pelo Pará.

Quem quiser apreciar o que é a política da nossa terra converse com os nossos representantes.

Que tal é o presidente da sua província, tem governado bem? Foi a primeira pergunta do diálogo que tive com um deles.

– Homem, ele não tem ido mal; sempre que nos tem ouvido, tem obrado bem; uma ou outra vez desgostou-nos, porque nomeou, por exemplo, para delegado do município de*** uma pessoa, honesta sim e inteligente, mas que não era a que ali desejavam os nossos amigos políticos mais influentes.

– Mas, homem, se o nomeado tem honra e inteligência, se você não lhe recusa outros dotes administrativos, por que não agradou ele aos seus amigos?

– Você não sabe o que é essa gente lá do interior? Querem sempre uma pessoa que seja muito do seu peito; senão arrufam-se todos, criam dificuldades ao governo e dizem logo que não se importarão mais com eleições.

– Mas se um presidente obedecer sempre às exigências dos influentes locais, quando estes não forem dos mais moralizados e pacíficos, a autoridade pública servirá de instrumento às suas paixões e interesses.

– Assim é, mas vá com essas ideias lá para minha província, e verá que corrida leva. Você pensa que as eleições lá se fazem como aqui na Corte? Está bem servido!

– Esses continuados e atrozados atentados que por lá e em outras províncias se praticam não serão em grande parte devidos a influências maléficas que exercem ou dominam a autoridade? Para manter a segurança pessoal no interior de sua província e

de outras, não será preciso um presidente que não sacrifique sua consciência às exigências de um partido; que escolha delegados capazes de proceder contra Guelfos e Gibelinos, quando por sua vez cada um deles se desvie do caminho legal, atente contra a vida ou contra a propriedade de outrem? Isso assim dito é muito bonito; quero ver em prática, sem que o presidente que em tal se meter se ache dentro de pouco tempo ardendo entre dois fogos, intrigado cá para a Corte e derrotado nas eleições, se não for antes mudado.

– Se há convicções nos partidos, um presidente que assim procedesse e o ministério que o conservasse à vista dos seus atos, e a respeito de intrigas clandestinas, não poderiam perder o apoio de seus aliados. Se não há convicção, bastaria que o ministério vivesse tanto tempo quanto fosse preciso (e não seria preciso muito) para que certas influências cansassem de esperar, e estas se sujeitariam à lei comum. Mas eu creio que nem tanto seria preciso a um ministério forte e a um presidente de sua inteira confiança. A fraqueza das tais influências locais revela-se no mesmo fato de quererem vender o seu apoio a troco da autoridade.

– O que você diz seria muito bom e exequível se nas províncias os partidos estivessem como na Corte, sob a direção de chefes que já não precisam de eleições, que estão entre si de perfeito acordo e impõem a sua esclarecida vontade a todos os candidatos, e a todas as influências locais. Mas não pode ser o mesmo onde não há chefes tão prestigiosos, partidos tão disciplinados, onde os pretendentes são os diretores do partido, e cada um puxa a brasa para sua sardinha.

Quis sondar por meio de um dos meus Argos a opinião de certos augustos recém-chegados acerca do ministério e das questões de palpitante atualidade. Eis em resumo o que entre eles se passou:

(P) Teremos uma sessão calma e sóbria de discursos, ou haverá tormenta e tagarelice?

(R) Há alguns descontentes, e mesmo para lhe falar com franqueza, devo dizer-lhe que o ministério poderia reconstituir-se de modo que ganhasse mais força e mais simpatias; mas não vejo nos ministros que deviam ir descansar disposições para isso, e nem sei mesmo se o eleitor dos ministros estaria pelos autos, apesar de alguns precedentes. Por meio de oposição na Câmara não seria eu quem vá pôr em perigo toda a igrejinha, e mesmo teria remorsos de hostilizar ministros que se não fazem mais é porque não podem, e que, no entretanto, têm títulos que muitos os recomendam à nossa consideração.

(P) Mas acredita que haverá alguém da maioria que faça exploração?

(R) Sujeitos a explosões estamos todos nós, mas explosões que façam mozza no ministério não creio que apareçam. Que ministerial há aí que, em presença da luta que a esta hora talvez já esteja travada nas margens do Prata, quererá atacar um ministério que tão habilmente tem defendido nossos direitos, nossa dignidade contra os ultrajes e espoliações de Rosas e seu lugar-tenente? Talvez os negócios do Rio Grande do Norte deem lugar a algum desabafo, mas não passará disso. Os outros descontentes hão de resignar-se.

(P) Mas além destes três deputados a quem suponho se refere, ouvi dizer que há outros que andam por aí rosnando suas coisas?

(R) Não creia, é notícia da meia-noite. Descontentes a ponto de fazerem explosão, para me servir da sua frase, só dois D. D e um S. Os outros hão de acomodar-se, como sempre tem acontecido, e acontece em todos os tempos e em toda a parte.

(P) Creio piamente no que me diz. E não pense que essas acomodações só no Brasil acontecem. Vou contar-lhe um fato, de que espero não faça nenhuma aplicação maligna, e por ele verá que os homens são por toda a parte os mesmos.

Um membro da Câmara dos Comuns, pai de sete filhos, Sir John T ***, ia subir à tribuna para fazer um discurso a favor do

ministério. Um de seus amigos, de opinião diferente, puxa-o pela aba da casaca, e quer detê-lo com estas palavras: “Ó! meu amigo, vossos sete filhos já estão empregados.” – “É verdade”, respondeu sir John, “mas minha mulher já está pejada.”

(P) E que me diz da oposição, estará brava?

(R) Não é provável. As contas das eleições de 1849 já foram ajustadas; os oposicionistas do ano passado já fizeram suas brilhaturas. O Rodrigues dos Santos, mesmo o Barbosa, da Bahia, e o novo suplente de Minas que ainda se não pode saber quem será, hão de ter o bom senso de reconhecer que as circunstâncias do país não justificariam uma oposição violenta e apaixonada, e que esse proceder seria mesmo contrário à sorte de muitos a quem aliás eles desejariam favorecer. Pelo menos não posso crer que homens que aspiram ao poder se alucinem a ponto de hostilizar o governo em sua política concernente aos negócios do Prata. Nestas questões é difícil ter uma convicção bem-formada sem que se esteja informado de todos os fatos. E por mais confiança que um estadista possa ter em suas luzes e perspicácia, não lhe é lícito combater o governo que segue política contrária, no momento em que, errada ou sábia, essa política já não pode retroceder. Esse procedimento somente seria comparável ao do pai que persistisse em desacreditar o amante de sua filha, quando o casamento destes já estivesse consumado.

O acontecimento desta semana em que mais se tem falado é a fuga do ex-Capitão Pedro Ivo. Correm sobre este motivo várias anedotas, e tem ele dado lugar a largos comentários dos quais alguns muito afoitos. Se me tivessem contado o caso tal como ele se passou, no 1º do mês, o teria incluído na série dos *poissons d'avril* com que o entretive na minha décima sétima carta, tão burlesco foi ele.

Fugir um preso daquela importância das 8 para às 9 horas da manhã, deixando, debaixo de chaves, a guarnição e o seu comandante interino, é uma dessas pelólicas que até em uma fortaleza

de teatro nos pareceria inverossímil. E entretanto nem São Tomé deixaria de crê-lo hoje se cá estivesse.

A farsa não se passou exatamente como a referiu o *Jornal do Commercio* ou segundo o depoimento da guarnição. Dizem-me que era do plano fechar as praças do destacamento na ocasião em que fossem receber o rancho e que um ensaio, dias antes feito, provara o bom êxito desse expediente; mas que como não chegaram os botes na ocasião precisa, força foi apelar para outro recurso já de antemão combinado, e que surtiu o desejado efeito. O Cadete Falcão forjou uma rifa para a qual já estavam convidados os soldados e com esse engodo os atraiu outra vez à casa do rancho. Fingindo ter esquecido um objeto necessário para a extração da rifa, ou por qualquer negaça semelhante, saiu e fechou-lhes a porta! O resto da farsa correu como se lê no *Jornal*.

Que um preso, e um preso nas circunstâncias de Pedro Ivo, tente evadir-se é muito natural; e até como particular estimaria a sua fuga se tivesse certeza que ele bem aconselhado, e tendo aprendido nas atribulações por que já passou, vai em algum retiro esperar pacificamente o perdão de seus crimes. Mas o que é decerto para entristecer, sob qualquer ponto de vista que se considere, é a maneira cômica por que esse preso e mais três outros celebraram a Aleluia pondo-se ao fresco, e encarcerando os que os deviam vigiar, que pouco faltou para que não fossem tratados como verdadeiros Judas.

O comandante da fortaleza, o Major João José de Albuquerque Câmara, que viera para terra, no dia da fuga, muito cedo, acha-se preso, e antes de ser devidamente julgado já foi em uma ordem do dia estigmatizado. Mas o seu imediato, que caiu no laço que lhe armaram os presos, o Tenente Justiniano Luís de Araújo, ficou, se ainda não está, comandando a fortaleza.

Não pretendo defender ninguém, e muito menos acusar. Mas é me impossível fugir a algumas reflexões.



O ex-Capitão Pedro Ivo, como chefe militar da revolta de Pernambuco, era um preso que devia merecer toda a atenção das autoridades a cuja guarda fora confiado. Como é, pois, que já em 3 de dezembro do ano passado, havendo desconfianças de que aquele sentenciado cogitava algum meio de evadir-se, essas desconfianças não despertaram nenhuma medida de vigilância?

Consta o que acabo de dizer dos ofícios que o Sr. Comandante das Armas fez publicar no *Jornal do Commercio* de ontem em resposta à pergunta de um *Curioso*. O comandante da fortaleza oficia dizendo que recebera denúncia de que o ex-Capitão Pedro Ivo tencionava fugir, e pede que sejam substituídos por outros quatro ou cinco soldados em quem não confia. Essa denúncia passa como um fato sem importância, e a única providência é a troca dos soldados.

No dia seguinte, 4 de dezembro, o mesmo comandante representa ao quartel-general que, enquanto lhe estivesse confiada a guarda do preso Capitão Pedro Ivo, não convinha voltasse para o lugar de seu ajudante o Tenente Justiniano Luís de Araújo, cuja licença estava a findar-se; exige-se-lhe que declare por que motivo se lhe torna suspeito o tenente. A resposta foi que a chave da prisão de Pedro Ivo lhe fora entregue pelo dito Justiniano, sem ciência dele comandante, que só veio a saber quando, pelas desconfianças que lhe inspirava o preso, ordenou que ao escurecer se lhe fechasse a porta da prisão.

Ainda desta vez não causam nenhuma impressão as suspeitas do comandante da fortaleza da Laje, e o Sr. Comandante das Armas limita-se a declarar-lhe que, se houve a sobredita entrega da chave, tão culpado era o comandante como o ajudante de quem aquele se queixava, porque, segundo as ordens em vigor, ao sol posto devia o segundo fechar a porta da prisão de Pedro Ivo e entregar a chave ao primeiro.

Vê-se, pois, que desde dezembro o comandante da fortaleza preveniu a autoridade superior de que Pedro Ivo tencionava fugir,

e com ou sem legítimo fundamento pediu se lhe não desse por ajudante o que lá estivera, porque suspeitava de suas relações com aquele preso. No entretanto foi o ajudante conservado, conjuntamente com o comandante que nele não confiava, e a denúncia de tentativa de fuga da parte de Pedro Ivo foi recebida como se se tratasse da de algum recruta.

O Cadete Falcão, a cujo ardil e ousadia deve talvez Pedro Ivo, mais do que a ninguém, a sua fuga, tinha, dias antes de levar a efeito o seu plano, vindo com licença à Corte, acompanhado por um cadete que, na frase do Sr. Comandante das Armas, se deixou por ele mangar.

Já da fortaleza de São João, onde primeiro nos consta que estivera esse infeliz moço, saiu ele por vezes com licença para vir à cidade. Estas licenças a um preso, sentenciado por tão grave crime da disciplina militar, qual o de ter desobedecido e desafiado ao seu comandante, o Coronel Visconde de Camamu; estas licenças, digo, concedidas a um réu de tal crime, e cujo tresloucamento e audácia eram conhecidos, seriam conformes ao rigor da disciplina militar?

Daí resultaram os escândalos de que trata uma das últimas ordens do dia do Sr. Comandante das Armas, ordem do dia que muito deve ter vexado a nossa oficialidade.

Não sou militar, mas está me parecendo que estas ordens do dia que estigmatizam, ou simplesmente repreendem algum oficial, não deviam ter a publicidade que se lhes dá; por que levar a falta de um oficial ao conhecimento dos que não são da sua classe, por que desconceituá-lo na opinião dos paisanos? A repreensão divulgada entre os seus camaradas e lançada nos assentos de sua vida militar me parecia estímulo suficiente para um oficial suscetível de correção. Como aparecerá perante a população desta cidade esse cadete que o Sr. Comandante das Armas nos veio anunciar, em seu estilo mortalmente satírico, que se deixara apanhar do desordeiro Falcão?

E a respeito das ordens do dia de S. Exa. sejam-me permitidas duas reflexões. Conheço as boas intenções do Sr. Antero, admiro alguns atos de sua vida militar, mas não posso aceitar a dicção e o estilo que S. Exa. tem querido inovar nas ordens do dia do quartel-general. S. Exa. escreve sério, mas asseguro-lhe que ninguém o lê com a mesma seriedade. Esse estilo patriarcal não é mais dos nossos tempos, e o único modelo que dele achamos nos tempos modernos é a seguinte proclamação; que o chefe político de Burgos, D. Mariano Munoz e Lopes, dirigiu aos seus administradores quando por ali passou a rainha na excursão que em 1845 fez por alguns lugares do seu domínio; mas note S. Exa. que o estilo é mais guindado, e que todavia os jornais de Madri muito se divertiram com esse documento:

Habitantes de Burgos! É chegado o momento em que a angélica beleza sentada no trono da virtude, tendo por escudo a clemência e por companheira a pura inocência encantadora com o seu celeste sorriso, vem abrilhantar o vosso solo. A vossa dedicação sem mácula parte das próprias bases do trono castelhano. Em Burgos, a mãe dos reis, em Castela, que nunca cedeu a ninguém em honra, a fidelidade e a generosidade! S. M. vai achar-se entre vós. Que mais poderia eu dizer a castelhanos? Eu vo-lo anuncio e vos saúdo.

Está para terminar uma questão de chitas que dura há muito tempo, que tem custado resmas de papel e causado não pequeno prejuízo aos interessados. Eis o caso:

Diz a pauta da Alfândega que as chitas pagarão de direitos 165 réis por vara. Mas a pauta, quando trata de chitas, refere-se evidentemente à chita em peça, à chita do mercado, que é a que pode suportar aquele direito.

Começaram a aparecer para despacho retalhos de chita e como estes valiam no mercado muito menos do que a chita em

peça, entendeu o falecido Dr. Saturnino que a pauta lhe não era aplicável e que deviam ser despachados por fatura.

Assim correram as coisas até à entrada do atual inspetor, que não esteve pela decisão do seu antecessor, e decidiu que chita é sempre chita, venha em peça ou em retalho; conseqüentemente, que o mesmo direito devia pagar a chita de 200 réis, que a que vale 320 a 400 réis.

Argumentava-se com o espírito da pauta que quer que tudo pague segundo o seu valor, mas o inspetor agarrava-se à letra e não havia como demovê-lo.

Chegadas as coisas a este ponto, resolveram os interessados deixar na Alfândega as suas mercadorias e apelar para autoridade superior. Consta-me que esta decidira a questão conforme o espírito da pauta, ordenando que a chita em retalho pague de 30 a 40 % menos que a chita em peça.

O vapor de guerra dos Estados Unidos *Susquehanna*, que é de 3.500 toneladas, e não de 2.500 como, por engano, lhe disse, devia sair de Filadélfia para este porto no 1º de maio. Traz a seu bordo o novo ministro dos Estados Unidos junto a esta Corte.

O ex-Ministro Tod regressa por via da Inglaterra, e tenciona partir no paquete de maio.

Eis a estatística mortuária da semana, compreendendo (assim como as suas irmãs mais velhas) a totalidade dos óbitos, tanto em terra como no mar e no lazareto de Jurujuba:

- 19 de Abril – 34 óbitos, sendo 10 de febre amarela;
- 20 de Abril – 41 óbitos, sendo oito de febre amarela;
- 21 de Abril – 42 óbitos, sendo 11 de febre amarela;
- 22 de Abril – 43 óbitos, sendo oito de febre amarela;
- 23 de Abril – 40 óbitos, sendo cinco de febre amarela;
- 24 de Abril – 28 óbitos, sendo sete de febre amarela;
- 25 de Abril – 25 óbitos, sendo seis de febre amarela.

Jornal do Commercio de 27/04/1851

Corte, 3 de maio de 1851.

Supus que hoje fosse absolutamente impossível escrever-lhe; e *ad impossibilia nemo tenetur*, ouço sempre aos tais sujeitos dos provarás. Calor de 84 graus e calma constante durante uma semana, raríssimos entes frigoríficos há por aqui que os possam suportar, sem que lhes sintam seus muito conhecidos e mais que prosaicos efeitos. Foi bem ingrata, por qualquer lado que a vejam, a semana desta carta. Epidemia de defluxos, tonteiras, dores aqui e acolá, são as mais vivas recordações que ela nos deixa. Sobriedade, dieta e semicúpios salvaram a muitos corpos vulcânicos, ou *equatoriais*, como lhes chama certo patusco; outros trataram-se pelo princípio do *similia similibus*, sem o mínimo receio de uma “fuligem”, e nem mesmo de uma combustão espontânea. Já se sabe que estes são daqueles para quem a arte culinária é a primeira das concepções do homem, e que a todo momento repetem o verso do bom Diniz:

Vinho que borbulhe, que ferva, que escude;

ou cantam o estribilho de Blondel no *Richard Coeur-de-Lion*:

*Moi, je pense comme Grégoire,
J'aime mieux boire.*

Felizmente minha economia corporal e a doméstica entraram em suas condições costumeiras, e posso sentar-me ao bufete para dar-lhe novas deste mundo em miniatura. O dia de hoje é um dia de flores, um dia da mais louçã primavera

*Que tout aime et que tout pullule dans le monde,
Monstres marins au fond de l'onde,
Tigres dans les forêts, alouettes aux champs,*

como dizia o impagável Lafontaine.

Ainda não estou em mim dos cuidados que me causaram, andava por essas ruas tremelicando, com medo de que me descobrissem o anônimo, e me quisessem sacudir o pó da afonsina casaca, que espero poder legar ao meu pequerrucho mais velho, para que ele possa dizer como Nicolau Tolentino:

*Pobre alfaiate vizinho,
Do capote de meu pai
Me engenhou um capotinho.*

Os augustos pais da pátria tomaram a sério as minhas pequices, subiu-lhes todo o calor intertropical à cabeça, e o caso esteve feio. O pobre do *Jornal do Commercio* também esteve por uma dependura. Foi questão se o caso merecia uma devassa, sendo a opinião de muitos que, descoberto o atrevido que ousou expor à luz pública os recônditos misteres de suas casas, e, o que é mais, deprimi-los no alto conceito das belas, e até duvidou do seu incessante progresso intelectual, fosse trazido à barra para:

1º – *Vis-à-vis* com cada um dos ofendidos, passar pela mais humilhante confrontação.



2º – Para escolher o que reputasse menos forte dentre eles, e bater-se em duelo mortal... numa discussão sobre direito das gentes desde Grotius, o Barão de Puffendorf, Vattel, Martens e Kluber, até aos autores mais modernos; e sobre usos diplomáticos desde os da corte de Nicolau I até os do Império de Faustino I.

E não há tempo a perder, diziam os meus terríveis *Coelho e Pacheco*, faça-se quanto antes, para que se não diga que o fizemos depois de nos termos restaurado com a água juvenil, e depois de estarmos vestidos, segundo os últimos figurinos de Paris, *id est*, segundo o que disse o correspondente que o mesmo atroz *Jornal do Commercio* tem em Lisboa: casaca de gola e peitos largos e arqueados, abas curtas e estreitas, mangas amplas e de canhão redondo; coletes retos, curtos e abotoados de alto a baixo, calças muito estreitas à inglesa, e sem presilhas.

Duvido muito que todos os meus rivais sejam capazes de adotar a última parte daquele vestuário parisiense, e que alguns fossem mesmo capazes de se mirarem comigo; mas veja do que escapei, como ficaria eu estafermo no meio do augusto recinto, com estes pés de patos, estas pernas de arco de barril, esta pança de balão, este nariz trochado, cara de lua cheia, esta cabeça quadrada, esta cútis fóssil e este talho de Tom Pouce, de Trump (o almirante) ou de Colibri (o príncipe)?

Quis dar-me por coacto, encolher-me dentro do meu tonel, e não tugar nem mugir enquanto houvesse Narcisos parlamentares na Corte. Mas o que não diria o *amigo ausente* da minha desídia e pusilanimidade!

Que exemplo a futuros escritores!

Tomando conselho com certo veterano da milícia jornalística, preferi retratar-me pública e solenemente, como agora o faço por esta única via de letra redonda, retirando todas as palavras, frases e ideias não parlamentares de que então me servi, suplicando muito humildemente a todos os contemporâneos das províncias

que me têm honrado com suas transcrições, que façam de conta que a carta vigésima primeira é a vigésima, ou elidam daquella tudo que não for consoante ao respeito constitucional. Declaro em alto e bom som que de hoje em diante será para mim ponto de fé que chamar um deputado feio é dizer que a pátria por ele representada é uma feiarrona.

Até o ministério, que não suspeita e nem há de saber quem eu sou enquanto esta folha não perder a fé de que goza, até o ministério ia ficando comprometido na alhada. Acreditaram em alguns linguarudos que me chamam governista *quand même*, só porque eu não praguejo os ministros; se eu atacasse alguns apadrinhando-me com outros, ou se eu daqui lhes disparasse bolas de sabão na cara, e, dando-me a conhecer quando com eles me encontrasse, os tratasse com amenidade e como quem aspira a uma *éntente cordiale*, decerto que agradaria aos segundos; mas é que tenho dito, repito, e peço que me não façam esganar: esta pobre criatura não se mete na política individual, e fora desta, só que deve estar muito acima das paixões dos partidos.

Também houve quem me suspeitasse de antisselvagem unitário, e que por isso viesse com as minhas insulsas chocarrices meter à bulha o garbo e louçania dos amáveis nortistas. Eu, de mãos dadas com os amigos da fera dos pampas! É o maior de todos os insultos que se me tem feito desde que lido com o bicho homem!

Com todo o critério de um retórico, de um idealista, ou como melhor se possa dizer, comecei a minha oração retrospectiva e hebdomadária falando das nossas vicissitudes atmosféricas. Não foi outra a causa do mau humor que produziu a minha última carta naqueles mesmos a quem a dediquei, e que eu esperava divertir por alguns minutos, na qualidade de uma oitava milionésima parte da nação brasileira que eles representam.

Houve em outro tempo um jornal francês que se tornou célebre nos fastos da imprensa, e que deveu a melhor parte do seu

nome ao cuidado que tinha de inscrever, no rosto da sua primeira página, um boletim exato e circunstanciado da temperatura. Tal era a especialidade do *Journal de Paris*. Anunciava regularmente a seus leitores o quarto da lua, as variações da atmosfera, a hora ortiva e ocídua do sol, regulando-se sempre pelos almanaques mais bem-informados. Esta folha celeste dizia o tempo que faria durante o dia, de sorte que quem a tivesse tinha ao mesmo tempo um jornal e um barômetro.

O estado da atmosfera exerce grande influência não só sobre os negócios públicos como sobre os atos da vida privada; muitas vezes os mais graves e os mais difíceis de compreender se explicam pela chuva ou pelo bom tempo. O homem entendido e perspicaz que, colocado fora do teatro dos acontecimentos, procura suas causas secretas as encontra nessas símplices noções atmosféricas; e, enquanto outros que se reputam muito atilados se perdem no cálculo das conjeturas as mais profundas, eles dirão: “Isto aconteceu assim porque chovia; este resultado imprevisto foi determinado pela ação de dez graus de calor; a solução deste problema político não poderia ser duvidosa, pois que o ar esteve calmo e o sol brilhante durante todo o dia.”

Mas a ação atmosférica não exerce sobre todos a mesma influência. Assim, por exemplo, há uns que adivinham a mudança pelo doer dos calos; outros, os “equatoriais”, por vertigens, peso de cabeça, ou etc.; outros por picadas de fígado; alguns porque se lhes acerba a bronquite; estes porque lhes doem os dentes, aqueles pelo reumatismo; enfim, os efeitos variam ao infinito e deixo-lhe a tarefa de continuar a sua classificação até onde lhe parecer. E o que me diz das senhoras?! Não penetremos nesses mistérios, que com o belo sexo não é lícito gracejar, como com os marmanjos, janotas, *petits-mâitres* e chichisbéus.

Apesar de tudo quanto tenho dito para defender-me da inocente indiscrição que cometi jovializando com os passageiros do



Paraense e os que hão de chegar no vapor inglês de abril, ainda não estou tranquilo; a ofensa foi grave, porque, dando por meus pecados com pessoas muito modestas, nenhuma se quis incluir nas exceções com que me ressalvei, e todos se julgaram injustamente por mim retratadas. Mas vamos a ver se com esta última prova de minha estima SS. Exa. se reconciliam com *as cartas ao amigo ausente*.

Não dou ainda por infalível o meu cálculo, mas, se erro há, não será de muitas unidades: contam-se na Câmara temporária 38 cavalleiros que sentem como Adão a falta dos socorros e carinhos de uma Eva. Na Câmara dos Senadores há ainda seis solteiros e dois viúvos, que, senão todos, a mor parte não duvidará prender-se nos laços de himeneu.

Estes algarismos comparados com o do total dos nossos representantes, ainda mesmo que se não descontem os reverendos, provam que a condição de casado é circunstância muito relevante para os pretendentes a qualquer das duas Câmaras; e se as moças souberem tirar todo o partido deste importante fato que eu lhes acabo de denunciar, juro que em 1852 não haverá sacerdotes que possam dar vazão ao sem-número de noivos que hão de aparecer.

Não desanime o belo sexo, use de toda a sua influência, empregue todos os recursos de seu gênio, todos os encantos de sua natureza, e cantará triunfo, satisfazendo ao mais ardente e a um dos mais nobres dos seus desejos, e contribuindo para o aumento legal da humanidade.

Não há muitos Balzacs neste mundo; e o exemplo do autor da *Fisiologia do Casamento* é o mais persuasivo argumento que contra certos celibatários se pode apresentar. Depois de ter exagerado com todo o artifício do seu gênio os prós da vida conjugal, como se mais tristes e até horríveis cenas se não pudessem descrever sob o título *Fisiologia do Celibato*; depois de ter zombeteado por muito tempo com os que seguiam o exemplo do primeiro homem e da





primeira mulher, correu Seca e Meca, peregrinou por toda Europa para descobrir onde estava aquela que lhe traziam o coração em tal estado, que era mesmo uma máquina de vapor de alta pressão. Achou-a afinal lá nos domínios do czar de todas as Rússias. O celibatário por excelência interessou-se pela bela e rica polaca Eveline Hanska, quando esta pertencia a outro. O seu livro intitulado *La Recherche de l'absolu* foi escrito sob os encantos de suas primeiras entrevistas com essa dama, com as preocupações que ela lhe deixara, e dedicado ao esposo da mulher que estava destinada para vingar o seu sexo, subjugando aquele inacessível coração. Quinze anos depois que a vira em Genebra pela primeira vez, o *Fisiologista do Casamento* trocou a vida aventureira ou monótona de um celibatário pela poesia e religião do amor paternal.

Este exemplo fala mui alto a favor das belas; que elas o não percam nas suas teses amorosas; e fujam os nossos celibatários do tardio arrependimento de Balzac, se não foi a paixão que o deteve durante quinze anos à espera de um sonho, que se realizou, sim, mas quando a morte já o seguia à mão tente.

É bem natural que tanto os 38 casáveis, como as moças que leram a minha estatística, esperassem que eu a completasse com os nomes próprios; tenham, porém, paciência, que minha humildade não chega a tanto. Já fiz o que pude, o mais fica lá por sua conta. Somente acrescentarei que há ainda contra o estado celibatário dos nossos representantes inúmeras queixas de proprietários e fornecedores, pela economia que fazem vivendo aqui na Corte colegialmente, em turmas de dois, e algumas de maior número.

Estava sofrendo um pequeno incômodo nos pés sem reparar no que fosse; voltando-me para esmurrar o meu charuto na beira da mesa, dei com os olhos num gato ruivo de olhos chamejantes, coisa medonha, que me estava a arranhar! Tirei-lhe da peçonhenta boca um papel que trazia, que é fragmento de algum jornal, e de cujo título não restam mais que as letras “décima pacotilha”.



Nesse papel leio que ando muito insípido, árido como um matemático, e que estou lambendo por dentro os vidros da botica ministerial, que outros apenas limpam com a língua por fora.

Ora, eis aí a retribuição que me dão por esta devoção que tomei para servir-lhe, mas que passando por esta via pública fica sob o usufruto de todos!

Ora, não há nada mais atroz que maltratar-se com tanta aspereza um pobre homem que se levanta para servir a amigos, indiferentes e inimigos,

*Quando a manhã com dedos cor-de-rosa
Vem as portas abrir ao sol que acorda;*

e que começa muito cedo a sua inocente e honesta tarefa,

*Quando todo o mortal espreguiçando
Estira os braços, pálpebras desgruda
Põe o fito no almoço...*

Voltaire dizia ao seu cofilósofo Diderot: “Amemo-nos uns aos outros... porque, se nós nos não amássemos, quem diabo nos amaria!” Não sei por que o meu desapiedado crítico, cuja cabeça, se fosse contemporânea da de Lavater, teria sido apresentada como tipo, a par da de Jules Janin, não há de compadecer-se dos pobres de espírito, e honrar a nobre classe de cronista a que se dignou pertencer. Cada um enterra seu pai como pode; digo como Alfred de Musset:

Mon verre n'est pas grand, mais je bois dans mon verre.

Eu matemático, eu ministerial *quand même!* Não é a primeira vez (dizia-me um sujeito muito ledor de quanta raridade se

publica em letra redonda) que esse engraçado me dirige alusões, e como que procura denunciar-me não sei a que Ferrabrás. Se eu, fazendo juízos temerários, procurasse também descobrir se o maldizente é algum Dr. Purgant, seria bom? Não viriam logo com algumas histórias muito sedições de artigos de mesa-redonda, com as consignações deste e daquele, com a amizade de certo publicista-mirim ao Sr. Ministro do Império, e outras lamentações deste gênero?

Agora leio mais que também se me dá como aposentado, acrescentando-se *si et quantum*. Alto lá! Sr. da mula russa. Eu tenho dito que vivo como um Diógenes, e que não me envolverei nas questões odiosas dos nossos partidos políticos; mas isto não quer dizer que me dou por inválido. Ainda pode ser que, visto não serem o patriotismo e o estudo patrimônio exclusivo de alguém, que um dia queira aparecer, para legar ao meu pequerrucho um nome menos obscuro; não me vá já lançando nas suas tábuas de proscricção sem ter certeza e estar muito longe de saber quem é este seu humilíssimo próximo. E como até hoje nada tenho obtido nem gozado na indolência, já me vou preparando para esse futuro brilhante.

Estou estudando com a mais acurada reflexão o regimento da Câmara temporária, e espero em Deus que o passarei todo para a minha memória. Creio que li em Cousin, em um dos seus dois volumes sobre a instrução pública na Prússia (se me engano peço ao ilustrado Sr. Dr. Otaviano que o declare em um dos seus próximos artigos); creio que é Cousin quem diz que não há conhecimento mais fértil do que aquele em que se é profundo. Pois bem; se Cousin não é algum zote, eu sabendo, como se pode saber a fundo uma Ciência, o regimento interno da Câmara dos Deputados, espero que primarei entre os parlamentares meus coevos.



Não estou em serviço ativo de alguma milícia política, estou cá do meu honesto retiro vendo quem salva e quem compromete o país. Depois que o regimento que estou estudando me abriu os olhos, se me resolver a despir estes trajes *filosóficos*, e trocar meu casacão por alguma gôndola ou paletó, hei de então oferecer-me para servir à política do meu país, na razão da minha capacidade, exígua como é e há de ser.

Por ora não compreendo os partidos, vejo-os discutindo por palavras, e eu não acredito senão em fatos. Leia-se esse brilhante discurso de Montalembert, e aí se encontrarão verdades que me parecem de uma imediata aplicação aos nossos partidos, às nossas lutas políticas. Esse discurso não agradou a ninguém da Assembleia francesa, era isso muito natural.

Montalembert não agradou porque disse a verdade, porque, como dizem os jornais franceses, possui em alto grau a propriedade de ferir a todos, de irritar a todos os partidos e desagradar aqueles mesmos a quem quer defender. Aos legitimistas atirou em rosto uma teoria mais que afoita, segundo a qual não há governo legítimo senão o que é possível. A Thiers dirigiu um sermão agridoce sobre as coalizões, que desde o começo da Revolução Francesa têm sucessivamente sustentado e abandonado Luís XVI, Dumouriez, Lafayette, Robespierre, Barras, Bonaparte, Napoleão, Carlos X, Luís-Felipe, Lamartine e Cavaignac; tão recheado de epigramas foi esse discurso que o orador, tendo depois querido apertar a mão a Thiers, este voltou-lhe as costas diante de cinquenta pessoas, dizendo-lhe que se exprimira de uma maneira indecente a respeito dos seus colegas. Quanto ao presidente, a quem defendia, declarou que não aprovava o seu passado e não garantia o seu futuro; que a dotação não era coisa que se pedisse, mas que, tendo sido pedida, não devia ser recusada.

Mas foi porque feriu tantas suscetibilidades, e atacou as paixões de todos, que o homem disse o que convinha que a França



ouvisse. Todos querem a autoridade muito respeitada, mas quando estão de cima; é uma planta que todos desejam, mas que cada partido não quer senão plantada no seu jardim. E sem respeito à autoridade, como pode haver ordem e moral pública?

Como Montalembert, antes quero que me chamem com o apelido que quiserem, do que andar cortejando a paixões loucas, do que ser escravo dos ódios, dos preconceitos, das prevenções e das ambições que em excesso predominam no seio dos velhos partidos.

Se não estou enganado, a fala com que a Coroa abriu hoje a terceira sessão da oitava legislatura da Assembleia-Geral é um documento da mais alta importância, que, desviando-se das frases já estereotipadas para as peças deste gênero, anuncia uma política fecunda em interesses muito reais para o país, uma política que deixa o vago e controverso para obter o definido e incontestável, que deixa o especulativo para empregar-se no que é palpável e positivo; que evita as questões de que se alimentam as paixões políticas para chamar a um centro todos os brasileiros que não queiram ser escravos dessas paixões.

Se esta não é a inteligência óbvia dos dois seguintes tópicos, está provado que sou ainda mais míope do que me reconheço:

Esforcemo-nos, pois, em obter o concurso de todos para o bem de todos, preferindo à discussão de princípios abstratos de política a dos remédios, para as primeiras e imediatas necessidades do país.

Augustos e digníssimos Srs. Representantes da Nação, unamos os nossos esforços para desenvolver e consolidar as nossas instituições, a cuja sombra temos atravessado unidos e em progresso mais de um quarto de século, livres das grandes tempestades revolucionárias que têm abismado outros países, para reunir em torno delas todos os brasileiros,

e fazermos à terra que nos viu nascer todo o bem que ela de nós espera. Conto para isso com a vossa patriótica e leal coadjuvação.

Não sei que mau gênio persegue o nosso Arsenal de Marinha! Não falta inteligência, não falta dedicação em seu chefe; todavia os seus trabalhos poucas vezes saem perfeitos. Não pode deixar de existir aí algum vício radical, a que o governo devia aplicar a mais acurada atenção. Os fatos aparentam um atraso e fraqueza que se não compadecem com o estado real do país.

A corveta *D. Januária* desarvorou indo a um largo com vento N.O. e algum mar. O mastro do traquete, que se supunha bom, estava carcomido do cupim. Caído aquele, foi-se o mastaréu de gávea, e ficou a corveta impossibilitada de seguir viagem.

O brigue *Callíope*, que também fazia parte da divisão naval, teve ordem para vir em conserva da *Januária*, e tão de perto a quis de si que abalroou com ela, agravando-lhe os incômodos e saindo também com moessa do encontrão. Os escaleres foram-se, e quem diz escaleres diz mais impossibilidades. Temos reparos para dois meses.

Se, porém, o governo quiser substituir aqueles navios, aí tem prontos a corveta *Bertioga* e o brigue *Cearense*, além do *Pedro Segundo*, ao qual só falta receber munições.

O novo banco só espera para incorporar-se e começar sua existência mercantil pela aprovação do governo a quem foram submetidos os estatutos. O conselho de direção foi nomeado sem mais nenhuma dissidência. Consta-me que foram propostos para gerentes João Inácio Tavares e Isey Levy. O conselho ocupa-se com a confecção do regulamento interno; e logo que baixe a aprovação do governo, terá de convocar a assembleia-geral para a nomeação dos dois gerentes.

Enfim, apareceu a escolha de senadores sobre que já se faziam mil conjeturas, todas elas só baseadas na fantasia de cada um dos pensadores. Não me cabe emitir juízo sobre os escolhidos, porque é negócio esse muito melindroso. Não posso, porém, deixar de notar-lhe o triunfo que a constância e coragem cívica do conselheiro Montezuma obtiveram contra mil dificuldades. Quando um homem da importância do Montezuma se viu atirado aos lobos por um partido, que lição profunda não devem daí tirar os que se lançarem nos mares tempestuosos da política? Se ele com perseverança venceu, poderão o mesmo os que não tiverem por si uma vida pública tão notável, igual e fundada confiança em si? Eis aí o que são os partidos.

Vou concluir com a triste verdade de todos os dias. Morreram:

Em 26 de abril – 30 pessoas, sendo três de febre amarela.;

Em 27 de abril – 32 pessoas, sendo seis de febre amarela;

Em 28 de abril – 37 pessoas, sendo nove de febre amarela;

Em 29 de abril – 36 pessoas, sendo duas de febre amarela;

Em 30 de abril – 30 pessoas, sendo 10 de febre amarela;

Em 01 de maio – 27 pessoas;

Em 02 de maio – 29 pessoas, sendo seis de febre amarela.

Jornal do Commercio de 04/05/1851

Corte, 10 de maio de 1851.

“É para admirar como o tempo se passa em Roma”, disse Plínio escrevendo a Minúcio Fundano. “Se tomares cada dia de per si, não há um só que não seja cheio; se os tomares todos juntos, ficarás admirado de os achar vazios.” Esta amabilíssima cidade do Rio de Janeiro, este Eldorado do nosso preciosíssimo Brasil, é, em matéria de novidades, uma perfeita antítese da capital do mundo cristão no tempo de Minúcio.

Passa a segunda-feira, vem a terça, e depois a quarta, chega a quinta, e logo no dia seguinte a sexta, e o pobre cronista, obrigado a aviar a encomenda num dia determinado, acha-se nesse dia sem uma sexta, sem uma quarta, e até sem uma terça de novidades. E, embora esteja estéril como as areias do deserto, vazio como um discurso dos nossos parlamentares na discussão do voto de graças, impertinente e de mau humor como a moça a quem a mucama quebrou o vidrinho de sua mais predileta essência, sabe que há de se dar a todos os diabos para ter espírito, ou supor que o tem, no dia em que se comprometeu para com o público. Pobres dos que remam na galés da imprensa! Nem mesmo o inexaurível *Jules Janin* deixa às vezes de assim exclamar.

Quando, porém, menos espera, quando já o cronista fluminense começa a dar tratos à musa para ver se poderá glosar a *invita Minerva*, sem mote e sem inspirações, é com cara de esfomeado, lá vem um dia da semana que vale por todos juntos.

O que tenho dito é a história ingênua e fiel do que me aconteceu desta vez. Bem-vindo *Teviot*, que me livrou de uma quebra vergonhosa perante a turbamulta dos leitores do *Jornal do Commercio* do pecado de maledicência, cujo repertório é sempre fértil e inesgotável.

O *Teviot* saiu em dias de abril, e por isso não admira a logração que pregou à caterva de curiosos e insofridos que o foram esperar além das boias, quero dizer, das balizas com que o ex-capitão do porto fixou os términos dos ancoradouros da nossa aurífera Alfândega. Era um gosto ver a cascuda da barca de vigia (perdoemos o seu amável comandante) toda ganjente, porque não menos de uns trinta botes lhe faziam roda, e não mais de cinquenta *gentlemen* de várias classes, capitalistas, negociantes, empregados públicos, despachantes, corretores e jornalistas, atulhavam a sua tolda, e estrugindo os ares com ruidosas gargalhadas (pelos logros que mutuamente se pregavam).

Aí esperavam o *Teviot*

Uns por amigos, outros por parentes,

Outros por ver somente...

Per Baccho! Ali vem! ali vem! dizia um. Ali vem! ali vem!

Numa consona voz todos soavam

E até o bom Loureiro jurava vê-lo a 150 milhas de distância!

Agora um copo de cerveja à saúde do Sr. B.*** que se não deixa lograr! Hip! hip! Hurrah! Hip! hip! Hurrah!

Os montes de mais perto respondiam

Neste inocente e estrepitoso folguedo passaram até horas da noite os nossos *gentlemen*, que seguem à risca o preceito de Nicolau Tolentino:

Nem sempre seriedade,
Como nem sempre folia;
Na discreta variedade
Está do mundo a harmonia.

Pelas 7 e meia horas, pouco mais ou menos, chegou-lhe o desengano, e quase todos se partiram gritando, ainda em coro: “*Teviot!* Ó! *Teviot!*”. Houve uns dois ou três tão crentes, que lá se deixaram ficar de atalaia, com a heroica resolução de não desesperar antes que soasse meia-noite nos campanários da Igreja da Glória. Se o cumpriram não sei, e nem indaguei, porque pareceu-me escusado. Enfim chegou ontem o *Teviot*, e com notícias tão carrancudas para espíritos timoratos como o meu que, quando não tivessem ocorrido outros motivos, justificariam a sua demora, ao menos para mim, que comparei a celeridade da sua primeira viagem à de um mensageiro de boas-novas; bem que ontem me notassem que nem todos os portadores de notícias tristes andam com o vagar cênico desse que pesaroso e cabisbaixo vem dizer ao cioso Otelo as melancólicas palavras: “Sabes sofrer?”

Com o *Teviot* chegaram os “leões” parlamentares (menos um!), que nesta quadra de prazeres, a par dos trabalhos sérios que a pátria exige de seus talentos, vêm também dar novo tom e mais brilho às sociedades dançantes. Se já não estivera reconciliado com os augustos e digníssimos que vieram no *Paraense* (apesar das espetadelas de certas agulhas ferrugentas que se meteram de permeio) agora não os temeria mais, porque os meus *fashionables* me não deixariam sem defesa. Houve logo quem lhes fosse falar na história dos tarecos, mas não pegaram as bichas e sinapismos. Responderam todos a uma com graça e galhardia:

Isso são gracejos toleráveis, inofensivos, porque não desconhecem a nossa bizarrria e bom gosto, e o conceito em

que nos têm as belas. Os tais misteres de um habitante dos trópicos não são mais do que lembrança de algum ginja, que julga que todos são “equatoriais” como ele. Não há uma só flor do mundo elegante que ignore que nosso temperamento, altamente privilegiado pela natureza, vive bem em todos os climas e amolda-se a todos os usos; elas sabem que não usamos de trastes que não transitem pela Alfândega. E, pois, viva o nosso janota.

Continua o furor bailante com tal intensidade que se pode temer que daí venha a nascer alguma febre simples ou mista, conforme for só devida a alguma das três espécies – valsa, polca e contradança –, ou às suas possíveis combinações.

Não leve a mal algum Esculápio esta minha nova classificação de febres. Aprendi-a com certo doutor homeopata (ah! se eu pudesse dizer o seu nome!), que, sendo chamado em 1850 para ver um doente que se presumia mordido da bicha, disse-lhe: “Não creia nessas distinções que por aí fazem alguns pedantes de febre amarela, febre encarnada, febre preta. A febre, homem, se aparece de manhã, é matutina, se aparece à tarde, é vespertina, se à noite, noturna.”

Apesar do meu conhecido jarretismo, não sou daqueles ou como aquelas que se revoltam contra os devaneios da sociedade, depois que por inúteis esta os abandona.

Não imito o esdrúxulo filósofo dos nossos tempos que, em um baile, o que mais sentia era a dor que lhe causava a ideia da imensa quantidade de carneiros sacrificados à casquilharia das luvas de pelica.

Não posso tolerar a hipocrisia com que certa presumida matrona, que já está entre duas idades, prega contra a licença das folias dançantes, e revestindo-se de toda a gravidade diz que nem em sua livraria permite o contato dos autores machos com os autores fêmeas.



Não aconselho que os nossos vigários imitem o cura de Bellebat, que, para evitar que nos festins houvesse alguma indecência, tocava ele próprio o violão e fazia dançar os seus paroquianos. Mas também não posso deixar de perguntar a certos rigoristas se quando eles pregam do púlpito contra a dança e os prazeres humanos não os espera lá no refeitório um suculento jantar ou gorda ceia.

Não gasto o pouco de latim que sei em declamar contra a dança e os dançadores. Bastam os censores, os jesuítas, os ignorantes, os malévolos e invejosos para tornarem aflitiva a vida que passamos neste vale de lágrimas.

Recomendo sempre aos que me escutam que gozem o mundo, porque *fugaces labuntur anni*.

Vou ainda mais longe, e afirmo que o uso dos bailes se pode sustentar com a história sagrada. Onde foi que Jesus Cristo dignou-se fazer o seu primeiro milagre mudando a água em vinho? Não foi no meio dos prazeres inocentes de umas bodas de aldeia? Se em Canaã se bebesse um pouco mais, não é de crer que depois do banquete se teria dançado? Como, pois, censurar aquilo que o filho de Deus autorizou, senão com o seu exemplo, pelo menos com a sua presença?

Remontemo-nos a uma época mais remota. Por que meio Davi começou a sua fortuna? Não foi como trovador ou menestrel do rei Saul? Feito rei, não dançou ele mesmo diante da arca sagrada?

A estes argumentos, que nos fornece o filósofo Macedônio, acrescem muitos outros que sustentam os bailes como um meio moral, político e econômico. Já em outra ocasião ponderei os recursos que a política interna e a externa tiram das fascinações de um baile. Agora só alegarei que eles, aproximando os grandes com os pequenos, os fidalgos com os plebeus, concorrem eficazmente para manter em doce combinação a dose democrática com a dose monárquica que existem em nossa constituição política: reunindo debaixo do mesmo teto, e obrigando o saquarema e o luzia, o

cabeludo e o liso, o cabano e o bem-ti-vi, a dançarem na mesma sala e ao som da mesma orquestra, acostumam estas diferentes espécies de animais do Brasil a viverem sem se devorarem uns aos outros; aproximando os homens das mulheres, quaisquer que sejam as suas condições físicas e morais, apresentam os contrastes da natureza viva, dividem as fortunas, promovem a suave harmonia dos dois sexos, e multiplicam, como Deus quer, a espécie humana; favorecendo o consumo dos objetos do tom ou de luxo, animam a indústria e o comércio, e tornam-se por este modo tão protetores do progresso material do país como provado fica que o são da sua civilização política e moral.

Mas todas as medalhas têm o seu reverso: tudo neste mundo tem limites que se não podem exceder. Quem escreve muito cansa, quem come muito tem indigestão, se não morre apoplético: muito sangue faz plethora, muita luz cega, quem lê muito treslê.

Assim é que os bailes, cujos benéficos e vantajosos efeitos acabo de sucintamente considerar, podem tornar-se fatalíssimos à saúde, e degenerarem em um veneno corrosivo da moral pública, da felicidade doméstica e da fortuna privada, se forem usados imoderadamente, e se o luxo e as continuadas despesas de transporte não estiverem em relação com os meios pecuniários deles e delas.

Não pretendo que todas as moças adotem a mediania que Fénelon aconselha para o seu vestuário, isto é, que não se mostrem sem gosto e desalinhasadas, mas que evitem no seu exterior toda a afetação de galas e de fausto. É, porém, incontestável que a maior parte das nossas belas Terpsícores e de seus mais elegantes pares não podem desviar-se do meio-termo que tão razoavelmente recomendou Fénelon como regra de todos os tempos e de todas as sociedades, sob pena de sangrarem mortalmente na veia d'arca de seus maridos, pais, irmãos ou parentes.

Então o luxo e os prazeres, já não correspondendo às posses daquele que os quer ostentar e gozar, longe de serem lícitos e

salutares, corrompem os bons costumes de uma família ou de uma nação morigerada, excitam a cobiça, acostumam às intrigas e às baixeiras e solapam pouco a pouco os alicerces da probidade.

No tempo que eu era gente, como dizia minha avó, não tinha a demasia de ir a todos os serões, teatros e bailes. Os alugueis dos carros e as gorjetas que (tomem este conselho que é de homem experimentado) nunca se deve deixar de pagar aos boleiros do Sr. Major, esvaziavam-me muito a tísica bolsa e punham-me em severa abstinência por muitas semanas. Poupava o meu fatozinho de ver a Deus (que não tinha outro com que aparecer às moças) com o mesmo cuidado com que a dita minha avó (Deus lhe fale na alma!) alisava as suas brancas respas, e guardava o seu relicário. Porque, como de si confessa o *Braz Tisana*, a respeito de fundos estou sempre debaixo.

Não tinha o perigoso desejo de ir a todas as funções, e, se o tivesse, ainda em minha avó achava uma excelente receita para curá-lo, a mesma que se aprende em certa farsa muito conhecida. Ia só ao baile da Praia Grande (já se vê que o meu tempo não vai muito longe), porque podia ir de jaqueta, e usavam da doce violência de me não consentirem luxo; e porque sobre isso a viagem custava-me somente a taxa da falua ou da barca, e poupava uma ceia, que a tinha em casa do amigo onde pernoitava.

Por que não faço eu uma viagem no *Teviot*, apesar das maravilhas gastronômicas que dele contam os nossos elegantes parlamentares? Por que não vou eu assistir à exposição de Londres, que começa impreterivelmente no 1º do corrente, tendo somente havido a alteração de transferir-se a viagem da rainha do dia 15 para o dia 25 de abril? Por que não vou eu a Leiria ou a Coimbra dizer ao Saldanha que caiu na maior das bernardas?

Pois é por essa mesma razão, que escuso dizer, que as damas e os galãs devem corrigir-se do vício de ir a todos os bailes, *per fas* ou *per nefas*. Escolham o que mais convenha ao estado das



finanças paternas. Não podem ir ao aristocrático Cassino? Vão ao Campestre, onde gozarão delícias indizíveis; ao Campestre, que reúne o útil com o agradável, e é a imagem fiel de uma festa de Flora, como em outra ocasião prometo descrever.

E se não fossem os bailes, o que seria do bom povo fluminense? Quando teremos representações líricas! O Dionísio da Vega, que daqui saiu em 13 de janeiro encarregado dessa importante missão, adoeceu em Londres da gripe, e atrasou por isso a sua viagem. Só em 30 de março saiu de Paris para Marselha, donde devia dirigir-se por mar para Nápoles.

As cartas do nosso saudoso vate Magalhães alcançam a 23 de março. Como ainda não tinha recebido instruções, e o principal do negócio, que é o *argent comptant* que vai por mão do Dionísio, nada tinha concluído e mesmo pouco adiantado.

As notícias que ele nos adianta podiam ser mais aterradoras para os *dilettanti*. Diz que não lhe será possível contratar cantores de nomeada por uma razão de estucha, porque esses ganham na Europa mais do que a nossa ópera lhes pode dar. Acrescenta, ó! dor! ó! vergonha! que os estragos que na extinta companhia italiana fizera a febre amarela e os calotes que aqui têm levado muitos artistas, aumentavam consideravelmente as dificuldades que lhe era preciso e esperava vencer.

Se suas esperanças não forem malogradas, mandar-nos-á uma companhia, que, posto não seja composta de estrelas, será muito superior às que temos tido. O mais dificultoso de obter será o tenor; e como prova da escassez que há destas vozes, aponta o fato de achar-se o Marinangeli, que todos conhecemos, contratado como primeiro-tenor (!) em Veneza.

Creio que ninguém mais duvidará da sinceridade e eficácia com que o governo imperial tomou a peito a repressão do tráfico de escravos. É tempo de amigos e inimigos lhe fazerem a justiça que lhe não recusa a própria imprensa inglesa, que lhe não



recusou Sir Milner Gibson na Câmara dos Comuns. É também tempo de se convencer o governo que lhe não é preciso, para dar provas de sua boa-fé ao estrangeiro, levar a repressão a ponto de espalhar o terror por nossas fazendas, pondo em risco a vida e a propriedade de seus proprietários. Diligências, como as de Cabo Frio e Marambaia, sejamos francos, não devem ser repetidas.

O cruzeiro brasileiro e nossas autoridades do litoral acabam de dar mais uma prova de seu zelo e probidade. O vapor de guerra *Thetis* deu caça a um iate negreiro que se embicou para a barra do Itabapoana (Espírito Santo), onde desovou 150 africanos. O alferes de um pequeno destacamento que aí existe repeliu a peita de 6:000\$000 rs, que lhe propuseram os contrabandistas, e apreendeu os negros, que foram trazidos pelo mesmo *Thetis*.

Dias antes, tentou outro barco negreiro desovar em Manguinhos; sabendo, porém, que havia ali uma força que se não prostituiria ao seu infame dinheiro, mudaram de rumo os traficantes e lograram desembarcar a salvo 300 africanos na costa do Espírito Santo.

É impossível, no extenso litoral do Império, evitar de chofre casos como esse que infelizmente acaba de acontecer. Mas a perseverança e decidida vontade do governo, se não forem contrariadas pelos excessos do cruzeiro britânico, acabarão dentro em pouco tempo com todas as especulações desse gênero, sem que seja preciso cair na exageração de que acima falamos.

A questão Sentis está concluída, e, segundo se diz, de modo honroso para o Brasil e para a França.

A fala do trono aponta em um de seus tópicos a urgente necessidade de leis que tendam a moralizar e instruir o nosso clero. Se nesta ocasião, tratando-se de prover a três dioceses que se achavam sem prelados, a eleição do governo não recaísse em sacerdotes de morigeração, prudência e luzes exemplares, a contradição entre as palavras e os atos imediatos seria para cortar em agração toda a esperança da regeneração da igreja brasileira.

Graças a Deus, ela recaiu em três clérigos, dos quais ainda não achei quem maldissesse. Do Monsenhor Manoel Joaquim da Silveira, tão conhecido é o seu nome que dispensa qualquer outro elogio. O bispo eleito do Rio Grande, o Padre Feliciano José Rodrigues Prates, é homem honradíssimo, de uma vida admirada pelos fiéis que tem sabido resistir às tentações do mundo político, e merecer as bênçãos dos desvalidos por suas numerosas esmolas. Vive retirado em sua fazenda nas horas em que cessam suas obrigações paroquiais. O de São Paulo é parente do respeitável Senador Paula Souza, o que em nossa terra é já um indício que muito diz a bem das intenções que presidiram à escolha. É também respeitado por sua morigeração, e extreme de ódios políticos, porque nunca ingeriu-se em eleições, sendo seu único empenho como cidadão pregar contra o terrível recurso da resistência armada.

Consta-me que se apresenta como candidato à senatoria, pelo Piauí, o Conselheiro Joaquim Francisco Viana. Tenho motivos para duvidar da lisonjeira notícia que li em um comunicado desta folha acerca do estado de saúde do estudioso brasileiro Francisco Souza Martins.

Os vapores ingleses têm tido maré cheia de passageiros. O *Tay* chegou a Lisboa com 150. O *Medway* saiu da Bahia com 139, não podendo receber os que o esperavam em Pernambuco.

Bateram a bota para o mundo da “verdade verdadeira”, de sábado passado até ontem:

Em 3 de maio – 29 pessoas, sendo oito de febre amarela;
Em 4 de maio – 79 pessoas, sendo seis de febre amarela;
Em 5 de maio – 34 pessoas, sendo cinco de febre amarela;
Em 6 de maio – 36 pessoas, sendo cinco de febre amarela;
Em 7 de maio – 44 pessoas, sendo três de febre amarela;
Em 8 de maio – 27 pessoas, sendo quatro de febre amarela;
Em 9 de maio – 22 pessoas, sendo dois de febre amarela.

Jornal do Commercio de 11/05/1851

Corte, 17 de maio de 1851.

Muito naturalmente são as Câmaras que ora prendem a atenção pública. A quadra atual é essencialmente política; os bailes, os teatros, as filarmônicas preenchem os entreatos das sessões parlamentares; ao passo que divertem o espírito público de preocupações tão sérias, de esperanças tão falaces, ou de receios tão pânicos, contribuem poderosamente para as combinações da pequena e da grande política.

As discussões desta semana corresponderam, termometricamente falando, à branda temperatura de 75 graus (Fahrenheit) que temos gozado logo após de um calor de 86 graus. Mas assim como o simples calor terrestre derrete os gelos das montanhas, mesmo durante a estação frígida, assim também, sem causa exterior, por uma exacerbação quase espontânea, quer na Sibéria, quer no Hindustão, houve algumas colisões com desenvolvimento de calor e luz. Como V. M. devora todos esses discursos sem fim (porque está provado que ninguém lê com mais atenção os jornais da Corte do que os roceiros dados à leitura), não é de mister que eu especifique fatos, e personalize as minhas referências.

O começar desta semana parlamentar fez-me crer que ela seria toda consagrada à gente das tricas e alicantinas. Como se houvesse combinação prévia, que não houve, as duas casas dos parladores e parlamentares ocuparam-se com a aborrecida prosa do foro demandista. Os velhos discutiram sobre a conveniência de dar ao

governo autorização para organizar um regimento de custas, e marcar as férias ou licenciamento dos corpos judiciários. E o que são temperamentos! O Sr. Montezuma declarou-se “equatorial” nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro; o Sr. D. Manoel disse que é essa justamente a quadra em que mais bem-disposto se acha para desenrolar as difícilimas meadas que a chicana sabe arranjar.

Os moços (sem ofensa do Sr. Tenreiro Aranha e seus pares em idade) trataram de objetos análogos; do aumento indireto da receita municipal, exonerando as Câmaras do pagamento das custas nos processos em que decair o promotor e das meias custas nos processos dos pobres de dinheiro como eu; mas nem todos são tão ricos de paciência como este seu humilde Jó.

Este projeto encerra uma segunda parte, que foi a mais debatida, e que mais rebulição causou no mundo forense. Para compensação dos lucros que cessam com as custas que se quer abolir, e cuja perda é muito sensível a certos escrivães, propõe-se acabar com o privativo de que gozam alguns e que todos sirvam por distribuição. Eis aí está onde a medida toca na borbulha de muita gente.

Como se tanto não fosse bastante para tocar o alarma em todos os esconderijos da chicana, o Senado mete-se ao mesmo tempo a discutir um projeto de julgamento por árbitros, cujo pensamento predominante era cortar as voltas à rabulice. O fato é que, nesses dias, de balde se procurava no Largo do Rocio, sob as arcadas do teatro ou nas casas de comer e beberes que lhe ficam adjacentes, uma qualquer das pavorosas personagens que aí costumam postar-se; desertaram todas para as galerias do Oriente e do Ocidente. E creia que no reino da estupidez, como o chamou o autor de um poema bem conhecido, não foram maiores o terror e a raiva quando se soube dos projetos de reforma do Marquês de Pombal.

Ao notar-lhe os longos e numerosos discursos que sobre artigos cuja matéria é tão árida e positiva se pronunciaram, disse-me um sujeito muito avisado nestas coisas:

Em primeiro lugar, nestas questões de direito, os doutores que constituem a magna parte da Câmara temporária querem todos mostrar que são tenentes; em segundo lugar, o negócio dos escrivães é de suma gravidade, tem um alcance por aí além que você não pode compreender. Os escrivães são potências eleitorais, e ai dos futuros candidatos que lhes ferirem na veia d'arca!

Espanta a indiferença, ou antes, a facilidade com que os nossos legisladores, ainda mesmo numa quadra cujas tendências são tão animadoras para a moralização e progresso material do país, votam loterias às dezenas! Pode-se dizer que as loterias são a nossa Califórnia, são as nossas minas mais produtivas. É a pedra filosofal que a nossa alquimia econômico-política chegou a descobrir, há já muitos anos.

Entretanto, nada é mais certo do que o muito que esses jogos autorizados pelas leis concorrem para a desmoralização da nossa sociedade, para a miséria de muitas famílias, para animar a ociosidade e a ambição de ouro. Quantos inocentes não são por vezes privados do pão cotidiano, porque seu pai arriscou os últimos vinténs que lhe restavam em algumas dessas rodas da desgraça que lícita e ilicitamente correm todos os meses!

E seja-me permitido mostrar a face ridícula desse quadro sombrio que todos conhecem, e cujo desenho, se agora o empreendesse, me levaria muito longe. Quem não tem assistido à representação cômica de algum desses jogadores de loteria, quando, já contando os contos de réis que vão receber do tesoureiro das loterias legais, ou de alguma dessas misteriosas que correm com aquelas em menosprezo das leis e com escárnio das autoridades, julgam-se outros tantos Cresos da noite para o dia, traçam logo o plano do seu novo teor de vida, questionam sobre o fausto que devem adotar em seu futuro tratamento, e figuram-se repimpados

em ricos coches, salpicando lama, por essas charcosas ruas, nos míseros pingantes?

E quando daí a dias vem a notícia fatal, quando todo esse fabuloso castelo de uma opulência quimérica parece que devia evaporar-se, o nosso Pedro Sem resigna-se à sua pobreza real, dá de mão às suas pretensões aristocráticas, convence-se de que as loterias mais empobrecem do que enriquecem, que só pelo trabalho pode livrar-se da indigência, do vício e do crime, e talvez conquistar esses gozos que tanto o fascinam?

Pelo contrário, ei-lo logo procurando o anúncio que, para iludi-lo, espertamente nesse mesmo dia se publica da próxima partida em que pode haver toda a fortuna, que já era sua, e que o inesperado azar lhe veio roubar!

Eis os benéficos efeitos que na economia e moralidade do povo produzem as loterias, e todavia já lá passaram em segunda discussão na Câmara temporária não menos de trinta e três! Se os fins sempre justificassem os meios, essas seriam mais que lícitas, por serem destinadas a socorrer várias matrizes e estabelecimentos de caridade.

Dizem os poetas que, quando a Ulisses se ordenou marchasse para o cerco de Troia, se fingira ele de louco, de sorte que os enviados o foram achar a lavar as areias movediças de uma praia de mar. Para reconhecer a realidade de sua loucura, diz a mesma tradição, puseram o seu jovem filho Telêmaco sobre o sulco, e ele traiu-se, desviando imediatamente a charrua. Há muitos anos que estamos imitando, em larga escala, o ato singular que o sábio filho de Laertes julgou a melhor prova de loucura. Mas a nossa loucura é ainda maior do que aquela que os poetas atribuem ao rei de Ítaca. Não temos a mesma sensibilidade que ele; nossa charrua tem passado por sobre milhares de filhos e irmãos, e só agora... (quem sabe se me engano?) queremos desviá-la e voltar à plenitude de nossas faculdades.

Já se vê que falo na nossa loucura política, que nos tem dividido, irritado e armado uns contra os outros, não por amor de questões de vital interesse para as três fontes de nossa riqueza – agricultura, comércio e indústria –, mas por causa de idealidades de organização social, que fascinam o povo, que o entusiasma, mas que em vez de trabalho, pão barato, sossego e comodidades só lhe dão fadigas, fome, desgraças e contínua agitação.

Almejo pelo dia em que os que na imprensa representarem as opiniões divergentes troquem os títulos – *Constitucional, Liberal*, etc.–, por estes, muito menos deslumbrantes, mas muito mais significativos – *indústria, agricultura, comércio, colonização* –; almejo pelo dia em que sob estas bandeiras, com suas variantes ampliações ou restrições, se deem os combates pacíficos e legais entre as individualidades políticas. Faço votos para que os nossos estadistas, em vez de se disputarem o poder para ampliar ou restringir, conservar ou deitar abaixo certas leis, porque nelas acham mais ou menos bem combinadas a influência da autoridade e a do povo, se distingam e se combatam por princípios tão reais, e de resultados tão positivos e estimáveis como os que separam um *tory* de um *whig*, ou um Lord Stanley de um Lord John Russell.

A fala do trono, seja ou não seja mais do que o pensamento ministerial, ressumbra, em cada uma de suas palavras, o pensamento de uma política eminentemente conciliadora, eminentemente protetora dos interesses morais e materiais do país, que se contém nos três símbolos que acima indiquei, e que até hoje não têm merecido o empenho principal e predileto de nenhum ministério. As paixões dos partidos, seus velhos preconceitos e caprichos nos têm até agora levado pelos andurriais da metafísica social, que uns apelidam de conservadora ou ordeira, e outros de reformista ou liberal. E as estradas, os canais e a indústria das províncias aí estão, ou esquecidas, ou entregues à ação fraca e disparatada das assembleias provinciais, que obram quase sempre

sem atenção às conveniências gerais, sem atenção à unidade nacional, que muitas vezes erram ou por paixão ou por espírito de patronato, mas que também não recebem do centro um impulso que os faça seguir pela verdadeira direção, nem uma luz que lhes alumie o caminho.

Enquanto uns sonham com a reforma desta ou daquela instituição política, e outros não dormem para vigiá-la e só cuidam de pôr-lhe bons contrafortes, os agricultores dão-se aos diabos porque as chuvas lhes embargam os gêneros nas estradas, os consumidores porque compram por dez o que lhe custaria cinco se não fora aquele motivo; as nossas minas jazem desprezadas ou desconhecidas; os nossos rios e sertões conservam-se virgens e inúteis para a civilização; os costumes e sentimentos do povo se corrompem por falta de educação; a nossa mocidade não tem escolas e mestres hábeis que formem o seu coração, que cultivem o seu espírito, que lhe façam conhecer e amar o país, que enfim a leve pela senda da civilização com a rapidez das gerações europeias.

Pode ser que me engane; porque, além do mais, falta-me a previsão de um homem assaz experimentado em tomar o pulso aos deputados, em descobrir nas suas fisionomias, gestos e palavras, seus recônditos sentimentos; porque, enfim, falta-me o decano dos taquígrafos, o estimável Camilo do Rosário Guedes, vítima do flagelo de 1850. Quão longa e impertinente não seria a minha digressão se agora pretendesse descrevê-lo em uma de suas respeitáveis atitudes de oráculo, quando consultado por algum dos seus colegas sobre o desfecho provável de uma discussão que apenas começava!

Pode ser que me engane, dizia eu; mas até este momento tenho o discurso da Coroa como a expressão de uma nova e forte convicção, como fiel intérprete das tendências que ora mostra a sociedade brasileira, como o anúncio precursor de uma política que terá por fito a educação moral e intelectual do povo e a satisfação das necessidades de nossa lavoura, indústria e comércio.

Os projetos de resposta a esse, para mim, importante documento já foram apresentados em ambas as Câmaras, e quer uma, quer outra comissão, não fez mais do que pôr na boca do Senado ou da Câmara as palavras que à Coroa dirigiu a representação nacional; qualquer das duas respostas é uma fidelíssima paráfrase da fala imperial. Neste fato, que aliás muito pouco ou nada tem de extraordinário, vejo a prova do acordo em que as Câmaras estão com o governo sobre o pensamento dominante do discurso da coroa, e a vantagem de simplificar-se essa discussão, reduzindo-a aos termos de uma só das duas peças, a fala e a resposta, que é dela uma cópia quase idêntica.

Como exemplo de sublime reserva diplomática, recomendo-lhe o período da resposta do Senado relativo às nossas relações com as repúblicas do Prata. Qualquer dos seus três signatários: Honório Hermeto, Visconde de Olinda e Limpo de Abreu, se amanhã subisse ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, não se acharia no menor embaraço para seguir política inteiramente oposta à do atual ministro. Não sei por qual dos dois cacórios, se pelo primeiro, se pelo terceiro signatário, foi confeccionada aquela primorosa peça de refolho diplomático. Se a fala do trono foi nessa parte tão habilmente construída quanto o podia ser, a resposta não lhe ficou atrás. Entretanto, acredito que os dois diplomatas autores daquela esfinge estão de perfeito acordo com a sábia direção que o governo imperial deu às questões do Prata, a respeito das quais sobretudo é de esperar que se obtenha a concórdia tão prudentemente aconselhada na fala imperial.

Ouvi a este respeito uma opinião por demais extraordinária. Segundo ela, as conveniências do Brasil o levariam para uma aliança com o ditador de Buenos Aires, em troca da qual poderia obter que na América Meridional não houvesse mais do que duas bandeiras – a brasileira e a argentina –, estendendo cada uma delas o seu poderio além dos limites atuais. É um sonho arrojado,

que além da monstruosidade da aliança necessária para a sua realização encontraria todos os obstáculos que se podem opor a uma conquista impossível.

Deus queira que uma tal opinião, se é partilhada por algum homem notável, se manifeste na tribuna, para que o governo tenha ocasião de dar mais uma prova de suas benéficas intenções acerca das repúblicas vizinhas, intenções que a nada mais aspiram e devem aspirar do que a mútuas relações de boa vizinhança, e à conciliação de recíprocos interesses.

Veio a pelo falar nos projetos de respostas à fala do trono, como prova do fundamento das esperanças que nutro de que não será uma decepção, a nova política tão solenemente anunciada. Outros fatos se têm passado que tomo como indícios muito lisonjeiros.

Bem que o ilustrado opositor, o Melo Franco, dissesse há dias com aticismo que não sabia quais eram os limites até onde era lícito levar a discussão de princípios abstratos, não vejo nisso uma sátira às palavras correspondentes do discurso imperial, mas tão somente um chiste de opositor, uma feliz inspiração que os oradores bem como os jornalistas poucas vezes sacrificam às conveniências, e mesmo aos seus sentimentos. Contra a má interpretação que a essas palavras se poderia dar, está a calma com que o orador tem procurado manter-se; e as palavras do chefe da minoria, o Souza Franco, que expressamente declarou-se firme no propósito de discutir sem ódios nem prevenções, de sopitar o ressentimento do passado para só curar de futuro do país, que a ele, como a todos os que não veem remédio a nossos males sem um abalo geral, se afigura aterrador, ou, pelo menos, pouco lisonjeiro.

Mais do que estas boas disposições dos dignos opositores significam alguns projetos ultimamente apresentados. Bem sei que, não sendo medidas concertadas com o gabinete, e apuradas pela sua experiência, valem pelos desejos que exprimem, pelas convicções que manifestam, pelo estímulo que dirigem aos que



mais podem, mas não têm probabilidade de feliz sucesso. Mas já não é pouco; e essa sofreguidão, permitam-me o termo, é fiadora de que as vozes do trono e do país serão ouvidas pelos seus representantes.

Os projetos a que me refiro são: um que apresentou o novíssimo Senador Jobim, e dois apresentados cumulativamente pelos Deputados Paula Cândido e J. J. de Oliveira, que a respeito de melhoramentos materiais andam agora, ao que parece, unidos como Pilades e Orestes (e Deus assim os conserve). O primeiro projeto tem por fim a criação de um Conselho de Instrução Pública na Corte; dos outros, um propõe a construção de uma estrada de ferro entre a capital do Império e a cidade de Mato Grosso, passando por Minas Gerais e Goiás; e outro cria um Conselho Superior de Agricultura na Corte, e comícios filiais nas cidades e vilas mais importantes.

A tal estrada de ferro tem, por ora, pouco mais possibilidade do que uma que quiséssemos construir para a Lua; mas é um pensamento grande, que poderá dar filhos que mais se sujeitem às condições atuais do nosso solo e recursos. As ideias consignadas nos outros projetos são decerto aproveitáveis, e seu objeto corresponde a uma das necessidades mais urgentes da nossa lavoura – instrução e auxílio.

Caminhemos nesse rumo, que, além de ser o voto e a necessidade do país, não se estendem a esses assuntos as atuais dissensões políticas. Criemos trabalho para o nosso povo, honremos as artes úteis, que os empregos públicos já não bastam. É preciso destruir a convicção, em que muitos estão, de que o dinheiro que se recebe de um trabalho honesto deixa de ser honroso, é um salário humilhante, porque não sai dos cofres do Estado.

Os trabalhos destinados a levar água a todos os cantos das ruas desta cidade, por outros tantos ramais que derivam do extenso encanamento de Maracanã, progridem com a rapidez que distingue





todas as obras dirigidas pelo incansável engenheiro Tenente-Coronel Frias e Vasconcelos. Esses condutos de derivação já estão concluídos no Largo do Rocio, e nas ruas que lhe são paralelas, até a altura do Teatro de São Pedro de Alcântara.

O engenheiro, para facilitar os trabalhos, evitando o depósito do material e instrumentos em um ponto fixo, que faria perder muito tempo em transportes, e o poria à mercê dos particulares, não sendo possível construir vários telheiros para esse fim, teve a feliz ideia de empregar umas barracas volantes, que concordam exatamente com a descrição que li em um romance, das vinhas, ou barracas de guerra com que os antigos se aproximavam dos castelos nos ataques contra estes dirigidos, e dentro das quais também montavam os seus aríetes e outras máquinas de demolição. São barracas de madeira com teto a duas águas, assentadas por meio de dois travessões de ferro sobre quatro rodas, das quais são aqueles eixos fixos.

Tem havido pela imprensa uma polêmica que me parece pueril da parte daqueles que censuram o tenente-coronel por se atribuir exclusivamente a glória destes trabalhos, e que a pretendem reverter também exclusivamente para outros e para o Sr. Ministro do Império. Que o atual ministro é digno de louvor pelo zelo com que se tem interessado por este e outros melhoramentos da cidade a cargo do Coronel Frias é fora de dúvida; mas que o mérito da execução de obras tão importantes pertence exclusivamente ao engenheiro, de balde se procurará desconhecê-lo. O engenheiro tem encontrado da parte de S. Exa. toda a boa vontade, inteira convicção das vantagens de uma obra tão grandiosa como o encanamento das águas de Maracanã, que, para assim dizer, vem colocar um chafariz junto à porta de cada cidadão; mas a perícia com que esses trabalhos se têm feito, as fadigas que tem suportado o engenheiro, a quem não assusta nem o sol, nem a chuva, para corresponder à confiança do governo, e ao anelo de uma cidade

inteira; tudo isso nada vale aos olhos dos apaixonados antagonistas do Tenente-Coronel Frias?

O que é de Deus a Deus, o que é de César a César. Louve-se ao governo, que o merece, como mereceram pelo mesmo motivo os seus predecessores, mas não se venha desgostar ao ativo engenheiro no momento em que ele multiplica esforços para satisfazer os desejos do governo, que quer este ano solenizar, por um modo tão útil e popular, o aniversário da Independência do Império, para satisfazer os desejos da população, que não admite mais demora do que essa já anunciada.

Em dias do mês próximo, como terá visto anunciado por este *Jornal*, gozarão aqueles dos habitantes desta cidade que puderem e quiserem ir ao lugar do espetáculo um divertimento que se fará no Prado Fluminense, e que consiste em três diferentes corridas de cavalos.

Os cavalos até hoje inscritos para a corrida do primeiro páreo são do Cabo e pertencem:

Esperança, ao Ministro inglês James Hudson.

Sam Sly, ao Dr. Antônio da Costa.

Gil Blas, a D. Stevenson.

Loteria, ao negociante Cândido Ferreira.

Antrim, a Luís R. de Souza Rezende.

A entrada para este páreo é de 50\$, e o prêmio consiste num vaso de prata do valor de 200\$, que ao vencedor oferecerão os empresários do Prado.

A segunda e terceira corrida serão de cavalos do país.

O preço da entrada é o mesmo fixado para a primeira; os prêmios, porém, são diversos, e ambos de 100\$. Já estão inscritos para a segunda corrida 8 cavalos, e para a terceira 5.

Eu, que bem sabe tive sempre presunção de destro cavaleiro, e que gosto de amansar com as minhas chilenas certos animais

bravios, quando estou em terreno próprio, e sinto-me disposto para esses exercícios, que são úteis ao corpo, e de que muito depende o futuro da raça cavalar em nosso país, tinha mandado vir de Inglaterra um dos mais afamados *racers* para ir correr o páreo, não duvidando dar o mesmo preço por que outrora se vendeu o célebre corredor *Eclipse*. Mas como é mais que certo que não chegará no vapor de junho, pretendo ser mero espectador, montado no mais barato lazarento que por aí encontrar; porque ou César ou João Fernandes.

Nos meus apontamentos da semana acho, em seguida à notícia das corridas, a dos últimos despachos do Tesouro. Com toda a cordura peço desculpa para esta transição involuntária. Pode a alguns interessar a seguinte estatística:

Foram por decreto de 10 do corrente aposentados três empregados do Tesouro e inscritos na folha, pela primeira vez ou como efetivos, mais 86, a saber: nove primeiros escriturários; seis segundos; 21 terceiros; 23 quartos; 23 quintos; dois ajudantes do escrivão da primeira pagadoria; um segundo escriturário, e um amanuense, despachados para o consulado.

Estes algarismos têm ainda a seguinte explicação: Foram a concurso 60, dos quais sete ficaram mamados. Não entraram em concurso e já praticavam no Tesouro seis, dos quais três ficaram mamados, e um foi aposentado. Eram já empregados no Tesouro 13, dos quais dois passaram para a segunda linha, a dos aposentados.

Total: despachados 86; aposentados três; mamados 59.

Ainda está para aparecer uma lista de graças honoríficas, ou como estas lucrativas, que não seja objeto de censuras e de queixas. De uma e outra coisa tenho ouvido a respeito destas nomeações do nobre Ministro da Fazenda. Sejam ou não fundadas, exame em que me não quero meter, porque cada um trate de si, que só Deus cura de todos, o que tenho por incontestável é que as intenções de S. Exa. foram as mais puras, e que com consciência não cometeu nenhuma injustiça, nem absoluta, nem relativa.



Acha-se nesta Corte o nosso esperançoso patricio F. A. de Varnhagen, que, depois de servir muitos anos na legação brasileira de Lisboa, passou para a de Madri, da qual se ausentou com licença, para vir a esta Corte, dizem que para apresentar o resultado do estudo e diligências de que o encarregara há tempos o governo imperial, acerca da história da América, e particularmente do Brasil.

Fui obsequiado com dois volumes em oitavo, produto de suas lucubrações, cujo título basta para recomendá-lo a todos os nossos literatos, e particularmente aos que veneram as obras e a história dos seus compatriotas ilustres. O título da obra com que modestamente o Sr. Varnhagen acaba de enriquecer e ilustrar as letras brasileira denomina-se *Florilégio da Poesia Brasileira*. É uma coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos, acompanhada das biografias de muitos deles, e precedida de um interessante e bem-escrito ensaio sobre as letras no Brasil.

Não menos de 14 portugueses desistiram das passagens que já tinham pago, e deixaram de ir no *Teviot*, por causa das cavalarias que lá em Portugal anda fazendo o Marechal Saldanha. Também só para ver as suas correrias não é preciso lá ir; vê-se em papel por 400 rs., como o indica o anúncio hoje publicado nesta folha.

A rapidez com que o *Teviot* se aviou para fazer-se na volta da Europa é digna de ser notada como exemplo edificante, e para render-se justiça às autoridades fiscais do nosso porto. Entrou no dia 9, às 10 horas da manhã: foi para o seu fundeadouro da Ilha das Enxadas, descarregou a bagagem de todos os seus passageiros, o dinheiro e a carga que conduzia, deu entrada na Alfândega e no consulado, recebeu carga, despachou por aquelas duas repartições, e ao anoitecer do dia 11 tinha metido a bordo 540 toneladas de carvão. Satanás não é capaz de esfregar mais depressa um olho, a julgar pelo que se conta de sua agilidade.

Tenho de pedir mil perdões ao meu simpático F. J. Fialho, que agora não me poderá negar que foi quem da outra vez me veio

tomar satisfações pelo que aventurei acerca da viúva do Sr. Barão de Monte Santo. À vista de autoridade que tem fé pública, que particularmente merece-me a maior estima e consideração, retiro as infelizes expressões que de novo aventurei por ocasião de falar dos candidatos à senatoria do Piauí. E, visto que está provado o meu caiporismo sempre que me meto a falar de pessoas daquela terrinha, prometo nunca mais cair em tal, sem ter documentos que nem mesmo o meu simpático F. J. Fialho tenha dúvida em reconhecer como fidedignos.

Não sou eu só que passo às vezes por contrariedades como essa que me opôs o chistoso Fialho. *O Jornal do Commercio* também às vezes é desmentido em seus vaticínios, bem que ninguém os faça com mais segurança. A discussão do voto de graças não começa segunda-feira na Câmara temporária; *primo*, porque os ministros estão presos no Senado com igual discussão; *secundo*, porque o debate da Sibéria talvez concorra para diminuir muito o calor do do Hindustão.

De uma linda e respeitável passageira do *Tay* recebeu-se a notícia que abaixo transcrevo, graças à bondade do *gentleman* que com ela, para esse fim, obsequiou-me:

Alto-mar, a bordo do vapor *Tay*, 8 de abril de 1851.

O *Tay* chegou a Pernambuco de noite, e lá demorou-se somente duas horas. Tivemos até à Madeira, que deixamos anteontem (6), uma viagem de rosas. Até Pernambuco, perdemos duas pessoas de febre, um moço passageiro e um dos criados do vapor; houve mais dois ou três doentes, mas escaparam. Causou-nos isto bastante medo, porque, apesar do segredo que quizeram guardar, nossa curiosidade conseguiu infelizmente descobri-lo.

O tempo não podia ser melhor do que tem sido. Convida a mais alguma coisa do que comer, conversar e passear. Por

isso tivemos um baile mascarado, cuja orquestra constou de uma gaita de foles e de um tambor; dois marinheiros tocavam modas inglesas e polcas, e por elas dançaram-se bem boas quadrilhas. O médico do navio apresentou-se no caráter de Robinson Crusóé, nome que Foe deu ao célebre marinheiro escocês Alexandre Selkirk, que depois de um naufrágio ficara abandonado por muitos anos na ilha de Juan Fernandez.

Estivemos em São Vicente 24 horas a receber carvão. É lugar muito miserável: uma grande parte dos habitantes andam como vieram à luz. Aí recebemos dois passageiros, além de uns marinheiros náufragos que vão para a Inglaterra.

Em Tenerife só nos demoramos uma hora. Recebemos mais companheiros de viagem, entre os quais Lord e Lady Eastner e sua comitiva. – A demora na Madeira foi de algumas horas. Pude ir à Igreja de N. Sra. do Monte. Para lá chegar é preciso subir-se uma imensa ladeira e isto a cavalo ou de palanquim. O palanquim é uma espécie de cadeirinha, isto é, um leito portátil, com fundo de tábuas, que serve de assento, e um varal por onde lhe pegam os dois carregadores: quem neles vai leva as pernas ridiculamente espichadas.

Subindo-se a cavalo, o sujeito que o aluga acompanha a pé o animal; se o cavaleiro mete a galope, lá vai o pobre ilhéu agarrado à cauda.

A igreja é bonita e belíssima a perspectiva que dali apresenta a cidade do Funchal e seus arrabaldes. Na volta, fomos ver a quinta de um inglês: que habitação romântica e *comfortable!* O dono faleceu há dois meses, e a família estava na cidade; mas os criados deixaram-nos ver a casa. A chácara é muito grande e guarnecida de um lindo e variadíssimo



jardim: o ar que aí respirei era tão puro e suave, que inspirando-o parecia-me beber nele a saúde.

Fomos também ao convento de Santa Clara ver o templo e os artefatos da indústria monástica. As freiras são bem falantes e desembaraçadas, e mostraram-se em dia com o que vai por este mundo: compramos-lhes flores de penas, que não são tão bonitas como as do Brasil, e obras de cera.

Não gostei da gente da Madeira; é pedinchona a ponto de incomodar e chamar sobre si antes o desprezo do que a caridade dos viajantes.

Os madeirenses são em geral feios, mas corados e corpulentos. As ruas da cidade são estreitas e calçadas de pedras miúdas.

Lá recebemos mais 27 passageiros e três passageiras, entre as quais uma velha princesa russa que se destina a Lisboa. Dir-se-ia que este é o pacote dos aristocratas: da Bahia para Pernambuco fomos honrados pelos Visconde e Viscondessa de Abrantes; em Tenerife recebemos Lord e Lady Eastner; finalmente na Madeira tivemos a fortuna de ver entrar para a sociedade do *Tay* aquela vetusta personagem.

Já somos 160 a 170 passageiros, e não chegam os camarotes. O capitão cedeu o seu a Lord e Lady Eastner; e a criada grave desta dorme no salão. O doutor cedeu também o seu (por dez libras esterlinas) à velha princesa. Por toda a parte vê-se gente deitada: felizmente amanhã ficaremos livres de metade em Lisboa.

Ia-me esquecendo gabar-lhe a boa vista que Tenerife oferece a quem a observa do mar: algumas pessoas que desembarcaram acharam a cidade asseada e bonita.

Anteontem à noite, e ontem todo o dia, sofremos muito vento e mar. Todos tiveram repetição de enjoo, e nada



parava em seu lugar: as ondas chegaram até ao convés, e o que nos valeu foi ser a nosso favor o temporal.

– Abril 9 – Estamos à vista de Lisboa; daqui a uma hora entraremos. Os que aqui ficam estão muito satisfeitos; satisfação que não partilhamos eu e outros, porque temos ainda alguns dias de viagem.

O tal Lord aí está beijando a mulher à vista de todo o *Tay*. Supunha eu que os carrancudos dos ingleses não tinham destes excessos amorosos... Mas agora me lembro que estão casados há seis meses e que a senhora está de esperanças (*in an interesting situation*); e se essas explosões de afeto são algumas vezes desculpáveis, as circunstâncias de Lord e Lady Eastner são decerto assaz atenuantes.

Foram-se para o mundo da verdade *verdadeira*:

Em 10 de maio – 23 pessoas, das quais três de febre amarela;
Em 11 de maio – 28 pessoas, das quais três de febre amarela;
Em 12 de maio – 32 pessoas, das quais quatro de febre amarela;
Em 13 de maio – 22 pessoas, das quais cinco de febre amarela;
Em 14 de maio – 26 pessoas, das quais dois de febre amarela;
Em 15 de maio – 23 pessoas, das quais três de febre amarela.

Jornal do Commercio de 18/05/1851

Corte, 24 de maio de 1851.

Se esta crônica semanal fosse datada do Rio Grande do Norte, posto que escrita nesta boa cidade do Rio de Janeiro, em uma casa sem número e numa rua desconhecida, haveria nisso toda a propriedade, e até quer me parecer que pela primeira vez me acharia com algum espírito. Desde segunda-feira que não ouço falar senão nessa porçãozinha do nosso Brasil, no parlamento, nos teatros, nas reuniões particulares e até nas casas de – deve e há de haver.

Foi decerto uma semana laboriosa e animada. O movimento, a agitação, o interesse dramático reinaram em toda a parte. As lutas estrugidoras da tribuna prolongaram seus ecos em todos os círculos, em todos os divertimentos da noite. A política preocupava todos os espíritos, era convidada para todos os bailes e figurava na contradança, no *whist* ou no *écarté*, no chá e na ceia, onde a questão do Rio Grande do Norte se achava naturalmente em discussão.

Resumir-lhe o que se disse nas duas Câmaras no mesmo sentido, bem que sobre temas diversos, é empresa superior às minhas forças. Não conheço petipé capaz de reduzir às proporções de um artigo de jornal as babilônias de palavras que se construíram nas duas Câmaras *parlamentar*. É obra de nunca acabar a leitura desses discursos monstros que estão em voga no Rio de Janeiro. E também, se lhes quisesse tirar todos os ornamentos, não ficaria senão um corpo mirrado ou hediondo.



Estou com esta pobre cabeça tão cheia de nomes próprios e geográficos do Rio Grande do Norte que nem sei como hoje deitaria fora esta minha oficiosa tarefa. Ao enorme e bravio tamanduá do Norte se uniu um outro lá da terra em que tiveram origem, que como aquele ainda continua a berrar, morder e saltar, sob os aguçadíssimos agulhões dos Srs. Melo Franco e Firmino, Firmino e Melo Franco, cada um tendo por sua vez a prioridade no ataque.

Os inconvenientes destas intermináveis e calorosíssimas discussões são evidentes; as vantagens se não são negativas são tão sutis que a minha pinça analítica não pode segurá-las. Está me parecendo (já estou quase convertido ao ilustrado ceticismo do Sr. Limpo de Abreu) que se os dois representantes do Rio Grande do Norte empregassem um vigésimo do mesmo patriotismo e outro tanto de suas reconhecidas luzes em mostrar a necessidade de aproveitar as abundantes salinas que possui aquela província, animando e aperfeiçoando nela a indústria do sal, prestariam mais relevante serviço ao gigante da América do Sul, e em particular àquele de seus nervosos membros. Em seus discursos pode haver muito sal, não duvido mesmo crer que estão muito salgados, mas as salinas de Assu podem dar produtos muito mais saudáveis e preciosos.

Como que já ouço algum dos ilustres campeões exprobar-me com escárnio que lhes quero ensinar coisas que eles sabem melhor do que eu. Mas parodiarei o dito de Platão a Dion de Siracusa, quando dava-lhe salutaríssimos conselhos contra a sua ambição, a de Teodoto e a de Heráclito que ameaçavam arrastar Siracusa para a sua ruína: “Não se admirem, porque entre os antigos até as crianças animavam nos teatros aqueles atletas pelos quais se interessavam.” A paixão cega, e nesse estado um lince pode ver muito menos do que um míope.

De toda essa violentíssima escaramuça pelo Apodi, Angicos, Touros, Imperatriz, Maioridade, Macau, etc., o que há de resultar





senão muita poeira, fadiga e paixões? Quem pode meter o dente nesses intrincadíssimos enredos de localidades, quem é mais que ouve ou lê uma oração de duas e três horas sobre o Rio do Peixe, e os peixes do rio, sobre os Pegos e pegados, etc.?

É por estas longas e sedições recriminações com que as nossas Câmaras ocupam inutilmente a melhor e a maior parte do seu tempo, que, como bem pondera Michel Chevalier, vai esfriando o entusiasmo que outrora excitava o sistema representativo. A opinião de Montesquieu, de que é esse sistema a mais sublime invenção do espírito humano, vai achando céuticos e até contraditores em grande número. E donde pode provir esta reação deplorável senão de cenas como as que se passaram esta semana nas nossas duas Câmaras?

Se eu disser que as nossas Câmaras legislativas, de anos a esta parte, têm desmoralizado o país, parece que não direi nenhuma inépcia, nenhuma falsidade. A facilidade e sem-cerimônia com que os augustos e digníssimos se reciprocam nos mais picantes doestos, nas mais graves increpações, têm passado das Câmaras para todas as sociedades deliberantes, para todas as discussões privadas. Não tenho lá muita queda para o duelo, mas é para mim incontestável que essa instituição dos tempos cavaleirosos, se, como tudo mais não tivesse entre nós caído no ridículo, seria o único freio a opor à sem-cerimônia parlamentar. Um deputado, e às vezes um ou outro senador, julga-se com direito de deprimir a qualquer que lhe incorre nas iras, com a mesma razão que alguns senhores, por suspeitas infundadas ou assomos de mau humor, muitas vezes zurzem desapiedadamente os seus escravos. Eles próprios dizem-se uns aos outros daquelas de tirar honra e reputação; mas uma vez que o façam “parlamentarmente”, ou se reservem o direito de “retirar a expressão”, é matuto o que se arrepia com a graça, o ofensor é um Catão, e o paciente é um Júlio César. Mas, se como Licurgo algum recebesse uma bastonada que lhe

ferisse um olho, o nosso Camões não ficaria emendado para todos os dias de sua vida?

O duelo é contrário às leis humanas e divinas, ninguém lhe tem mais aversão do que eu, apesar de que em força de ânimo peço meças a qualquer, e em força muscular nem o célebre cretoniense me ganharia. Mas se as coisas continuarem como se passaram na quarta-feira, se os nossos augustos e digníssimos continuarem em baratear a reputação dos que não têm a honra de um assento entre eles, não vejo outro remédio que recorrer à homeopatia do duelo; e cá pelo meu voto, há de ser duelo à japonesa.

Se não mentem as tradições, as questões de honra se decidem no Japão de um modo *sui generis*, com o maior sangue-frio que é possível. Se o ofendido é um nobre ou grande da Corte, ele se vai colocar no lugar por onde tem de passar o rei, e no momento em que o monarca lhe põe os olhos em cima, apunhala-se no ventre. Este exemplo é ordinariamente seguido pelo agressor, que no caso contrário ficaria para sempre desonrado. Nas classes menos distintas, a ação passa-se semelhantemente, mas somente em presença dos pais e dos amigos.

Se os Catões do nosso parlamento não tomarem emenda, vamos adotar um duelo à semelhança do japônico; não serei eu quem há de recuar, apesar dos meus atributos hercúleos. Atacou-me: meta a faca na barriga que eu cá farei outro tanto. Destas refregas ninguém sai muito airoso, e assim é melhor que ambos, ofensor e ofendido, compareçam logo perante o tribunal da justiça divina.

Se do torneio parlamentar a que me refiro se tirasse também a sua parte edificativa, o exemplo seria menos nocivo. Mas é que o maior número dos espectadores só atendem ao escândalo, e com ele se entretêm e divertem. Não veem, por exemplo, no procedimento do Sr. D. Manoel senão a violência com que acometeu a um membro de Poder Executivo, o ridículo com que pretendeu cobrir

um dos seus delegados, e daí não tiram senão mais um incentivo para o seu desenfreamento. Entretanto, essa tempestuosa discussão, bem que deplorável, vista por uma das suas faces, apresenta um quadro bem digno de ser moralizado e aplaudido.

No agressor vê-se o sentimento do dever, e receio de parecer insensível egoísta aos olhos dos que há pouco lhe conferiram uma das honras populares mais cobiçadas, elevadas a um grau tão exagerado, que o fazem romper por conveniências políticas e ferir profundamente a um dos seus correligionários mais distintos. No ofendido, e nos defensores, vejo os mais brilhantes rasgos de generosidade, de lealdade política, o mais feliz esforço de inteligência e de raciocínio. Sendo tão usuais entre nós as mesquinhas rivalidades entre os chefes das parcialidades políticas, extasiei-me ao ler as habilíssimas e igualmente nobres defesas que proferiram os Srs. Honório e Limpo de Abreu. Sabem do quanto em política são audazes e venenosos o ódio, a inveja e a malevolência; aplaudi o triunfo que contra os seus apaixonados e mal-informados acusadores obteve o Ministro da Justiça, que se merece ser escolhido como primeiro alvo pelos seus adversários, não deu o mais leve motivo para os golpes que lhe foram desfechados por um seu aliado, golpes que resvalaram sobre o escudo da valente dialética dos Srs. Honório e Limpo de Abreu, e foram também repelidos pelo cavalheirismo do Sr. Rodrigues Tôrres. Só os que não têm sido vítimas do dente envenenado de algum caluniador, não saberão apreciar o triunfo do ministro contra as paixões de que seu acusador foi um órgão inocente, e tanto mais perigoso quanto mais notável é a violência de seus sentimentos, maiores os recursos de que dispõe e mais elevado o conceito de que goza.

O Sr. Montezuma pela primeira vez pronunciou-se ontem no Senado sobre uma questão política, a do voto de graças, cujo campo não pode ser mais vasto, graças aos nossos estilos parlamentares. Dizem-me que faltou em sentido ministerial; e que

principalmente nos atos e questões pendentes de política externa combateu vitoriosamente, com a superioridade de seu talento e sua aprofundada lição da história, as opiniões emitidas pelo Sr. Holanda Cavalcanti.

Ou não compreendi este último orador, ou seu patriotismo o arrastou a mais de uma injustiça e a mais de uma contradição. Alcunha de fraca a política seguida pelo gabinete imperial para com a Inglaterra, vai mesmo ao ponto de nos declarar humilhados por essa nação; no entanto, censura com a mesma energia o governo imperial porque não se apadrinhou com a própria Inglaterra (que o tem humilhado) na desinteligência que há pouco cessara entre o Brasil e a França!

A questão Sentis terminou de um modo que, se não é honroso, como supomos, para ambas as nações, não é decerto vergonhoso para o Brasil. Não sei, pois, como há quem enxergue nesse ato de sar para nós, mesmo admitindo que a política enérgica seguida para com Oribe e Rosas seja um grande destempero do Sr. Paulino José Soares de Souza e dos que com ele são solidários. O que a exigência da França pudesse ter de sensível para nós foi desvanecido pela apreciação moral que o nosso ministro deu à exigida salva, e pelas declarações do representante francês. Mas o nobre senador a quem me refiro como que quis prestar ao Sr. de Saint Georges o mais valioso argumento que ele poderá apresentar aos seus compatriotas, que não fizeram justiça às boas intenções com que procedeu nesta questão, na qualidade de representante de uma nação forte, e cujos interesses devem aconselhar-lhe a mais estreita aliança com o Brasil. Convencido de que o Sr. de Saint Georges prestou um serviço ao seu país e ao Brasil, por este lado estimo as censuras do nobre senador por Pernambuco: é uma opinião de que o ministro francês se pode aproveitar, sendo-lhe preciso, para dar ao desfecho da questão Sentis um valor diverso do que ele tem.

As vistas da Inglaterra sobre o Novo Mundo se manifestam bem evidentemente em sua repentina conciliação com Rosas,

no seu procedimento para com os Estados centro-americanos e à vista da influência que procura fundar nas costas do Pacífico. Esta nação, que assim procede, que não há muito, então de mãos dadas com a França, fugiu do nosso concurso para a pacificação dos beligerantes do Rio da Prata, é a mesma que alguns entendem que deveríamos ir buscar para mediadora em nossas contestações com Oribe e Rosas. Custa a crer!

Não menos extraordinária é a opinião que o nobre senador, o Sr. Holanda Cavalcanti, emitiu acerca da importante questão do Rio da Prata.

As espoliações e atrocidades de que têm sido vítimas os proprietários brasileiros da banda oriental não merecem que nos exponhamos à eventualidade de uma guerra com Oribe, porque esses brasileiros, residindo fora do país, não têm contribuído para nossas despesas, nem para a sustentação da ordem pública dentro do Império. É difícil conciliar uma tal indiferença para com a propriedade e a vida de tantos brasileiros, com a suscetibilidade de que o nobre senador deu prova a respeito da questão Sentis, chegando ao ponto de achar uma circunstância agravante do desastrado desfecho em ter lugar a sua execução na província de Pernambuco, onde tivera lugar o conflito que lhe deu causa.

A Inglaterra é capaz de provocar uma guerra por causa do menos conceituado de seus súditos; o Brasil deve fechar os olhos aos insultos, às depredações e aos assassinatos que Rosas e Oribe têm praticado contra numerosos brasileiros, para evitar os maus efeitos de uma guerra!

A Inglaterra, quando se viu em embaraços por causa do celebrado negócio de D. Pacífico, cedeu às exigências altivas da França, para não recuar perante o governo helênico e seus protetores do Norte. O Brasil em luta com Rosas e Oribe por uma questão de honra nacional, e que implica a segurança de suas fronteiras e altos interesses para si e para todo o mundo civilizado, o Brasil, nestas

circunstâncias, devia desafiar também contra si a Inglaterra, por uma questão, aliás, de dever e de reconhecido interesse para ele, e a França por um ato de alguns empregados subalternos, que aliás foi logo reprovado pelo governo imperial!

Depois das cenas parlamentares, o fato mais importante da semana foi um divertido e brilhante serão em casa do Sr. Dr. João Manoel Pereira da Silva, deputado por esta província. A reunião não se ressentiu do espírito político do dono da casa, porque lá encontraram-se, como em território neutro, representantes de diversas classes da sociedade fluminense, e indivíduos de todas as nossas espécies políticas, cujos gêneros principais são, como sabe, o Saquarema e o Luzia.

A afabilidade e alegria do doutor e de sua senhora penhoraram a todos os seus hóspedes e sustentaram até alta noite sempre animada e brilhante a reunião. O belo sexo, confiando mais, como o pedia o caráter da festa, em seus encantos naturais do que nas pedrarias e suntuosas galas, apresentou-se sem artifício, com toda a graça que distingue as fluminenses, constituindo a mais linda galeria de flores. Não sairei desta generalidade, falando das belas, já porque fora rematada indiscrição o contrário, já porque lembro-me do seguinte apólogo:

Certo pregador, voltando-se para a porção feminina do seu auditório, anunciou que ia designar, atirando-lhe o seu breviário na cabeça, a mulher a mais desvanecida das que se achavam presentes; mal tinha soado a ameaça, todas as circunstâncias abaixaram a cabeça com medo da pancada do breviário, confessando cada uma delas, pela ingenuidade deste primeiro movimento, que tinham algum título à palma da vaidade. A respeito de graça e beleza, o sentimento do belo sexo é idêntico, e por isso nunca cairei no crime imperdoável de distingui-las; a minha regra, e daquele a quem devo esta agradável notícia, é achar todas engraçadas, gentis e bonitas.

Na reunião de um parlamentar tão estimável e proeminente os poderes Executivo e Legislativo não podiam deixar de ser largamente contemplados. Lá se acharam os ministros da Guerra, dos Estrangeiros, da Justiça e do Império, muitos senadores e deputados. Previdente e experimentado como é o Dr. Pereira da Silva, não era possível que deixasse de proporcionar algum lugar para os comentários da discussão do Rio Grande do Norte. Um gabinete assaz *confortable* e pouco acessível ao mundo dançante atraiu a si a fração ministerial do ministério, e alguns de seus amigos mais íntimos, que lá se conservaram horas inteiras discutindo e logrando bons sorvetes que o dono da casa ou o seu mordomo *exofficio* para lá mandavam a miúdo como cautela contra as combustões espontâneas que têm aparecido, a despeito de uma temperatura de 65 graus.

O *post-scriptum* do *Correio da Tarde*, que chegou muito a propósito num dos intervalos da cantoria e dança, deu lugar aos mais picantes epigramas do deputado A.***, e às mais judiciosas reflexões daquele brigadeiro que conta a engraçada história dos Anselmos.

Recebi uma carta misteriosa, e escrita por mãos de anéis, em papel cor de esperança, e resguardada por quadruplicado invólucro, que tangeu todas as cordas já enfraquecidas deste desengano do coração, mas à qual não posso corresponder, já pelo mistério que temo aprofundar, já porque hoje, mais do que nunca, falta-me o espírito aventureiro e cavalheiroso. É uma cândida inocência que se queixa de flagícios e desterro, por uma paixão desinteressada e honesta a que seu coração não sabe resistir, e invoca em seu auxílio o meu cavalheirismo. Se a publicidade destas linhas não tiver alguma virtude que desconheço, não posso fazer mais a favor da minha desconhecida Madalena que pedir a Deus que abrande a austeridade de seu perseguidor.

O divertimento das corridas de que falei na minha última carta, creio que será muito agradável e concorrido. Novas inscrições

se têm feito e continuam a fazer-se. Os empresários têm tomado todas as necessárias precauções para que os espectadores possam gozar do espetáculo, ainda bem pouco visto e apreciado entre nós. Há um extenso palanque e camarotes para os assistentes, e casa de pasto para os que lá quiserem passar o dia, como é do bom gosto, e por acaso não contarem, como eu conto, com a caridade de algum amigo.

Ouvi dizer que SS. MM. se dignam de ir presenciar o divertimento, e que para esse fim lá se está construindo um camarim. A esperada concorrência dos augustos imperantes me anima a rogar a quem de direito for que olhe para os dois caminhos que conduzem ao Prado Fluminense, que se acham no mais deplorável estado. O que vai direito ao portão, e que ofereceria um lindo passeio, acha-se inteiramente intransitável desde o ponto de uma chácara pertencente à Sra. Condessa de Sarapuí até à chácara do Sr. Carneiro. O segundo caminho, que é o do Pedregulho, quem o quiser atravessar de carro ou a cavalo, se tiver bom senso, deve antes fazer o seu testamento. Entretanto, o espetáculo está marcado para o dia 13 do mês próximo. Esqueceu-me da vez passada noticiar-lhe que os Srs. Leopoldo e Ferreira estão felizmente livres do incômodo com que os ameaçava o processo a que responderam.

A real companhia britânica dos paquetes de vapor, segundo me informam, pretendia obter do seu governo o encurtar o prazo das partidas de Southampton, reduzindo de um mês, como é agora, a três semanas. Se esta medida for levada a efeito, como é muito de desejar, fica prejudicada a que propusera o *Jornal do Commercio* para que possamos ter sempre respostas pelo primeiro vapor que se seguir ao recebimento da correspondência do Rio de Janeiro.

Acrescente-se que os agentes da companhia nesta Corte, calculando à boa concorrência de passageiros nos meses de março, abril e maio, pretendem propor para Londres que se empreguem na linha do Brasil quatro novos vapores que para esse tempo estarão prontos.

O vapor *Esk* continua a ser objeto de vivas queixas, porque, além de não ter boa marcha, é de maus cômodos, e de péssimo tratamento. Faz o mais sensível contraste com os vapores transatlânticos. É impossível que a companhia não atenda a tão justos clamores, no que vai também o seu próprio interesse.

No domingo, 18 do corrente, celebrou-se na Igreja de São Francisco de Paula uma missa pela alma do alferes de fuzileiros Cândido Benjamim Lins de Vasconcelos, que falecera quase repentinamente de um tétano espontâneo. Foi um ato cuja narração tocou-me vivamente.

Quatro ou seis jovens oficiais, camaradas e amigos do finado, cotizaram-se para tributar esse último, simples, modesto, mas louvável ofício de religião e de amizade à memória de um companheiro de armas que extremosamente amavam, e que baixou à sepultura rodeado da estima e consideração de seus superiores, da afeição de todos os que o conheceram.

No centro da igreja elevava-se uma pequena eça decente, mas destituída de todo o aparato de ostentação. Em uma de suas extremidades via-se estendida a bandeira do Batalhão de Fuzileiros e penderes sobre esta as vestes militares do finado.

Uma banda de música militar tocou uma marcha fúnebre durante o ato religioso, em que todos os assistentes mostraram o mais simpático recolhimento.

Estiveram presentes quase todos os condiscípulos do alferes Lins, alguns dos seus lentes, vários oficiais e o comandante do Batalhão de Fuzileiros, o Comandante do Corpo de Engenheiros, o Comandante das Armas e dois dos seus ajudantes de ordens.

A mortalidade desta semana foi:

Em 17 de maio – 28 óbitos, dos quais três de febre amarela;

Em 18 de maio – 26 óbitos, dos quais um de febre amarela;

Em 19 de maio – 29 óbitos, dos quais quatro de febre amarela;

Em 20 de maio – 38 óbitos, dos quais três de febre amarela;
Em 21 de maio – 31 óbitos, dos quais quatro de febre amarela;
Em 22 de maio – 23 óbitos, dos quais três de febre amarela;
Em 23 de maio – 20 óbitos, dos quais cinco de febre amarela.

Jornal do Commercio de 25/05/1851

Corte, 31 de maio de 1851.

Se, como disse o nobre deputado o Sr. Aprígio, o homem político, por ser propriedade pública, pode ser discutido até fisicamente, creio que com mais fundado direito, com mais conveniência e *à propos*, poderei hoje começar por dar-lhe uma ligeira ideia do físico do Rio de Janeiro. Apesar do profundo respeito que tributo aos meus digníssimos representantes, importa-me mais o físico desta cidade do que o de qualquer de SS. Exa., ainda mesmo que seja algum dos “leões”.

Não pode mais haver dúvida sobre a revolução climatológica por que acabamos de passar. Assinalei-lhe em tempo o seu primeiro fenômeno, o reaparecimento das trovoadas e aguaceiros nos meses de verão; agora devo noticiar-lhe que o consumo dos cobertores de lã vai todos os dias a mais, para resistir a um frio que mesmo durante o dia tem chegado a 65 graus, temperatura do frio mais intenso que já se sentiu no Rio de Janeiro. Se este rigoroso inverno não fosse tão sujeito aos saltos do Capricórnio, que o faz passar, sem dizer-nos – tir-te nem guar-te –, de 65 para 75 e mais graus, se sobretudo fosse mais enxuto, com todos os encantos da cidade imperial, gozaríamos este ano a mais deliciosa e saudável das estações. Mas esta inconstância do tempo, que, segundo a experiência de certo *dandy* infeliz, afeta sobremaneira o caráter das belas e gentis fluminenses, além das moléstias de coração que daqui se derivam, expõe-nos a saúde a frequentes vicissitudes, que é

uma grande fortuna quando não passam do clássico defluxo. Para que em tudo macaqueemos os travessos e versatibilíssimos franceses, a gripe, que em março e abril enrouqueceu as mais afinadas gargantas de Paris, e fez intumescer e obstruir os seus narizes mais aquilinos, a gripe também cá está às voltas com os nossos órgãos nasais e guturais, bem que ao atravessar o Atlântico perdesse o seu caráter febril. Só Deus sabe quanto este seu humilde servo e mais dois que o ajudam nesta tarefa foram acometidos pela bichinha parisiense: eu, que tinha uma excelente voz de tiple, estou baixo profundo; eles, que eram primorosos barítonos, estão que nem um rabeção os ganha; trabalhar em tal estado é literalmente um louvar a Deus de gatinhas: o leitor nos perdoe se desta vez nos achar mais sensaborões, porque deve saber o que é um cérebro endefluxado; se hoje quiser conversar conosco há de sujeitar-se a todas as reticências e episódios de uma furiosa gripe.

E coisa notável! Os augustos e digníssimos parladores, a despeito da inocente praga que lhes roguei, não têm tido o mais leve embaraço na laringe. Não há exemplo, diz-me o meu amigo o Sr. Monteiro, uma das fênix da taquigrafia fluminense (e que conserva com o maior desvelo todas as tradições do falecido Camilo), não há exemplo nos anais do nosso parlamento de uma sessão que começasse com tão prodigiosa loquacidade. As bastas colunas do *Jornal do Commercio* não chegam para dar vazão a essa infinidade de discursos de uma, duas e três horas. Na segunda-feira passada, deu-nos esta folha uma prova de admirável esforço tipográfico. A número desse dia, que consta de oito páginas ou 48 colunas de letra minúscula, corresponde sem exageração a um volume in-oitavo francês, e no tipo das nossas coleções de leis. Ora, leiam lá um grosso volume por dia (porque há quase diariamente gazeta e suplemento à gazeta) de discursos sobre a freguesia das Abóboras e o subdelegado Fulano dos Anzóis, para me servir desta expressão do correspondente do *Conciliador mineiro!* É preciso estar vadio,

ou ser empregado público, que, não para mim, mas para certos linguarazes, é uma e a mesma coisa, para andar em dia com todas as brilhaturas parlamentares.

Entretanto, pede a justiça que confessemos que, depois das escaramuças do Rio Grande do Norte, da aldeia dos Pegados e da freguesia do Rio do Peixe, depois que se retiraram da cena estes três horribilísimos tamanduás que iam convertendo o recinto parlamentar em um verdadeiro circo de gladiadores, a discussão tomou no Senado uma direção, senão nova, pouco seguida, e colocou-se numa altura a que nunca chegara.

O conselheiro Montezuma, para quem, como terá conhecido, tenho invencível queda, solenizou a sua, para assim dizer, ressurreição parlamentar com um discurso de duas sessões, que não é só notável pelo tamanho, senão também pelo precioso suco que dele destila. O nobre senador, o Sr. Holanda, creio que sem malícia (o que poucos querem admitir), comparou o talento do ilustre parlamentar ao de Erasmo, que fez o elogio da loucura; disse-lhe, em tom muito amigável, que ora sinapizava o ministério, ora aplicava-lhe uma cataplasma emoliente, e metia-lhe uma colher de lambedor pela boca. Sem contestar que o nobre senador pela Bahia seja capaz de elogiar os loucos, não descobri essas extravagâncias nem tergiversações no seu discurso, antes o achei coerente com as opiniões que pronunciara o ano passado na Câmara quadrienal, e dignas de um ministerial que não o é *quand même*, e que não julga o terreno de nossas relações exteriores o mais próprio atualmente para nele acometer-se o ministério. Sua opinião a respeito da grave questão do Prata carece de explicações da parte de S. Exa.; demorando muito pouco sobre esse assunto, aliás o de maior momento, entregou-se a interpretações muito desfavoráveis ao conhecimento que deve ter e tem de assunto tão grave para o Império, podendo-se inferir de suas palavras que a absorção de Montevidéu na ditadura do General Rosas seria coisa indiferente para o Brasil.

A questão do Prata, a repressão do tráfico, e os desaguisados com o ex-cônsul francês de Pernambuco, foram o objeto principal dos discursos do Ministro dos Negócios Estrangeiros e do seu defensor o Sr. Carneiro Leão. Como brasileiro, como americano, não posso deixar de recomendar a leitura desses dois discursos. A dignidade nacional, os interesses do Império, não podiam ser mais bem compreendidos e mais bem elucidados do que o foram por esses dois oradores. A questão do Rio da Prata em relação ao Brasil acha-se clara e precisamente resumida nesses dois discursos, que devem ser lidos e meditados por todos os nossos compatriotas.

Quereis saber os altos interesses que o Brasil tem comprometidos na luta do Rio da Prata, interesses que, quando não fosse a obrigação que nos corre de zelar a existência política da República do Uruguai, seriam por si sós mais que suficientes para que não ficássemos indiferentes e descuidados sobre o desenlace desse drama? Quereis saber os perigos que correria o Império se, mudos, impassíveis e inermes, deixássemos o ditador de Buenos Aires consumir a obra de sua inabalável ambição? Vê-lo-eis na seguinte passagem do discurso do Sr. Paulino José Soares de Souza, respondendo ao Sr. Conselheiro Montezuma. Nem todos terão tempo de ler o extenso discurso de S. Exa.; a ninguém causará fastio a reprodução de ideias que devemos todos burilar em nossas memórias:

Sr. presidente, sinto não poder deixar de contestar uma opinião emitida na discussão de ontem por um nobre senador pela província da Bahia. Disse o nobre senador: “O que nos importa que a Confederação Argentina absorva o Estado Oriental? O que temos com isso? Nada temos que recear; o poder de Rosas está aluído; não nos deve inspirar receio.”

O Sr. Montezuma:— Falei em tese.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: – O nobre senador falou em tese; eu também falarei em tese, e hipoteticamente.

Primeiramente, senhores, pela convenção de 27 de agosto de 1828 nós nos obrigamos, conjuntamente com a Confederação Argentina, a manter a independência do Estado Oriental.

O Sr. Batista de Oliveira: – Nada mais, e nada menos.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: – A independência do Estado Oriental foi uma concepção política de bastante alcance. Quando fizemos a guerra a Buenos Aires reclamávamos esse Estado como província Cisplatina para fazer parte do Império. Buenos Aires também o queria; foi decidida a questão, resolvendo-se que não pertencesse nem a um nem a outro, que ficasse independente e como Estado intermédio, o que tinha a vantagem de evitar o contato nas fronteiras de dois Estados mais poderosos. E na verdade, senhores, se as questões de fronteiras que temos tido com o Estado Oriental tivessem lugar com a Confederação Argentina, fique certo o nobre senador que há muito teria rompido a guerra. (*Apoiados.*) Portanto, não só devemos manter essa independência porque nos comprometemos a isso por um tratado, como também porque a nossa própria segurança e interesse o exigem.

Suponha o nobre senador, falo sempre em hipótese, suponha que o governador de Buenos Aires se apoderava do Estado Oriental; suponha que se apoderava do Paraguai; a Confederação Argentina, apesar do estado de debilidade em que a julga o nobre senador, pode pôr em pé um exército de 20 a 30.000 homens.

O Sr. Montezuma: – Eu não me referi à Confederação; considerei efêmero o poder de Rosas, não o da Confederação.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: – Pode tirar principalmente das províncias de Buenos Aires, Córdova,

Corrientes e Entre-Rios, e principalmente daí, 20 a 30.000 homens, e uma excelente cavalaria da província de Entre-Rios, que não tem superior. Apoderando-se também do Paraguai, poderia tirar dele uns 20.000 bons soldados, robustos, obedientes e sóbrios. Isto em países acostumados à guerra, que não têm os hábitos industriais e pacíficos que nós temos. Absorvidas as repúblicas do Uruguai e do Paraguai, que cobrem as nossas fronteiras na Confederação Argentina, ficariam abertas as nossas províncias de Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul. Ficaríamos assim muito seguros? E quem nos diz que não se nos viria então exigir a execução do tratado de 1777? Esse tratado caducou, ficou nulo com a guerra que rebentou em 1801 entre a Espanha e Portugal, porque é um princípio de direito público e das gentes que uma guerra superveniente entre dois Estados anula os tratados, entre eles existentes, que ainda não foram executados. É essa a base principal de todo o nosso direito político pelo que respeita a questões de fronteiras. O governador de Buenos Aires não o entende assim. Ora, aquele tratado nulo e caduco nos arrancaria uma extensa e importantíssima parte da província do Rio Grande do Sul, que sempre possuímos, e da qual atualmente estamos de posse. Por ele perderíamos uma parte importante da província de Mato Grosso, que compreende a sua capital, ficando a província e a navegação de seus rios completamente abertas. Deixaríamos nós, deixar-se-iam as populações dessas províncias, aventadas assim as questões de limites, separar para irem pertencer a uma nação com origem, língua e hábitos inteiramente diversos? Semelhantes questões de limites, que ainda não estão resolvidas, não tornariam inevitável uma guerra, com um vizinho que, absorvendo nacionalidades que temos reconhecido, teria aumentado extraordinariamente o seu poder e adquirido proporções gigantescas?

A oposição da Câmara temporária, e mesmo a do Senado no pouco que tem dito (não conto ainda o Sr. Holanda como membro da oposição), tem-se em geral mostrado moderada: mas por que razão seus ilustres membros, tão talentosos e ilustrados como são, não envidam antes seus esforços para dar força moral ao governo do Imperador no nobre empenho de guardar ileso todo território brasileiro, defender a vida e a propriedade de nossos irmãos e cumprir nossas obrigações internacionais? As leis da guerra parlamentar permitem que mesmo em negócios externos de tanta magnitude se hostilize o governo, que nem ao menos se guarde a posição de uma sincera neutralidade?

Não foi longo e penoso o nosso tirocínio na direção dos negócios do Prata? Que partido ou que ministério, antes e depois de 1843, quando a política de Rosas mais claramente se foi desenhando, deixou de pagar o tributo da inexperiência, da boa-fé e da timidez? Havia nenhuma outra solução a dar às exigências do tredo e feroz ditador? Era possível olhar de mais alto para a nossa posição geográfica e política na América do que o fez o Sr. Paulino José Soares de Souza? Seus adversários, colocados nas mesmas circunstâncias, se no mesmo espaço de tempo, graças à estabilidade que há três anos tem o governo do Brasil, tivessem aplicado do mesmo modo sua atenção e luzes ao estudo dessa emaranhada questão, não se teriam embicado pela mesma vereda?

A paz e só a paz! A paz deve seguramente ser o alfa e o ômega das nossas relações exteriores, é a condição indispensável de todo o progresso bem-entendido e estável. Mas a paz é sempre preferível à guerra, embora com sacrifício do crédito, da dignidade e dos interesses nacionais? Em 1846, se me não engano, era o próprio Sr. Holanda quem sustentava a fixação das forças de mar por ele pedidas com estas palavras, que são uma tradução apropriada de uma máxima muito conhecida: “E qual é a garantia da paz senão o estar-se preparado para a guerra?” A vantagem que a Inglaterra

tem sempre obtido em suas pendências diplomáticas, disse-o outra autoridade, ela o deve à preocupação em que tem achado quase todas as potências de que só a Inglaterra não tem que temer a guerra.

A oposição, ou um de seus membros mais distintos, entendendo que as leis ou usos da guerra parlamentar lhe permitem atacar o governo imperial em face de Rosas, por um meio astucioso, argumentou contra os armamentos bélicos com o programa de melhoramentos materiais que se contém no discurso da Coroa: “Deixemos de despender tanto com as forças de mar e terra, e contem com o meu voto para as despesas que tenderem à prosperidade de nossa indústria e lavoura.” Este convite, que é a sustância de um discurso proferido pelo honrado Sr. Souza Franco na discussão das forças de mar, fez-me lembrar de certas senhoras que, quando contrariadas por seus maridos no desejo excessivo dos passeios, lhes propõem a seguinte inadmissível conciliação: “Bem, eu não sairei, mas o senhor não tem também que fazer na rua.” Ora, assim como o marido não pode sujeitar-se à dura condição do enfado de sua cara-metade, porque precisa tratar da vida, assim o governo não poderá aceitar o inestimável apoio do digno opositor, sob a condição de desarmar o Império contra a ambição e perversidade da Fera dos Pampas.

Todos os dias ouço falar em colonização, há até uma folha instituída para esse fim e outros que lhe são conexos. No entretanto, muitos dos que se dizem fervorosos apóstolos da imigração europeia, muitos desses levitas conheço eu que, quando qualquer estrangeiro incorre em sua celeste ira, a primeira invectiva que lhe dirigem é a seguinte “É um estrangeiro que aqui veio buscar fortuna.” Às vezes esse estrangeiro tem prestado ao país bons serviços ou tem ganhado o que possui à custa de honesta indústria, mas nem ainda assim escapa à raiva dos nossos *soi-disant* filantropos e colonizadores.



Estas reflexões foram-me sugeridas pelo que se tem dito contra a nomeação do chefe de esquadra Grenfell. Sem que meu intento seja aplicá-las em todo o rigor aos ilustres representantes que têm combatido, por perigosa e antibrasileira, a nomeação do comandante da esquadra que mandamos ao Rio da Prata, não posso contudo deixar de notar-lhes quanto esses infundados ciúmes de amor-próprio nacional são diametralmente opostos à imigração estrangeira, à reconhecida necessidade de uma pronta e perene colonização, que não só nos venha suprir a deficiência dos nascimentos nesta e talvez noutras cidades do Império, mas ainda e principalmente substituir os braços escravos que o tempo irá consumindo.

Quem é esse oficial Grenfell, cuja escolha tantas censuras tem acarretado ao Ministro da Marinha? Quem é esse de cuja preferência se ressentem, segundo alguém diz, a oficialidade de nossa Marinha?

É um oficial-general da armada brasileira, que para ela entrou como tenente, que fez toda guerra da independência, toda guerra do Rio da Prata, onde perdeu o braço direito, e quase toda guerra do Rio Grande do Sul, onde por seu nobre comportamento ganhou a completa confiança dos seus e o respeito dos adversários. É esse mesmo Grenfell que muito contribuiu para apressar a declaração da independência no Pará, e no Rio da Prata portou-se com tal distinção que, sendo gravemente ferido, declarou o almirante Barão do Rio da Prata na participação oficial por ele dirigida ao governo: “Que Grenfell deixava um vácuo na esquadra que dificilmente seria preenchido.” Ora, eis aí quem é o oficial sobre quem recaiu a impolítica nomeação do Ministro da Marinha! Um chefe de esquadra da nossa armada, que tem ganhado quase todos os seus postos à ponta de espada no serviço do Império!

O chefe de esquadra Grenfell tem servido ao Brasil com a maior lealdade, dedicação e inteligência; recebeu aqui dois batismos,

um de fogo, outro de sangue; e ainda assim é estrangeiro! Que lhe falta? O nascimento? Mas quantos oficiais-generais em estado de serviço ativo conta o Brasil que possuam essa ventura? Que lhe falta? A naturalização? Mas quem ignora que ele está sujeito às leis do Império, a cuja Marinha pertence, e que, não sendo precisa a naturalização para que ele sirva e obedeça como até hoje tem servido e obedecido ao governo do Brasil, seria um ato inútil com relação à Inglaterra, para quem o inglês é sempre inglês, muito embora expressamente se filie em outra nação?

Diz-se que o Sr. Grenfell foi preferido ao Sr. chefe de divisão Pedro Ferreira, e aos Srs. Capitães de Mar e Guerra Marques Lisboa e Joaquim José Inácio. O primeiro destes dignos oficiais acha-se presidindo a província do Rio Grande, onde pode prestar relevantes serviços. O segundo já esteve no mesmíssimo comando em que ora está o chefe de esquadra Grenfell, e desembarcou por doente: é decerto um marinheiro muito ilustrado e valente, que, no momento em que a nossa esquadra disparar o primeiro tiro, irá sustentar a honra do nosso pavilhão, ainda mesmo que tenha de ser levado para bordo em uma maca; mas enquanto as coisas não chegarem a esse extremo o nobre oficial tem direito ao descanso que pediu; e cremos que ele não se julgará ofendido pela escolha de tão distinto camarada. Resta dos apontados o Sr. Joaquim José Inácio. É também um oficial de merecimento; mas não está ele tão bem aproveitado? Não é um dos primeiros lugares da Marinha o do seu primeiro estabelecimento naval? E demais: se para ser brasileiro é condição indeclinável o nascimento, não está o Sr. J. J. Inácio fora dessa condição?

Em conclusão, quando contra o chefe de esquadra Grenfell, cujos serviços são tão valiosos e notórios, se levantam tais suscetibilidades, e acham elas eco no parlamento, triste é o futuro que o Brasil deve por muito tempo aguardar de suas tentativas de colonização.



Sábado, 24 do corrente, teve lugar o baile mensal da Recreação Campestre. Foi, no meu sentir, o mais importante acontecimento da semana. Perto de quatrocentas pessoas lá se acharam reunidas, entre meninos, pungibarbas e barbaças, meninas, moças e senhoras de meia-idade, velhos e velhas. O sexo feminino estava em maioria, o que não destrói as razões com que o nosso estimável Dr. Otaviano contrariou a observação do Sr. Dr. Haddock Lobo, que se espantou quando, no fim de sua estatística da população desta cidade, achou mais para homens do que para mulheres.

O baile campestre é uma dessas concepções que immortalizam os seus autores. Figure-se em meio de um espaçoso quintal, cujo macadame de conchas e areia do mar é talvez o melhor que se conhece no Rio de Janeiro, um soberbo pavilhão de forma circular, que se não fora o soalho e não tivesse por única cobertura o zinco, seria um perfeito caramanchel, e que por isso mesmo contrasta belamente, em sua sólida construção e cores artificiais, com a verdura eterna das heras que sobre extensa e franzina latada lhe correm ao lado. É por esta abóbada de verdura que se chega até aos degraus que circundam o hemicírculo anterior dessa linda habitação campestre, cuja solidão só é perturbada em certos e determinados dias pela invasão dos soldados de Euterpe e Terpsícore. O pavilhão prolonga-se em extensa galeria para a parte posterior, de modo que sobra espaço para a variedade das distrações a que é destinado. Contradança-se, valsa-se, passeia-se, joga-se e mirona-se de pé ou sentado, com a maior expansão possível. Se não se sente aperto, menos receio há de uma asfixia, porque a agradável brisa da noite penetra livremente por todos os lados e, abrandando a temperatura das agitadas sílfides, conserva sempre o brilho fascinador das luzes.

Tanta simplicidade campesina, tanta imitação das belezas naturais não comportariam, sem que se faltasse a todas as regras da analogia, sem a mais ridícula impropriedade, sem o mais flagrante crime de lesa-bom gosto, que o luxo das sedas e dos brilhantes

aí viesse ostentar e disputar o primeiro lugar. O baile campestre é recreio de uma associação a mais democrática possível, o que não embaraça que os grandes da terra também participem de seus inocentes prazeres, trocando, porém, por algumas horas, as vestes da corte pelas que são próprias de uma reunião de família. É esta a verdadeira denominação, a única que perfeitamente lhe quadra. Ninguém ali procura lugar de distinção, não há os constrangimentos da tirânica etiqueta, a liberdade tem as mais suportáveis restrições, a comodidade tocou o seu justo limite, a harmonia é completa. O presidente da sociedade e seus imediatos menos parecem tais do que chefes e membros de uma amável família porfiando por obsequiar a seus hóspedes.

Mas o que é que neste mundo não está sujeito a abusos? Os meninos de quase todas as idades que têm entrado na Campestre, e alguns jangazes que, como aqueles, são de um apetite e sede insaciáveis, e desprezam de boa vontade a dança e a música pelas delícias substanciais da festa, fazem uma guerra desapiedada aos sorvetes, aos canudos, aos pastéis, às empadas e aos sanduíches. Aglomerando-se em todas as entradas, formando-se em escalão por todos os lugares por onde têm de atravessar os criados que servem o baile, fazem mão baixa em todas as bandejas, e é mister a maior agilidade e a mais hábil estratégia para que os refrescos e doces possam chegar às senhoras.

Às vezes o furor desses cossacos chega a tal ponto que vão surpreender as bandejas mesmo dentro do laboratório do Sr. Francioni. Neste último baile presenciou-se uma cena divertidíssima, semelhante a alguma dessas mais cômicas que se contam das últimas barricadas de Paris. Alguns dos tais intrépidos devoradores pretenderam invadir o precioso depósito e estavam prestes a consumir tão grande atentado, que deixaria sem empadas e sanduíches uma numerosa multidão que só esperava por este último conforto para dizer adeus ao pavilhão da bela Campestre, quando o Sr. Fialho, que ali estava dando as derradeiras disposições do seu

consócio e presidente, acudiu à porta e gritou: “*La garde meurt et ne se rend pas.*” A estas terríveis palavras recuaram alguns passos os assaltantes, e deram tempo a que acudisse toda a guarnição dos homens de gorra e avental branco, a quem o Sr. Fialho abandonou a defesa do posto.

Debalde se tem procurado um meio de refrear esse terrível bando de cossacos. O expediente mais eficaz está sem dúvida nas admoestações dos pais dos tais meninos glutões; e quanto aos marmanjos seus sequazes, creio que não seria de todo inútil torná-los bem conhecidos, e entregá-los aos epigramas do belo sexo. Entretanto, proponho também como ensaio este plano de defesa, que já em outro lugar produziu o mais feliz resultado. Uma fila de criados traga em caixas fechadas os doces e refrescos; dos lados, e adiante, siga uma escolta de algumas bandejas, destinadas a fazer diversão e entreter os cossacos. Enquanto estes estiverem assolando as bandejas, sigam as caixas, e assim poderão chegar ilesas até as senhoras e aos demais assistentes.

Este plano, auxiliado dos meios morais de que já falei, creio que atingirá o fim; e senão, muito pouco custaria a experiência.

Continua a desenvolver-se o entusiasmo pela próxima corrida do Prado Fluminense; o espetáculo será mais variado do que a princípio se projetou. O número das inscrições tem crescido, já se solicitam os bilhetes de entrada, e a toda a pressa se estão preparando os caminhos que para lá conduzem. Ver de dia umas poucas de carreiras de cavalos, e à noite festejar o milagroso Santo Antônio com bichas e traques da Índia, é uma verdadeira bem-aventurança terrestre, para a qual espero que Deus me não inabilitará.

Reuniram-se hoje no respectivo Consulado os negociantes ingleses signatários do convênio comercial. Deu motivo a essa reunião uma carta da casa Mackay Miller & C., em a qual estes senhores anunciaram aos seus confederados que se retiravam do convênio! A assembleia decidiu que se pedisse aos dissidentes que

reconsiderassem a sua deliberação, e que no caso de relutância a comissão encarregada da execução do convênio exigisse a multa imposta aos contraventores. Se estes não estiverem ainda pelos autos, a ação não irá adiante, e naturalmente se considerará roto o convênio.

Ainda não pude ler os relatórios de todos os ministérios, pela escassez que há deles. São as informações mais metódicas, e em geral também mais completas que se publicam acerca da marcha da administração pública e do progresso moral e material do país; entretanto não sei por que motivo não são expostos à venda esses documentos oficiais, tão necessários ao legislador como a todas as outras classes da sociedade. Os oficiais de secretaria portam-se com alguma bondade a este respeito; mas quem não tiver a dita de conhecer a algum deles ficará privado de tão preciosas informações. Em todo caso, é melhor comprar do que andar solicitando favores de semelhante natureza. Não me chega o tempo para falar dos que já li, e por isso faço aqui ponto final.

Estatística mortuária desta semana:

Em 24 de maio – 27 óbitos, dos quais zero de febre amarela;
Em 25 de maio – 27 óbitos, dos quais cinco de febre amarela;
Em 26 de maio – 36 óbitos, dos quais seis de febre amarela;
Em 27 de maio – 22 óbitos, dos quais zero de febre amarela;
Em 28 de maio – 23 óbitos, dos quais dois de febre amarela;
Em 29 de maio – 23 óbitos, dos quais um de febre amarela;
Em 30 de maio – 29 óbitos, dos quais dois de febre amarela.

Sua Majestade o Imperador houve por bem agraciar ao Barão da Paraibuna com as honras de grandeza; a João Corrêa Tavares e Manoel Cornélio dos Santos com a comenda da Ordem da Rosa.

Jornal do Commercio de 01/06/1851

Corte, 7 de junho de 1851.

Dizem por aí certos filósofos modernos que é materialão quem no meado do ano da graça de 1851 clama por melhoramentos materiais para este pobre Brasil. Ao ouvi-los dir-se-ia que só se alimentam com coisas sólidas, líquidas, e mesmo vaporosas, porque não têm outro remédio, porque não querem ter a triste e material sorte do cavalo do estudante, que morreu quando, depois de ter passado sete dias a roer somente o freio, seu dono já o cria acostumado a não comer; ou imaterial como são os tais espiritualistas a quem me refiro, e de quem muito terá de falar a história dos patriotas inabaláveis e desinteressados. Mas ao passo que esses seres eminentemente sutis ou imponderáveis me transformam em pedra e cal, eu os vejo disputando um lugar na parede dos materialões e alguns até querem ser a sua pedra angular. Há muito que pessoas do que eu mais experientes me ensinaram que os homens foram, são e serão sempre assim: veem o argueiro nos olhos dos outros e não veem a trave nos seus: censuram no seu semelhante aquilo que eles ou fazem ou morrem por fazer; emprestam àqueles de quem não gostam os sentimentos de que só eles se acham animados. Pretender dar vista a esses cegos disfarçados é ser mais charlatão do que o Naylor Bey, de gloriosa memória. A eles e quejandos é que quadra perfeitamente a seguinte fábula do martelo e do prego:

Certain clou fiché dans un mur,
Au marteau menaçant faisait cette réponse:
Je ne crains point tes coups, je suis froid, sec et dur;
Plus on me frappe et plus dans mon poste on m'enfoncé.

Todos reconhecem que uma estrada, e até um simples atalho, vale mais do que uma dúzia de discursos de légua e meia sobre questões já muito cansadas, e que, se na imprensa podem com vantagem ser discutidas, na tribuna parlamentar somente servem de excitar paixões e incandescer cada vez mais os ódios, e gastar inutilmente o tempo, porque poucos a elas atendem, raríssimos as poderiam compreender e apreciar de que lado estava a razão. Esta verdade, que ninguém nega, que todos deploram, sem que com isso se pretenda que a voz do representante da nação jamais se deva elevar contra os graves atentados e malversações; esta verdade, que se refere ao abuso e não ao discreto uso do mandato popular, desafia contra mim a malevolência de certos irmãos danados, e até a cólera de uma alta personagem, a quem os elogios levados até a lisonja estão fazendo um grande mal.

Seja, porém, como for, estão batendo numa sombra, e, quando mesmo me tivessem atirado ao vulto, lhes diria que a respeito de suas invectivas e calúnias me aplicassem a fábula que acima transcrevi, e que desgraçadamente lhes quadra em sentido muito diverso.

Não há remédio, tenha santa paciência o Sr. Dr. Melo Franco, há de emparedar-se com os materialões: o seu projeto fluvial dá-lhe a isso indisputável direito, e eu *auctoritate qua fungor*, lhe ponho na cabeça o capitel, não como o que me deram certos pedreiros livres, de pedra e cal, mas um do excelente mármore de Carrara. Andar assim, que é bom andar, meu ilustre mineiro. Para montar a corrente do soberbo São Francisco, e ir ter à boca das Velhas, conte com este caboclo na sua caravana. E o que dirão agora a

respeito de V. Exa. (peço ao rei de armas que me desculpe esta excelência) e o que dirão agora de V. Exa. os seres imponderáveis que antipatizam com os materiais e materializados? Lá se avenham.

A possibilidade do projeto, “materialmente” falando, me parece que, “espiritualmente” discorrendo os sobreditos filósofos, e nem mesmo outros que não sejam tão pirrônicos poderão contestar. Agora a questão mercantil, essa é que há de fiar-se muito delgado.

Além do exclusivo por 20 a 50 anos, que não é coisa de costa acima, da concessão de uma légua de terras em ambas as margens do pitoresco São Francisco, o que também é nada para quem possui, como nós, tantas eiras e beiras, exige o projeto que o Estado garanta aos empresários o rendimento de 5 por cento sobre o capital empregado. É sobre esta última condição que tenho minhas dúvidas.

Que o Estado deve contribuir para fomentar entre nós o espírito de associação, e animar as empresas que tendam ao progresso material do país, é uma necessidade que todos os materialistas como eu e o Sr. Deputado Melo Franco reconhecem e proclamam; é hoje, depois da completa extinção do tráfico, o que devia ser um sagrado empenho para todos os negrófilos, é hoje o que a lavoura do país pede por todas as suas cem bocas. Mas como deve intervir o Estado a favor das empresas de melhoramento material? Pode-o fazer por diversos modos: como o prescreve o projeto de que tratamos, garantindo às companhias um *minimum* de juro dos capitais despendidos; por meio de um empréstimo; por uma subvenção gratuita; ou tomando para si um certo número de ações, com as mesmas ou menores vantagens que os demais acionistas. Quaisquer destes meios de proteção têm seus lados bons e maus, mas o primeiro me parece de grandes inconvenientes e por isso inadmissível. Na generalidade dos casos tenho por preferível o último, que fixa o máximo do sacrifício do Tesouro, e o sujeita às

mesmas probabilidades de lucro, ou eventualidades de prejuízo que correrem os demais sócios.

O sistema do *minimum* de juro, diz M. Jaubert, ex-Ministro das Obras Públicas em França, parece não impor ao Estado nenhum sacrifício, não exigir da sua parte um apoio senão moral; entretanto apresenta graves inconvenientes. Em primeiro lugar, prestado esse auxílio a uma companhia, como recusá-lo a outras sem colocá-las na impossibilidade de sustentar na praça os seus fundos a par dos da primeira, que, abrigada pelo Estado dos riscos de perda, ofereceria a seus acionistas probabilidades eventuais de lucro?

Mas, dir-se-á, o governo ficará com o direito de conceder ou recusar essa garantia, de só liberalizá-la a empresas de um sucesso seguro, a empresas cuja renda necessariamente tenha de exceder do *minimum* fixado, e que, portanto, tornarão a sua intervenção puramente nominal. Mas, porventura, os homens os mais hábeis, os espíritos os mais ilustrados, os capitalistas os mais amestrados, não se enganam muitas vezes sobre as probabilidades de uma especulação? É de crer que o governo, ainda mesmo habilitado com os dados estatísticos que falecem ao do Brasil, possa discernir sempre com certeza o que escapa frequentemente às investigações tão ativas, aos contrastes tão inteligentes da indústria privada?

Com a segurança de um *minimum* de interesse, todas as empresas poderão ser acometidas, assim as boas como as más, as que são reclamadas pelo interesse público como as que são compreendidas só com vistas de agiotagem. Seguramente (é ainda o ilustrado M. Jaubert quem o diz) é necessário favorecer o espírito de empresa mas não seria prudente abrir-lhe uma carreira ilimitada, tirar-lhe o receio salutar dos riscos, cuja extensão importa que seja muito bem calculada antes de encetar-se uma operação qualquer.

E demais, essa garantia seria concedida sobre um capital indefinido, ou sobre um capital essencialmente limitado? A primeira

proposição não pode com seriedade ser sustentada, o Estado não há de confiar a sua firma em branco a uma companhia, por mais qualificada que possa ser. No segundo caso, sendo o capital do juro mínimo limitado, se, como sói muitas vezes acontecer, a primeira estimativa dos trabalhos não chegar para cobrir a despesa, e for, por exemplo, preciso duplicá-la, a que se reduzirá, nesta circunstância tão comum, a garantia de um interesse previamente determinado? Evidentemente reduzir-se-á então a proporções ilusórias, e as ruínas que se queriam prevenir realizar-se-ão de um modo ainda mais funesto, por se terem os empreendedores embaçado com esperanças que a experiência veio desmentir.

Reflita o autor do projeto nestas e noutras reflexões, que suas luzes lhe subministraram, e creio que reconhecerá que o sistema de proteção consagrado no projeto não é o mais convinável. Não entrarei agora na análise dos outros sistemas que indiquei, porque não só já tenho andado por fora do terreno de um mero cronista, como também porque virá ocasião mais oportuna para essa tarefa. Por hoje contente-se S. Exa. com esta minha humilde e material homenagem.

Tenho ainda que falar em mais alguns projetos de melhoramentos materiais, e antes de fazê-lo não posso deixar de exclamar-lhe: – Era ou não real a tendência que eu há meses assinalei como existente no país para abandonar as questões de metafísica social pelas das necessidades urgentes de nossa lavoura e indústria. – E mais ignorava eu coisas que ora leio com sumo prazer no relatório do Sr. Ministro do Império.

Agitem-se e zunam quanto quiserem os seres imponderáveis, que têm asco às pedras e horror aos metais, não poderão negar o que vai aparecendo pelas regiões terrestres em que vivem os materialões como eu.

A navegação por vapor do Rio Amazonas, para a qual foi o governo autorizado pelo § 1º do art. 2º da Lei nº 586, de 6 de setembro

do ano passado, é objeto já por muitos solicitado; várias propostas concernentes a esse imenso melhoramento, *desideratum* de todos os bons e até dos maus paraenses, se os há, pendem da aprovação do governo geral, que pelo órgão do Ministro do Império nos assegura teremos dentro em pouco a solução favorável desse grande problema de civilização e riqueza.

Alguns negociantes da cidade da Bahia se propõem organizar uma companhia de navegação por vapor, não só entre a capital e algumas comarcas ao sul da província, mas também entre a mesma cidade e as províncias de Sergipe e Alagoas; as propostas já foram apresentadas e é de toda a probabilidade que alguma seja aceita.

A Companhia da Navegação do Araguaia, rio que separa as províncias de Mato Grosso e Goiás, e constitui uma das suas vias de comunicação com o Pará, dissolveu-se por embaraços financeiros devidos a desacertos de sua direção; mas para logo formou-se outra que tomou a si a continuação da empresa, cujos entraves já em grande parte tinham sido vencidos pela primeira e pela administração pública. O presidente de Goiás, sob cujos auspícios se formou a nova associação, exprime fundadas esperanças de que em janeiro ou fevereiro do ano próximo naveguem naquele rio, em direção ao Pará, cinco ou seis barcos. Um dos grandes embaraços com que teve de lutar a extinta companhia foi a falta de pontos intermédios, onde, além de proteção contra os selvagens, encontrassem os viajantes os recursos que uma viagem tão longa e laboriosa torna indispensáveis. A fundação de dois presídios, um denominado Santa Isabel, e outro Leopoldina, remediarão aquela necessidade, que será completamente satisfeita logo que se estabeleçam mais três que ao longo do rio se projetaram. As cachoeiras do Rio Tocantins, na província do Pará, são hoje o principal obstáculo ao completo desenvolvimento dessa navegação fluvial, mas cuida-se de vencê-lo direta ou indiretamente, e já a

esta hora deve ter partido a expedição encarregada desses exames sob a direção de um dos nossos engenheiros.

Acha-se concluída uma estrada que dos campos da Fortaleza, na província de São Paulo, conduz até ao porto de embarque do Rio Tabagi, na sua confluência com o arroio Jataí; a navegação desde este ponto até a cidade de Cuiabá não exige maiores melhoramentos do que o de preparar-se o varadouro entre Brilhante e Anahuac, desobstruindo estes de alguns madeiros e pedras soltas que embaraçam o seu curso. É uma nova via de comunicação entre as duas províncias muito mais breve e cômoda do que as que já existem, cujo benefício se deve em uma boa parte ao patriotismo do Barão de Antonina (é dos materialões em corpo e alma), que presidiu ao delineamento e fatura da estrada, que, creio, dele tomou o nome.

Está em execução uma nova estrada na província do Rio de Janeiro, que será de suma vantagem aos municípios de Vassouras e Valença, e à província de Minas Gerais. É obra importante, que começou e continua sob a ativa direção do Conselheiro José Clemente Pereira. Noutra ocasião dar-lhe-ei a este respeito mais circunstanciadas informações.

A estrada de ferro entre a Corte e a província de São Paulo, passando pelos municípios de Iguaçú, Piraí, Barra Mansa e Resende, empresa cujo privilégio pende do corpo legislativo e é solicitado pelo homeopata Cochrane, pareceu-me uma bela ilusão, apesar do empenho do pretendente e da declaração por ele feita de que era representante de uma companhia inglesa, tão deliberada a esse projeto, que, para não perder o privilégio já concedido pelo governo, sujeitou-se a pagar a multa de 4:000\$000 em que incorreria. Hoje já esse grande projeto, que terá a glória de ser o primeiro no seu gênero entre nós se for avante, não poderá mais ser considerado como um sonho por quem souber do seguinte. Alguns dos mais ricos e inteligentes fazendeiros do opulento município de



Vassouras estão dispostos a competir com o primeiro pretendente, oferecendo todas as garantias que podem oferecer pessoas que, ao prestígio da inteligência e da riqueza, reúnem o mais elevado conceito de moralidade, a mais merecida consideração social por seu comportamento exemplar e pelos benefícios feitos ao seu município. Quando tantas são as necessidades de que se queixa a principal fonte de nossa riqueza, não seria talvez mesmo um bem que uma só via de comunicação, embora fertilíssima, absorvesse uma grande massa dos capitais que, com a cessação do tráfico, ora afluem ao nosso mercado e demandam emprego. Os cidadãos a quem me refiro não se olvidarão desta grave consideração, e segundo sou informado, pretendem fundar a companhia com capitais estrangeiros, que ninguém com mais garantia poderá solicitar e obter na praça de Londres.

Refiro o fato sem que pretenda desconhecer as razões de preferência que possa alegar o Sr. Cochrane, que facilmente se poderá entender com os nossos pretendentes; meu fim é só mostrar que o projeto tem toda a probabilidade de ser levado a efeito.

Alguns outros melhoramentos promovidos pelo governo ou por particulares estão em iniciativa, ou já em princípio de execução; deles irei tratando à medida que for possível e me chegarem informações de que ainda careço. O impulso está dado; felizmente no meio de todos os nossos desvarios formou-se esta convicção; animem-na todos os que por qualquer modo o puderem fazer. E à medida que a lavoura lhe for sentindo os salutareos efeitos; exigirá dos seus representantes mais alguma coisa do que arrotos de liberalismo; com o trabalho e honesta subsistência, o povo se irá curando da lepra política e tomará horror às loterias revolucionárias. *Le droit au travail* é um dos emblemas de Louis Blanc e outros socialistas que surgiram da catástrofe de 1848, de que ainda hoje a França sofre os terríveis benefícios. Pois bem, o meu programa de melhoramentos materiais conta por um de seus numerosos



benefícios criar trabalho, meio de vida honesta para os nacionais que dele carecem, e para os estrangeiros cuja imigração nos é indispensável.

A guerra com que nos ameaça, que de há muito nos prepara o tredo e sanguinário ditador de Buenos Aires, desvia braços e consome capitais que poderiam ser empregados no desenvolvimento da riqueza pública. É uma verdade de simples intuição, pela qual ninguém pode pretender hoje as honras da invenção; mas o que é paralogismo em alguns e sofisma em outros é a consequência que daí tiram os que contestam o acerto com que tem sido dirigida a política exterior do Império em relação às repúblicas do Prata. A honra e a integridade do país estão muito acima das mesquinhas considerações fundadas no dispêndio de alguns milhares de contos de réis; os sentimentos da nacionalidade, os interesses da União, a inviolabilidade do território pátrio defendem-se a todo o custo e a todo o risco, e isso por que não só o exigem a honra nacional, mas até os próprios interesses materiais. A ignomínia, ou, o que é o mesmo, uma paz vergonhosa, uma paz sustentada a preço de humilhações, avaliada mesmo na balança do mais inexorável e avaro economista, custa afinal de contas muito mais do que a defesa prudente, sim, mas nobre e patriótica da dignidade e interesses do Império, ou já atacados, ou apenas seriamente ameaçados pelo estrangeiro.

É esta a minha íntima convicção, a convicção de um materialista talvez, mas uma convicção sincera e desinteressada. Embora na imprensa do meu país apareça algum estrangeiro que calunie as intenções com que me tenho assim exprimido, arrastado por emoções que não posso sopitar, e que estou certo imperam na quase totalidade dos brasileiros, não serei eu quem censure a esse estrangeiro por servir ao seu país; antes acho honroso que, enquanto puder, mesmo pela nossa imprensa, promova os interesses de Buenos Aires, sua pátria.

Se meus sentimentos são tão generosos para com o estrangeiro que me fere disfarçado em vestes brasileiras com a sua lança e o seu laço e bola de gaúcho, como o não serão para com patrícios, em quem a este e outros respeitos só poderei censurar a cegueira das paixões políticas? Assim como os romanos não incluíam em suas leis penais o crime de parricídio, pelo julgarem impossível, eu não pude ainda acreditar que algum brasileiro se deixasse, não direi, como alguém o disse torpemente, assalariar, mas fascinar pelas prédicas dos ativos agentes do nefando ditador de Buenos Aires.

Sirvam estas poucas reflexões de resposta a um Sr. deputado que na tribuna e pela imprensa me dirigiu insólitas agressões em reciprocidade à delicadeza com que o tenho tratado. E se algum dia houver um homem tão ousado como ele o foi, que se atreva a aplicar-lhe o mesmo estigma, Deus queira que ele possa comparecer perante aqueles de quem o tiverem dado como assalariado, com a mesma dignidade com que eu pudera hoje comparecer ante o estrangeiro de quem ele me considerou como mercenário.

A política do governo para com Oribe e Rosas é fatal ao Império, dizem alguns senhores, vendo o Império nas vésperas de um rompimento, e não podem sofrer que se lhes diga:

Brasileiros, essa linguagem, esse sistema de oposição que não distingue as questões internas, as questões de família, daquelas em que lutamos com o estrangeiro, é o mesmo desastrado sistema que despopularizou a guerra que sustentamos no Prata desde 1825 até 1828, que muito concorreu para as desgraças que precederam à perda para sempre da província da Cisplatina. Brasileiros que assim procedeis, vós com as mais puras intenções (cremo-lo com toda a sinceridade) estais ferindo a um tempo o governo do vosso país e o próprio país, em benefício da mais infausta de

todas as causas, e da opressão e extermínio de populações que vos devem ser caras, a da extinção de nacionalidades de que dependem a paz e inviolabilidade de nossas fronteiras, sacrificais as vidas e as propriedades de muitos brasileiros que estão sob o barço e cutelo de um desalmado ditador.

Esses senhores não podem ouvir estas exprobações que até amigos, talvez mesmo alguns dos que se sentam a seu lado, lhes dirigem. Mas quando se lhes pergunta qual será a política preferível a essa que chamam belicosa, havendo até quem desconheça a máxima – *si vis pacem, para bellum* – que a providência das nações tem consagrado em todos os tempos, quando se lhes dirige esta pergunta, a alucinação do espírito de partido não lhes subministra resposta que honre sua inteligência e luzes. “Conservar uns quatro ou seis mil homens no Rio Grande, e ficar numa expectativa, que tornaria aplicável ao governo de uma nação como o Brasil este provérbio dos nossos maiores: “Espera o néscio que o rio escorra.” Mal haja o espírito de partido quando ele toca a tal ponto de cegueira!

Notícias da maior transcendência receberam ontem por via do Rio Grande, e comoveram profundamente a população desta cidade. Está travada a luta entre Rosas e seus mais denodados rivais; a sorte das repúblicas do Prata vai enfim decidir-se pelos seus principais interessados e mais legítimos defensores. Se é uma consequência da posição em que se colocou o governo do meu país, louvores lhe sejam por isso rendidos; se é um fato inteiramente independente do seu procedimento, sua política é ainda merecedora de elogios, por nos ter preparado para defender nosso território em presença dos beligerantes que o podem ameaçar, para intervir, se nossos direitos de nação limítrofe e interessada por um pacto escrito, na contenda, assim o exigirem.

É impossível que de hoje em diante os meus distintos compatriotas que condenavam a política do governo imperial não

tornem a si, e apreciando de sangue-frio a importância do drama em que Urquiza e Gerson terão de representar os dois primeiros papéis, não se remetam ao silêncio fazendo votos por que suas previsões se não realizem, porque os povos oprimidos, que sempre mereceram as simpatias dos homens liberais, sejam os vencedores nessa brilhante luta da liberdade contra o despotismo, da civilização contra a barbárie.

Já há aquarteladas na fortaleza da Praia Vermelha mais de quatro companhias da tropa alemã contratada em Hamburgo pelo Conselheiro Sebastião do Rego Barros. São moços ambiciosos de glória, valentes, e instruídos, quase todos com seis e oito anos de serviço militar, e alguns pertencentes ao exército que fez a recente guerra dos ducados de Holstein e Schleswig. O restante da força de infantaria e a de artilharia devem vir em mais quatro ou cinco navios que se esperam a todo momento.

O Conselheiro Rego Barros, a julgar pelos que chegaram e pelas notícias anteriormente recebidas, e de que eles são uma viva confirmação, foi felicíssimo em sua escolha. Se a tropa engajada é bonita e aguerrida, o seu armamento é do melhor que se conhece na Europa, e além das armas usuais da infantaria e artilharia, esperam-se outros instrumentos de guerra de grande valor na espécie de tática com que poderemos ser atacados pelos cossacos do ditador, se as coisas, o que Deus não permita, chegarem a esse extremo.

Felizmente, o nosso exército, se não todo, ao menos em grande parte, não se verá vexado ao lado dos seus novos e instruídos companheiros de armas. Há dois anos que a instrução e disciplina do nosso exército têm progredido notavelmente; os melhoramentos adotados pelas nações militares de primeira ordem, não só nos são muito conhecidos, como até já existem entre nós. É um serviço que o nobre Ministro da Guerra, auxiliado pela ilustrada e ativa comissão encarregada dos melhoramentos materiais do exército,

e em geral pelos nossos mais hábeis oficiais superiores e generais, nos tem prestado. As artes e ciências militares têm feito de poucos anos a esta parte grandes progressos, e o Brasil pode hoje dizer que o seu exército procura acompanhar essa marcha progressiva. E não pode ser por menos, enquanto o congresso da paz universal não der leis ao mundo, o *si vis pacem, para bellum* há de ser, não só uma máxima militar, senão também uma impreterível garantia de segurança interna e externa de todas as nações civilizadas.

Há de recordar-se do que lhe disse há tempo sobre o convênio inglês, da posição caprichosa em que de um lado se colocaram os seus signatários, e do outro os negociantes consumidores das fazendas inglesas. O primeiro convênio foi aceito, acharam-no mesmo razoável, mas na sua revisão os ingleses estenderam muito o arco, e o resultado foi quebrar-se não sem desar e inconvenientes para eles.

Uma comissão nomeada pelos pacientes do convênio, a cuja frente se acha o Sr. Teófilo Benedito Otoni, foi encarregada de velar no fiel cumprimento de um contraconvênio, de que também lhe dei exata notícia, e de outrossim entender-se com os autores do convênio para qualquer conciliação aceitável que eles propusessem. Esta comissão correspondeu plenamente à confiança dos seus constituintes. Os armazéns ingleses ficaram em sítio, e as suas fazendas quase entregues às moscas e ao mofo. Eram já passados muitos meses, fazia-se pouco negócio, as casas de Londres, de que as de cá são filiais, não se iam mostrando muito satisfeitas do compromisso; fez-se finalmente uma abertura à comissão do contraconvênio para algum acordo que mudasse um estado de coisas tão nocivo a uns e outros.

O Otoni, que é amestrado nas lutas políticas do fraco contra o forte, da oposição contra o poder, percebeu logo as críticas circunstanciais dos proponentes, e temporizou, se é exato o que me informam. Quando menos se esperava, corre na praça a notícia

de que um dos signatários do convênio, os Srs. Mackay Miller & Cia., intimara aos seus aliados que se retirava daquele dia em diante do pacto comum. A notícia era de arromba, e a jubilosa impressão que causou no campo dos adversários não podia ser mais intensa. Foi imediatamente convocada uma assembleia geral dos negociantes ingleses, e nela se resolveu a punição pecuniária dos infratores, e sua sujeição ao convênio. Os Srs. Mackay Miller & C., que procederam em virtude de ordem dos seus sócios de Inglaterra, recalcitraram, persistindo no seu propósito de não respeitar a interdição que lhes queriam impor.

Isto, de um vender e outros não, é coisa que em verdade não teria graça nenhuma. Morreu, pois, o convênio, e em virtude de segunda reunião convocada para se tratar da tenacidade dos relutantes, decidiu-se que se fizesse público e notório que a morte do convênio deve pesar sobre as costas dos Srs. Mackay Miller & C. Estes por sua parte desculpam-se com as ordens que receberam de Londres, e acusam de ingratos a muitos que estimaram o pretexto para dar saída às suas fazendas. Seja, porém, como for, em que fica a tão honrada palavra inglesa? A troco de que foi sacrificada a tão preconizada lealdade dos negociantes britânicos?

É decerto um grave acontecimento, de que exulta a comissão Otoni & Comp., e que prova quanto podem a união e a perseverança. Quem tudo quer tudo perde, foi o que aconteceu aos negociantes ingleses. Ficaram sem o primeiro e sem o segundo convênio, e portanto em pior posição do que dantes. É, porém, de esperar que os vendedores não abusem da derrota dos seus contendores, e procurem espontaneamente satisfazer ao que havia de fundado nas queixas que originaram o convênio, que ao menos por hoje deixarei no seu eterno repouso, para passar a assunto mais divertido.

Excitada a curiosidade pública pelos anúncios de corridas no Prado Fluminense, e talvez também pelo que a respeito tenho

escrito, de toda a parte se pedem informações da natureza e caráter do novo divertimento; uns querem saber se será um espetáculo franco onde reinem *fraternité, liberté et égalité*, outros perguntam se, ao modo dos benefícios, *les entrées de faveur sont généralement suspendues*, se a gente irá a pé ou a cavalo, se haverá gôndolas e ônibus, se haverá lugar para as *ornejantes* criaturas, ou se estas farão de espectadores promiscuamente com os bípedes, se o sexo amável será admitido, e com que regalias, e ultimamente se poderão ali mesmo pagarem-se as letras do estômago que não admitem reforma de prazo, e para que os devedores desse inexorável credor se não vejam nos apuros em que se achou o que exclamava:

*Se alguma coisa digo,
E o hábito à boca puxo,
Sobem-me as tripas e o bucho
A escutar se mastigo.*

E a fé que lhes acho razão: temos nós, os habitantes desta cidade, sido já mais que muito mistificados, e nos vamos fazendo mais cautelosos. Mas como responder a todas essas perguntas? A fonte limpa em que esperava beber é o programa dos diretores, mas este ainda não está publicado, e achava-me eu *in albis*, como todos os curiosos, quando a minha boa estrela me fez encontrar o Suckow (já lhe não dou o tratamento de major porque me envergonho das preterições que ele tem sofrido, podendo já estar tenente-coronel em remuneração de tantos serviços prestados ao bom povo fluminense), e conhecendo logo o bom humor em que estava pelo jeito que dava ao bigode, cumprimentei-o pelo êxito que teria sua empresa com o *arrière pensée* de lhe sacar alguma revelação prévia do programa.

– Pelos cuidados e azáfama com que o vejo ocupar-se do prado, faço ideia das despesas que lhe terá custado!

– De 7 a 8:00\$ rs., tornou-me ele, duas visitas diárias, e um milhão e seiscentos mil cuidados.

– Há muita curiosidade em conhecer-se o programa.

– Será publicado três ou quatro dias antes do das corridas.

– Seria talvez bom antecipar essa publicação; as senhoras sobretudo interessam saber se haverá lugar distinto para elas, ou se ficarão de envolta com os pungibarbas e barbaças.

– Há lugar não só distinto, mas até mui decente para as senhoras, e uma *toilette* especial; as que forem acompanhadas pelos chefes das famílias lá estarão com eles. Os barbaças solteiros também ficarão bem, e se para outra vez quiserem estar melhor, casem-se, que o tempo é próprio, e o país carece de braços.

– E a respeito de... *manducaverunt?*... hein?

– Lá estará o Neuville para regalá-los. Sabe os créditos que ele tem em matéria culinária, nem Vattel, nem Brillat-Savarin o ganhariam; incumbiu-se dessa parte substancial da festa, e terá mesa comprida, mesa redonda, e mesa de todos os feitios geométricos, assedadas, e que não deixarão ficar mal os gastrônomos.

Conclusão minha: a festa terá tanto de nova como de interessante; os espectadores terão de escorrupichar tanto como para verem o Martinho da plateia, e pagarão os patos que o Neuville matar, mas por preço cômodo como é seu costume.

A sociedade *Melpomene* deu na noite de sexta-feira a sua récita mensal, que foi honrada com as augustas presenças de SS. MM. Ilmo.

A elegância, propriedade e riqueza com que o teatro estava adornado fazem o mais lisonjeiro elogio à sociedade e à sua digna diretoria.

O concurso de espectadores foi tão numeroso quanto o podia ser, e à sua escolha presidiu a discrição do costume. A execução do drama e de todas as outras peças de que se compôs o divertimento foi muito satisfatória. SS. MM. dignaram-se de aceitar um copo de

água que lhes ofereceu a diretoria, e que foi servido com gosto e profusão.

O Conde de Medem, ministro plenipotenciário da Rússia nesta Corte, obteve licença para viajar fora do Império, e vai aos Estados Unidos. Já pediu passaportes.

O nosso governo recebeu, creio que ontem, a troca da ratificação do tratado celebrado entre o Império e o Paraguai em 25 de dezembro do ano próximo passado.

Já tenho tratado sobejamente dos vivos, agora uma palavra final a respeito dos mortos. Voaram desta para melhor:

Em 01 de junho – 20 pessoas, das quais dois de febre amarela;

Em 02 de junho – 23 pessoas, das quais um de febre amarela;

Em 03 de junho – 20 pessoas, das quais zero de febre amarela;

Em 04 de junho – 14 pessoas, das quais um de febre amarela;

Em 05 de junho – 14 pessoas, das quais zero de febre amarela;

Em 06 de junho – 18 pessoas, das quais dois de febre amarela.

Jornal do Commercio de 08/06/1851

Corte, 28 de junho de 1851.

Singular e digna de observação se mostra a cidade do Rio de Janeiro nesta quadra política, que começou nos últimos dias de dezembro, e vai já em meio do seu curso ordinário. As portas do templo de Jano estão prestes a abrir-se, a luta para a qual de há muito nos empra a fera dos Pampas vai a travar-se, segundo as mais razoáveis previsões – e o crédito público conserva-se inabalável, o câmbio oscila entre 29 e 30, as apólices, entre 91 e 92. As Câmaras estão azafamadas em sua lida parlamentar, aí discute-se e fala-se além das forças humanas do mais destro e possante estenógrafo, exuma-se o passado, põe-se em tratos o presente, vagueia-se pelos domínios infinitos do futuro – e os incansáveis atores desse longo e variado espetáculo veem as suas galerias e as suas tribunas desertas, os espectadores dizem que de bom pouco aí aprenderiam, e que para recreio antes ir às corridas do Prado, aquecer-se à luz dos bailes, conversar e dançar com as belas, adivinhar o seu destino nas sortes de São João, saltar a crepitante fogueira, dar exercício ao paladar e regalar ao estômago.

– Hoje falou o deputado fulano, que trovejou, cintilou e coriscou ardentes setas contra sicrano. Beltrano fez frente a toda a tormenta, e a seu turno desencadeou os ventos, encapelou as ondas, despejou toda a eletricidade de sua eloquência parlamentar contra o agressor. – Ao ouvir esta notícia, o povo ri-se e pergunta, calmo e tranquilo: “Já se votou o orçamento? quanto deram para obras públicas?”



– Hoje não houve Senado, mas houve Câmara: o Deputado Sancho disse que governadores melhores do que os atuais só mandados fazer de encomenda; o Deputado Martinho, visando por outra lente, disse que o horizonte está pejado de nuvens negras, que em certos dias à meia-noite aparecem almas do outro mundo arrastando pesadas correntes, lobisomens ou mulas-sem-cabeça a fazerem escaramuças horríveis. – O povo, já desabusado, ouviu desatento, ri-se e pergunta: “Que divertimentos há hoje? O que se diz da futura companhia lírica?”

Não é bem extraordinária e notável esta disposição dos espíritos na capital do nosso Brasil, mesmo dentro da estação em que outrora só se dava apreço às frutas políticas do Norte e do Sul, de manhã, à tarde e à noite, sempre e a toda hora? É que, como acontece a todas as frutas, daquelas umas tiveram este ano o peço, outras estão passadas.

E também, como se houvera preliminar concerto, tudo concorre para o depreciamento da nossa moeda política, que, já de si mesma gasta e falsificada, precisa ser retirada da circulação e substituída por outra de cunho novo e de metal mais puro e menos sensível à ação destruidora do tempo. Parece que há mensalmente, no Rio de Janeiro, tantas, senão mais, reuniões harmônicas e dançantes, dos diversos gêneros e espécies recreativos, quantos são os dias do mês; Talia, Melpomene, Euterpe e Terpsícore, todas essas divindades gentis que presidem aos folguedos humanos deram-se as mãos para trazer-nos em corrópio. A esse pruído antiespasmódico, a este delírio salutaríssimo a um povo que estava sofrendo de monomania política, acrescenta-se um frio intenso de que se não conhecia igual há muitos anos, e ter-se-ão as causas visíveis e foventes do movimento pacífico e alegre em que a população vai passando seus dias.

Bem haja os Prados, os teatros, os bailes, que contribuem com as festas da nossa bela e sublime religião para distrair o povo

fluminense das aflições do presente, e fazê-lo caminhar ledão e cego para o futuro, que – digam o que quiserem os profetas – há de ser melhor do que o passado.

Ir a todos esse salões ruidosos, observar e gozar suas graças, seus usos, seus caprichos especiais, reconhecer os signos do seu zodíaco, as estrelas que o circundam, apreciar o caráter e talento de seus astrônomos, é trabalho superior às forças do aristocrata mais feliz e independente. Fora preciso trocar os dias pelas noites e ter por única ocupação – o divertimento; um mísero proletário nem sabe nem deseja arrastar uma existência tão pesada, tão anômala. Para ele o tempo é o seu tesouro, o dia o seu mais precioso brilhante; ele exagera sua avareza a ponto de sentir que nossa língua não seja mais concisa, lembrando-se do dito de Voltaire: “Os ingleses levam-nos duas horas de avanço cada dia, comendo as suas sílabas.”

Como o operário francês suaviza sua lida cotidiana, cantando as democráticas canções do velho e virtuoso Béranger, assim eu também, para espantar meus males, só de quando em quando vou recrear-me no modesto, pitoresco, lindo como os amores, Campestre – levado por estes versos de Camões, que desde a juventude decorei:

*E o trabalhador cantando,
Seus males menos sente.*

Na noite de 21 do corrente, no sábado, dia caro ao pobre artista, porque é o precursor do domingo que ele passa entre seus penates, fui muito cedo, e de propósito, colocar-me ao lado da entrada principal do pavilhão da Recreação Campestre; primeiro do que eu só lá chegaram os irmãos condutores do círio encarregado do – *fiat lux* –, que executam por modo tão admirável que só a fé de um verdadeiro cristão o pode conseguir.



Era noite de baile – *ça va sans dire*, acrescentariam aqui alguns dos que, como eu às vezes, fazem a língua portuguesa andar em muletas francesas, havendo, porém, entre mim e os tais france-lhos esta grave diferença – que eu os imito por ignorância, e eles o praticam por um gosto derrancado. O mais puro azul-celeste co-loria o firmamento, Syrius, Canopus, todas as lâmpadas celestes cintilavam como que desvanecidas de si mesmas, gozando essas poucas horas de soberania que única lhes outorga o déspota das regiões etéreas – por toda a parte os há, diz o “amigo do que é do povo”, Ledru-Rollin.

Frio glacial coava os membros dos noturnos lidadores, e dele até os zéfiros tinham fugido; os aquilões e vendavais indômitos estavam aferrolhados pelo potente Éolo em seus cárceres profun-dos e inóspitos.

Soavam oito horas nas torres de Santa Teresa, quando deslizou pelas verdes margens da mágica habitação a primeira onda bran-da e amortecida de suas Nápeas e Alfeus; pouco a pouco se lhe foram outras misturando, cada vez mais altas e agitadas; – antes das nove horas, oscilava em altos escarcéus, em desencontradas correntes como mar picado da tempestade e açoitado por ventos inimigos uns dos outros, esse oceano de criaturas, humanas umas, outras semidivinas, que mal cabiam na estreita bacia que lhes ser- via de leito. Não sei se a metáfora é bem cabida, mas exprime o aglomerar sucessivo e contínuo de uma imensa multidão de povo, o movimento irregular, a agitação incessante, a alegria delirante de uma noite de baile no pavilhão da Campestre; em vez dessa imagem só agora me ocorre comparar essas ninfas, seus guardas e adoradores, girando em tão breve espaço, embaraçando-se do- cemente uns aos outros, todos deslumbrados, dominados por um sentimento simpático – amizade e folia, – a uma turba de doidos evadidos de suas prisões, – das faias de Tytire, dos elmos de Cha- renton, diria eu como Jules Janin, se a nossa Tytire e a nossa Charenton não fossem de uma expressão por demais prosaica.



Ó! que noite foi a de 21 no baile da Campestre! Nunca o viram mais belo e gracioso, mais brincão e travesso do que nessa noite que se estendeu até a madrugada. Mais uma vez convenci-me do que diz o cavalheiro de Bonfflers: “Que o fausto é inimigo do bom gosto.” Não trajavam com sedas, com chamalotes e com preciosas rendas, não se toucavam com ricos brilhantes, pérolas, safiras e esmeraldas, mas trajavam com simplicidade, candura e graça, e seus modestos enfeites realçavam os encantos naturais e tinham toda a beleza e valor do que não é afetação e artifício.

Como que suspenso e vogando à mercê das ondas, segurei-me a um amigo, e arrimando-nos um ao outro pudemos, antes que à tempestade sucedesse a bonança, correr todos os seus perigos, apreciar o seu estranho e indefinível espetáculo. Aqui via-se uma ninfa de tranças louras, sem mais ornato que o gracioso ondado de seus próprios anéis, de um colo de alabastro *em que a força do alvo quebra ligeira cor de desbotada rosa*; perguntava ao meu companheiro de viagem: – Não te parecem estes olhos como o azul do firmamento nesta noite pura? – Não, respondia-me ele, que são mais lindos.

*...Ó! saem desse olhos
Lânguido-azuis umas suaves chamas,
Um quase eflúvio d'alma, que transpira,
Que vem do coração, que doce mana,
E o ar, e o peito que o respira, embebe.*

Mal tínhamos, a medo e em voz quase abafada, trocado estas palavras, estávamos já em outro ponto muito afastado do primeiro, e face a face com uns olhos negros, *tão negros como as longas tranças que, ao destoucar-se, a noite esparze pelas ebúrneas costas – vivo lume que deslumbra, que cega, que fulmina.*

Não teria fim, e fora empresa superior ainda àqueles que sabem conversar com as flores, com os anjos, decifrar e cantar todos



os mistérios das produções do Criador, o descrever o céu de glória qual nessa noite semelhava o Campestre, marchetado de estrelas belas, e povoado de anjos de candura e de atrativos, que desparziam em torno de si, pelo ar embalsamado de fragrância, a graça, o riso, o encanto e o prazer da existência.

E quem poderia, quando tintas, tela, pincel e imaginação tivesse para tão difícil painel, quem no meio desse oscilar contínuo, dessas carreiras de meteoro, desse murmúrio provocador, poderia, para ser fiel, fitar por cinco minutos ao menos os traços gerais de suas imagens? Quando o oceano, estendendo-se por toda a extensão de seu leito, restabelecesse em sua superfície o equilíbrio, quando a fadiga dos primeiros embates desse em reação bonança? Ilusão! Nesse momento, com ou sem malícia, levanta-se um agitador, que, com o seu tridente, domina sobre o móvel elemento, e grita a contradança, a valsa, a *schottisch!* E todos se levantam, se agitam e se apressam a essa voz que soa como as notas deste hino:

*Apressai-vos, que o tempo não pousa,
Foge a vida nas asas do vento,
Chega a morte, descai fria lousa,
Tudo acaba no triste momento.*

A *schottisch*, eis uma das novidades mais interessantes da semana, do Campestre, do Cassino, do Rio de Janeiro! A *schottisch* está destinada para dar brados em todas as nossas reuniões dançantes, a esta hora terá já proscrito a estouvada e voluptuosa polca, e há de disputar o terreno palmo a palmo à delirante valsa da Germânia. A *schottisch* é uma melodiosa alemã, cheia de cadência e de graça – como se fora feita para o caráter e gosto dos brasileiros. A música é maviosa, dessas que o nosso povo sabe tocar, cantar e assobiar. Depois dos alemães, dela enamoraram-se os ingleses e os franceses, e mesmo que alguns outros mais nos precedessem, a





schottisch, a sedutora compatriota de Meyerbeer, há de morrer de amores por nós e nós por ela. Viva *a schottisch!* Viva o Sr. Toussaint que no-la apresentou!

Depois do Campestre, o que podia mais a propósito escorregar-me da pena do que as festas e folguedos de São João, de São João, santo o mais guapo,

*Mais garrido e brincão do calendário;
Santo do próprio moiro festejado,
Cujos orvalhos bentos dão saúde
Ao corpo e alma, cuja noite, amiga
D'amor e dos prazeres, tanto encobre,
Gosto furtivo, beijo namorado?*

De São João, santo amável,

*Advogado das límpidas correntes,
Amigo protetor das frescas fontes,
Para quem tece de gentis boninas
Recente grinalda a mão mimosa
Da donzela inocente! Ó! Lindo santo,
Qual há hi renegado iconoclasta,*

*Metafísico abstruso, protestante,
Que ao ver-te assim gentil c'o surrãozinho
Pastoril d'alvas peles e afagando
O cordeirinho que a teus pés nem bala,
Quem será que tal vista não converta? [sic]*

O que diz o exímio português nesses seus versos com mais razão se pode aplicar ao nosso Brasil, que não esquece, que não abandona um só dos usos tradicionais dos seus maiores,



principalmente se eles andam ligados a alguma devoção, a algum mistério de nossa inefável religião. Muito embora esse usos lhes chegassem degenerados da simplicidade e do mérito da sua primeira instituição, ele os adora e observa piedosamente.

Se os portugueses festejam com alegria e estrépito o nascimento do precursor do Messias, do santo que clamou no deserto para pregar a penitência, que preparou os caminhos do Senhor, e mereceu a inefável graça de batizá-lo nas águas do Jordão – sublime mistério da humildade do Deus-Homem para dar o exemplo e abater a soberba do mundo; com que ardor o não fará o povo religioso do Brasil, para quem essa festa cai na frígida estação, que convida à folgança, à agitação, ao calor das fogueiras.

Ó! salve, São João, e seus inocentes usos! Por que degenerá-los, por que cercar a sua festividade de perigos, por que expor os seus devotos a desastres que lhes convertem a folia em tristeza e o riso em lágrimas?

A festa do guapo e garrido São João não precisa desses belicosos divertimentos que a indústria e não a devoção tem introduzido, e de que este ano colhemos não poucos desgostos.

O que há de haver de mais bucólico e festivo do que em redor de uma crepitante fogueira reunirem-se os parentes e amigos, e aí doce e animadamente conversarem, entoando de vez em quando vivas ao santo querido? Ver as moças muito conchas consultarem o oráculo das sortes sobre mil questões palpitantes que afetam o seu presente e futuro, julgarem-se amadas, ricas, felizes, porque o feiticeiro poeta assim o escreveu num livro sibilino? Que há de mais curioso do que ver o despeito disputando com a credulidade supersticiosa, se por acaso lhe coube em sorte uma das raras e pouco lisonjeiras respostas que o Sr. Teixeira e Souza, o oráculo este ano mais conceituado, lá escreveu com excessiva parcimônia em suas tabelas místicas – porque, enfim, o engano não parece grosseiro? Como não é interessante ver o pai, ou a mãe, ainda a mais



descrida, querer logo repelir o mau agouro, dizendo: “Menina, tira outra!”

E a música, a dança, o milagroso banho depois que o galo preto tem cantado, os gostosos acepipes favoritos dessa noite, tudo isso não é mais divertido que foguetes, não dá para encher uma semana, quanto mais um dia e duas noites? Ó! detestados sejam os foguetes de roqueira, os buscapés e todos os outros fogos de artifício de que falam as posturas da Câmara Municipal hoje publicadas. Ah! meu milagroso São João, só em atenção a Vós é que deixo de aplicar às tais posturas prepósteras um bem-conhecido provérbio português que me está bailando nos bicos da pena, e que vinha *ad rem!*

Mas as fogueiras também devem ser abolidas? As fogueiras não, porque elas têm sua origem nos mistérios do Messias e seu Santo Precursor; as faiscantes e estrepitosas fogueiras, onde se assam o milho e a batata, a cujo fogo os devotos se aquecem neste mês de frio glacial, a cuja luz as belas consultam o oráculo do amor; as fogueiras não, e não! Quem é que não aprecia o encanto de uma fogueira que tenta, que desafia o salto de inexperta sílfide, que mostrando, como a descuido, a torneada e fina perna, exclama pudibunda e assustada:

*“Ai! mamã, que me viram quase!... Nada;
Não salto mais... Um só, um só.” E o medo
De crestar a orla crespa e bem-franjada
Do tafulo vestido, o ergue mais alto;
E viu-se quase.. quase tudo agora.
Bendito São João, tudo desculpas;
Tão bom que és, e santificas tudo.*

Quando o agradável se casa com o útil, a devoção com a beneficência, aproveitamos o tempo em meio mesmo dos prazeres,



e servimos de uma só via a Deus, a nós e ao próximo. Neste caso está a recente festa de São João Batista na capelinha do Arsenal de Marinha, de que o mesmo Santo é padroeiro.

São João é o Santo mais popular; em todo orbe cristão é festejado com calor e folia, e depois do filho de Deus é ele o único cujo nascimento celebra-se com geral devoção e regozijo. Mas poucas igrejas solenizam com aparato o aniversário do Santo escolhido pelo Salvador para anunciá-lo ao mundo, cujos pecadores ele vinha remir à custa dos mais aflitivos e insultuosos suplícios.

Era pois de lastimar que aquele modesto templo, um dos poucos que nesta cidade são consagrados a São João Batista, existisse fechado havia anos, esquecido o padroeiro pelos seus devotos. Fechado, disse eu; mais do que isso: o templo do padroeiro do Arsenal de Marinha estava abandonado a usos profanos, sua pia batismal tinha sido aproveitada para depósito de pólvora!

O Sr. Capitão de Mar e Guerra Joaquim José Inácio, auxiliado pelo Capitão do Porto, o Sr. Capitão de Fragata Antônio Francisco Corrêa de Melo, e por mais alguns cidadãos cujos nomes me não ocorrem neste momento, acabaram com esse escândalo, reviveram na corporação da Marinha a devoção de São João Batista, reorganizaram a sua irmandade, restauraram a igreja, dotaram-na com uma linda imagem do excelso padroeiro, ornando o consistório com o painel que existia sobre o altar-mor, painel que mais uma vez me fez recordar do gênio que a pátria perdeu na pessoa do insigne artista José Leandro.

Maior é ainda o ato meritório dos dignos oficiais que acima nomeei. Instituíram uma associação de caridade, criando um montepio para uma grande porção da classe tão útil e tão desfavorecida de nossos operários. Sob os auspícios de São João Batista, e mediante módicas contribuições e justas e bem-calculadas restrições, os artistas do nosso primeiro estabelecimento naval, assim nacionais como estrangeiros, acharão algum amparo em

suas desgraças e, por sua morte, proporcionarão alguns recursos a sua mulher e filhos.

Pela segunda vez, depois de restaurada a sua capelinha, na segunda-feira próxima passada, festejou o Arsenal de Marinha o nascimento do seu padroeiro. Houve missa cantada, sermão ao Evangelho, te-déum e segundo sermão à tarde.

A música foi das mais melodiosas do nosso precioso repertório sacro. O *gloriae* e o *credo*, ambos de composição do artista brasileiro Sr. Francisco Manoel, foram executados com tanto esmero e perfeição que os artistas pareciam inspirados pela dor do abandono em que vivera o templo de tão milagroso Santo, e pareciam vivamente enternecidos pela prova de religião e caridade que davam os protetores dos humildes operários do Arsenal, criando a instituição que naquele dia devia ser instalada, e para cuja guarda e prosperidade se invocava ao magnânimo São João Batista. O Sr. Mota desprendeu da terra as almas de todos os seus ouvintes aos sons melancólicos e harmoniosos que só ele sabe tirar de seu misterioso instrumento.

O sermão ao Evangelho foi pregado pelo carmelita Fr. Antônio de Jesus Figueiredo, comissário da ordem. Foi simples, claro e conciso, como o pediam o assunto e a parte do auditório a quem especialmente lhe cumpria edificar.

O Sr. Carlos Guido y Spano, segundo anunciou esta folha, foi intimado para sair do Império, ou seja por prova que o governo imperial tivesse de algum procedimento irregular desse moço, ou simplesmente porque a voz pública lhe atribuiu ingerência nos artigos que ultimamente têm aparecido na imprensa, sustentando todas as insólitas e pérfidias exigências de Rosas, e acusando de injusto e desleal o ministério que determinou a missão Abrantes e os que a justificaram depois, sem admitir a qualificação e fins que o ditador dera e atribuía a esse ato do Brasil. A declaração do *Jornal* motivou uma correspondência desse senhor, na qual se



queixa amargamente da violência e arbítrio do governo imperial em obrigá-lo a retirar-se do Império, e mostra-se ressentido da deferência que com ele tivera o governo, dando-lhe uma ordem verbal por intermédio do Chefe de Polícia. Aí também declara o Sr. Guido, filho, que *seria uma infame calúnia atribuir-se-lhe qualquer ingerência na redação dos aludidos artigos, SE EXISTISSEM!*

Nada havendo por ora que me demova a entrar em uma discussão pessoal e desagradável, não posso todavia deixar de notar que um súdito do ditador de Buenos Aires tache de violenta e arbitrária, a ordem que o obriga a sair do Império.

O segundo troço de tropa alemã que há pouco chegou de Hamburgo corresponde, quanto ao pessoal, instrução, disciplina e armamento, ao que primeiro chegara, e seguiu todo ou quase todo para o Sul com o General Conde de Caxias. A esta segunda força acompanhou o tenente-coronel, comandante do corpo expedicionário, oficial muito distinto e respeitável, segundo as informações que tenho ouvido.

Acham-se aquartelados na fortaleza da praia Vermelha, onde anteontem fizeram-se exercícios de infantaria e artilharia, em presença de S. M. o Imperador, do Sr. Ministro da Guerra, do Sr. Comandante das Armas, do Sr. Marechal J. P. dos Santos Barreto, presidente da comissão encarregada dos melhoramentos materiais do Exército, e de vários oficiais do primeiro Batalhão de Artilharia.

Quer nas evoluções e manobras de Infantaria, quer na execução do tiro de artilharia e no lançamento dos foguetes de guerra, ultimamente muito em voga na Europa, os engajados mostraram-se adestrados e instruídos. O dia esteve chuvoso, soprou de manhã rijo sudoeste, lembrava os pampeiros do Rio da Prata; mas o exercício tinha sido designado para esse dia por ordem ou com ciência de S. M., e portanto efetuou-se apesar do mau tempo.

Minha opinião acerca do tráfico de escravos, há muito que a manifestei em termos assaz claros e explícitos para que se me



possa atribuir alguma simpatia ou parcialidade pelos especuladores desse tráfico, hoje execrado por todos os brasileiros. Mas não posso deixar de lamentar que o governo inglês, desconhecendo o que a experiência de anos lhe tem mostrado, que seus cruzeiros são de *per se* ineficazes para obstar o desembarque de escravos no litoral do Brasil, não agradeça os esforços que para execução da lei de 4 de setembro do ano passado tem feito e continua a fazer o governo imperial. Não posso deixar de lamentar que uma nação forte que se diz movida por filantropia conculque os princípios do direito das gentes mais geralmente recebidos; continue, depois de tantas provas, algumas até exageradas, da sinceridade do governo imperial, a menosprezar os nossos direitos de soberania territorial, a atentar todos os dias contra nossa dignidade nacional.

Qual é o inglês honesto que poderá justificar a violência e o despotismo com que o cruzeiro inglês aprisiona um navio brasileiro dentro dos nossos portos, ou no mar alto, e sem outro julgamento que o seu próprio, o declara boa presa, apodera-se do que lhe apraz, e deita fogo ao resto? Nem o *bill* atroz de Lord Aberdeen pode apoiar tão insólitos atentados, tão indigno vandalismo.

São negreiros os navios que apreendeis, embora com ofensa dos direitos territoriais do Brasil; pois bem, aplicai-lhes a lei Aberdeen, entregai-os aos vossos conspícuos tribunais. Por que o não fazeis? Por que folgais de insultar-nos? Se é simplesmente pelo deleite do abuso da força, gozai-o até fartar-vos; se é para impor-nos a lei, de vossos interesses, enganai-vos, não haverá governo que se submeta a essa infâmia; e por conquista, não o obtereis com os vossos três ou quatro cruzadores.

O iate *Flor do Mar* foi aprisionado pelo vapor inglês *Plumper* junto à Ilha do Bom Abrigo; dizem os apresadores que não lhe acharam documento que legitimasse seu destino, e sim aprestos de navio negreiro, que eram destinados para o patacho *Valoroso*, já aprisionado.

O vapor de guerra inglês *Locust* foi à Enseada, na Ilha de Santa Catarina, e, sabendo que havia ali um depósito de aguada, caldeiras e outros artigos próprios para o tráfego, mandou saltar gente em terra, conduziu para bordo o que pôde receber e incendiou o resto. Foram nomeados: O Sr. Sampaio Viana, subdiretor das Rendas Públicas; O Sr. Dr. José Carlos de Almeida Arêas, 1º oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda; O Sr. José Pedro de Azevedo Peçanha, 2º oficial da mesma secretaria. Por decreto de 20 do corrente foram nomeados cavaleiros fidalgos da Casa Imperial, o Sr. Bacharel Antônio Leitão da Cunha e o 2º Tenente da Armada Pedro Leitão da Cunha, ambos da província do Pará. Faleceu há dias o rico e estimado fazendeiro do município do Piraí, Antônio Estevão de Magalhães Pusso. Estatística mortuária da semana:

Em 21 de junho – 27 pessoas, das quais um de febre amarela;
Em 22 de junho – 26 pessoas, das quais zero de febre amarela;
Em 23 de junho – 35 pessoas, das quais três de febre amarela;
Em 24 de junho – 22 pessoas, das quais um de febre amarela;
Em 25 de junho – 16 pessoas, das quais um de febre amarela;
Em 26 de junho – 25 pessoas, das quais zero de febre amarela;
Em 27 de junho – 24 pessoas, das quais zero de febre amarela.

Jornal do Commercio de 29/06/1851

Corte, 5 de julho de 1851.

Celebrou-se quarta-feira, 2 do corrente, o grande mistério da visitação da Santíssima Virgem à sua prima Santa Isabel, que, velha e estéril por natureza, concebera em seu ventre o Precursor do Messias. Houve a procissão do costume da capela imperial para a Igreja da Misericórdia e festa suntuosa nesta morada de Santa Isabel, mãe do travesso e excelso São João Batista, símbolo da humildade e caridade, e, como tal, protetora dos hospitais.

A festa não podia ser mais esplêndida, e a ela e à visita do hospital, que se lhe seguiu, concorreu tão grande número de fiéis que mal cabiam no templo, e que quase se atropelavam pelos corredores do velho e novo hospital. A devoção religiosa, ao tocante e harmonioso espetáculo que oferece sempre uma festa dos verdadeiros cristãos, e de uma festa digna de tão grande veneração, reunia-se a certeza da presença de SS. MM., sempre objeto de prazer para os brasileiros, e a viva curiosidade de ver o novo hospital, essa obra memorável.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia nada poupou para tornar brilhante e agradável a comemoração do mistério da visitação e a solenidade da Santa, protetora de sua instituição. A música era celeste, suas melodiosas notas impressionavam como um salmo de Davi, como o *magnificat*, este belo improviso da Virgem, este sonoro cântico da *Bíblia*, entoado por um coro



de vozes angélicas. O sermão do moderno pregador o reverendo Padre Barbosa da França foi uma lição brilhante e lúcida que os fiéis ouviram com unção e prazer. Este orador sagrado tem talento, aplicação, e, além de outros dotes físicos, uma mímica grave e expressiva em que poucos lhe serão iguais.

A festa terminou pelas duas horas da tarde, e nesse momento, como que levados por um só influxo e vontade, todos os assistentes saíram em massa do templo, e apressurados se dirigiram pelo mesmo trânsito e para um mesmo ponto – o novo hospital –. S. M. o Imperador e S. M. a Imperatriz, acompanhados dos seus semanários, do provedor e mais irmãos da Santa Casa, seguiam à frente de uma imensa e basta coluna de fiéis, que os não abandonou até ao fim da romaria, que parecia ter gravada em seus corações esta divisa cristã e política: – Deus e o monarca. – E não resume cada um destes dois símbolos toda uma crença religiosa e política; Deus, e abaixo dele o monarca, não são as duas principais fontes da felicidade que podemos gozar neste mundo e da que poderemos merecer na vida eterna? Sim, não é ficção, não é lisonja, é a expressão fiel do que vimos. – Deus e o monarca eram os dois grandes pensamentos que absorviam as almas dos fiéis ao saírem do templo de Isabel, animados pelos influxos da graça divina, edificados pela voz eloquente do seu levita; Deus e o monarca eram os sentimentos com que se dilatavam seus corações quando, unidos em um só corpo, corriam após seus soberanos como presos por uma corrente misteriosa, e atraídos por uma força invisível e superior.

O novo hospital é um edifício digno de ser visitado e admirado pela grandeza, pela solidez, pela perfeição de seu plano e execução. Foi aí, e há três dias, que mais uma prova tivemos da injustiça dos homens, da animosidade dos partidos, da miséria de nossas dissensões intestinas! Esse edifício, monumento de glória para nossa pátria, única esperança de vida para tantos infelizes, a



consagração dos votos de tantos pios legatários, sublime esforço do gênio criador de um homem ilustrado e caridoso, esse edifício nos honra perante o mundo civilizado, que a geração atual e as vindouras cobrirão de bênçãos nas horas de desamparo e sofrimento, esse mesmo edifício tem sido o alvo de odiosos clamores, de amargas diatribes!

Quem sabe se, iludido como muitos outros, também eu ali entrei com a sinistra prevenção de que ia ver um padrão da vaidade humana, uma empresa superior às nossas necessidades? No entanto eu e quantos lá estivessem dominados pelos mesmos sentimentos reconhecemos com nossos próprios olhos, e apreciamos por nós mesmos os fatos, ouvimos as tradições, e confessaremos que, se era só de *per se* um alto esforço, um relevante serviço prestado à humanidade, o novo hospital da Santa Casa da Misericórdia – elevá-lo no meio de tantas imprecações e doestos é um ato de seráfica resignação da mais extremada fé cívica e religiosa.

Ei-la aí está, erguida em um lado do centro da cidade, a “obra de luxo e ambição”, vão vê-la, antes de repetirem as mesmas injustiças, e de me abocanharem como admirador ignorante ou apaixonado. Eu os acompanharei, aos incrédulos, e, na falta do esperançoso e honrado engenheiro, o Sr. Rabelo, lhes servirei de guia e Cireneu. Far-lhes-ei medirem com a vista toda a extensão das duas alas já quase concluídas, a largueza e capacidade das enfermarias, sua ótima disposição e arranjos, contar e ver a distribuição das salas dos enfermeiros, dos medicamentos, das conferências, das operações cirúrgicas, os numerosos depósitos d’água que abastecem os dois pavimentos do edifício, a grande massa de luz que o ilumina por toda a parte, a beleza da vista exterior, a dos dois hortos interiores aformoseados por dois úteis e elegantes chafarizes, em uma palavra, a providência infalível, o zelo incansável, o gosto esclarecido e modesto, a caridade exemplar que delinearam

o risco e presidiram a execução de uma instituição filantrópica que nada tem que invejar e talvez tenha muito de superior às suas semelhantes das nações mais civilizadas do Velho Mundo.

Depois deste exame geral e rápido, chamarei a sua atenção para os leitos de ferro com suas cúpulas do mesmo metal, para a facilidade com que podem ser movidos a fim de evitar aos que sofrem a seu lado o triste e desanimador espetáculo de um moribundo, para levar sem dificuldade e desnecessários tormentos à sala de operações cirúrgicas o enfermo que carecer desse socorro, para facilitar ao médico a inspeção perfeita do seu enfermo. Notar-lhes-ei os nichos abertos na parede e no intervalo de cada duas camas, onde os enfermos acharão mesa para seus remédios e lugar para guardar todos os objetos de que muito podem precisar. Notar-lhes-ei finalmente o artifício mecânico por meio do qual se manterá sempre asseado um hospital de 20 enfermarias, que, na razão de 32 doentes em cada uma, poderão admitir 640 doentes.

Em último lugar, lhes pedirei que observem como foram bem atendidos os socorros espirituais com uma majestosa capela no ponto mais elevado do edifício para depósito do Sagrado Viático, e um oratório para cada duas enfermarias, que de suas invocações tiraram os nomes que as devem distinguir. E, quando assim tenham tudo visto e bem-apreciado, perguntarei então aos incrédulos ou prevenidos: – O que há aqui de luxo, de esmero condenável, e que há senão simplicidade, solidez, ciência, caridade e religião? Que obra mais filantrópica, mais duradoura, poderia conceber e executar um homem que quisesse recomendar seu nome à posteridade, rodear-se das bênçãos de seus contemporâneos, e tornar memorável o reinado do Sr. D. Pedro II?

Sim, quando as paixões do momento se tiverem esvaecido, como tudo que é mesquinho e efêmero, o atual provedor da Santa Casa da Misericórdia há de merecer a justiça que hoje lhe recusam alguns dos seus zoilos ou adversários; seu nome só merecerá

louvores e bênçãos, por ter honrado a sua velhice com uma criação que é um benefício inefável para a humanidade, e um monumento de civilização para o país que o possui.

Vinte enfermarias deve ter o novo hospital de que tratamos, em linha ou paralelas umas às outras, e comunicando-se todas entre si por diversas salas e corredores; mas das duas alas do edifício em que são situadas, uma não está de todo concluída, porque tem de entrar por uma porção do velho hospital. Acham-se, porém, prontas quatorze enfermarias, e já em 2 de julho de 1852 os devotos de Santa Isabel festejarão a inauguração da nova e portentosa casa de beneficência.

Segundo o plano, que estava patente aos visitantes, mais duas alas, uma na frente e outra no fundo, deveriam completar o edifício; mas informaram-me que a ala anterior, que era destinada para depósitos, laboratório químico, botica e residência dos empregados da administração econômica do estabelecimento, é julgada atualmente dispensável e que, para não retardar a conclusão do edifício, se deixará de executar o plano nesta parte. Por este modo se consegue uma outra vantagem, que é tornar mais espaçosa a frente do edifício, e, sendo esta assombrada por um renque de copadas árvores, que se prolongará um pouco além, do lado de Santa Luzia, oferecer aos doentes um ar mais oxigenado, e principalmente à população um agradável passeio ao longo do vistoso litoral da cidade, e num dos extremos do seu ponto central e mais povoado.

Todo esse prodigioso trabalho, de que apenas tenho dado uma ligeira ideia, se tem feito em menos de dez anos, e por uma soma comparativamente diminuta; calcula-se que todo o edifício custará pouco mais de mil e duzentos contos. Para se formar uma ideia da severa economia com que se tem feito essa obra, basta notar que o chafariz da Carioca custou oitocentos contos de réis.

Tem havido, é verdade, grandes legados de almas piedosas durante a atual administração da Santa Casa, mas esse legado e todo



rendimento do caritativo estabelecimento seriam insuficientes se não fora a atividade, zelo e prestígio do Sr. Conselheiro José Clemente Pereira, que soube multiplicar consideravelmente as rendas confiadas à sua gestão. E se não fora essa mesma confiança de que é credor esse ilustre cidadão, se não fora a filantrópica aplicação que ele lhes estava dando, não é de presumir que esse legados não seriam tão pingues e numerosos?

Falando dos legados, não posso deixar de recordar a piedade de uma benfeitora da Santa Casa da Misericórdia, cujo retrato contemplei no vestíbulo do velho hospital, D. Luiza Avendano, matrona sexagenária, que vivia há muitos anos retirada do mundo, e habitava na casa da Rua do Sabão que faz esquina com o Campo da Aclamação, faleceu o ano passado, legando à Santa Casa, em apólices e prédios, cerca de um milhão de cruzados. O retrato, fielmente traçado, apresenta-a com a mão esquerda segurando sobre o peito um maço de apólices, e com a direita apontando para uma carreira de casas. O segundo retrato com que depois da visitaçào do ano passado foi enriquecida a galeria dos benfeitores do pio estabelecimento é do Barão de Guapemirim.

A realização do grande pensamento do hospital de Santa Luzia era decerto bastante para satisfazer a piedade e nobre ambição de qualquer homem de atividade e perseverança mais que ordinárias: outra, porém, é a têmpera do atual provedor da Santa Casa da Misericórdia. Ao passo que com pulso forte venciam imensos obstáculos e fazia progredir aquela importante empresa, com o mesmo zelo e fervor promovia ele a execução de um outro pensamento grandioso. A casa de alienados, denominada Hospício de Pedro II, que se está construindo na Praia Vermelha, e vai já muito adiantada, é um segundo monumento de civilização, uma segunda criação que fixará na memória dos vindouros o reinado atual, e a todo o tempo atestará a energia de vontade, a fecundidade de recursos, o civismo do Sr. Conselheiro José Clemente Pereira. Em

outra ocasião tratarei mais de espaço deste grande estabelecimento, que, não sendo de tão reconhecida necessidade como o outro, é assunto de observações e reparos que não estão no caso das apaixonadas acusações que acerca do primeiro se têm produzido.

Mas não são ainda bastantes para consumir todo o vigor do ilustre conselheiro, para satisfazer-lhe o gosto que tem por este gênero de criações piedosas e imperecedouras, a conclusão do novo hospital e do hospício de alienados! Já ele projeta, e daqui a poucos dias terá dado princípio de execução, e dentro em pouco tempo veremos majestoso, defronte da Igreja e Convento da Lapa, um apropriado edifício para educação dos expostos, dos inocentes abandonados à caridade do Estado pela indigência, pela ingratidão, pela impiedade, ou pelo crime.

Serviços de tão grande monta valem mais que a estéril hipocrisia de certos benfeitores que, como diz uma de nossas ilustrações, têm a alma numa algibeira, o coração na outra, e a pátria dentro da gaveta.

Não me despedirei por esta vez da Santa Casa da Misericórdia sem dar notícia de quatro primorosos bustos de mármore que estão colocados na sala central da primeira das duas alas do novo hospital, e das conferências (se me não engano), que será também ornada com todos os instrumentos meteorológicos de que uma Medicina assaz ilustrada e escrupulosa sabe e deve usar num teatro tão vasto e apropriado para suas rigorosas observações.

Os quatro bustos são devidos ao cinzel do Sr. Cavalheiro Pettrich, e representam Hipócrates, Ambroise Paré, o reformador da Medicina, o Dr. Melo Franco, nosso compatriota, sábio naturalista, e o caridoso cirurgião João Alves Carneiro.

Duas interessantes anedotas foram os acontecimentos profanos de mais importância desta semana. Começarei pela que encerra em si um utilíssimo aviso aos incautos.

Há dois ou três dias recebeu o Sr. Senador Francisco Gonçalves Martins uma carta com letra e assinatura apócrifas do Sr.



Deputado Aprígio José de Souza, e tão bem imitadas quanto era preciso para que sem muito reparo ou prevenção não pudesse ser a fraude descoberta. Eis o texto da industriosa carta, com a sua genuína pontuação:

Exmo. Sr. Senador Francisco Gonçalves Martins.

Meu amigo. – Rogo-lhe o favor de emprestar-me hoje 100\$000, que amanhã lhe satisfarei; porque estou em casa de um nosso amigo, e me não é possível ir à casa.

De seu amigo obrigado criado

Aprígio José de Souza.”

“N. B. – O portador é nosso, não pode ter escrúpulo.”

O Sr. Gonçalves Martins, levado pelo impulso de amizade e cavalheirismo, e sendo este o primeiro pedido desse gênero que lhe fazia o seu amigo, correu à sua gaveta e respondeu no mesmo papel em termos muito urbanos, remetendo inclusa a quantia pedida. Mas um instante depois, por uma súbita desconfiança que lhe inspirou o semblante do portador, abriu de novo a carta, reparou na letra e perguntou: “Onde está teu senhor?” – “Numa casa da Lapa,” foi a resposta do industriado moleque. “Onde mora teu senhor?” A esta pergunta tergiversou o portador, mas o estar há muito pouco tempo no Rio de Janeiro podia explicar o seu embaraço e ignorância.

Era, entretanto, uma circunstância muito importante para que, unida às outras, o Sr. Gonçalves Martins não persistisse em sua primeira desconfiança, e caísse inesperadamente no logro. Chamou por um de seus fâmulos, e ordenou-lhe que fosse entregar a sobredita carta ao Sr. Deputado Aprígio, na casa que lhe seria indicada pelo moleque.



Apenas se apanhou no olho da rua, o pseudomoleque do Sr. Aprígio *abiiit, excessit, evasit, erupit*: deu às gâmbias e foi-se com os diabos.

As consequências que podia ter este cavalheirismo de indústria, se fora bem-sucedido, têm sido largamente comentadas pelos conhecidos das duas vítimas, escolhidas pelo meliante autor da carta; digo vítimas, porque 100\$000 não é coisa que se deite assim fora, e porque o crédito do Sr. Aprígio ficaria, no juízo privado do seu amigo, algum tanto abalado, quando muitas manhãs tivessem passado sem que chegasse aquela a que se referia a carta sem data.

Referido ontem o caso ao Sr. Deputado Aprígio, vendo ele o infame abuso que fizeram do seu nome, e a habilidade com que imitaram a sua letra e assinatura, quase grita – aqui d’El-Rei, que estou perdido! Tarde lhe voltou o seu bom humor, e então ninguém conjeturava com mais graça todo o alcance e gravidade da trama do que ele próprio. Mas confessou por fim que de todas as maganagens de que tem sido vítima nenhuma lhe causara a mesma impressão que esta, pela gracinha do bem-imitado da letra.

A segunda anedota passou-se com o Sr. Carlos Guido y Spano. Vendo alguém a este senhor com semblante de um patriota mártir, pela despótica ordem do governo imperial, ordem que em verdade muito deplorarei se o estimável mancebo se vir na precisão de ir pôr-se sob o cutelo dos mazorqueiros, dirigiu-lhe a seguinte interpelação:

Por que motivo o meu amigo tanto se incomoda com a intimação do governo imperial, quando não há muitos dias, e antes desse acontecimento, me havia dito que, na qualidade de sargento de milícias, voltava à sua pátria para empunhar as armas? E o supunha que o caso era para dar-lhe os parabéns, e que desde já o podia felicitar pela sua promoção a alferes!

O Sr. Guido, filho, que é moço de espírito, não se espinhou como poderia ter acontecido, nesse picante gracejo do seu amigo ou conhecido.

Houve ontem à noite uma esplêndida reunião em casa do Sr. Azambuja, oficial-maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Compareceram o ministro desta repartição, o da Guerra, todo o corpo diplomático, inclusive os adidos, vários conselheiros de Estado e deputados, oficiais das Secretarias de Estado e muitos outros cavalheiros, que ao todo formavam uma brilhante sociedade de 43 pessoas do sexo feio e 37 do belo sexo. Contradançou-se, *schottischou-se* à larga, e ouviram-se vários duetos dos *Puritani*, da *Cenerentola* e outras óperas, cantados por alguns curiosos de merecimento. A iluminação, o serviço do chá e dos mais confortantes foram excelentes.

A ópera *O Fantasma Branco*, produção moderna do nosso talentoso patricio o Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo, tem sido representada no Teatro de São Pedro de Alcântara, e muito aplaudida pelos seus espectadores. O autor foi numa das últimas representações chamado à barra teatral e vitoriado por seus amigos, por todos os que conhecem quanto convém animar os moços de talento e aplicação do Sr. Macedo, e por um grande número de pessoas só movidas do prazer que lhes proporcionara, com sua divertida composição, o esperançoso literato.

Segundo o contrato celebrado entre o Sr. João Caetano e a comissão diretora do teatro, é aquele empresário obrigado a representar anualmente pelo menos três peças novas de autor brasileiro, aprovadas pelo Conservatório Dramático, que é o nosso tribunal de censura em matéria de teatro, e que é pena não tenha um veto contra as traduções que cada vez mais vão deturpando a nossa língua. Para animar os literatos nacionais, não só impôs-se aquela obrigação ao Sr. João Caetano, como também a de retribuir os autores das peças que em duas das três primeiras representações



(uma das quais deve ser em domingo) atraírem pelo menos dois terços dos espectadores que pode admitir o teatro, com o produto líquido da quarta récita, ficando à comissão diretora a designação do dia conveniente para esta récita extraordinária.

O Sr. Dr. Macedo, aquiescendo a outras condições propostas pelo Sr. João Caetano, cedeu a sua composição, recebendo pela primeira récita 150\$ e 50\$ por cada uma das que se lhe seguirem, até perfazer a quantia de 500\$.

O capitão do palhabote sardo *Valoroso*, que foi apreendido pelo onipotente cruzeiro inglês, e mandado para Santa Helena, consta que se lançara ao mar e perecera. Era homem já velho e pai de família.

A morte parece haver decidido tomar severas contas aos lentes da Escola de Medicina desta Corte. Três são os professores que desde janeiro tem perdido essa corporação: primeiro, o Dr. Júlio Xavier, de saudosa memória; depois, o Dr. Luís Francisco Ferreira, e, agora, o Dr. Domingos Marinho de Azevedo Americano. O Dr. Marinho era moço ainda e possuía um grande fundo de conhecimentos. Filho da escola, fora por ela mandado viajar à Europa, onde muito aproveitou. Sua prematura morte deixa vaga a cadeira de partos, na qual substituíra o Dr. Júlio. São três os lugares que atualmente se acham vagos, todos da seção de cirurgia: um de lente proprietário, e dois de substituto. O concurso para a primeira vaga de substituto deve ter lugar em setembro próximo futuro, e é de esperar que seja muito brilhante, atento o grande número de concorrentes, dos quais alguns conheço que gozam de muita reputação. Entre os inscritos nomeiam-se os Srs. Drs. Ferreira de Abreu, Francisco Bonifácio de Abreu e Praxedes Pertence.

Uma disposição legislativa de 1848 consagrou o princípio da antiguidade para a promoção dos substitutos a proprietários, tendo esta lugar por seções. Atualmente dá-se o caso de estar esgotada a lista dos substitutos da seção cirúrgica, onde vagou a

cadeira de obstetrícia. Pergunta-se: com prejuízo do princípio de antiguidade, e somente para observar-se a regra dos acessos por seções, devem ser os substitutos das outras seções, algum dos quais conta quase 20 anos de bons serviços, preteridos pelo primeiro dos novos substitutos que forem providos em virtude do futuro concurso? Creio que o espírito da lei o não permite, e que seria não só uma injustiça como um prejuízo causado à ciência; tanto mais quanto os substitutos, bem que divididos por seções, nos casos de necessidade, servem no impedimento de lentes que não são de sua seção.

As notícias da Bagagem são más. Muita gente se tinha retirado sem bagagem, por não ter achado um só brilhante, depois de haver despendido grandes quantias em exploração.

Morreram:

Em 28 de junho – 16 pessoas, das quais zero de febre amarela;

Em 29 de junho – 18 pessoas, das quais um de febre amarela;

Em 30 de junho – 16 pessoas, das quais um de febre amarela;

Em 01 de julho – 23 pessoas, das quais zero de febre amarela;

Em 02 de julho – 14 pessoas, das quais zero de febre amarela;

Em 03 de julho – 18 pessoas, das quais um de febre amarela;

Em 04 de julho – 16 pessoas, das quais um de febre amarela.

Jornal do Commercio de 06/07/1851

Corte, 2 de agosto de 1851.

Nunca esta tarefa que espontaneamente tomei sobre meus débeis ombros me pareceu tão pesada como hoje. O dever de cronista não me permite passar em silêncio o sucesso proeminente da semana, o fato em que muito se tem falado desde segunda-feira. É triste de contar, vou aventar a ferida que me está sangrando no coração, e que sangrará no coração de todos os bons brasileiros, e maior será o meu suplício do que o daqueles que me lerem, mas o rigor do encargo que me impus assim o exige, todos os filhos do Brasil devem refletir sobre a afronta que nos acaba de ser feita, que fere profundamente nossa soberania e abate nossos brios nacionais.

Que desgraçado e singular contraste! Quando o povo inglês, sim, o povo inglês, digo-o na acepção mais vulgar da palavra: quando o povo inglês, guiado por um pensamento grande e generoso, constrói um vasto e maravilhoso edifício para nele reunir, como em uma só família, todos os povos da terra, a esse sentimentos de paz e de fraternidade responde o ministério inglês mandando nos vilipendiar no que uma nação pode ter de mais caro e sensível em nossa dignidade e independência!

É doloroso dizê-lo, mas excede tudo que de mais violento, iníquo e vil tem praticado o gênio atrabiliário de Lord Palmerston, a atrocidade e insulto que acaba de cometer o cruzeiro inglês no apresamento do brigue *Piratinim*. Moralizem como quiserem,

ainda uma vez o repetirei, o procedimento do ministério atual no que diz respeito à repressão do tráfico de africanos, não poderão com razão e verdade negar que essa repressão se tenha feito tanto quanto o permitem nossas circunstâncias atuais, e até com excesso em certos casos de que falei em uma de minhas primeiras cartas. O nosso cruzeiro, reduzido a pequena força e sujeito a eventualidades em consequência dos embaraços com que lutamos ao sul do Império, tem todavia desenvolvido a mais ativa e eficaz vigilância, e a estatística dos apresamentos dava-lhe até certo tempo, e creio que ainda hoje, se se descontarem os atos de atroz pirataria, superioridade sobre o cruzeiro inglês, aliás, composto de maior número e de melhores vasos, e animado por mais fortes estímulos morais e materiais.

Se, como acabo de dizer, e até a própria rainha Vitória o disse este ano ao seu parlamento, o governo promove a repressão do contrabando de africanos tanto quanto está em suas forças; se, além de importantes apresamentos feitos pelo seu cruzeiro, tem ele deportado a uns, e obtido que outros indivíduos indigitados como traficantes de carne humana ou fugissem, ou se retirassem espontaneamente do Império; com que aparência de honestidade e fundamento justificará Lord Palmerston os insultos, a pirataria selvática do seu cruzeiro?!

Até onde quer o governo inglês levar a sua atrocidade e torpeza para com o Brasil, que nutre e enriquece em seu seio a uma numerosa porção de súditos de S. M. a Rainha Vitória, para com o Brasil, que é um dos principais consumidores dos produtos ingleses, e o fito de muitos dos seus empreendedores?

O brigue *Piratinim* saiu da Bahia com um carregamento lícito, com seus papéis vistos e legalizados pelas autoridades fiscais e policiais; não foi à costa buscar africanos; trazia escravos da Bahia, entre os quais muitos mulatos, cabras e crioulos. Em presença destes fatos e circunstâncias, qual foi, entretanto, o procedimento



dos delegados de Lord Palmerston? Porque o navio trazia escravos a seu bordo, apreenderam-no, rebocaram-no para a barra do Rio de Janeiro, transferiram os escravos para bordo do vapor *Sharpshooter*; entraram com eles neste porto, e os baldearam para sua presiganga *Crescent!* Não pararam aqui a insolência e o vandalismo; o pirata tornou a sair, tirou da sua presa tudo que podia ser agradável às goelas e ao estômago da sua equipagem, tudo que podia ser trocado por libras esterlinas, – 37 volumes de louça fina e grossa, quatro estátuas de jardim, um candelabro de mangas de vidro, vinhos da Madeira, xerez, conservas, doces etc., etc.; – e cometida esta piratagem, fizeram uma grande fogueira, chegaram-lhe fogo, e foram para barlavento ver e admirar o poder e a civilização da Grã-Bretanha sob a administração de Lord Palmerston!

A propriedade brasileira foi com todo esse vandalismo saqueada e destruída! Esse aviltante e bárbaro espetáculo durou desde as 6 horas da tarde até às 4 da manhã, quando desapareceu o *Piratinim* perto das plagas fluminenses, para onde o impelira o vento que soprava do mar, como que querendo salvá-lo do barbarismo inglês!

Que prepotência, que iniquidade, que infâmia, praticadas em nome de uma grande nação que já está congraçando-se com todos os povos do mundo, fazendo a mais solene e admirável ostentação de um cosmopolitismo sem exemplo! Honra à nação inglesa, aos seus próprios súditos aqui residentes, que se correm de tão escandalosos atentados; desprezo e maldições sobre esse governo arbitrário, atroz e cínico!

O cruzeiro inglês pretende que seja um crime o comércio de escravos entre províncias do Império? Que lei ou que tratado o proíbe? Atrever-se-ão a negar que os escravos encontrados a bordo do *Piratinim* não são ladinos? Mas, concedendo de barato que assim fosse, não estava essa propriedade defendida por certificados legais? Por que, pois, em respeito à nação que tão hospitaleira



e útil é à Inglaterra, não sujeitaram o apresamento à decisão dos tribunais do país? Por que nem sequer os foram submeter ao juízo arbitrariamente criado por Lord Aberdeen para os navios brasileiros?

O que será do comércio, da navegação e da propriedade brasileira, se passar em julgado que o cruzeiro inglês não tem nenhum freio, nenhum corretivo na pirataria que está exercendo em nossos mares, contra a nossa bandeira, sob o pretexto de repressão do tráfico? Teme o governo inglês que os seus tribunais, como há pouco o de Santa Helena no julgamento do brigue *Mogano*, demonstrem a iniquidade do seu cruzeiro, embora o absolvam da indenização, consequência necessária da reconhecida iniquidade? Mas então por que, para salvar as aparências do seu infame e atroz procedimento, não corrompe a consciência desses juízes que se não atreveram a fechar de todo os olhos à justiça e ao decoro?

Dirá o governo inglês que os escravos transportados da Bahia pelo brigue *Piratinim* são do número daqueles que ilicitamente se introduziram no Império? Não, porque há entre eles muitos mulatos e crioulos. Mas, concedendo por hipótese que houvesse a bordo do *Piratinim* alguns africanos, se o governo inglês pretende levar tão longe o seu africanismo, não vê que seu intento é infernal, que tende a conflagrar o país; não vê que todos os nossos proprietários se levantarão contra uma exigência que tanto tem de iníqua quanto de perigosa?

Se o governo inglês está no firme propósito de insultar-nos, de perseguir nossa navegação e comércio, por que não é franco, por que não nos declara a guerra abertamente, por que comete a deslealdade e baixeza de simular relações amigáveis conosco, ao passo que todos os dias o seu cruzeiro atenta contra nossa soberania? Por que não retira daqui o seu representante, que está na triste posição de fazer perante o nosso soberano protestos de amizade em nome de sua nação, presenciando, no entretanto, sem que lhe possa pôr cobro, o vandalismo dos piratas ingleses?

Não é possível que a nação brasileira continue a sofrer impassível os repetidos insultos e espoliações dos agentes de Lord Palmerston. Se não temos a força marítima e a riqueza da Grã-Bretanha, se a época atual torna ainda maior a nossa inferioridade, temos muitos meios indiretos de chamar à razão o insolente bretão, e esses meios fundam-se no dogma da sua política internacional, que tem por único móvel os interesses britânicos; quantas libras esterlinas tirarmos à sacola inglesa, são outras tantas balas de 92 que meteremos no bucho do possante leopardo.

A população deve confiar no patriotismo do governo imperial, e não imitar com represálias violentas o vandalismo do cruzeiro inglês. Mas deve aquecer-se ao fogo sagrado da independência e da honra nacional, e dispor-se para uma resistência à milanesa, logo que os homens patriotas que lhe devem servir de farol derem sinal de que é chegada a ocasião. Respeitemos a vida e a propriedade dos súditos que estão entre nós e não são responsáveis pelos malefícios do seu governo; mas, se for indispensável essa represália, privemo-nos de todos, ou quase todos os artigos de produção inglesa; esta represália valerá mais que a pólvora e bala contra a Grã-Bretanha; e por esse modo forçaremos a que o comércio inglês nesta Corte, e nas praças de Londres, Liverpool, Manchester, etc., nos pague a hospitalidade e lucros que lhes damos, pronunciando-se contra os insultos e violências de que somos vítimas. Mesmo quando a França, a Alemanha e outras nações não se aproveitassem do interdito imposto ao comércio inglês, mesmo quando ficássemos reduzidos aos nossos próprios recursos, deveríamos imitar a lição que nos deram os milaneses e os romanos, privando-se do uso do fumo e de outros artigos porque eram tributários direta ou indiretamente à Áustria e a Nápoles. Ainda hoje são necessárias leis severas de Pio IX para evitar que seus súditos promovam a interdição do fumo.

Se a opinião pública lá e cá habilmente agitada, e a guerra comercial, não forem assaz poderosas para defender nossa



propriedade e nossa soberania, se for preciso expormo-nos a todas as eventualidades de uma guerra material, lembremo-nos que “muito pode o galo no seu poleiro”, meçamos a distância que nos separa das ilhas britânicas, recordemo-nos das suas misérias para com Rosas, atentemos para o estado da Europa, e, finalmente, confiemos na proteção divina, no nosso patriotismo e valor, nos imensos recursos do nosso solo.

Não terminarei este artigo sem tocar em um revoltante escândalo de que está cheia toda a cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que há quem viva entre nós exercendo o ofício de espião pela maneira a mais oprobriosa e detestável. Come a quatro carrilhos, servindo a todos e atraíçoando a todos. Ora recebe dos tímidos ou dos criminosos, ora recebe da polícia, ora da legação inglesa; ora atraíço a aos primeiros, ora aos últimos, algumas vezes a todos simultaneamente.

O Sr. Gomes Leitão sofre hoje um prejuízo de mais de 60:000\$; o proprietário do brigue *Piratinim* lamenta a perda do seu barco, que nunca fez uma viagem à costa d'África, nem se empregou no comércio de escravatura, porque o primeiro não se prestou a uma exigência de 2:000\$ ou 4:000\$, confiado na legalidade de sua transação! O que há ainda de mais notável é que o vil denunciante soube da viagem do *Piratinim* não por via da indigna espionagem de que ele se serve, mas por informação da própria vítima que, conhecendo-o do tempo em que ele era um dos principais agentes da venda de escravos, caiu desprevenido em comunicar-lhe a compra que havia feito na Bahia, e toda a história de sua lícita transação.

Tínhamos ouvido falar nos salteadores das montanhas da Itália, que cometiam o que na língua de Lord Palmerston se chama *black mail*, isto é, que prendiam nas estradas os proprietários ou negociantes ricos, levavam-nos para os seus covis e os não deixavam de lá sair sem que recebessem a importância das ordens



que lhes extorquiam para os seus sócios ou comitentes das cidades onde residiam ou comerciavam. Mas decerto que está muito acima desses montanhese italianos o denunciante que vive entre nós, insultando o pudor público, e comprometendo a muitas pessoas que, ou nunca traficaram em escravos, ou já abriram mão desse comércio desde que reconheceram que o não poderiam fazer impunemente, ou pelo menos sem grande perigo.

Não será possível pelas nossas leis, não estará ao alcance desse poder discricionário de que algumas vezes tem usado o nosso governo, o procedimento daquele ou daqueles que andam por meio de nós, ameaçam de deportação ou de apresamentos, extorquindo o dinheiro alheio? Não será cúmplice dos atentados do cruzeiro inglês esse ou esses denunciante, que não denunciam somente o crime, mas também fomentam contra o comércio lícito a pirataria inglesa?

Por esta folha soube-se há dias que o vapor norte-americano *Susquehanna* trouxera uma carta escrita da Madeira, com a notícia da ratificação do Tratado Le Prédour. Bem que esse ato do governo francês não pudesse servir de invencível obstáculo à nova bandeira levantada nas margens do Uruguai, e mesmo se tornaria impraticável na conjuntura atual, todavia era uma contrariedade para a aliança antirrosista e um apoio moral para o feroz ditador. Por um desses pressentimentos inexplicáveis e muito naturais, suspeitei da falsidade da notícia, e desconfeiei que fosse comunicada para cá, ou diretamente por algum agente de Buenos Aires, ou indiretamente por algum que lhe tivesse caído no laço. Com efeito, realizou-se o meu pressentimento, ao menos em parte, e pouco durou a doce ilusão dos rosistas, pois imediatamente chegou o vapor inglês *Prince* com a feliz nova de que tal notícia não tinha fundamento, e que a publicação da circular de Urquiza muito concorrera para isso.

Hoje sei mais que à sobredita circular deve-se principalmente o não ter ainda o governo francês decidido sobre o Tratado Le



Prédour. O para sempre memorável manifesto de Urquiza foi publicado pelo *Times* do dia 9 de junho e imediatamente reproduzido por todas as folhas francesas não adstritas à legação argentina. Estas saíram logo declarando apócrifa a circular, alegando que, se assim não fora, os agentes ingleses e franceses que se acham no Rio da Prata não se teriam descuidado de remeter aos seus respectivos governos cópia desse importante documento. O *Journal des Débats* acrescentou que esta publicação fraudulenta era manejo da legação de Montevidéu, tendente a procrastinar a solução sobre o Tratado Le Prédour, que pendia da Assembleia Nacional. O Ministro da República do Uruguai, o Sr. Pacheco y Obes, chamou para logo à responsabilidade aquele jornal, e esse processo, que devia começar no dia 26, foi dilatado por oito dias, a requerimento do procurador do réu.

Não obstante a insinuação das folhas assalariadas, foi geralmente considerada como fidedigna a publicação do *Times*, e da circular tiraram os adversários do Tratado Le Prédour os mais valiosos argumentos com que conseguiram demover o governo francês da opinião em que estava, e o fizeram abraçar a política prudente de esperar pelo desfecho ou desenvolvimento da nova emergência.

Deus dê muitos anos de vida aos editores do *Times*, e a quem lhe mandou para lá a circular de Urquiza, muito antes que o pudessem e quisessem fazer os Srs. Le Prédour, Gore e Southern.

Tenho a satisfação de anunciar-lhe mais uma empresa industrial, criada sob os melhores auspícios e fadada para ser útil ao país e aos seus interessados. Organizou-se nesta Corte uma associação, cujo título – *Sociedade de Mineração de Mato Grosso* – indica o que ela é. Tem por diretores no Rio de Janeiro os Srs. Custódio Teixeira Leite e Joaquim Leite Ribeiro, ricos capitalistas, e o Sr. Dr. Luís Bompani, formado em medicina. A administração e trabalhos de mineração ficam em Mato Grosso a cargo dos sócios os Srs. José Joaquim de Carvalho e Dr. Medardo Rivani.



Vi impressos os estatutos desta sociedade, que acaba de obter um privilégio do governo, e posso assegurar que foram redigidos por pessoas dotas e experientes. As ações são de 500\$ cada uma, e o fundo é por enquanto de 60:000\$, podendo ser elevado quando a companhia o julgar conveniente. Apenas instalada a sociedade, acharam compradores todas as suas ações. Já vão em caminho os representantes e principais gerentes da companhia em Mato Grosso, e levaram consigo 40 escravos e diferentes máquinas, das quais algumas são de nova e útil invenção.

A máquina de escavação, por exemplo, pesa 60 arrobas, e extrai do fundo do rio, seja qual for a sua profundidade, 480 arrobas de terra por hora. A de lavagem ocupa somente duas pessoas no seu manejo, e executa o trabalho que fariam 40 escravos pelo processo rotineiro. Como era a de mais novidade, foi há dias experimentada, e a experiência provou exuberantemente a eficácia que lhe assegurava o seu inventor. Lançando-se-lhe dentro uma porção de ouro em pó misturado com uma desproporcionada quantidade de terra, a bela da máquina separou o precioso metal e restituiu-o a seus donos com uma quebra insignificante.

A Sociedade de Mineração de Mato Grosso promete grandes vantagens à província de que deriva o seu apelido, e foi fundada com perfeito conhecimento geográfico e geognóstico dos terrenos que vai explorar.

Vinte léguas ao norte da capital de Mato Grosso, e duas ao sul da Vila da Diamantina, existe a mais alta serra denominada – Sete Lagoas. As lagoas, assaz profundas, que se encontram no cume daquela serra e lhe dão nome, comunicam-se subterraneamente e vão formar, a pequena distância, um notável tremedal, que, simulando na sua superfície uma firme planície coberta de linda e frondosa pastagem, absorve todo animal que, ou tangido pelas feras, ou iludido pela sedutora verdura, tenta atravessá-la. Este lindo sorvedouro, que representa uma larga fita de variegadas

cores, estende-se por espaço de quase uma légua, e desaparece para produzir daí a pequena distância uma enorme cascata cujas águas são os fontanais do grande e majestoso Paraguai, que, respeito ao cabedal, não é inferior a nenhum rio do mundo senão ao Amazonas.

A Serra das Sete Lagoas é um dos ramos da cordilheira conhecida pelo nome de Amambaí, e abrange no seu tortuoso curso uma grande superfície em forma circular, que, vista do ponto mais culminante, próximo à cascata, semelha uma profunda e vasta bacia, que, rota em sua base, dá passagem aos rios Paraguai e Sant'Ana, que algumas léguas adiante reúnem suas águas e correm juntos. Estes dois rios mostram-se tanto mais ricos de diamantes e de outras pedras preciosas quanto mais o explorador se aproxima de suas cabeceiras; e os minerais preciosos são encontrados em tal estado que nenhuma dúvida deixam de que são trazidos pela corrente da sua maior altura, isto é, da imensa bacia, onde por isso a crença geral supõe que existe depositado um pingue tesouro diamantino.

Uma outra observação confirma essa crença dos homens mais inteligentes e conhecedores do lugar. Há no Rio Sant'Ana, logo abaixo de uma das suas maiores cachoeiras, uma ilha evidentemente formada pelas terras roladas das cabeceiras do dito rio, isto é, da vasta bacia. Ora, sendo essa ilha explorada por diferentes mineiros, acharam estes nela imensa riqueza, de que se não souberam aproveitar pela sua imperícia e pela deficiência de máquinas apropriadas, sendo que ainda hoje ali se desconhece o uso das bombas. Como a execução era feita numa altura inferior ao maior nível do rio, as águas constantemente inutilizavam todos os trabalhos dos rústicos exploradores. É nessa ilha que a companhia vai fazer as suas primeiras explorações.

O governo, que já reconheceu a utilidade desta empresa, animou-se e favoreceu-a com a concessão de um privilégio, não



Ihe recusará o auxílio de alguma força que Ihe será necessária. Os lugares que vão ser explorados contêm, pelo lado dos Martírios, ao norte da província, numerosas tribos de índios bravios; e pelas nascentes do Cabaçal, que vertem da Serra do Itapirapuã, obra de 600 léguas ao oeste de Cuiabá, e 20 ao norte da Vila Maria, existe um forte e antigo quilombo de pretos, que, tendo sido batido em outras épocas, quando se fizeram as primeiras descobertas de ouro, transferiu o seu aquartelamento do interior das matas. Assevera-se que estes pretos mandam de vez em quando emissários seus a Cuiabá e a Poconé, e que estes aí se comunicam clandestinamente com certas pessoas que remetem frequentemente para esta Corte não pequena quantidade de ouro.

Faço os mais fervorosos votos pelo próspero futuro da Sociedade de Mineração de Mato Grosso, e estimarei que ela me habilite com informações para dar notícias ao *Amigo Ausente* e a todos os que me lerem.

Rematarei com esta anedota que encontrei numa folha inglesa denominada – *Naval and Military Gazette*. É uma correspondência escrita desta Corte em 5 de janeiro e que tem por epígrafe – *The man who has nothing to learn!* O homem que não tem mais nada que aprender!

O maligno correspondente noticia que o vapor inglês *Geyser*, comandado pelo Sr. Tatham, tendo estado a cruzar, regressou a este porto com um formidável buraco ao lado de estibordo, produzido por uma forte pancada que dera sobre o cachopo existente nos mares ao sul do Rio de Janeiro, entre a Ilha Grande e o continente vizinho. E, tendo dado esta triste notícia, acrescentou que o dito cachopo não está marcado na carta, mas que é particularmente mencionado nas instruções do Almirantado para ser evitado nas viagens pela costa oriental da América do Sul; que o piloto (máster) do *Geyser* declinou de si a responsabilidade de levar o navio por aquela direção, considerando a passagem como perigosa, mas

que o comandante Tatham fê-lo por sua conta, e acelerando a marcha do vapor levou-o imediatamente sobre o penhasco.

Conclui o correspondente dizendo que, antes de deixar este porto, o comandante Tatham declarou em público que na ocasião de ser nomeado para comandar o vapor *Geyser*, de S. M., lembrara aos *lords* comissários do Almirantado a conveniência de recair o comando sobre um oficial mais moço, visto como ele contava 24 anos de serviço de S. M., *and had nothing to learn!*

O correspondente que assim satirizou a perícia naval britânica do comandante do *Geyser* assinou-se – Um que sabe que ainda tem muito que aprender (posto que seja muito mais antigo que o comandante Tatham).

Faleceram:

Em 26 de julho – 26 pessoas;

Em 27 de julho – 14 pessoas;

Em 28 de julho – 19 pessoas;

Em 29 de julho – 28 pessoas;

Em 30 de julho – 20 pessoas;

Em 31 de julho – 16 pessoas, sendo uma de febre amarela;

No dia 01 de agosto, 22 pessoas.

Jornal do Commercio de 03/08/1851

Corte, 4 de outubro de 1851.

Depois das maravilhas do baile imperial, depois dessa noite que semeou de saudades a tantos corações, parecia, e assim se presumia no círculo dos juízes competentes, que nenhuma outra festa, e menos ainda se do mesmo gênero, poderia causar agitação, excitar a alegria estrepitosa, “fazer furor”, como em sua linguagem “lírica” dizem os *fashionables*. Eu, que tenho observado atento as disposições atuais da sociedade fluminense; eu, para quem a noite de 19 de setembro foi uma noite de delícias e magnificências, mas não de emoções tão patéticas, não recei que a corrente parasse em seu curso, e que todas essas almas angélicas ficassem presas ao passado, e indiferentes ao futuro, e que todos esses peitos que batem a vapor sob a pressão de um leve murmúrio, de um ligeiro olhar das belas, comprimidos pelas saudades se liquifizessem, e menos que se reduzissem a saraiva.

A noite de segunda-feira passada mostrou que o baile é como a música, que agrada sempre que é boa, que extasia sempre que é sublime: Rossini, Bellini, Donizetti, Meyerbeer, Auber, Verdi tangem cada um por seu modo a lira d’alma, têm méritos especiais, partidistas devotados; mas Verdi, Auber, Meyerbeer, Donizetti, Bellini e Rossini acham sempre todos os corações sensíveis, todas as almas apaixonadas para suas harmonias, para seus arpejos melódiosos.

O lugar onde uma boa parte do mundo elegante reuniu-se naquela noite a que acima me referi, noite que valeu por seus



encantos próprios, e pelas recordações da de 19 de setembro, as quais, por um efeito bem natural, longe de enfraquecerem-lhe o brilho, concorreram para o seu triunfo, esse lugar onde celebrou-se a segunda festa do festivo ano de 1851 é um lugar dotado de enlevos pela natureza, acrescentado em belezas pela arte, e que a estas qualidades reúne o prestígio das tradições.

Foi nesse lindo palacete que domina o golfo e a planície de Botafogo, onde hoje reside uma das nossas mais brilhantes ilustrações, onde outrora residiram Lord Strangford, D. Pedro I, o Sr. Gordon, o Marquês de Barbacena e o Conde d'Aquila, que no primeiro desta semana, dia célebre nos anais da igreja e no nosso calendário político, se reuniram mais de quatrocentas pessoas, e entre as quais a maior parte do que o jardim fluminense tem de mais precioso, de mais amável, de mais peregrino.

O que tornou o baile de 29 de setembro a segunda das festas com que o Rio de Janeiro tem celebrado o terceiro quartel do século XIX não foi somente a consideração e estima de que gozam os seus anfitriões, a afabilidade de que são naturalmente dotados, e que nessa noite esteve acima de todo o elogio, não foram também só por si os atavios e arrebiques das belas, o asseio e elegância dos *dandys*. O belo sexo achou novas e suntuosas galas para essa festa; como que caídos do céu dos trópicos apareceram lindos e inebriantes ramalhetes de violetas, de dalias, de camélias, de guanabaras, de magnólias (e que admirável magnólia aquela, cuja alva corola formava o centro do vistoso ramalhete com que se adornou a senhora de um dos nossos mais afamados guerreiros)! Riqueza e bom gosto, capricho e esmero, semelhanças e variedades, natureza e arte, alegria e movimento não faltaram nos convidados do baile de segunda-feira.

Mas o que deu a todos esses elementos um valor inapreciável, o que deu à festa um caráter particular, foi o pitoresco do local, a nobreza, novidade e primores d'arte do edifício, a livre circulação





e a branda e constante temperatura que por todo ele se gozava. Minhas inspirações neste momento são todas filarmônicas, e por isso me permitirão este símile: o lindo, artístico e histórico edifício foi para a reunião alegre e brilhante como uma lira harmoniosa tangida por hábil e inspirado menestrel; falhasse o instrumento, que o trovador não seria tão feliz no improvisado e no canto de suas estrofes.

O palacete de Botafogo é no seu interior um templo erigido ao bom gosto e às artes, às cenas pitorescas deste éden americano, às históricas reminiscências do ilustre visconde seu proprietário. Desde o limiar da porta tudo é propriedade e beleza; só se veem imagens da pátria, ou recordações das grandezas tradicionais do velho mundo, caprichos do homem, maravilhas de arte.

A primeira sala à esquerda, aquela em que foi mais fervoroso o exercício coreográfico, apresenta em seu teto um céu azul como o do Rio de Janeiro em uma tarde de estio; ligeiras aves voam por baixo, dir-se-ia nessa noite, espantadas de tanta luz e estrépito; dele pendem dois elegantes lustres suspensos pelos bicos de duas aves de Júpiter. As paredes figuram bosques poéticos, cujas árvores estendem as ramagens quase até ao céu, e a cuja sombra e frescura passeiam sátiros, e se realizam várias cenas da mitologia. A sala que olha para o mar ou para o aterrado chama-se a *sala dos pássaros*: garças, adens, várias aves palmípedes e ribeirinhas, povoam suas paredes e simbolizam a azulada e espumosa bacia sobre cuja margem está situada a nobre habitação. A sala imediata, a sala do Brasil, mostra a perspectiva do Palácio de São Cristóvão observado do seu jardim; a cidade da montanha com tudo quanto a vista pode alcançar das torres do rico templo da Conceição até a ponta do Monserrate; a barra do Recife vista do forte do Brum; a ponte pênsil do Caxangá, a única deste gênero que existe no Império; uma vista da Glória e uma paisagem de Botafogo.

Segue-se a sala da Alemanha em que o nobre visconde reuniu todas as raridades colhidas em sua última viagem e cingiu de

quadros que são outras tantas imagens de suas reminiscências europeias. Aí se vê a mais notável das dezenove portas de Berlim, a porta de Brandemburgo construída no fim do século dezoito, segundo os vestíbulos dos templos atenienses, e coroada por um carro triunfal. Dois outros quadros lembram a Versalhes prussiana, a cidade dos palácios Potsdam, a pátria do sábio Alexandre de Humboldt.

Um desses quadros mostra o Palácio de Babelsberg, habitação do príncipe da Prússia; e o outro é o célebre Palácio e Jardim de Sans-Souci, onde morreu Frederico o Grande e se conservam como relíquias os seus despojos. O fac-símile do plano deste suntuoso edifício, bosquejado por esse rei imortal, e por ele mesmo explicado em notas onde se aprecia aquela ortografia arbitrária, que tantas correções custou a Voltaire, é uma das raridades que se acham nessa sala europeia. O Palácio Real de Stolzenfels sobre a margem do Reno, o Nymphenberg na Baviera, o Museu de Berlim, o Ritterschloss, palácio dos cavaleiros, em Luxemburgo, completam esta escolhida e histórica galeria.

Ritterschloss é um palácio formado de ruínas seculares, transportadas de todos os lugares onde as havia preciosas; é um moço vestido de roupas velhas, um edifício de recente construção, mas cujos materiais remontam às épocas mais notáveis, sendo que o mais novo não tem menos de 150 anos de existência.

Destes prodígios de riqueza e de arte, destas maravilhas de arquitetura das quais, no bom gosto em que vamos, jamais teremos uma ligeira amostra nos edifícios do Brasil, pode-se em poucos minutos passar para uma sala que se chama e é realmente a sala de jantar, onde de novo se entra na terra das palmeiras, e se veem outros lindos painéis do nosso vasto e inesgotável panorama.

Estas, bem como todas as outras pinturas, são a fresco, e nesta particularidade o palacete de Botafogo não terá muitos rivais, mesmo nesses países do outro mundo, onde a arquitetura e a



pintura são belas-artes. As salas deste edifício foram outrora decoradas pelo pincel do habilíssimo artista português Manoel da Costa; mas o teto da primeira de que falei foi restaurado dos insultos do tempo e do abandono em que caíra, por um artista alemão também distinto, o Sr. Agdorner, que o acaso aqui nos trouxe; deste mesmo pincel saíram as delicadas e históricas pinturas que ornaram os tetos das duas salas que dão para o golfo e ficam contíguas às reminiscências alemãs.

Toda a pintura da sala destinada aos prazeres de Vattel e de Brillat-Savarin é obra de duas vítimas ilustres, os estimáveis cenógrafos da extinta ou destroçada companhia lírica, Tagliabue e Piscozzi.

Em meio de um edifício assim situado, com riqueza, gosto, arte e ciência, que só por si inspirava a alegria e a festa, imagine-se o que faria uma reunião das mais amáveis e jubilosas. Eram duas horas, e, a julgar pelo número, pela alegria e tranquilidade das belidades e seus cavalheiros, dir-se-ia que o baile ia começar. A essa hora dançou-se o cotilhão.

Ó! que coisa bonita e engraçada que é o cotilhão! É ao mesmo tempo uma valsa e um jogo de prendas, uma contradança e uma pantomima. Bofé o digo, se não temesse baralhar umas quatro ideias que possuo nesta cabeça, metia-me a valsar, para ajoelhar no meio de um salão brilhante aos pés de uma beleza soberana e merecer a graça de tomar-me para seu cavalheiro num torneio dançante.

O verão começa a dar-nos notícias suas, não obstante ter permitido que em 26 do mês passado a gente de Nova Friburgo colhesse ovos de neve, como conta um comunicado publicado no *Jornal* de hoje: mais vale cair em graça do que ser engraçado.

À medida que o calor for subindo, é impossível que a folia dançante não se restrinja às suas condições normais, e que os bem-aventurados da bolsa e senhores absolutos de si mesmos não



subam as serras, desçam a outros vales, e nos deixem por aqui um pouco mais folgados.

Mas, dado mesmo que a Campestre, a Lísia, todas estas sociedades dançantes que por aí há, continuem a trabalhar periodicamente, como se preencherão esses longos intervalos, só atenuados pela curteza das noites? Os que aqui ficam dispostos com heroica resolução, a pagar em suor o tributo do Capricórnio, esperarão de boca aberta, no espaço de trinta dias que vai de uma a outra Campestre, de uma a outra Lísia, de uma a outra Euterpe, que regressem os emigrados de serra acima, ou voltem os leões do Norte?

Eis os sérios cuidados de que muitos se mostram possuídos, e que só tem uma solução – teatro lírico. Teatro lírico provisório, que se está construindo, teatro lírico subprovisório, que se está consertando, são, portanto, os objetos que atraem todas as atenções presentemente, já se sabe, da gente que sabe passar esta vida como ela deve ser levada, joco-seriamente. A crise bailarina parece iminente, e não lhe vejo em verdade outro recurso senão fazer votos pelo provisório, e nesse entrementes ir gozando o provisório do provisório.

E ainda bem que de 11 a 13 deste primeiro mês de calor teremos a *Sonâmbula* de Bellini, que o Sr. Labocceta escolheu para sua estreia, ou para seu *début*, como dizem os que sabem mais a língua de Voltaire do que a de Camões. Para o dia 19 ensaia-se a grande ópera *Bondelmonte*, de Pacini, autor da *Rainha de Chipre*, nessa partitura cabe à Sra. Zecchini um papel tão forte, difícil e brilhante, como o da Rainha de Chipre. *Bondelmonte* rivaliza em tudo, ao que me dizem, com aquela ópera já conhecida do mesmo maestro; exige maior magnificência, e consta que está sendo preparada com toda a riqueza e propriedade; até se deve considerar como a ópera escolhida para estreia da nova administração.

Nela entrarão também, pela primeira vez, o barítono absoluto De Lauro, e a segunda prima-dona Ebole, cujo papel corresponderá ao da Sra. Zecchini, bem que de menos esforço dramático.

A este prospecto tenho de acrescentar que na relação dos cantores publicada nesta folha faltam dois nomes, do Sr. Giuseppe Fronconi, contrabaixo, e Vincenzo Fronconi, violoncelo. Ainda mais: que a companhia de canto não está completa, e menos a de baile. Àquela faltam um baixo profundo, um contralto e uma comprimária; à segunda, a de baile, faltam figurantes, algumas partes mímicas, e o par de bailarinos absolutos. Todas estas vozes e figuras foram encomendadas ao Sr. Magalhães e espera a diretoria que aqui estejam até fevereiro próximo futuro.

Os ensaios da *Sonâmbula* têm sido até agora feitos na sala da Sociedade Filarmônica, e ali tive ocasião de ouvir uma vez as duas primeiras partes da companhia, a prima-dona Zecchini e o tenor Labocceta.

Para julgar do efeito que produzirão os artistas sobre o palco, quando têm sido ouvidos somente em uma sala, nos primeiros ensaios de orquestra, e em completo desalinho de traje, e talvez mesmo de canto, é preciso um ouvido mais exercitado do que o meu, conhecimentos musicais acima do comum. Entretanto, emitirei o meu fraco juízo, deixando ao tempo provar se é ele bem ou malfundado.

A Sra. Zecchini canta pela primeira vez a *Sonâmbula*. Sua voz extensa, melodiosa e igual, é particularmente adaptada à música de Bellini.

Canta com expressão e sentimento, e prima nos adágios. Não é cantora de bravura, tanto quanto pude julgar ouvindo-a uma só vez, e em circunstâncias tão desfavoráveis como acima disse, mas estou que há de agradar pelo doce timbre da sua voz e expressão do seu canto. É jovem, tem fisionomia simpática e corpo airoso.

O Sr. Labocceta, tenor contraltino, é artista de subido mérito. Tem voz fresca e sonora, canta com muita expressão e executa

com presteza e perfeição as maiores dificuldades. É espantosa a igualdade e arte com que passa da voz de peito para o falsete, do qual aliás se serve pouco porque dá sem esforço o *dó* de peito.

Creio que o Sr. Laboceta foi uma ótima aquisição para o nosso teatro. É moço, não tem talvez mais de 24 anos: baixo, porém, proporcionado, de maneiras urbanas e fisionomia agradável e animada.

Surpreendeu-me no ensaio o dueto do 1º ato, *son geloso del zeffiro amante*, cantado pela prima-dona e tenor, dueto que eu não conhecia. É um verdadeiro primor, e foi executado peregrinamente. A sua grande dificuldade explicou-me o motivo da sua supressão nas representações anteriores.

A direção científica da companhia está confiada ao nosso distinto maestro o Sr. Francisco Manoel da Silva; não podia estar em melhores mãos. Da parte administrativa está encarregado o Sr. Domingos Alves Pinto. É inspetor da cena o Sr. Manoel José de Araújo, que serviu durante a extinta sociedade do Teatro de São Pedro de Alcântara, e depois sob o diretório trino nomeado o ano passado.

O extraordinário rendimento que tem dado a Alfândega nestes últimos meses, e pelo qual tem ela direito aos foros de primeira Califórnia do Brasil, sugeriu uma lembrança felicíssima a certo comendador de fresca data. Elogiava-se na presença desse fidalgo da bolsa a administração do atual Ministro da Fazenda e o zelo do inspetor daquela repartição, e ele, que já aspira ao baronato, e por isso quer fazer a corte à oposição, atalhou logo açodadamente: “Hábil! em quê? Pois se eles fossem o que os srs. dizem, não teriam já estabelecido mais duas ou três alfândegas, visto que só uma tem produzido tanto?!”

Jornal do Commercio de 05/10/1851

Corte, 11 de outubro de 1851.

Decididamente a sociedade fluminense começa a entrar em novas leis de existência. O furor dançante extinguiu-se sob a ação dos vapores *solsticiais*, que se aproximam. A estação dos esplêndidos saraus, dos grandes concertos, dos suntuosos bailes expirou à calma inexorável do mês de outubro. As grandes festas de setembro foram as solenes despedidas dessa quadra alegre, risonha, estrepitosa e agitada, que este ano chegou a um grau de intensidade nunca visto.

Ainda está por explicar essa influência misteriosa que os povos civilizados exercem mutuamente uns sobre os outros, sejam eles aníscios, heteróscios ou períscios; essa telegrafia elétrica dos espíritos, cujos fios de comunicação são invisíveis, mas cujos efeitos são permanentes, e às vezes apresentam coincidências que maravilham!

Notei há duas ou três semanas que essa fascinação de prazeres em que vivemos desde maio, essa alegria ruidosa e travessa que data de mais longe, parecia efeito das mesmas causas que em Paris, em Londres, na Prússia e na Lituânia atuaram sobre suas populações depois de grandes e tristes acontecimentos.

Mas dá-se ainda uma coincidência, que não pode ser filha das leis gerais do coração humano, da uniformidade de seus sentimentos quando sujeito a impressões idênticas, e que ficaria sem explicação plausível a não se admitir essa correspondência

secreta, essa influência poderosa e imperceptível dos espíritos entre si, a despeito da diversidade do climas, das distâncias e das condições.

Sabe-se que a maravilha arquitetônica de M. Paxton, as delícias do novo Hyde Park, o congresso universal das indústrias do mundo, agitaram todos os povos civilizados e até os meio civilizados, causaram um rebuliço em todo o orbe terráqueo, e quase reuniram todas as nações em Londres. Assim o atestam inúmeros fatos, assim o dizem todos os escritores contemporâneos, assim o representa uma engraçada caricatura que ontem vi, percorrendo uma bela coleção de inocentes sátiras desse gênero exposta à venda na loja de um dos nossos propagadores das produções livres do espírito humano.

É um globo que figura a terra, despovoado em toda a sua redondeza, menos num ponto onde se vê aglomerado todo o gênero humano, e que pelas árvores gigantescas que o dominam reconhece-se que é Londres com o seu palácio de cristal. A caricatura seria para nós exatíssima se nos representasse os únicos quietos em nosso imenso território, indiferentes a esse grande jubileu industrial...

Mas, atando de novo o fio às minhas ideias, que por serem poucas não deixam de desvairar-se, ia eu dizendo que houve, e continua na Europa, essa grande causa de curiosidade, movimento e alegria geral. Seus efeitos não ficaram circunscritos nas 13 mil e tantas léguas quadradas das Ilhas Britânicas, atravessaram os mares, continentes, rios, vales e montanhas. A agitação, o entusiasmo e a festa derramaram-se por toda a parte, foi um terremoto geral que a todos abalou e dispôs para as fortes emoções. E o consumo que dessa atividade universal resultou para todas as artes e indústrias é já um benefício dos muitos que se devem esperar da festa do Hyde Park.

Nós também, malgrado de Lord Palmerston, e do infando ditador de Buenos Aires, nós poucos que habitamos esta terra

abençoada, em cuja área caberiam bem 24 reinos britânicos, nós os brasileiros e os estrangeiros que conosco vivem, também participamos da influência beneficentemente agitadora do palácio de cristal. Não atribuíamos essas noites douradas que já passaram somente às reações do coração humano que fazem a alegria suceder à tristeza, e esta àquela.

Não tivemos as visitas do respeitável *lord-maire* e sua nobre comitiva; não vimos as cãs venerandas desse primeiro magistrado da cidade de Londres, não vimos M. Darville voar por cima dos telhados e M. Pettin viajar de carruagem pelos ares; não vimos nem gozamos muitas outras coisas que bastariam para compensar-nos de todos os trabalhos por que temos passado e teremos ainda de passar neste vale de dores. Mas tivemos corridas no Prado Fluminense, uma festa de chafarizes por toda a cidade, e todas as noites saraus, concertos, bailes e espetáculos dramáticos num período de mais de quatro meses.

Se fosse preciso ajuntar outras provas à demonstração dessa oculta influência que torna todos os espíritos mais ou menos solidários nos grandes acontecimentos, o mundo político ofereceria coincidências singulares. O parlamento inglês deu este ano prova de uma loquacidade descomunal: o nosso excedeu os seus mais honrosos precedentes de potência pulmonar. Em Londres, em Paris, as peripécias da comédia política multiplicaram-se e variaram ao infinito; entre nós houve outro tanto. E para que a imitação fosse perfeitíssima, se houve em Lisboa o desafio de um ministro, no Rio de Janeiro malogrou-se igualmente um duelo entre duas personagens políticas.

Era tempo de remitir a febre dançante, de dar algum descanso à alma e ao corpo, e cuidar de distrações menos agitadas. O mês de outubro, mostrando que o calor não nos deixou para sempre, os leões e *dilettanti* do parlamento sendo obrigados a abandonar a sociedade fluminense por alguns meses – porque, enfim, a pátria

assim o exige, e o dinheiro entre nós é ainda muito inimigo do bom gosto e da inteligência; fadiga, verão e ausência de tão grande número de *fashionables* não podiam deixar de pôr tréguas às folias dos salões noturnos.

Ninguém carecia mais do que eu dessas férias, mas também ninguém sente mais do que eu essa suspensão de armas, esse licenciamento da milícia dançante: nem mesmo o Sr. Francioni, nem mesmo os insaciáveis cossacos. Até agora não me chegava o tempo para resumir em um só dia todos os festivos sucessos da semana, não me dava a perros para descobrir os capítulos da crônica semanal; a colheita era fácil, abundante e variada.

De hoje em diante, o que será do mísero cronista, só tendo por teatro o mundo real da vida, e essas distrações permanentes, que, posto alegrem, não inspiram suficientemente, nem se prestam a longas dissertações? Deus é grande, e Maomé é seu profeta, dizem os muçulmanos, e eu cristão hei de sempre imitá-los no fervor da fé. Eclipsa-se o sol dos bailes, desaparecem as grandes ilusões do mundo político. Concentrar-me-ei nas condições da existência atual, tratarei da vida prosaica, porque também ela tem peripécias, episódios, incidentes, cenas e assuntos muito interessantes.

A construção do teatro provisório vai marchando com suma atividade; e na falta de outra distração, pela manhã e à tarde muitos curiosos circundam o nascente edifício e entretêm-se a ver esse *fervet opus*. No dia seguinte à mesma hora voltam esses apontadores gratuitos, e observam o incremento que tiveram os trabalhadores durante a sua curta ausência, levando consigo alimento para contentar a ansiedade dos que, como eu, desejam gozar noites de melodias e dançados no meio do vasto e risonho Campo da Aclamação.

A comissão inspetora não deixa passar um sol sem que assista por alguns momentos à obra confiada a seus desvelos, e que deve preencher a necessidade que sofre a população fluminense



de espetáculos líricos. Mesmo os que não são, ou não podem ser, amadores atentos os sacrifícios que para isso exige, e sobre os quais, seja dito de passagem, tenho ouvido alguns murmúrios, mesmo esses deserdados da fortuna almejam pelo teatro provisório para gozar os prazeres exteriores da festa teatral, e passear com menos receio não só do terreno, como dos malfeitores que o infestam à noite.

É decerto um grande progresso que temos feito acharem-se homens como os que compõem a trindade diretora, que se não vexassem de tomar a si essa tarefa, e que a estejam desempenhando com gosto e o maior zelo possível. Há dois ou três anos seria isso fertilíssimo tema para a crítica mordaz e o ridículo afrontoso dos periódicos políticos e escritores anônimos das folhas diárias.

A nossa sociedade já vai compreendendo que se pode amar o teatro, a música, a poesia, e até ser elegante e agradável ao belo sexo sem que o homem se torne incapaz de trabalhos sérios, de exercer as mais elevadas como as mais difíceis funções civis. Os homens de porte homérico e semblante socrático, para quem a dança é uma puerilidade, a música uma distração nociva e a poesia um desarranjo mental, já estão menos suscetíveis, menos inexoráveis, e até não é raro ver uma dessas figuras equestres de *vis-à-vis* com algum *dandy* dançando uma contradança, ou toda embasbacada a aplaudir os triunfos de uma bela e maviosa cantora.

Já era tempo de perdermos esses preconceitos. Acaba de falecer em Paris o Sr. Manoel Dupaty: e quem era Dupaty? Um compositor dramático, um literato distinto, um poeta estimado, um elegante, um leão do seu tempo, que não deixou por isso de assinalar-se na carreira das armas, nem de merecer as honras de membro da Academia Francesa.

Lord Normamby, representante da Grã-Bretanha junto à corte republicana de França, não é ele um literato de merecimento? Perde porventura alguma coisa no conceito da Rainha Vitória



pelas revistas parisienses que escreve e lhe envia para seu divertimento, e do seu círculo íntimo? O Conde Alexandre Walewski, atual embaixador de França na Corte de Londres, não é um homem de bom gosto e elegante, autor da comédia *L'école du monde, ou la coquette sans le savoir*? Essa comédia foi sem dúvida um dos títulos que o fizeram alcançar tão depressa a embaixada de Londres, porque assim as duas nações obsequiaram-se mutuamente, trocando literato por literato, elegante por elegante.

Louvores, pois, aos dois parlamentares, os Srs. Conselheiro Montezuma e Desembargador Miranda, e ao Sr. Dr. José Florindo, que primeiro do que os seus colegas se declarou amador da cena lírica, louvores pelo exemplo que acabam de dar, concorrendo para a construção de um edifício destinado ao divertimento público, e mais ainda aceitando uma comissão que muitos recusariam, não tanto por incômoda como por julgarem imprópria de suas sérias e elevadas ocupações.

Tem sido objeto de reparo, e dado tema a alguns epigramas e comentários, o ter se preferido para a edificação desse teatro um construtor prático, quando existem entre nós uma escola de engenheiros, uma academia de belas-artes e muitos estrangeiros profissionais.

Creio que os censores e epigramatistas não têm razão, tanto os que metem à bulha a sociedade do teatro provisório, como os que em represália motejam dos nossos engenheiros. É sabido que o primeiro risco ou desenho escolhido foi o de um arquiteto alemão; mas este como os outros concorrentes não satisfizeram as duas principais condições impostas pela sociedade – brevidade e preço que não excedesse de cem contos de réis. O Sr. Vicente Rodrigues, que está construindo o teatro, apresentou um plano que satisfaz as proporções exigidas do projetado edifício, e ofereceu-se a tomar a obra por empreitada, sujeitando-se às cláusulas de tempo e preço.

Ora, além de ser o único que com tudo se achava de acordo com os desejos e recursos da sociedade, tinha o atual empresário a seu favor longa prática de construção de edifícios urbanos e conhecimento dos planos de outros teatros e de sua execução. Como, pois, censurar a comissão, acusá-la de mau gosto, de um atentado contra a hierarquia das profissões, porque preferiu o único plano que se compadecia com as condições impostas pela necessidade do momento, pelos recursos de que a sociedade pode dispor, e mesmo pela duração efêmera que deve ter o edifício?

Mas o teatro construído segundo o plano adotado e por um homem empírico não terá elegância nem beleza de arquitetura? E o teatro que se está construindo, respondo eu, não é para servir provisoriamente? A celeridade e economia com que deve ser feito não excluiriam esses apuros de arte quando mesmo o construtor fosse capaz de os executar? Não basta que o edifício seja solidamente construído, que goze das propriedades óticas e acústicas que são indispensáveis a um teatro, e além disso possa receber o público que lhe é destinado? Pois essas condições são satisfeitas no plano apresentado pelo empresário, que aliás o não inventou; e quanto à execução, pelo que tenho visto e ouvido, espero que será acertada.

Eu que assim me exprimo sou daqueles que deploram a falta de gosto, a rotina que se tem adotado na construção dos nossos edifícios particulares, e de que até são vítimas os que se constroem por conta do Estado. Essas enormes biqueiras a que não há chapéu de chuva que possa resistir, esses triângulos azuis que servem de empena, e fazem lembrar a tabuleta do Barbeiro de Sevilha; esses arabescos que os guarnecem e menos parecem ornatos do que os sinais cuneiformes que Champolion copiou dos obeliscos egípcios; essas belezas exteriores mostram e caracterizam as mãos a que são entregues todas as nossas construções civis em que o empirismo pode prevalecer.



Os nossos edifícios não apresentam nenhuma ordem ou estilo de arquitetura. Tudo quanto a extravagante imaginação dos chinas inventou para ornar os seus edifícios tem sido excedido pelos nossos mestres de obra, que, graças ao apurado gosto dos proprietários, são os supremos arquitetos do Brasil.

Gótico, dórico, coríntio, toscano, renascimento, Pompadour, regência, chinês, japonio, todos esses estilos e modelos têm sido postos em contribuição para formar esse todo monstruoso a que entre nós dão o nome de barroco, mas que está longe de ser o que esta palavra indica, porque, bem que seja uma ordem arquitetônica de mau gosto, é, todavia, uma ordem, e as fachadas de nossos edifícios são indigestos mosaicos. O exemplo aí está nas torres da Igreja do Carmo, composição híbrida coroada, como o disse o Sr. Próspero da *Marmota*, por duas coisas que podem ser comparadas às tampas de duas enormes terrinas.

Deploro, pois, esse péssimo gosto dos nossos proprietários, essa mesquinaria que entrega risco, arquitetura e construção de seus prédios a mãos rotineiras e inábeis, para poupar o pequeno excesso de despesa que custaria o concurso de um engenheiro, que ao menos convinha fosse ouvido para o que diz respeito à beleza da construção. Mas se deploro o atraso em que estamos neste ramo das belas-artes, não tenho por fundados as queixas e epigramas que correm a respeito do teatro provisório, e isso atentas as circunstâncias que já ponderei.

É triste, dizem alguns, que nenhum dos nossos engenheiros, nenhum dos nossos lentes da Escola Militar ou da Academia das Belas-Artes concorresse para a empresa do teatro provisório, e fosse preciso dá-la a um construtor prático.

Ainda quando houvesse certeza de que os juízes que tinham de julgar entre os concorrentes seriam superiores a todas as considerações pessoais, e só consultariam o mérito dos projetos apresentados; ainda quando, em vez de tratar com uma associação

se tivesse de tratar com um só indivíduo, onde o desar que pode ficar aos engenheiros brasileiros, aos professores dos dois citados estabelecimentos, por não quererem entrar em um concurso de empreitada?

Pediou-se a qualquer dos dois estabelecimentos um plano do edifício que se projetava para que esse plano fosse executado por algum empreiteiro? Não; convidou-se aos engenheiros e aos mestres de obra para uma empreitada, exigindo-se ao mesmo tempo que o autor do plano se propusesse a executá-lo, e sobre isso sem precisar todas as condições necessárias para que os candidatos bem empreendessem o pensamento da sociedade.

Ora, os engenheiros militares e os lentes de arquitetura e engenharia, que são os nossos construtores civis, nem gostam, nem pela maior parte podiam tomar a si essa empreitada, por motivos que são óbvios.

Seria por incapacidade? Quando não se dessem as razões que acabo de alegar, não estavam aí inúmeras obras de subido mérito para atestar a sua idoneidade, que maior seria se mais ocasiões lhes fossem dadas de praticar?

Quem riscou e tem dirigido a construção do nosso edifício penitenciário; quem deu o plano e executou o importante encaçamento de Maracanã; quem deu o plano para a difícil construção hidráulica do cais da cidade desde o Arsenal de Guerra até ao Arsenal de Marinha; quem tem construído vários faróis nos portos do Império, estradas como a da Serra da Estrela; quem foi capaz de organizar e executar os planos de todos esses melhoramentos materiais do país, não seria capaz de pegar em um atlas dos teatros europeus e modificar ou copiar algum desses planos para o teatro provisório que se está levantando no Campo da Aclamação?

Já tenho perdido não pouco tempo com os satíricos da sociedade teatral e dos nossos engenheiros, é preciso dar notícia do projeto de teatro que se está construindo.



A frente do edifício tem 150 palmos e meio; o fundo é de 298 e meio. Há no vestíbulo três peças, todas com o fundo de 45 palmos, a do centro com 54 de largura, e as duas laterais com 47 cada uma. Os corredores são de 11 palmos de largura.

Da entrada do salão ao arco do proscênio há 124 palmos, ficando livre para a plateia uma área que tem 124 palmos de comprimento e 92 na sua maior largura. Pode, portanto, acomodar para cima de 800 pessoas, ou pelo menos mais de 200 pessoas do que a do Teatro de São Pedro de Alcântara.

Há quatro ordens, as três primeiras com quinze camarotes por lado e a quarta com dezesseis. Se for suprimida a tribuna imperial que está no risco, como se diz, acontecerá por vontade superior, crescerão dois camarotes à segunda e terceira ordens. A largura dos camarotes é de 9 palmos, isto é, maior que a dos camarotes do extinto teatro.

A caixa fica com fundo suficiente para 13 bastidores, número este a que nunca se chega, nem mesmo nas peças de maior aparato. De cada lado há dez camarins, aos quais se pode sobrepor outros tantos, e fica ainda espaço suficiente para os jogos cênicos.

Na fachada do edifício, e na altura da segunda ordem, há sete janelas, das quais as três do centro são de sacada. As portas principais de entrada são três, ficando de um e outro lado duas janelas de peitoril. Aos lados do edifício há janelas de grades, que correspondem aos camarotes da segunda ordem, e podem dar passagem para terraços, no caso que se queira para o futuro estabelecê-los.

As grossas paredes do edifício são de tijolo, e assentam sobre um pedestal de alvenaria, cuja sólida fundação já está concluída.

São dignos de ser vistos pelos amadores três lindos quadros que se acham expostos nas vidraças da loja do Sr. Carlos Marin, um dos primeiros joalheiros da Rua do Ouvidor. São cópias fiéis de certas joias apresentadas na exposição de Londres, onde mereceram muita atenção, particularmente da Rainha Vitória, e que hoje pertencem à rainha de Espanha.

As flores do colar que se veem numa das pinturas são de brilhantes. O pendente, representado noutro quadro, é de flores de pérolas, folhas de esmalte verde e de esmeraldas. O enfeite de cabeça, que constitui a terceira pintura, é de rubis e brilhantes.

Mais uma vaga de senador pela província de São Paulo. Faleceu o Visconde de Congonhas, que era senador desde 1826. Dessa primeira turma de senadores restam somente três, que são os Srs. Visconde de Pedra Branca, Marquês de Valença e Marcos Antônio Monteiro de Barros, irmão do falecido.

Jornal do Commercio de 12/10/1851

Corte, 18 de outubro de 1851.

Rio da Prata, melhoramentos materiais e teatros, eis as questões do dia. Os debates não têm sido dos mais animados e fecundos em incidentes curiosos, mas sempre dão colheita com que possamos encher a crônica desta semana de transição e abatimento.

O *Jornal do Commercio* já saudou o triunfo do Brasil e dos seus aliados no Rio da Prata, e creio firmemente que o fez com infalibilidade profética. Mas, entretanto, há a maior ansiedade pela notícia definitiva do desbarato de Oribe. O bravo exército imperial ficara no dia 6 do corrente sobre Santa Luzia, a 15 léguas de Montevideú, e a certeza de ter ele ou não efetuado a sua junção com as forças do General Urquiza antes do rendimento de Oribe é o objeto dessa viva ansiedade.

Tem sido para alguns causa de um pesar patriótico, e para outros matéria fértil em epigramas e recriminações, a lentidão da marcha do nosso exército comparada com a de Urquiza e Garzon. Louvo o sentimento dos primeiros, partilho-o até certo ponto, mas não descubro motivo para tristeza, nem fundamento nas queixas que se têm levantado contra o nosso distinto general ou contra o governo imperial.

O Conde de Caxias penetrou no Estado Oriental à frente do grosso do exército imperial, no princípio do mês passado; e desde logo se pôs em relações com a parte das forças aliadas sob o

comando do General Garzon. Antes disso já a nossa terceira divisão, ao mando do Brigadeiro

Fernandes guarnecia a fronteira do Jaguarão e ameaçava Oribe por esse lado. Desde o princípio da campanha, a nossa esquadra, dirigida pelo brioso, ativo e ilustrado Grenfell, defendia as costas do Uruguai, de Entre-Rios e Corrientes, e tirava a Oribe a possibilidade de ser socorrido pelo seu despótico senhor.

Assim protegido por todos os lados, e esperando a todo momento a sua junção com as três divisões do exército imperial, o General Urquiza, para quem o tempo urgia, foi marchando seguro em direitura a Oribe; e este, ameaçado de todos os pontos e por forças tão numerosas, cheias de ardor e entusiasmo, apenas simulou resistência e foi concentrando-se em posições mais fortes e retiradas. Por modo que excedeu a toda a expectativa, a marcha do General Urquiza foi sendo desde os seus primeiros passos acompanhada de importantes defecções que desfalcaram as fileiras do exército inimigo e o desmoralizaram de uma maneira irreparável.

Animado por esses fáceis e incruentos triunfos, o valente general entrerriano continuou a avançar, cada vez com mais fortuna, até que colocou a Oribe nos mais apertados lances, e forçou-o a arriar as bandeiras e pedir capitulação.

No entretanto, o nosso exército se aproximava e já se achava à vista, quando Urquiza e Garzon em terra, e Grenfell nas águas do Prata, apertavam o cerco a Oribe, e lhe deixavam a alternativa de render-se à discricção, ou tentar uma resistência que faria derramar algum sangue, mas que lhe não deixava a mais ligeira esperança de triunfo, porque a derrota lhe seria dada por Urquiza e Garzon somente, ou por estes e o Conde de Caxias, que estava sobre a sua retaguarda.

Não é esta a história fiel da campanha, que decerto findou nos primeiros dias deste mês, e deu cabo ao arbitrário e infausto domínio do lugar-tenente de Rosas no Estado Oriental?



Figurai os beligerantes no princípio da luta, sem que Oribe receasse a todo momento a presença do exército imperial, o ataque de seus adestrados infantes e artilheiros, o prestígio e a valente espada de um Conde de Caxias, de um Canavarró, de um Fernandes, de um Barão de Jacuí, de um Silva Tavares, de um Neto, de tantos outros de nossos bravos defensores, desassombrado de uma esquadra comandada pelo destemido e incansável Grenfell; figurai os beligerantes do Estado Oriental reduzidos às suas únicas forças, Urquiza sem outro apoio moral que o da sagrada causa que defende, Oribe superior em número, e livremente protegido pelo seu ditador, e dizei-me se as coisas teriam corrido do mesmo modo; se Urquiza estaria hoje em Montevidéu e Oribe preso ou a bordo de uma corveta britânica.

Não! não há motivo para que nosso entusiasmo pela derrota do infando Oribe se agourente. A vitória é particularmente nossa, de Urquiza e de Garzon, dos exércitos aliados e da esquadra brasileira. A vitória é de to-dos, porque triunfaram o direito contra a usurpação, a liberdade contra a ditadura, a civilização contra o vandalismo.

Melhor fora que o exército imperial tivesse acompanhado a Urquiza de mais perto, ou que cedo se lhe tivesse reunido. Mas fora para isso necessário que o inimigo lhe embargasse os passos e recuasse, e que o nobre Conde de Caxias tivesse podido acelerar a sua marcha do Rio Grande. A primeira circunstância, aliás, prevista até certo ponto, não devia servir de base às operações militares; a segunda nasceu de causas não só estranhas, mas altamente contrárias à vontade do Conde e às ordens do governo imperial, como o dizem cartas e folhas do Rio Grande, e ninguém de boa-fé, ou fora das prevenções do espírito de partido, o poderá desconhecer.

O primeiro ato do drama está concluído, resta o segundo: eis o que neste momento nos deve preocupar. A queda de Oribe é uma pancada hercúlea dada na cabeça da fera de Palermo; é preciso secundar-lhe outra enquanto ela se retorçe e espuma.



Meu vaticínio está feito, e, posto que eu nada valha na ordem dos profetas, não duvido publicá-lo: – A queda de Rosas é consequência infalível da de Oribe, se seus valentes e nobres inimigos não se demorarem em gozar a primeira vitória, se empreenderem sem perda de tempo a campanha do outro lado do Prata. Não haverá talvez a mesma facilidade, porque enfim a fera se tem fortificado em seus antros e está rodeada de monstros igualmente sedentos de sangue humano. Mas a vitória não será custosa, e no próprio território argentino encontrará Urquiza muitos aliados, que lhe abrirão os braços à medida que ele se for aproximando. E não será mesmo para mim grande surpresa se as defecções ali forem tão prontas e numerosas como o foram no Estado Oriental.

Ninguém conhece melhor o terreno balofo sobre que pisa, a execração que o cerca e ameaça por toda a parte, do que o próprio Rosas; e por isso lá está ele, como o menino que grita para animar-se no deserto com o seu próprio eco; lá está ele com a sua D. Manuelita recorrendo a toda sorte de mistificações... Depois de aterrar com a carnificina dos mazorqueiros, estuda agora todos os meios de esconder o seu próprio terror e de afetar tranquilidade.

Já as folhas diárias publicaram a farsa da desistência da sua pedida demissão, as misérias que por essa ocasião se representaram na honrada sala, e a procissão popular, “convocada” pelos juízes de paz, que foi a Palermo pedir ao seu humaníssimo ditador que continuasse a governá-los sob o regime da mazorca, dos fuzilamentos e dos açoites. A mesma “espontânea” procissão, depois que voltou de Palermo, foi à casa do ditador de Buenos Aires, tirou de lá o seu retrato, e o conduziu para o teatro, onde se representou uma nova farsa federal que acabou com foguetes, judas, serenatas e algazarras pelas ruas e cais.

Para prova do sossego d’alma que gozava o ditador, preparava-se um baile em honra da Sra. D. Manuelita, o qual deveria ter lugar no dia 11 do corrente, aniversário do motim que em 1833 promovera contra o governo de Balcarce.

D. Manuelita apareceu em toda a parte. Nem a um baile que deram os negros de Buenos Aires deixou ela de comparecer. Não dançou, mas aceitou e retribuiu todos os obséquios que à porfia lhe prodigalizaram as damas africanas. Até do apoio dos africanos carece nesta conjuntura o ditador de Buenos Aires! Ele também o esperava encontrar no Rio Grande, mas enganou-se e nem foi mais feliz na guerra selvagem que nos mandou fomentar entre os índios, ali e em Santa Catarina.

E é esse mesmo homem aquele a quem o Sr. Guilherme A. Harris, ex-encarregado de Negócios dos Estados Unidos junto àquela república, no ato de apresentar a carta do seu governo que o exonerava da dita missão, tributou os mais hiperbólicos louvores. Nenhum presidente da União Americana terá ouvido do representante de alguma nação, e nem mesmo de algum seu compatriota distinto, os cumprimentos, as zumbaias, as expressões afetuosas que o Sr. Harris, em nome da república norte-americana, dirigiu ao ditador de Buenos Aires! A nota a que me refiro foi publicada na *Gaceta* de 15 do mês passado: não me é possível reproduzi-la, contento-me com a transcrição deste trecho, que resume muitos outros:

Será uma lisonjeira e grata tarefa para o futuro compilador dos anais de seu país, recolher os vários incidentes (fala D. Manuelita) de sua árdua e benéfica carreira, grupá-los como outras tantas luzidas e brilhantes flores num ramalhete lindo e fragrante, e colocá-lo no mesmo quadro e gloriosa página que registrar a vida de seu ilustre pai.

São notáveis os desvarios a que Rosas, por meio de sua irmã e de sua filha, arrasta os diplomatas estrangeiros que não sabem resistir aos cantos das duas sereias. Sem irmos mais longe, sabe-se quanto elas influíram nas opiniões do Sr. Southern, e o dispuseram

a favor da causa do ditador. O Sr. Southern não caiu nas demasias amorosas do Sr. Harris, mas sempre procedeu de modo que D. Augustina Rosas lhe exprobou aquela célebre carta que o ilustre diplomata escreveu de Buenos Aires ao Sr. Gore, e foi publicada em Paris pelo Sr. Le Long, e há pouco aqui por mim transcrita. O Sr. Southern disse que na carta havia *alguma coisa sua*, mas que tudo o mais era apócrifo, e tornou a culpa ao Sr. Gore pelo extravio de uma tal correspondência particular e amigável; mas a Sra. D. Agustina Rosas não esteve pela escusa, e disse-lhe que nessa carta estava ele retratado, que acreditava ser inteiramente sua, como acreditaria todo aquele que o conhecesse. E vivam Rosas e sua moralidade!

A atenção pública começa a dirigir-se de novo para os melhoramentos materiais. Um habilíssimo escritor anônimo, sob o título de *Americano*, tem nas colunas desta folha sustentado a causa das estradas de ferro. O Sr. Dr. Morais Sarmiento mostra-se possuído do mesmo empenho, traduzindo as lições de Michel Chevalier. Não há mesmo guelfo nem gibelino que hoje se não declare fervoroso apóstolo dos melhoramentos materiais. E todavia, não há muitos meses que se me chamava de material, porque eu pedia tréguas para as lutas estéreis de partido, de reformas políticas, para cuidarmos mais acuradamente da riqueza do nosso solo, do futuro da nossa lavoura, ameaçada de uma crise séria pela falta de braços, pela de colonização e de boas vias de comunicação! Sempre assim o esperei, e agora que remitiu-se a febre dançante, hei de voltar ao meu primeiro posto, e coadjuvar, como e à medida que me for sendo possível, ao *Americano* e ao Sr. Dr. Morais Sarmiento, no seu utilíssimo empenho.

Já quisera hoje tratar da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que tão digna é de louvores e tanto merece ser animada, mas falta-me tempo para fazê-lo, e por isso adiarei este assunto até sábado próximo futuro.



O nosso desgraçado sistema de calçadas é coisa de há muito reconhecida, causa de continuados clamores, vergonha eterna das nossas Câmaras municipais, vergonha para esta cidade inimiga dos engenheiros de mérito.

Andar de sege pelas ruas do Rio de Janeiro é um dos maiores sacrifícios a que estão sujeitos os seus habitantes. É preciso ter coragem não vulgar, e as entranhas bem seguras, do contrário morre de susto ou misturam-se-lhe as vísceras. O perigo não é só para o mísero que vai dentro, dando saltos de corça ou jogando a cabeçada; o descuidado peão que lhe passa ao lado, quando não é esmagado de encontro a uma parede ou esquina, recebe um banho de lama que o faz praguejar até a terceira descendência de cada um dos nossos ilustríssimos vereadores.

O governo ou algum membro da Assembleia-Geral condeou-se da nossa sorte, e obteve que na lei do orçamento geral do Império passasse uma autorização para contratar-se com alguém a reforma das nossas calçadas. É esta uma das empresas de que hoje mais se fala, e que praza a Deus não fique em bons desejos e projetos.

Há não menos de quatro concorrentes: os Srs. Rivère e Bonini; o Sr. Wenelt, engenheiro alemão, o mesmo que entrou no concurso do teatro provisório; o Sr. Ireneu; e uma outra pessoa que se propõe a construir as nossas calçadas pelo mesmo sistema e com as mesmas pedras das de Londres.

O Sr. Ministro do Império tomou o prudente e esclarecido acordo de mandar ensaiar o calçamento proposto pelos diferentes concorrentes para, à vista dos seus resultados, resolver o que mais convenha.

O sistema do Sr. Ireneu é o que primeiro vai ser posto em execução na Rua Direita e nas do Sabão e da Candelária. É um sistema inteiramente novo, concebido pelo Sr. Dodgson, engenheiro da fábrica de fundição e construção naval da Ponta da Areia.



Suponho que consiste em grades de ferro coado de pequenas aberturas, assentadas sobre uma camada de betume, o qual tem principalmente por fim preservá-las da oxidação na parte que fica em contato com o terreno. Este ensaio diz-se que terá princípio na próxima semana.

A estreia de alguns dos novos cantores e dançarinos tem dado matéria vasta para renhidas discussões e variados comentários. Querem uns que desde já rezemos o *memento* às novas companhias; entendem outros que não há razão para esse alarme; outros finalmente esperam por novas provas para formar o seu juízo definitivo.

A prima-dona e o tenor, isto é, a Sra. Zecchini e o Sr. Laboceta, não estrearam mal para os nossos olhos e ouvidos, e é injustiça numa primeira representação querer decidir do mérito de um cantor. Aguardemos, a respeito dos dois acima mencionados, que eles se mostrem noutras óperas para então decidir do seu mérito real e comparativo. Aguardemos que todas as partes da companhia apareçam por sua vez em cena para então julgar se ela corresponde ao que se devia esperar das pessoas encarregadas desse contrato, e sobretudo dos meios postos à sua disposição.

Quanto à companhia de baile, duvido muito que ela se restabeleça do descontentamento que causou a estreia das quatro figuras que entraram no espetáculo da noite de 15 do corrente. Entretanto, não sejamos precipitados, esperemos pela estreia da Sra. Berthani, que não duvidou mostrar-se pela primeira vez a par da Sra. Baderna. Mais um pouco de paciência, que eu também, se tiver fundado motivo para isso, não deixarei de clamar contra a logração de que alguns já se estão queixando.

O governo deu por findo o contrato celebrado entre a comissão diretora do extinto teatro e o Sr. João Caetano e resolveu que se desse a este dois dias da semana para trabalhar com a sua

companhia dramática no Teatro de São Januário. Deu igualmente por findo o arrendamento que o mesmo ator tinha daquele teatro. A subvenção marcada para as duas novas companhias é de doze contos de réis mensais.

Jornal do Commercio de 19/10/1851





© 2012, Fundação Darcy Ribeiro
Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro
Rua Almirante Alexandrino, 1991
20241-263 - Rio de Janeiro - RJ
www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

Curadoria

Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral
Godofredo de Oliveira Neto
Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Comitê Editorial

Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro
Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional
Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília
Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional
Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília

Produção

Editora Batel

Coordenação editorial

Carlos Barbosa

Projeto gráfico

Solange Trevisan zc

Diagramação

Solange Trevisan zc

Ilustrarte Design e Produção Editorial

Tratamento de textos da coleção

Clara Diament

Edmilson Carneiro

Cerise Gurgel C. da Silveira

Carina Lessa

Léia Elias Coelho

Maria Edite Freire Rocha

Projeto de capa

Leonardo Viana

Assessoria de Comunicação Fundar

Laura Murta

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

R585t

Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880
Textos escolhidos / José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco. – 1. ed. – Rio de Janeiro:
Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 290 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 29).

ISBN 978-85-635-7442-8

1. Brasil – História – Império, 1822-1889 – Fontes. 2. Brasil – Usos e costumes. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981.04

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



Patrocínio:



Realização:

Ministério da
Cultura



Impressão e acabamento :





FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO

Instituidor

Darcy Ribeiro

Conselho Curador

Alberto Venâncio Filho

Antonio Risério

Daniel Corrêa Homem de Carvalho

Elizabeth Versiani Formaggini

Eric Nepomuceno

Fernando Otávio de Freitas Peregrino

Gisele Jacon de Araújo Moreira

Haroldo Costa

Haydée Ribeiro Coelho

Irene Figueira Ferraz

Isa Grinspum Ferraz

Leonel Kaz

Lucia Velloso Maurício

Luzia de Maria Rodrigues Reis

Maria de Nazareth Gama e Silva

Maria Elizabeth Brêa Monteiro

Maria José Latgé Kwamme

Maria Stella Faria de Amorim

Maria Vera Teixeira Brant

Mércio Pereira Gomes

Paulo de F. Ribeiro

Paulo Sergio Duarte

Sergio Pereira da Silva

Wilson Mirza

Yolanda Lima Lobo

Conselho Curador – In Memoriam

Antonio Callado

Carlos de Araujo Moreira Neto

Leonel de Moura Brizola

Moacir Werneck de Castro

Oscar Niemeyer

Tatiana Chagas Memória

Conselho Fiscal

Eduardo Chuahy

Lauro Mário Perdigão Schuch

Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro

Alexandre Gomes Nordskog

Diretoria Executiva

Paulo de F. Ribeiro – Presidente

Haroldo Costa – Vice-Presidente

Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira

Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural

Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica

